

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Suélen Cristina de Miranda

A imigração haitiana para o Brasil: um olhar a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação

Mestrado em Psicologia Social

**São Paulo
2017**

Suélen Cristina de Miranda

A imigração haitiana para o Brasil: um olhar a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação

Mestrado em Psicologia Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para obtenção
do título de Mestre em Psicologia Social, sob a
orientação do Prof. Dr. Antonio da Costa
Ciampa.

São Paulo

2017

Banca Examinadora

CONDIÇÃO DE BOLSISTA

PROGRAMA CAPES: PROSUP/Bolsas

NÚMERO DO PROCESSO: 1663321

TIPO DE PROCESSO: Bolsa País

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, a quem dedico este trabalho, por terem me ensinado desde sempre a acreditar que uma sociedade melhor é possível se cada um fizer a sua parte. Agradeço à minha avó materna, pelo carinho e dedicação incondicional, e ao meu irmão e cunhada, pelo incentivo para desbravar esse caminho.

Agradeço ao meu orientador, Antonio da Costa Ciampa, grande mestre, por ter me recebido de braços abertos e compartilhado comigo um pouco do seu imenso conhecimento e sabedoria. Foi uma honra dividir com você essa jornada.

Agradeço ao Juracy Almeida, pelo acompanhamento sempre presente e carinhoso, pelas dicas e conselhos, que me permitiram crescer e me desenvolver não só como pesquisadora, mas como ser humano.

Agradeço à Lucia Bóguis, por ter me apresentado ao campo das Ciências Sociais e ter facilitado a minha aproximação com a temática migratória. Obrigada pelas indicações e apontamentos cuidadosos, que me fizeram sentir estar no caminho certo.

Agradeço aos professores do Programa de Psicologia Social, com os quais tive a honra de me aprofundar em temáticas tão fundamentais para minha formação, e à Marlene Camargo, por tornar os processos burocráticos mais acessíveis.

Agradeço aos colegas da PUC-SP que cruzaram o meu caminho e tornaram essa jornada mais alegre e menos solitária, em particular à Chinaira Raiazac. Agradeço à Cecília Pescatore e aos demais companheiros do NEPIM (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade e Metamorfose), pelo acolhimento e trocas constantes. As discussões e reflexões suscitadas foram primordiais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço, especialmente, à Débora Oliveira, pela parceria nos projetos, disciplinas, artigos e congressos.

Agradeço à Capes e ao CNPQ, por tornarem possível a concretização deste Mestrado.

Por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente aos imigrantes haitianos que compartilharam comigo suas histórias e sonhos. Muito obrigada pela confiança!

Nada é impossível de mudar.

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.” (Bertolt Brecht)

RESUMO

MIRANDA, S. C. **A imigração haitiana para o Brasil:** um olhar a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação. 2017. 175f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2017.

Diante da relevância assumida pelo fenômeno migratório contemporâneo na chamada *era das migrações* e a multiplicidade de enfoques que ele engloba, este trabalho pautou-se na perspectiva da “Psicologia Social Crítica” para propor uma abordagem que desnaturalizasse o termo *migrante* e levasse em consideração a percepção singular deste com relação às determinações a que está sujeito. Considerou-se, então, o quadro de expulsão que se consolidou no Haiti e estabeleceu a migração como uma importante opção identitária, assim como as políticas identitárias brasileiras que influenciam diretamente na inserção de cada grupo migratório. O objetivo estabelecido foi o de compreender o processo de formação da identidade de haitianos que vivem no Brasil à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, proposto por Ciampa (2005), analisando possíveis fragmentos emancipatórios no processo migratório. A relevância deste estudo manifesta-se na contemporaneidade e magnitude do fluxo haitiano para o Brasil e na constatação de uma escassez de estudos a partir da perspectiva identitária, que podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas e para a superação de estereótipos que impedem uma inserção cidadã dos imigrantes. O método foi baseado no modelo comprehensivo, utilizando a narrativa de história de vida como instrumento para a coleta de dados de três imigrantes haitianos, estabelecidos em São Paulo e considerados sujeitos emblemáticos. A máxima de que “o singular materializa o universal” permitiu a compreensão do personagem “imigrante haitiano”, constatando que a imigração, mesmo forçada, possibilita a ruptura com a reposição irreflexiva da vida cotidiana e a vivência de novas possibilidades identitárias, construídas com mais autonomia e que tornam possível o desenvolvimento de fragmentos emancipatórios. É nesse sentido que o processo de reconstrução identitária provocado pelo processo migratório acaba por gerar “identidades híbridas”, recriadas a partir da tradição, mas traduzidas às novas relações, suscitando processos de autoentendimento e uma busca constante para transformar as determinações exteriores em autodeterminação. A relevância de uma pretensão identitária construída como autoafirmação e hetero-reconhecimento de um projeto emancipatório revela, ainda, os efeitos do reconhecimento perverso na contradição — sempre presente na condição migrante — entre temporário e permanente.

Palavras-chaves: Migração. Imigrante Haitiano. Identidade. Identidade Híbrida. Fragmentos Emancipatórios.

ABSTRACT

MIRANDA, S. C. **Haitian immigration to Brazil:** a look from the syntagma identity-metamorphosis-emancipation. 2017. 175f. Dissertation (Master degree in Social Psychology) - Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2017.

In view of the relevance assumed by the contemporary migratory phenomenon in the so-called *era of migrations* and the multiplicity of approaches that it encompasses, this work was based on the perspective of "Critical Social Psychology" to propose an approach that would denaturalize the term *migrant* and take into account the unique perception of the migrant in relation to the determinations to which it is subjected. It was then considered the framework of expulsion that was consolidated in Haiti and established migration as an important identity option, as well as Brazilian identity policies that directly influence the insertion of each migratory group. The objective was to understand the process of identity formation of Haitians living in Brazil in the light of the syntagma identity-metamorphosis-emancipation, proposed by Ciampa (2005), analyzing possible emancipatory fragments in the migratory process. The relevance of this study is manifested in the contemporaneity and magnitude of the Haitian flow to Brazil and a lack of studies with the perspective of identity it, which can contribute to the development of effective public policies and to overcome stereotypes that impede a citizen's insertion of immigrants. The method was based on the comprehensive model, using the life history narrative as an instrument for the data collection of three Haitian immigrants, established in São Paulo and considered emblematic subjects. The maxim that "the singular materializes the universal" allowed the understanding of the "Haitian immigrant" character, noting that immigration, even forced, allows the rupture with the reckless replacement of daily life and the experience of new identity possibilities, built with more autonomy and which make possible the development of emancipatory fragments. It is in this sense that the process of identity reconstruction caused by the migratory process ends up generating "hybrid identities", recreated from tradition, however translated into new relationships, resulting in processes of self-understanding and a constant search to transform external determinations into self-determination. The relevance of an identity claim built as self-affirmation and hetero-recognition of an emancipatory project also reveals the effects of perverse recognition on the contradiction — always present in the migrant condition — between temporary and permanent.

Keywords: Migration. Haitian immigrant. Identity. Hybrid identity. Emancipatory Fragments.

RESUME

MIRANDA, S. C. **L'Immigration haïtienne au Brésil:** un regard à partir du syntagme identité-métamorphose-émancipation. 2017. 175f. Dissertation (Master en Psychologie Sociale) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2017.

Face à l'importance due au phénomène migratoire contemporain dans la soit nommée *ère des migrations* et la multiplicité d'approches qu'elle comprend, ce travail s'est ancré dans la perspective de la “Psychologie Sociale Critique” afin de proposer un abordage qui dénaturalise le terme *migrant* et prend en considération la perception singulière de ce dernier par rapport aux déterminations auxquelles il fait face. On a donc considéré le cadre d'expulsion qui s'est consolidé à Haïti et qui a établi la migration comme une importante option identitaire, ainsi que les politiques identitaires brésiliennes qui jouent directement dans l'insertion de chaque groupe migratoire. L'objectif établi fut celui de comprendre le processus de formation de l'identité des Haïtiens vivant au Brésil sous la lumière du syntagme identité-métamorphose-émancipation, proposé par Ciampa (2005), et d'analyser les possibles fragments émancipateurs dans le processus migratoire. L'importance de cette étude est due à la contemporanéité et à l'ampleur du flux haïtien au Brésil, et au constat de la presque absence d'études à partir de la perspective identitaire, lesquelles pourraient contribuer au développement des politiques publiques effectives et au surpassement des stéréotypes qui empêchent l'insertion citoyenne des immigrants. La méthode fut basée sur le modèle compréhensif, et utilisa la narrative de l'histoire de vie comme instrument pour la collecte de données chez trois immigrants haïtiens, demeurant à São Paulo et considérés des sujets emblématiques. La maxime selon laquelle “le singulier matérialise l'universel” nous a apporté la compréhension du personnage “immigrant haïtien”, et nous a fait constater que l'immigration, même forcée, rend possible la rupture avec la remise irréfléchie de la vie quotidienne et le vécu de nouvelles possibilités identitaires, construites avec plus d'autonomie et qui rendent possible le développement de fragments émancipateurs. C'est dans ce sens que le processus de reconstruction identitaire provoqué par le processus migratoire finit par générer des “identités hybrides”, recréées à partir de la tradition, mais traduites aux nouvelles relations et suscitant des processus d'autocompréhension et une quête constante afin de transformer les déterminations extérieures en autodétermination. L'importance d'une prétention identitaire construite comme autoaffirmation et hétéroreconnaissance d'un projet émancipatoire révèle, là encore, les effets de la reconnaissance perverse dans la contradiction — toujours présente dans la condition migrante — entre temporaire et permanent.

Mots-clés: Migration. Immigrant haïtien. Identité. Identité hybride. Fragments émancipateurs.

PRÓLOGO

Para falar de identidade, eu preciso responder primeiro à pergunta: quem sou eu? Nascida em São Paulo, em uma família de classe média, resido na mesma casa desde que nasci, tendo me ausentado dela apenas por pequenos períodos e sempre com a certeza do retorno. A casa enquanto símbolo de raízes, pertencimento, família — talvez essa última sendo o seu significado mais forte. Assim, temas como migração e refúgio sempre foram muito mobilizadores para mim.

Dito isso, graduei-me em Psicologia e, tempo depois, fui admitida no setor de Recursos Humanos de uma multinacional, na qual entrei em contato com o então chamado “Projeto Haiti”, que visava a recrutar e contratar esse público tido no momento como “a bola da vez”. Descritos como sujeitos que perderam tudo, por conta do terremoto que assolou o país em 2010, eram vistos como candidatos perfeitos para assumir postos de trabalho já relegados pelos “nacionais”: trabalhos pesados, com baixos salários e quase nulas perspectivas de crescimento.

Na minha frente, um grupo de 10 homens, em idade produtiva, todos com ensino médio completo e alguns com superior incompleto, que haviam deixado suas famílias para trás em busca de uma vida melhor. O único que falava razoavelmente o português intermediava as entrevistas, bem como o pouco de vida social que possuíam — moravam todos em um mesmo apartamento, intermediado por um agenciador que cuidou de todo o processo, desde a atração até o acompanhamento pós-contratação.

Passados os três meses de experiência, nenhum dos candidatos permaneceu na empresa, obviamente por conta das condições já descritas anteriormente: eles queriam mais! Fosse como professor de idiomas ou na construção civil — onde havia a promessa de excelentes salários, apesar das péssimas condições de trabalho —, um a um deixou a empresa em busca do que eles mais queriam naquele momento: oportunidade.

O projeto da empresa fracassou, mas despertou em mim o olhar para as questões enfrentadas por essas pessoas. Enquanto a mídia noticiava a “invasão haitiana” ao Brasil, esses sujeitos viviam em situações degradantes, esquecidos pelo poder público e dependentes exclusivamente de uma grande rede de solidariedade que se formava pouco a pouco. Diante da situação de quase calamidade pública das cidades fronteiriças, essas pessoas eram colocadas em ônibus em direção a São Paulo, sem qualquer explicação ou planejamento. Pouco a pouco passaram a habitar o centro da grande metrópole e, posteriormente, as regiões periféricas e interioranas.

Tratados como objetos e números, foram destituídos de toda a sua humanidade e o tão sonhado recomeço virou para muitos um grande pesadelo. E, nesse turbilhão de acontecimentos, eu me perguntava: será que, mesmo diante de tanto desrespeito, esses sujeitos conseguem reconquistar sua autonomia? Será que, apesar de todas essas dificuldades, a imigração teve um sentido emancipatório?

Essa preocupação inicial me trouxe ao Mestrado, mas, quanto mais eu conhecia a história do Haiti, quanto mais eu me aprofundava nas questões sobre identidade, mais inquietações surgiam, acompanhadas de um interesse e uma paixão cada vez maior. Assim, as respostas das questões iniciais vieram acompanhadas de novas perguntas, produzidas no decorrer do processo de conhecimento e que me guiaram nesse mar de descobertas que a pesquisa proporcionou, em um incrível amadurecimento pessoal e profissional.

Afinal, esse estudo fala de mim, dos brasileiros, dos haitianos, dos migrantes.... Do tornar-se humano em constante movimento e metamorfose.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O PERCURSO METODOLÓGICO: ENCONTROS E DESENCONTROS ...	18
2.1	Os depoimentos dos informantes	24
2.1.1	<i>Informante 1</i>	24
2.1.2	<i>Informante 2</i>	26
2.1.3	<i>Informante 3</i>	27
2.1.4	<i>Informante 4</i>	28
2.2	Compreendendo os discursos e os silêncios	30
3	O PERCURSO TEÓRICO: QUAL LENTE USAR?	35
3.1	As diferentes teorias acerca do fenômeno migratório	35
3.1.1	<i>Perspectiva microestrutural</i>	36
3.1.2	<i>Perspectiva macroestrutural</i>	38
3.1.3	<i>Teoria de redes</i>	40
3.2	Identidade em questão no processo migratório	44
3.2.1	<i>Contribuições teóricas</i>	44
3.2.2	<i>O sintagma identidade-metamorfose-emancipação</i>	53
4	A DIMENSÃO COLETIVA DA MIGRAÇÃO: A HISTÓRIA DO HAITI	57
5	E O MIGRANTE SE TORNA IMIGRANTE	78
5.1	Brasil: um país de imigração?	78
5.2	Aspectos legais: diferenças, semelhanças e perspectivas	85
5.3	Entre o sonho e a realidade: a chegada ao Brasil	97
6	O SER/ESTAR MIGRANTE: AS METAMORFOSES DAS METAMORFOSES	102
7	AS NARRATIVAS	115
7.1	História de vida de Florence	116
7.2	História de vida de Kevin	129
7.3	História de vida de Nivard	142
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
	REFERÊNCIAS	161
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	174

1 INTRODUÇÃO

A mobilidade humana é um traço característico que aparece, sob diferentes formas, ao longo da história da humanidade, desde os nômades que se deslocavam em busca de sua sobrevivência até as complexas migrações internacionais atuais. Segundo o dicionário *online* Michaelis (2009), migrar refere-se ao ato de passar de uma região para outra, assim como migração alude ao movimento espacial de um povo ou multidão ao passar de um lugar para outro, de forma que *migrante* se torna um termo frequentemente usado para definir, de modo geral, toda pessoa que se muda do seu lugar de residência habitual para outra região ou país.

Não obstante tais definições gerais, existem diversos termos específicos que são utilizados para classificar os diferentes tipos de migração. De acordo com o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (2011), designa-se *emigração* o ato de deixar o seu local de residência rumo a outra região e *imigração* o movimento de entrada de pessoas em determinado local a fim de lá se estabelecer. Quando essa migração ocorre no interior de um mesmo país, denomina-se *migração interna*, ao contrário das *migrações internacionais*, que se caracterizam pela fixação em outros países. No que diz respeito ao tempo, a migração pode ser *permanente, temporária ou sazonal*, quando realizada por um período pré-estabelecido, como nos casos dos boias-frias, que deixam a região da seca para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar e, logo que termina a colheita, retornam para a sua região. As migrações podem ainda ser denominadas como *espontâneas ou forçadas*, quando há causas alheias à vontade do migrante que o forçam a migrar, como ameaças à vida ou a subsistência por razões naturais ou humanas. Por fim, cabe destacar a *migração de retorno*, quando o migrante retorna ao seu local de origem após permanecer um determinado tempo ausente, período sobre o qual não há consenso estabelecido.

Mais do que terminologias, torna-se pertinente destacar que

A imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico [...] mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (SAYAD, 1998, p. 15).

Seguindo esse pensamento, Castro (2001) critica a naturalização do termo *migrante*, uma vez que a vivência singular de cada povo ou sujeito sempre será atravessada por referências de classe, gênero, raça/etnicidade e nacionalidade. Do mesmo modo, Menezes

(2012) sugere um deslocamento do olhar nos estudos migratórios da migração em si para os migrantes, que, enquanto sujeitos, atuam sobre os condicionamentos estruturais, políticos, econômicos, sociais e culturais, atribuindo-lhes significados a partir de suas histórias e projetos de vida pessoais e familiares.

Nessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo de formação da identidade de haitianos que vivem no Brasil à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação proposto por Ciampa (2005), analisando possíveis fragmentos emancipatórios no processo migratório. Objetiva-se conhecer a história e o projeto de vida dos imigrantes haitianos, de modo que o presente se torne um elo entre suas motivações e expectativas passadas e seus projetos e desejos futuros, em suas múltiplas possibilidades de *vir-a-ser* no mundo. Busca-se, ainda, identificar os impactos das situações de reconhecimento e de desrespeito (HONNETH, 2003) vivenciadas no processo migratório na constituição da identidade desses sujeitos, de modo a compreender as relações existentes entre políticas de identidade e identidades políticas enquanto elementos regulatórios e emancipatórios “de ações e discursos, tendo em vista as assimetrias de poder presentes nas relações sociais” (CIAMPA, 2002, p. 133).

Delineiam-se, assim, os objetivos desta pesquisa no que tange à compreensão do processo identitário de haitianos que vivem no Brasil, de modo que o problema apresentado possa ser, então, resumido na seguinte questão: no processo migratório e nas envolvidas situações de reconhecimento e desrespeito, os imigrantes haitianos conseguiram contornar a imposição das políticas de identidade, de modo a procurar formas de emancipação e caminhar, então, para uma identidade política?

A relevância social desta pesquisa manifesta-se na contemporaneidade e magnitude da imigração haitiana para o Brasil, que tem sido caracterizada como a maior onda imigratória dos últimos cem anos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012). Esse numeroso fluxo tem obrigado o Brasil e outros povos da América a olhar para um país que teve sua história silenciada desde a sua formação, uma vez que, junto com os braços fortes para o trabalho, recebem também cultura e resistência. É assim que, por meio das características imigrações, “o Haiti conta ao mundo sua história, redimensiona sua população e redefine sua identidade. Rompe, enfim, o silêncio e os muros que existem em seu entorno” (MAGALHÃES, 2017, p. 21). Além disso, o fluxo haitiano tem gerado impactos sociais e políticos importantes, de modo que este estudo contribui para adensar o conhecimento sobre o assunto, apoiando sua relevância científica no fato de que, ao abordar o tema da identidade, poderá fornecer subsídios para que o governo e a sociedade problematizem e comprehendam melhor a questão.

A esse respeito, cabe destacar que a predominância de pesquisas nas áreas de Geografia e História, comumente interessadas em quantificar e caracterizar os novos imigrantes — para o Brasil, é claro —, é usual e extremamente importante para uma primeira aproximação de um fluxo migratório ainda desconhecido. Não obstante, em um segundo momento, mostra-se imprescindível uma compreensão mais profunda dessa realidade, que desvele as especificidades de cada fluxo e as particularidades individuais, de modo a contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas efetivas e com a quebra de estereótipos que impedem a formação do capital social, fundamental para uma inserção cidadã na sociedade de destino. Essa necessidade foi sentida pela pesquisadora quando, em eventos de rodas de conversa, os imigrantes haitianos manifestavam o quanto se sentiam “ratos de laboratório”, tratados como números e estatísticas e destituídos de sua humanidade, daquilo que os fazem únicos e singulares: suas histórias de vida. E aqui revela-se a contribuição deste trabalho.

Nesse sentido, o percurso metodológico (capítulo 2) baseou-se no chamado método comprensivo, utilizando a narrativa de história de vida como instrumento para a coleta de dados. Devido à complexidade e a diversidade do grupo a ser pesquisado, a área de pesquisa foi delimitada ao estado de São Paulo, que concentra mais de 30% dos imigrantes haitianos. A definição dos chamados sujeitos emblemáticos e potenciais participantes foi realizada com base na coleta de depoimentos de quatro informantes, pessoas que tinham um grande contato com o campo pesquisado (subitem 2.1). Não obstante, uma série de dificuldades na aproximação com esses sujeitos levantou a necessidade de pensar o que pode estar envolvido no silêncio dos imigrantes, no medo de se expor (subitem 2.2).

No que tange ao percurso teórico (capítulo 3), este estudo fundamenta-se na perspectiva da “Psicologia Social Crítica” e toma como base o sintagma identidade-metamorfose-emancipação, desenvolvido por Antônio da Costa Ciampa, a partir da obra “A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social” (2005), para propor uma abordagem conciliatória entre as concepções micro e macroestruturais, considerando a percepção singular do migrante entrevistado com relação às determinações históricas, sociais e culturais envolvidas tanto no país de origem quanto no lugar de destino. Além disso, considera que, no caso da imigração haitiana, a teoria de redes se mostra extremamente presente na persistência e manutenção dos fluxos migratórios, seja para o Brasil seja para os demais países de destino. Desse modo, parte de uma exposição das contribuições históricas de alguns importantes autores da temática migratória, além da diferenciação entre as principais teorias desenvolvidas acerca desse fenômeno, para que seja

possível a compreensão da abordagem proposta (subitem 3.1). Feito isso, aprofunda-se em algumas contribuições de Berger e Luckmann, George Mead e Habermas para, então, dar prosseguimento às ideias defendidas por Antonio da Costa Ciampa, ao teorizar o sintagma identidade-metamorfose-emancipação (subitem 3.2).

Esse referencial torna imprescindível uma compreensão histórica a respeito do fenômeno migratório que, a despeito de ser um tema tão antigo e estudado por diferentes enfoques, vem despertando um interesse cada vez maior de governantes, estudiosos e sociedade civil nas últimas décadas. A importância que vêm assumindo no cenário mundial leva alguns a sugerirem que vivemos na *era das migrações* e que o fenômeno migratório contemporâneo assumiu uma complexidade sem precedentes, marcado pela globalização, diferenciação, aceleração e crescente politização das migrações (CAVALCANTI, 2015).

Em termos quantitativos, é possível perceber uma intensificação nos fluxos migratórios internacionais. Se, em 1965, existiam “apenas” 75 milhões de migrantes internacionais, em 2013 a soma já passava de 232 milhões, número que poderia chegar a um bilhão se considerarmos os migrantes internos, ou seja, que se deslocam no interior de um mesmo país. Além disso, estimativas apontam que, se o crescimento observado nos últimos 20 anos mantiver o mesmo ritmo, em 2050 o contingente de migrantes internacionais em todo o mundo, poderá alcançar a incrível marca de 405 milhões (IOM, 2000, 2010, 2015).

Ademais, as migrações tornaram-se também mais intensas quanto aos lugares e direções envolvidas, mais complexas quanto às suas causas e mais diversificadas, envolvendo atualmente mulheres, jovens, crianças, intelectuais, trabalhadores temporários, entre muitos outros atores. Zamberlam (2004) revela ainda que o processo migratório sofreu profundas mudanças a partir do final do século XX, com destaque para a acentuação do desnível econômico entre os países, derivada da globalização; o aumento da visão de ilegalidade e subversividade dos movimentos migratórios, que equipara o migrante descapitalizado ao *status* de “criminoso” ou “marginal”; a feminilização das migrações, com um número crescente de mulheres que migram sozinhas ou como chefes de família; e o surgimento de um complexo de redes que conecta migrantes e não migrantes, seja na forma de um associativismo solidário, seja na forma de máfias, que realizam o tráfico desses migrantes.

Essas características marcam fortemente o Haiti e seu tão característico fluxo migratório, estabelecido em decorrência de uma história de violência, desigualdade social e instabilidade política desde sua formação. O capítulo 4 retratará como o país passou da colônia mais próspera das Antilhas ao país mais pobre das Américas, demonstrando como a emigração foi estabelecida historicamente pela população como opção identitária e estratégia

de sobrevivência, concentrando-se inicialmente em países como Estados Unidos, Canadá, Cuba e França e, mais recentemente, em países sul-americanos, como Brasil e Chile.

Essa importante mudança pode ser associada à estagnação e à crise econômica instalada em alguns países desenvolvidos a partir de 2008, repercutindo nos níveis de remessas, acentuando as práticas xenofóbicas e ampliando ainda mais a seletividade migratória. Tais mudanças afetaram a possibilidade de entrada e permanência nesses países para milhões de migrantes, fazendo com que 60% das migrações passassem a ocorrer entre países em desenvolvimento (GOTTARDI, 2015). Nesse contexto, o Brasil voltou a se posicionar internacionalmente como um receptor de imigrantes, o que tem colaborado para situar o país na tensão relativa às migrações internacionais no contexto do capitalismo global.

Além da crise internacional, a liderança na Missão de Estabilização nas Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) e a imagem do Brasil no exterior como um “lugar de oportunidades”, fizeram com que o país ganhasse cada vez mais espaço no imaginário dos haitianos, sobretudo a partir de um estreitamento de vínculos afetivos e simbólicos ligados à cultura, à música e ao futebol. Quando a situação já crítica do país ficou ainda pior pela ocorrência de um forte terremoto, no ano de 2010, que deixou cerca de 230 mil mortos e 1,5 milhões de desabrigados, os haitianos passaram a estabelecer o Brasil como destino, com a garantia de que seriam bem acolhidos — embora a realidade tenha sido bem diferente.

Assim, a dialética emigrante-imigrante envolve, necessariamente, a reflexão do país receptor (capítulo 5), com suas políticas identitárias, características culturais e históricas, além de seus aspectos legais, que terão uma influência direta no modo como se dará a recepção de cada grupo migratório e a sua consequente inserção social. Vale ressaltar que, historicamente, o Brasil tem sido reconhecido como um país de imigração pois, desde a sua descoberta e colonização, teve sua história marcada por movimentos populacionais, seja dos negros enquanto escravos, seja dos milhões de imigrantes, em sua maioria italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses, mas também grupos menos expressivos como russos, holandeses, árabes e poloneses. O subitem 5.1 abordará esse processo histórico, destacando que, obviamente, ele não foi linear e alterou-se de acordo com o momento do país e o grupo envolvido, de modo que “os governos oscilam entre a *atitude de abertura* (embora tratem os migrantes como bem de oferta e procura quando os interesses nacionais o exigem) e *de restrição* (até de rechaço) quando a presença do estrangeiro é onerosa” (ZAMBERLAM, 2004, p. 28, grifos do autor). A criação do mito de um país receptivo à imigração omite a seletividade branca e europeia, sendo usado até hoje para descrever o Brasil como um país acolhedor, que valoriza a miscigenação e nega a presença de preconceitos e xenofobias.

A legislação, enquanto elemento regulatório do país, acompanhou as diferentes posições adotadas ao longo do tempo, tendo em sua composição definições e restrições mais ou menos explícitas de acordo com o momento econômico e político do Brasil. O subitem 5.2 apresentará uma breve discussão a respeito das leis migratórias brasileiras, sobretudo no que tange à diferença entre asilo, refúgio e visto humanitário, além do obsoleto Estatuto do Estrangeiro, que vigorou nos últimos 37 anos e foi substituído recentemente por uma lei baseada nos Direitos Humanos, destacando o impacto dessas leis — ou da falta delas — na integração social do migrante enquanto cidadão.

O subitem 5.3 contextualizará a chegada do fluxo haitiano ao Brasil, o estabelecimento de São Paulo como principal cidade de concentração e o perfil desses imigrantes. Um mapeamento do fluxo por meio da utilização de dados quantitativos mostrou-se necessário para o dimensionamento do fenômeno e a compreensão de sua heterogeneidade, enquanto a comparação com outras pesquisas permitiu a constatação da representatividade do perfil dos sujeitos entrevistados enquanto realidade dos imigrantes haitianos que se estabeleceram em São Paulo e aqui ainda permanecem.

O capítulo 6 abordará, então, o ser/estar migrante e as metamorfoses das metamorfoses envolvidas no processo migratório, destacando as possibilidades ou impossibilidades identitárias que se constituem nesse processo. A evidência de uma xenofobia velada, que tolera o “estranho invasor” em sua invisibilidade, mas dificilmente o integra socialmente e culturalmente enquanto cidadão local exige das identidades migrantes uma rearticulação enquanto ser social e uma redefinição de si próprio como “cidadão do mundo”. Para tal compreensão, serão utilizadas referências de autores com diferentes percepções de identidade (identidade cultural, identidade territorial, entre outras), mas que em nenhum momento se contrapõem à concepção de identidade do sintagma, uma vez que esta parte de uma compreensão muito mais ampla e abrange todas as inúmeras identificações que compõem a identidade do indivíduo.

O capítulo 7 apresentará as histórias e os projetos de vida de Florence, Kevin e Nivard, que serão analisados a partir do referencial teórico adotado, por meio da organização dos personagens apresentados por cada narrador e da compreensão das diferentes metamorfoses vivenciadas, relacionando as trajetórias individuais com as condições sócio históricas que as cercam. Por fim, o capítulo 8 apresentará as considerações finais no que tange à compreensão identitária desses sujeitos e sua relação com o processo histórico analisado.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO: ENCONTROS E DESENCONTROS

O desenvolvimento deste trabalho encontra-se no âmbito da chamada “Psicologia Social Crítica”, comprometida com a realidade brasileira e com os projetos de vida individuais e indissociada da práxis cotidiana e da dinâmica dos processos históricos-sociais (LIMA; CIAMPA; ALMEIDA, 2009). Deste modo, o referencial teórico-metodológico que embasa a pesquisa toma como base autores cujas origens teóricas remetem à denominada Teoria Crítica, estabelecida em contraponto à concepção tradicional de ciência, ao unir teoria e prática e compreender a sociedade a partir de sua orientação para a emancipação, ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica do sistema social vigente (NOBRE, 2003).

O autor Jürgen Habermas é o principal representante da chamada segunda geração da Teoria Crítica, tendo insistido em uma teoria orientada à emancipação, a Teoria da Ação Comunicativa, por meio da qual ele formula a rationalidade comunicativa em contraponto à rationalidade instrumental, descrita por seus antecessores como única rationalidade possível. “A rationalidade comunicativa encontra-se, assim, para Habermas, efetivamente inscrita na realidade das relações sociais contemporâneas” (NOBRE, 2003, p. 14). Do mesmo modo, Axel Honneth, também representante desta tradição, apresentou sua própria posição teórica em contraste com seu antecessor, Habermas, concordando com as bases intersubjetivas e universalistas deste, porém acrescentando como alicerce dessa interação os conflitos sociais e, sua gramática, a luta por reconhecimento.

Nessa perspectiva, torna-se apropriado o chamado método comprehensivo, desenvolvido por Habermas, no qual o autor trabalha com a ideia de ações, diferenciadas de comportamentos, repletas de normas e regras e que são produzidas por um sujeito que, mesmo não concordando com elas, as respeita, enquanto não consegue encontrar formas para redefiní-las em sociedade. Para compreender as ações, não basta ao pesquisador trabalhar apenas com a observação, é necessário entendê-las e isso só é possível por meio da análise do sentido atribuído pelo indivíduo (DANTAS, 2013). Além disso,

Pode existir uma evidência esmagadora quanto à *identidade corpórea* de uma pessoa; mas, para se ter certeza quanto à *identidade da pessoa*, temos de abandonar a atitude proposicional e interrogar com atitude prática [...] o interessado sobre a sua identidade, pedindo-lhe para *identificar-se por si mesmo* (HABERMAS, 1983, p. 22).

Sendo assim, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi a Narrativa de História de Vida, considerando que

Solicitar que uma pessoa seja narradora de sua própria história pressupõe colocá-la numa situação de protagonismo e exercício de autonomia. Ao falar de si e de seu entorno, o sujeito/autor da narrativa posiciona-se enquanto ator/personagem, em episódios cujos enredos são tecidos na legitimidade dos sentidos que lhes atribui frente significados sociais que defende ou questiona (ANTUNES, 2012, p. 73).

Cabe ressaltar que a palavra se apresenta como um dos métodos mais antigos na aquisição e conservação do conhecimento e, generalizada sob o termo “história oral”, vem sendo utilizada nas ciências humanas como técnica de coleta de dados desde o começo do século XX. Justamente por isso, e apesar das ressalvas que existiam quanto ao “subjetivismo” do informante, diferentes termos passaram a ser usados para discriminar particularidades teórico-metodológicas, como a biografia, a autobiografia, o testemunho, a etnobiografia e a história de vida (QUEIROZ, 1988).

De acordo com Chizzotti (2014), a biografia refere-se à reconstrução da vida do biografado por outra pessoa, enquanto a autobiografia é a história contada pela própria pessoa sobre si mesma ou escrita por alguém a partir do relato descritivo do próprio biografado. O testemunho envolve a vivência de algo impactante e a posterior narração com objetivo de denúncia ou reivindicação. Já a etnobiografia considera o relato do sujeito apenas como pano de fundo, que deve ser complementado por outras informações a respeito de sua realidade social.

Queiroz (1988) defende que a história de vida se define como um relato no qual o narrador busca reconstituir os acontecimentos que considera significativos de sua existência, assim como as relações que nela estabelece, cabendo ao pesquisador captar o que ultrapassa o caráter individual e desvela as coletividades na qual o narrador está inserido. A autora reforça, ainda, que isso deve ser feito com a mínima interferência possível, cabendo ao narrador decidir o que e quando relatar — característica que a diferencia dos depoimentos.

Para Pollak (1989), a história oral foi especialmente utilizada para contar a história dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, destacando a importância das “memórias subterrâneas” em contraponto à “memória oficial”. Nessa perspectiva, o sujeito apresenta-se como narrador de uma história da qual faz parte e a partir da qual se busca acessar a identidade social do grupo. Ecléa Bosi, ao inaugurar a história de vida enquanto técnica focada na singularidade dos indivíduos, defende que assim “camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (BOSI, 2004, p. 15).

A superação da dicotomia social/individual pode ser vista no trabalho de Antonio da Costa Ciampa, desenvolvido em meados de 1980, quando o autor utiliza a história de um personagem fictício e um real para demonstrar que o singular materializa o universal. Além disso, a superação dos aspectos meramente descritivos tornou mais adequado denominar o método utilizado de “narrativa de história de vida”, uma vez que é a narração e os diferentes sentidos atribuídos pelo narrador o foco da análise (LIMA, 2014).

Nessa perspectiva, não se busca a verdade literal dos fatos ou a vida do sujeito em si, mas suas diversas interpretações decorrentes da identidade pressuposta, cabendo ao pesquisador desvelar rupturas e continuidades, contradições e negações (ALMEIDA, 2003). Assim,

Não é apenas a narrativa da veracidade dos fatos que aconteceram ao longo da história de uma pessoa que possibilitam compreender o processo de constituição de sua identidade, mas também a narrativa ficcional de sua história, a maneira como o sujeito dá sentido e narra essa interpretação. É o entrecruzamento da narrativa da história e da narrativa de ficção que possibilita a compreensão do processo de constituição identitária (FURLAN; LIMA; SANTOS, 2015, p. 30).

Deste modo, Ciampa define que o estudo da identidade deve ocorrer a partir de duas perguntas básicas: “Quem é você?” e “Quem você gostaria de ser?”, por meio das quais o sujeito pode organizar o passado, repensar sua trajetória e vislumbrar novas oportunidades para sua vida, constituindo-se a narrativa por si só uma possibilidade de metamorfose. Por conta de questões que serão melhor abordadas na seção “Compreendendo os discursos e os silêncios”, a amplitude das duas perguntas básicas gerou um desconforto explícito nos entrevistados, que precisou ser contornado por uma maior diretividade por parte da pesquisadora, sobretudo no que tange ao passado no Haiti e às relações estabelecidas. Essas mesmas questões precisaram ser retomadas e complementadas no segundo encontro, embora a familiaridade com a pesquisadora e a leitura conjunta da transcrição da primeira entrevista tenha possibilitado uma apropriação da própria história de vida e um discurso muito mais autônomo. Assim, comprehende-se que esse processo não descharacterizou o método utilizado, pelo contrário, demonstrou que,

Através do seu relato, o sujeito desenvolve uma atividade e produção de sentido que ilumina sua existência e esclarece o presente: é uma rememoração que se orienta pela necessidade de dar sentido ao que se é, interligando destinos possíveis, ordenando e (re)significando experiências e desvelando desejos e projetos, frustações e realizações, tropeços pessoais e momentos de afirmação de si, bem como encontros com o outro e as peculiaridades de uma vivência social (ALMEIDA, 2003, p. 185).

A metodologia de narrativas de história de vida implica, então, um sujeito ao mesmo tempo narrador e autor, tanto dos personagens descritos como das memórias elencadas para a narração. Há um vínculo intrínseco entre identidade e memória, individual e coletiva, ambas se apresentando como metamorfoses e pretensões interessadas, ou, como afirma Pollak (1992),

A identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essência de uma pessoa ou de um grupo (p. 204).

Do mesmo modo, Brandão (2008) afirma que nada somos além daquilo que recordamos e do que esquecemos, seja as lembranças silenciadas voluntária ou involuntariamente, seja os não ditos. Isso porque a memória articula passado-presente-futuro, estabilizando os diversos personagens desempenhados e conferindo sentido à existência. Essa articulação envolve tanto lembranças individuais quanto coletivas, uma vez que tudo o que afeta os sentidos pode ser transformado em memória, embora o processo só se complete quando modulado pela emoção, ou seja, “sem necessidade, motivação, interesse, ou afetados por diferentes fatores externos, e que envolvem níveis variados de emoção, o processo de conhecimento fica incompleto” (BRANDÃO, 2008, p. 10).

Assim sendo, um mesmo fato pode ser rememorado de diferentes maneiras por pessoas distintas ou, ainda, ser esquecido por algumas delas, dependendo da carga emocional e do grupo social envolvido. O esquecimento, assim como a memória, é um mecanismo essencial para a sobrevivência individual e grupal, pois preserva a sanidade e o convívio, além de estimular a rememoração (BRANDÃO, 2008).

Outra consideração importante na metodologia utilizada refere-se à colocação de Halbwachs (1990) de que nunca estamos sós e, assim como toda identidade é social, toda memória é coletiva, uma vez que a forma como o sujeito interpreta o mundo e as referências sociais que possibilitam a recordação — linguagem e organização do tempo — advêm do processo de socialização. Quanto maiores as referências, maiores as possibilidades interpretativas e de expressão identitária, afinal

Cada memória é única, tem a marca e é constitutiva de nossa identidade, fazendo parte, simultaneamente, das comunidades restritas ou ampliadas das quais participamos; ligando-nos também às memórias comuns, sócio-históricas. Ao

trabalharmos com as histórias dos sujeitos, como narrativas, ficam evidentes as lembranças individuais entrelaçadas às memórias coletivas, também como parte da memória histórica que as contextualiza (BRANDÃO, 2008, p. 16).

Halbwachs (1990) defende ainda que a manutenção das relações com determinado grupo auxilia na conservação das recordações e hábitos aprendidos em seu interior, seja pela reposição das ações do grupo, seja pela manutenção dos afetos que faz com que o grupo seja uma referência sempre presente. Como a individuação ocorre a partir da socialização,

Ciampa nos ensina que a narrativa de história de vida pode demonstrar como o homem se caracteriza, antes de tudo, por sua capacidade de superação das circunstâncias dadas, pela capacidade de criar projetos para si e que isso permite compreender se o resultado de suas ações promove uma realidade nova e provida de significação própria, em lugar de ser muito mais do que simplesmente uma média (LIMA, 2014, p. 24).

Com base nesse processo, a escolha dos sujeitos foi realizada a partir do critério de sujeitos emblemáticos, ou seja, indivíduos que busquem a emancipação e que demonstrem tendências identitárias abrindo novas possibilidades ao grupo social (GRIEBELER, 2015). Antunes (2012) complementa esta ideia defendendo que a escolha dos sujeitos emblemáticos resulta de uma interpretação por parte do pesquisador a respeito de sua capacidade em expressar ou encarnar uma tendência que se queira discutir, gerando visibilidade à relevância desta discussão.

Diante da complexidade e diversidade do grupo a ser pesquisado, delimitou-se como área de pesquisa o estado de São Paulo, uma vez que, desde 2013, o Sudeste passou a ser a principal porta de entrada dos imigrantes haitianos, sendo responsável pela entrada de 50% do fluxo, com destaque para São Paulo, que concentra mais de 30% dessa população (FERNANDES; FARIA, 2016). Para definir os possíveis sujeitos, optou-se pela coleta de depoimentos de quatro informantes, pessoas que tinham reconhecidamente um grande contato com o campo pesquisado, ligadas à Missão Paz, instituição que se tornou referência no acolhimento e apoio aos imigrantes haitianos, e outras associações que trabalham com o tema. As perguntas disparadoras foram as seguintes: “O que diferencia os imigrantes haitianos que conseguem superar as dificuldades do processo migratório dos que não conseguem? Como você analisa quais características podem fazer a diferença entre um grupo e outro? Você conhece algum imigrante haitiano que possa ser considerado um sujeito emblemático, ou seja, que tenha superado as dificuldades e tenha caminhado para uma maior conscientização e autonomia?”.

O critério de inclusão sugerido pelos informantes foi a participação em associações de imigrantes, projetos culturais ou artísticos, de ambos os sexos. Novamente por uma sequência de encontros e desencontros (temática que será trabalhada mais adiante) e não por uma seleção prévia, os três entrevistados acabaram pertencendo a um mesmo perfil: entrada no Brasil por via aérea já de posse do visto e alta escolaridade, atrelada a uma boa condição financeira ou suporte familiar. Um mapeamento quantitativo do fluxo mostrou-se, então, necessário para o dimensionamento do fenômeno e a compreensão de sua heterogeneidade, enquanto a comparação com outras pesquisas (BAENINGER; PERES, 2016; FERNANDES; FARIA, 2016; MAMED; LIMA, 2016; MAGALHÃES, 2017) permitiu a constatação da representatividade desse perfil enquanto realidade dos imigrantes haitianos que se estabeleceram em São Paulo e aqui ainda permanecem. Destaca-se, assim, a importância do diálogo com outras abordagens e áreas de conhecimento para a compreensão de um fenômeno tão complexo quanto a imigração e tão específico quanto o fluxo haitiano para o Brasil.

Mediante os sujeitos participantes foram explicitados os cuidados éticos pertinentes à presente pesquisa, no que tange à confidencialidade dos dados e à gravação das entrevistas, de modo que o discurso obtido pudesse ser transscrito na íntegra e analisado com maior profundidade e exatidão. Foi explicitada, também, sua finalidade acadêmica e a não publicação da íntegra das entrevistas como anexos da Dissertação, além da substituição dos nomes verdadeiros por nomes fictícios (Florence, Kevin e Nivard), de modo a evitar a exposição dos sujeitos. Vale dizer que, como os sujeitos entrevistados se abstiveram da escolha dos nomes substitutos, a mesma foi realizada pela pesquisadora, mediante consulta à internet para que os nomes escolhidos fossem característicos do povo haitiano e representassem os participantes de algum modo. Assim, Florence significa “florescer” e representa a ligação da entrevistada com a natureza, bem como seu florescimento após o processo migratório. Kevin significa “inteligente e nobre por nascimento” e faz alusão à auto-imagem expressa pelo entrevistado em diversos momentos da entrevista. Nivard representa o “tutor, guardião, protetor”, sentido atribuído pelo terceiro entrevistado ao seu projeto de vida.

O procedimento de análise foi baseado na organização dos diferentes personagens apresentados por cada narrador, de modo a construir uma trajetória individual. Posteriormente, foi verificada a articulação dessas personagens, de modo a compreender as diferentes metamorfoses, a importância do reconhecimento na construção e reconstrução de si mesmo e os movimentos de mesmice — re-posições das personagens — ou mesmidade — superações das contradições — vivenciados pelos indivíduos (LIMA, 2014). Por fim, como

“o singular materializa o universal” (CIAMPA, 2005, p. 130), os sujeitos, ao falarem de si, permitiram uma análise das condições sócio históricas que os circundam.

2.1 Os depoimentos dos informantes

2.1.1 Informante 1

O primeiro informante refere-se a um profissional da Missão Paz, com grande contato com o Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes — que presta todo o suporte ao imigrante no que tange aos aspectos jurídico, profissional, educacional, de saúde, familiar e social — e com o Centro de Estudos Migratórios (CEM) — que possui uma biblioteca e uma revista especializada, oferece cursos e seminários e recebe estudantes e pesquisadores (PARISE, 2016). Por conta dessa experiência, seu depoimento caracterizou-se como o mais completo e focalizado, baseado tanto em seu conhecimento prático quanto teórico.

Para ele, independentemente da nacionalidade, a superação das dificuldades da condição migrante e uma melhor inserção social estão diretamente relacionadas à existência das “redes informais de proteção social”, que envolvem desde familiares, amigos, até as instituições, associações e movimentos populares envolvidos com o tema. O suporte na chegada e nos primeiros momentos no que tange à moradia, à língua, à documentação, ao trabalho são fundamentais para que o imigrante tenha uma maior “margem de manobra” e não tenha que se sujeitar a situações como morar na rua, aceitar qualquer tipo de trabalho — mesmo àqueles análogos a escravo —, se prostituir ou se envolver com atividades ilícitas. A concentração de imigrantes haitianos na Missão Paz demonstra justamente a busca por essa rede de apoio, da mesma forma que a articulação das congregações religiosas do Acre e de Manaus formou uma rede de acolhimento que, mesmo improvisada, viabilizou a vinda de outros haitianos.

Não obstante, a grande onda migratória, em tão pouco tempo, associada ao elemento surpresa, à ausência de um planejamento e de uma política migratória eficaz, dificultou uma inserção social adequada de uma parcela desse grupo. A rede se mostra importante para a fixação,

Mas não é suficiente, você precisa de um bom desenvolvimento social, econômico e político para viabilizar a permanência dessas pessoas com dignidade. Como hoje você tem essa crise financeira e uma crise de desemprego muito grande, você tem imigrantes haitianos principalmente, outras nacionalidades também, mas principalmente haitianos que tem que sair do Brasil em direção ao Chile. Alguns

apontam que o câmbio no Chile, a moeda chilena, está melhor classificada em relação ao dólar do que o real, e além disso que se tem uma economia em crescimento no Chile com gerações de empregos, então isso tem atraído os imigrantes para lá.

O informante destaca ainda a diferença existente entre os sexos, seja pela “cultura machista” em que vivemos — que restringe as opções de moradia e de trabalho para as mulheres —, seja pelos valores culturais do país de origem — o aprendizado das línguas, como é vista culturalmente a imigração feminina, entre outros fatores. Diferencia aqueles que vêm sozinhos dos que trazem a família, uma vez que é muito mais difícil a inserção inicial quando de um grupo maior, sem contar o fato de a família ficar separada nas casas de acolhimento e isso, muitas vezes, gerar um sofrimento.

Daí também talvez uma das explicações que em geral imigram homens solteiros e mulheres solteiras, em geral é isso, claro que você tem uma situação ou outra que tem que migrar toda a família, ou que deixam a família no país de origem. Esse reagrupamento familiar ele ocorre em uma segunda ou terceira etapa do processo migratório e quando ocorre ele sinaliza que houve uma estabilidade na condição socioeconômica e cultural daquele imigrante que conseguiu buscar a família.

No que tange ao posicionamento crítico, descreve que, independentemente de ter ou não uma maior consciência de seus direitos, no início há uma tendência a se submeter a determinadas condições de trabalho ou outras violações para conseguir se estabilizar, embora não perdure muito tempo. Exemplifica com as ofertas de emprego no início do fluxo haitiano, que pagavam salários baixíssimos e nos quais os haitianos não permaneciam por mais de 3 meses — independentemente da consciência de seus direitos, havia a consciência de que aquele salário não era suficiente para suas despesas. “Agora também não dispõe deste conhecimento dos direitos, não dispõe dessa possibilidade de negociar melhores condições de trabalho, evidentemente vai influenciar também e implicar em uma maior dificuldade de inserção social, uma maior dificuldade de conseguir melhores condições de vida”.

Destaca como “fato extraordinário” a fundação das próprias igrejas evangélicas pelos imigrantes haitianos, de modo que “essas igrejas também se tornaram elementos poderosíssimos de solidariedade, de coesão coletiva para eles e de apoio”. E com base nesse posicionamento crítico e no movimento de fundação das próprias igrejas, apontou como possíveis sujeitos emblemáticos aqueles pertencentes às associações de imigrantes, projetos culturais ou grupos artísticos, recomendando a diferenciação entre homens e mulheres.

2.1.2 Informante 2

A segunda informante refere-se a uma profissional ligada à Casa do Migrante – abrigo com capacidade para acolher 110 imigrantes, separados em ala masculina e feminina, disponibilizando alimentação, higiene pessoal, roupas, aulas de português, acompanhamento psicológico e social, além de uma sala de TV, biblioteca, brinquedoteca e lavanderia (PARISE, 2016). O período máximo de permanência permitido é de 6 meses, mas o tempo médio de permanência é de apenas 3 meses. No período em que a entrevista foi realizada (julho de 2016), a Casa do Migrante estava lotada (84 homens, 18 mulheres e 11 crianças, totalizando 5 famílias), em sua maioria congoleses e angolanos, além de 16 haitianos. De acordo com a informante, desde setembro de 2015 a maioria dos haitianos que solicitava abrigo na Casa do Migrante não estava chegando ao Brasil naquele momento, mas retornando de outros estados brasileiros para uma última tentativa de estabilização em São Paulo ou para reunir o dinheiro para comprar a passagem aérea e ir embora.

Para ela, a superação das dificuldades do processo migratório está associada à história de vida de cada um e o quanto cada indivíduo consegue se integrar na sociedade local, envolvendo os âmbitos do trabalho, socialização, reconhecimento espacial e territorial, entre outros. Reconhece que o haitiano foi aceito em muitos espaços por ter se colocado na situação de bom trabalhador, mesmo em trabalhos pesados, como um mecanismo de sobrevivência por conta da necessidade.

“Alguns não conseguiram ficar, por *any* razões, mas eu acredito que a mais importante é o sofrimento psíquico, da saudade, [...] aquilo que me traz a minha naturalidade, a minha essência enquanto humano, então a minha infância, a minha família [...]. Então é a parte psíquica, é a parte do sofrimento psíquico que vai fazer com que o migrante volte”. Afirma ainda que essa dor psíquica pode até ser compensada pela satisfação de conseguir ajudar financeiramente a família ou construir uma vida melhor, mas jamais irá supri-la. Assim, a crise financeira acaba por agravar a situação, pois sem a satisfação financeira e sem a família por perto, não há nada que prenda o imigrante no Brasil. Aqueles que conseguiram uma moradia, se estabeleceram no mercado de trabalho, construíram uma família ou trouxeram a família para o Brasil, construíram um vínculo afetivo com as pessoas ou com o país, perderam tudo ou todos no Haiti, têm mais facilidade e resistência para enfrentar as dificuldades.

Esse processo é facilitado pela rede de apoio e pertencimento formada pelos imigrantes haitianos, de modo que “eles começam a criar núcleos, sejam religiosos, sejam

comunidades, para estar o mais próximo possível da sua naturalidade, quando se refere a música, a comida, a vivência, é bem interessante, tem vários grupos, o Haiti é um dos países que surpreende por grupos, são pequenos grupos e várias lideranças". A informante conclui, então, que a superação das dificuldades migratórias independe do sexo ou da idade, depende muito da história de vida de cada indivíduo, do que ele deixou para trás e do que construiu no Brasil.

2.1.3 Informante 3

A terceira informante trata-se de uma professora, representante de uma universidade de São Paulo como membro do Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz há mais de 20 anos. A partir de uma experiência mais teórica do campo da migração, a informante afirmou ser determinante a questão do custo-benefício, segundo a qual o imigrante é aceito e acolhido pela sociedade e pelo Estado quando ele representa uma mão de obra que vem preencher uma necessidade de trabalho, mas estigmatizado como estrangeiro e "expulso" quando passa a competir com os nativos pelos postos de trabalho. "Então esse imigrante sempre tem uma situação de provisório e definitivo. Ele é definitivo desde quando ele se insere no contexto econômico, social da sociedade, preenchendo espaços que são necessários. No momento em que ele é supérfluo ali, ele é o primeiro a pular, porque ele é o de fora, ele sempre está na situação de provisório e definitivo. E aí não importa a etnia".

Diferencia determinados segmentos que são melhor recebidos, como os de primeiro mundo, pois são vistos como investidores (dentro do capitalismo globalizado), uma mão de obra especializada, muitos com postos de trabalho já definidos e que são mais facilmente incluídos socialmente, "os outros não, eles vão engrossar as fileiras dos excluídos". Nesse sentido, retrata como a grande maioria dos haitianos veio para o Brasil iludida por informações errôneas de que os salários eram pagos em dólares e que possibilitariam uma vida melhor para o migrante e sua família.

Reforça a importância das redes sociais na viabilização da migração, por meio do acolhimento na chegada, no encaminhamento ao trabalho, na inserção social, "não é o Estado que o acolhe, são essas redes de vizinhança, de compadrio, de parentesco. E se você for analisar, por exemplo, os espaços de São Paulo, são nichos de grupos étnicos diferenciados, então na Liberdade é a imigração japonesa, coreana, oriental, aí você vai no Bexiga é imigração italiana". Explica, entretanto, que essas redes tendem a se fechar por conta da crise financeira, pois há uma luta pela sobrevivência individual que impede, muitas vezes, uma

solidariedade maior, gerando inclusive uma competição entre os imigrantes, que acabam por se dividir em grupos de acordo com a classe social e econômica alcançada no Brasil.

Diferencia, ainda, as características sexo e idade, uma vez que “geralmente os trabalhos recusados pelos nativos são trabalhos pesados e se direcionam a homens de uma certa faixa etária, como os frigoríficos, então são trabalhos mais pesados, mais masculinos”. Nesse momento, reforça que muitos imigrantes haitianos, mesmo com formação profissional e técnica, conseguiram se inserir apenas em atividades bem inferiores e com salários baixíssimos, situação agravada pela baixa conversão do dólar, transformando uma conjuntura que era benéfica no início para uma desfavorável.

“Acho que é isso então, principalmente a questão do trabalho, da atração e da necessidade do próprio Estado, e também a questão das redes, que vai fazer com que esse sujeito consiga ou não se inserir”.

2.1.4 Informante 4

O quarto informante caracteriza-se como fundador de um instituto que lida com o tema da migração e do refúgio, buscando promover a reintegração cultural, educacional, profissional e social dos beneficiados, associada à diminuição do preconceito e da discriminação existente. Destacou-se por seu posicionamento mais crítico, sendo enfático ao afirmar que, mesmo aqueles imigrantes haitianos que conseguiram de alguma maneira superar as dificuldades do processo migratório, não são bem recebidos, nem pelo povo brasileiro e muito menos pelo governo. “Tem um caminho muito longo ainda para que essas pessoas possam ser tratadas realmente como cidadãos, isso elas não são, não são vistas como cidadãos mesmo do país, é o estranho, é o estrangeiro que está vindo aqui e que a gente está abrindo as portas”.

Retrata a xenofobia e o racismo existente por parte do povo brasileiro, que generaliza haitianos e africanos pela cor da pele e pelas precárias condições econômicas e sociais de seus países, alimentando um sentimento de hostilidade por esses “invasores” que nada têm a acrescentar, pelo contrário, que vêm para “roubar os empregos dos brasileiros” e “usufruir dos benefícios sociais”. A falta de solidariedade é agravada pelo momento de instabilidade política e econômica do Brasil e pelo desconhecimento de maiores informações a respeito desses fluxos, somado à falta de um posicionamento eficaz do governo e à ausência de uma política migratória mais efetiva. O que tem gerado casos graves de agressões a haitianos, com espancamento e tiros de chumbinho.

O que mostra a visão que nós temos, que a grande maioria tem sobre a África e sobre o Haiti, desconhece completamente. As pessoas quando pensam em Haiti pensam em vodu, pensam em Aids, pensam em Malária, só pensam em coisas ruins. Na África a mesma coisa, eu penso em Ebola, eu penso em Aids, eu penso em Febre Amarela, eu penso em tráfico de drogas, é isso que eu penso. Então eu desconfio dessas pessoas, eu não consigo imaginar que essa pessoa tenha algo a contribuir, a acrescentar para mim, diferentemente das pessoas que vêm da Europa, da América do Norte, enfim.

Diferencia a recepção dada aos negros e aos brancos, sobretudo quando advindos de países tidos como desenvolvidos, como Estados Unidos e França, afirmando que, nesses casos, há o pensamento de que o estrangeiro irá contribuir para o crescimento do país. Relata que tal posicionamento também ocorre por parte do governo, que permitiu a entrada dos haitianos por interesse político e econômico, já que havia a necessidade de mão de obra barata para as obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Afirma que, a seu ver, os haitianos poderiam ser incluídos como refugiados, no quesito “grave e generalizada violação dos direitos humanos”, uma vez que não há trabalho, estudo, condições básicas de saúde, “então questões básicas elementares de direitos humanos são violadas constantemente, o Estado não dá conta de dar esse mínimo básico para essas pessoas, a grande parte deles”. Porém, esse reconhecimento poderia abrir precedentes para diversas outras nacionalidades, além de trazer problemas internacionais para o Brasil, pois, como líder da Minustah, seria assumir que a missão não está desempenhando o seu papel de forma adequada no Haiti.

Segue dizendo que a saída encontrada, o visto humanitário, foi uma alternativa positiva para os haitianos, que já chegaram ao Brasil com a certeza do visto, ao invés da instabilidade gerada pelo protocolo até o reconhecimento ou não do refúgio. Não obstante, o papel do governo tem sido extremamente “limitante no processo de possibilitar uma vida mais digna para essas pessoas, não é permitir que eles entrem no país, dar o RNE, a carteira de trabalho e o CPF e falar ‘se vira’. Hoje o que é feito é basicamente isso, salvo algumas exceções de coisas pontuais que são feitas por uma prefeitura aqui, outra ali”. Exemplifica com os direitos assegurados a qualquer imigrante à educação e à saúde pública, citando o despreparo desses lugares para efetivamente recebê-los, sobretudo no que tange à questão da língua.

Destaca como a questão do sexo e da idade interfere no caso dos haitianos, um fluxo predominantemente masculino e em idade produtiva, que o diferencia dos fluxos de refugiados, constituídos majoritariamente por menores de 18 anos. Explica que, no caso do Haiti, o custo de deslocamento para o Brasil é relativamente alto, então as famílias têm de fazer uma escolha entre seus numerosos membros.

Não tem condições de vir todo mundo junto, qual é a lógica? Vem o homem primeiro para tentar se estabelecer, tem uma força de trabalho maior do que o da mulher, geralmente são países em que o homem tem a prioridade no estudo, que as mulheres ainda são vistas como aquela que deve permanecer dentro de casa, cuidando dos filhos e cuidando da casa, então geralmente as mulheres têm um nível de instrução menor do que os homens, então os homens têm uma possibilidade maior de conseguir se inserir no mercado de trabalho no Brasil, então vem o homem, isso é natural. [...] São sociedades em grande medida muito paternalistas, [...] então para eles é impensável ‘eu ficar em casa com os meus filhos, minha esposa migrar e me sustentar, de jeito nenhum, eu sou o homem da casa’.

Define que a proporção atual é de 7 homens para cada 10 imigrantes residentes no Brasil, afirmando que essa proporção já foi de 9 para 1. Entretanto, “uma vez que estão minimamente estabelecidos, trazem ou tentam trazer a esposa e os filhos, isso muitas vezes leva anos, quando eles conseguem, muitos estão mandando dinheiro daqui para lá”.

Finaliza dizendo, então, que o preconceito é maior com homens do que com mulheres, ao mesmo tempo em que a solidariedade é muito maior quanto se trata de crianças. Relata que a morte do garoto sírio que ganhou notoriedade em todos os noticiários gerou um aumento vertiginoso nas doações feitas ao instituto, enquanto a morte de centenas de adultos africanos que tentaram entrar na Itália na mesma semana não gerou qualquer mobilização. “Então a forma que eu olho para um adulto é uma, que eu olho para uma criança é outra, e a forma como eu olho para uma criança síria é uma, a forma como eu olho para uma criança africana ou haitiana é outra. Então é isso, interfere não tem sombra de dúvidas”.

2.2 Compreendendo os discursos e os silêncios

Diante das indicações dos informantes, iniciei os primeiros contatos com possíveis colaboradores via redes sociais, seguindo os critérios sugeridos de participação em associações de imigrantes, projetos culturais ou artísticos, de ambos os sexos. Como eu já estava participando de grupos de discussão que envolviam a temática da imigração haitiana, acreditei que tal aproximação seria mais fácil. Mas não foi o que ocorreu. A ausência de qualquer resposta, após um longo período, me fez repensar as estratégias de contato.

Tentei a aproximação via contatos pessoais, em igrejas, ONGs, universidades e outras instituições, porém também sem sucesso. Havia um medo de falar, de se expor, que impossibilitava qualquer tentativa de um contato mais aprofundado, no qual pudessem ser apresentados os objetivos e os cuidados éticos da pesquisa — que, a meu ver, poderiam amenizar essa insegurança sentida.

Optei, então, pela aproximação via instituição ou projeto ao qual o possível depoente estava vinculado, considerando que provavelmente esse modo lhes traria uma maior segurança quanto à veracidade da minha proposta. Fui prontamente atendida pelos responsáveis institucionais ou pedagógicos, que intermediaram o meu contato com dois sujeitos que eu já havia tentado contato anteriormente, mas que agora me receberam sem reservas. O terceiro participante foi indicado por um deles, e mais uma vez a indicação foi a garantia necessária para que ele respondesse imediatamente meu contato.

Essa situação — o silêncio dos imigrantes, o medo de se expor — me levou a buscar algumas referências sobre o assunto. Vale ressaltar que a mesma dificuldade foi relatada em outras pesquisas do NEPIM (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade e Metamorfose da PUC-SP) que abordavam grupos minoritários ou excluídos, como os descendentes alemães (PORTUGUEIS, 2013), os negros (MIRANDA, 2013) e os imigrantes sul-americanos (CARDOSO, 2016).

Portugueis (2013) trouxe para sua discussão a existência de questões ainda não elaboradas que permeiam o imaginário dos descendentes alemães em forma de não ditos, como a Segunda Guerra Mundial, de modo que o silêncio impossibilita a dissolução de preconceitos e a reconstrução da história. Para Pollak (1989), a subversão do silêncio das memórias subterrâneas, advindas das culturas minoritárias em contraponto às políticas identitárias dominantes, possui um significado social importante e acontece apenas em momentos críticos da história.

A esse respeito, Cardoso (2016) discutiu a existência de uma “política de identidade de invisibilidade” que circunda os imigrantes e outros grupos minoritários, definida como

Expressão de desprezo por parte daqueles que pertencem às categorias sociais mais abastadas, que detêm o poder político-econômico e social, com relação aos menos abastados ou excluídos, como se ignorassem sua existência, ou mesmo limitassem-na apenas à força de trabalho elementar, como uma máquina qualquer, um objeto de uso necessário para a vida cotidiana fluir (FERREIRA, 2015, p. 30).

Essa discussão também é levantada por Portugueis e Cardoso (2016), ao explanarem que a existência do imigrante só ganha legitimidade em função do trabalho, o “não lugar” e a “não existência” do indivíduo só deixam de existir quando estes assumem o lugar de alguém que “tem uma função”, obviamente controlada pela ordem sistemática vigente e não pelas aspirações e aptidões do indivíduo. Logo, sair da invisibilidade que lhe é

colocada, romper o silêncio e assumir um lugar de existência para além da funcionalidade do trabalho exige um enfrentamento da lógica dominante que nem todos estão dispostos a realizar, sobretudo aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade — como a permanência irregular no país, o desemprego, a falta de moradia e de condições básicas para a sobrevivência, entre outros.

A sua “não colocação social” torna o imigrante num ser simultaneamente invisível e opaco, porque incomodamente presente, intimidativo enquanto símbolo das margens, do que a sociedade tenta excluir e pretende não ver; é o criminoso, o ilícito, o irregular e, portanto, o bode expiatório de qualquer problema social (PUSSETTI, 2010, p. 97).

Miranda (2013) complementa as possíveis razões para o silenciamento dos sujeitos contatados a partir das ideias defendidas por Pollak (1989), no que se refere à dúvida de encontrar uma escuta sensível ao seu sofrimento e quanto ao enquadramento arbitrário de suas memórias em discursos que não os representa. Há ainda a angústia “de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos” (POLLAK, 1989, p. 8).

Esses receios estiveram presentes no primeiro encontro dos três sujeitos entrevistados, que se mostraram bastante incomodados com a amplitude das duas perguntas básicas — “quem é você” e “quem você gostaria de ser” — e desconfiados com a postura da pesquisadora de querer conhecer a história de vida deles, sem questionários ou perguntas fechadas, o que inclusive foi explicitado verbalmente por Kevin. A escuta acolhedora, sem julgamentos, possibilitou a criação de uma relação de confiança para com a pesquisadora, manifesta no segundo encontro, quando os entrevistados puderam se apropriar da própria história — a partir da leitura conjunta da transcrição da primeira entrevista — e passaram a interagir de maneira mais autônoma e espontânea para complementar a narrativa. Florence, inclusive, chegou a verbalizar surpresa por seu discurso: “Oh meu Deus, eu falo muito [risos], a culpa é de você [risos]”. A entrevistada revelou, ainda, que a dificuldade de expressar os sentimentos é cultural: “Porque nós como haitianos nós somos tão orgulhosos que às vezes nós ficamos como imbecis [risos], mas nós não falamos sempre dos sentimentos, nós guardamos [...]. Eu aprendi, mas foi muito difícil para mim fazer sair todo sentimento, sim. No Brasil todo mundo fala, expressa, mas no Haiti não, é isso, é cultural”.

Importante destacar que, no caso dos haitianos, todas essas preocupações foram agravadas pelo enorme interesse que a grande magnitude do fluxo e suas peculiaridades despertaram na grande mídia. Um dos sujeitos participantes me explicou, no encontro preliminar, quando lhe foram apresentados os objetivos da pesquisa e todos os cuidados éticos

envolvidos, que ele acreditava que seria muito difícil encontrar algum haitiano disposto a “dar entrevista”, uma vez que eles estavam “traumatizados”. Relatou inúmeros casos de entrevistas que foram dadas com um objetivo, porém publicadas com conotações extremamente negativas, contribuindo ainda mais para a estigmatização e a xenofobia sofrida.

Um exemplo disso pode ser visto em uma análise do acervo *online* do jornal *Folha de São Paulo* — considerado o maior jornal impresso diário de circulação nacional, com grande impacto nos demais veículos jornalísticos e midiáticos —, no período de janeiro de 2010 a janeiro de 2015, a respeito da imigração haitiana para o Brasil. Silva, Magalhães e Assis (2016) demonstraram que 70% das reportagens carecem de uma contextualização do fluxo migratório que explice as origens e razões para a vinda para o Brasil, assim como carecem de explicações a respeito das leis migratórias brasileiras, abordando a questão por um viés negativo. Além disso, utilizam termos que contribuem para a estigmatização do imigrante, como “ilegal” e “invasor”, que reforçam uma subalternidade política e institucional, bem como a criminalização e a ameaça aos brasileiros. “A criminalização sugerida pelo termo ‘ilegal’ é reforçada por suspeitas não checadas e sequer contextualizadas e explicadas, como se percebe na passagem ‘também há suspeitas de que os estrangeiros venham ao país para se juntar a grupos criminosos’” (SILVA; MAGALHÃES; ASSIS, 2016, p. 648). Os autores concluem, portanto, que o jornal apresenta uma caracterização do imigrante haitiano como um sujeito diverso e adversário do povo brasileiro, sobretudo no que tange à disputa no mercado de trabalho.

Outra questão que ficou evidente nas recusas foi o sofrimento envolvido na rememoração, exposto por uma haitiana contatada, que aceitou me receber, mas não participar da pesquisa: “Não gosto de falar de mim, de lembrar do meu passado, pois certas lembranças machucam demais”. A esse respeito, Pollak (1992) afirma que “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (p. 204). Isso significa que os trabalhos de memória envolvem sempre uma grande carga emocional, pois a narração da própria história implica reconstruir significações sobre si, revivendo eventos passados que são, então, atualizados no presente (MIRANDA, 2013).

Esse processo marcou não só as recusas, mas também os silêncios que estiveram presentes durante toda a narração dos entrevistados, por meio de diversas facetas: a extrema dificuldade em falar do passado; a indignação pelas condições do país que os expulsaram, assim como a outros milhares de haitianos; as saudades da família, também manifestas em mágoa no caso de Florence pela decisão da mãe de que a imigração seria a melhor opção; a

revolta pelas péssimas condições de inserção no Brasil — falta de oportunidades e exploração no trabalho —; a triste vivência do preconceito e do racismo; a insegurança, o medo e as incertezas presentes desde o momento de chegada até a vivência atual da dúvida de permanência ou não no Brasil.

O sentido de cada silêncio, lágrima e não dito pôde ser explicitado no decorrer do processo, assim como os risos e as alegrias foram ganhando forma à medida que a vivência migratória adquiria sentido de autonomia pessoal. Foi assim que as narrativas assumiram, em muitos momentos, a função de testemunho, na qual o pesquisador ouve a narração insuportável de outrem e a leva adiante, uma vez que “somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

Conclui-se, portanto, que tanto os discursos quanto os silêncios possuem significados importantes e expressam, no caso das minorias e dos excluídos, as políticas identitárias que esses sujeitos estão expostos, que atuam no sentido de manter “invisíveis” as memórias subterrâneas. Nesse cenário, trazer à tona a história de vida desses sujeitos ganha uma relevância ainda maior, sem desconsiderar que

Assim como a sujeição, a subversão também tem um custo: ela pode tanto reacender feridas com maior vigor, quanto trazer à tona novas alternativas de vida, alternativas de protagonismo, emancipatórias; entretanto, ambas as situações não ocorrem sem a reminiscência do sofrimento. Portanto, há de se respeitar o silêncio. Palavras podem fazer sangrar (MIRANDA, 2013, p. 35).

3 O PERCURSO TEÓRICO: QUAL LENTE USAR?

Partindo da perspectiva da “Psicologia Social Crítica”, esse estudo toma como base o sintagma identidade-metamorfose-emancipação, desenvolvido por Antônio da Costa Ciampa, a partir da obra “A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social” (2005), para discutir a necessária desnaturalização do termo *migrante*, por meio de um deslocamento do olhar do processo migratório para o sujeito migrante. Para tanto, propõe uma abordagem conciliatória entre as abordagens micro e macroestruturais, considerando a percepção singular do migrante entrevistado com relação às determinações históricas, sociais e culturais envolvidas tanto no país de origem quanto no lugar de destino. Além disso, considera que, no caso da imigração haitiana, a teoria de redes se mostra extremamente presente na persistência e manutenção dos fluxos migratórios, seja para o Brasil seja para os demais países de destino.

Desse modo, faz-se necessário uma exposição das contribuições históricas de alguns importantes autores da temática migratória, além da diferenciação entre as principais teorias desenvolvidas acerca desse fenômeno, para que seja possível a compreensão da abordagem proposta.

3.1 As diferentes teorias acerca do fenômeno migratório

Ravenstein pode ser considerado pioneiro nos estudos sobre migração, ao desenvolver uma teoria que buscava explicar e caracterizar os elementos motivadores dos movimentos migratórios. Em seu primeiro estudo, datado de 1885, enumera o que denomina “leis da migração”, que, embora contestadas e elaboradas posteriormente, constituem-se como fundamento dos modelos de atração e repulsão (GONÇALVES, 2009).

Partindo das proposições realizadas por Ravenstein, Lee acrescenta que além dos fatores positivos de atração do lugar de destino e dos fatores negativos de repulsão do lugar de origem, há fatores intervenientes que interferem na decisão de migrar, como as leis migratórias, os custos envolvidos com a viagem, os obstáculos físicos e naturais, a distância, entre outros. “Considera ainda factores individuais que interferem na decisão de permanência ou de migração: alterações do ciclo de vida, contactos e informações sobre o meio social do país de destino e ainda as capacidades individuais como a inteligência e a sensibilidade” (GONÇALVES, 2009, p. 26).

A partir das elaborações desses dois autores, considerados os percursores dos estudos de imigração, uma série de abordagens teóricas começou a ser desenvolvida para caracterizar a imigração sob diferentes enfoques. Assim,

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante (JANSEN, 1969, p. 60 *apud* GOTTARDI, 2015, p. 16).

Segundo Patarra (2006), na década de 1990 o então Comitê de Migração Internacional da IUSSP (do inglês *International Union for the Scientific Study of Population*) elaborou um documento de revisão e avaliação das diversas teorias de migração existentes, dividindo-as em duas categorias: modelos que descrevem o início do movimento internacional contemporâneo e modelos que explicam a continuidade dos fluxos migratórios no tempo e no espaço. Sendo assim, as teorias da primeira categoria serão aqui divididas em duas grandes abordagens: a abordagem micro, que explana os movimentos migratórios sob a ótica do indivíduo; e a abordagem macro, que considera a imigração como resultado de fatores histórico-estruturais e analisa sob a ótica dos grupos sociais. Já na segunda categoria, que avalia a persistência dos movimentos migratórios, será aqui explicitada a teoria de redes.

3.1.1 Perspectiva microestrutural

Como o modelo de atração e repulsão não consegue explicar o porquê, diante das mesmas condições e contextos, determinadas pessoas migram e outras não, a perspectiva neoclássica concebe que a decisão de migrar ou não é feita a partir da análise dos custos e benefícios esperados pelo sujeito em comparação ao local de origem e destino, ou seja, a decisão é definida a partir de um olhar micro. Nessa abordagem, a migração é causada pelas diferenças salariais existentes entre os países e os mercados de trabalho são os mecanismos primários de indução dos fluxos internacionais, de modo que a migração possibilitaria um equilíbrio de renda e emprego entre diferentes países (HARRIS; TODARO, 1970). A

migração é, então, entendida como a simples somatória de pessoas que se movem por conta do diferencial de renda.

De acordo com Gonçalves (2009), dentro da visão neoclássica, a chamada teoria da modernização destaca as decisões racionais e econômicas progressivas dos migrantes com base nos diferenciais de terra, trabalho e capital entre os países emissores e receptores. O modelo de custo e benefício desenvolvido por Massey se baseia na equação que considera os custos do processo migratório e os ganhos esperados no destino, sendo que a migração ocorrerá quando o retorno esperado for positivo, ou seja, os benefícios do local de destino forem maiores que o do local de origem. Em geral, os custos considerados são os gastos financeiros com a viagem e a manutenção no local de destino; dificuldades de aprendizagem do novo idioma e de adaptação à nova cultura; entre outros. Da mesma forma, os benefícios geralmente incluem a satisfação pessoal; o aumento nos ganhos futuros, com salário e outras rendas; melhoria na qualidade de vida; etc.

No entanto, estes ganhos individuais carregam certa subjetividade, pois o peso dado aos custos e aos benefícios esperados cabe apenas ao indivíduo e podem variar de um indivíduo a outro. Assim, alguns fatores podem apresentar mais dificuldade para uns e serem mais fáceis de lidar para outros. Por exemplo, o distanciamento de familiares e amigos, a adaptação às condições climáticas ou a dinâmica social do local para o qual se dirigiram (GOTTARDI, 2015, p. 17).

Um modelo semelhante foi desenvolvido por Mincer, porém o autor diferencia as decisões individuais e familiares, argumentando que as famílias tendem a migrar menos que indivíduos sozinhos, já que a decisão passa a ser interdependente a outras pessoas. Da mesma forma, Harbison analisa que o papel exercido pelo sujeito dentro da família é fundamental na decisão de migrar, assim como o tamanho e a composição da família, além dos estágios do ciclo da vida — homens jovens e solteiros tendem a ter uma maior probabilidade de migrar, enquanto a presença de filhos em idade escolar diminuiria tal probabilidade (SANTOS et al., 2010).

Conforme explicitam Sasaki e Assis (2000), dentro do modelo microeconômico ainda é possível considerar a existência de uma outra abordagem, baseada no funcionamento do mercado de trabalho, denominada teoria do capital humano. Esse modelo também é baseado na avaliação de custos e benefícios, no qual o indivíduo avalia os investimentos realizados em sua educação formal, formação profissional e aquisição de conhecimentos de modo geral, relacionando-os com os benefícios futuros que espera receber. Nesse sentido, a migração é vista como um investimento que não trará benefícios imediatos, já que o indivíduo

não terá as competências necessárias para competir com os nativos, como o bom domínio do idioma local, mas que servirá de estímulo para o seu desenvolvimento. Os teóricos dessa abordagem defendem ainda que as regiões nas quais a taxa de retorno de capital humano é maior tendem a atrair pessoas mais qualificadas, enquanto as áreas com menor taxa de retorno tendem a atrair indivíduos menos qualificados.

No âmbito do mercado de trabalho, estes imigrantes com baixa qualificação são acusados de tirar os empregos dos nativos e rebaixar os salários das regiões ou cidades onde se concentram. Estes teóricos acreditam que a política imigratória deve priorizar a entrada e a permanência de imigrantes com melhor qualificação, a fim de atingir um sistema econômico mais produtivo (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 8).

3.1.2 Perspectiva macroestrutural

Diferentemente das teorias anteriormente mencionadas, a abordagem Histórico-Estrutural explica os movimentos migratórios a partir de uma perspectiva ampla, considerando que a imigração deve ser analisada como parte de um sistema cujos determinantes são interdependentes e, portanto, não podem ser analisados separadamente. Neste modelo macro, muitas vezes associado a autores marxistas, o contexto econômico e social do indivíduo é mais importante para analisar as causas da migração do que a microanálise de custos e benefícios.

Para Singer (1976, p. 31), as migrações “são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. Nesta perspectiva, o autor demonstra que as migrações estariam diretamente associadas ao desenvolvimento do capitalismo e seriam condicionadas por características estruturais da industrialização, como a modernização e a alteração dos modos de produção. O principal motivo das migrações seriam as desigualdades regionais, de modo que os fatores de expulsão se dividem em dois tipos: fatores de mudança ou de estagnação. Os fatores de mudança seriam resultantes do ingresso de relações de produção capitalistas nas áreas rurais, levando a um desemprego estrutural. Já os fatores de estagnação são consequência da crescente pressão populacional sobre cada vez mais escassos meios de produção agrícola.

“Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho” (SINGER, 1976, p. 40). Dessa forma, a principal motivação para migrar seriam as oportunidades econômicas e a possibilidade de melhor remuneração do que o

indivíduo poderia receber em seu local de origem. Por fim, o autor destaca que entre o migrante e tais oportunidades econômicas há uma série de obstáculos possíveis, tais como a baixa qualificação do sujeito e sua insuficiência de recursos, que muitas vezes faz com que chegue ao local de destino endividado; e, principalmente, a oferta de trabalho maior que a demanda. A primeira condição é passageira e tende a se estabilizar, enquanto a segunda pode gerar a marginalização de parte dos migrantes, que fariam parte do exército industrial de reserva inerente ao capitalismo.

Segundo a visão macro, Germani (1974) defende que o modelo que for empregado para análise da migração “deve levar em conta não apenas fatores expulsivos e atrativos, como também as demais condições sociais, culturais e subjetivas em que tais fatores operam, tanto no que diz respeito ao lugar da residência, como no que diz respeito ao lugar de destino” (p. 143). Sendo assim, a análise da migração deve ocorrer em três níveis: ambiental, normativo e psicossocial. O nível ambiental engloba além dos fatores expulsivos e atrativos, a comunicação, a acessibilidade e o contato entre o lugar de origem e o lugar de destino. O nível normativo é composto pelos papéis, expectativas e padrões de comportamentos institucionalizados na sociedade de origem que fornecerão o referencial para o indivíduo avaliar suas condições objetivas, facilitando ou dificultando a decisão de migrar. O nível psicossocial leva em consideração as atitudes e expectativas dos sujeitos concretos. Segundo o autor, em uma sociedade completamente integrada, o nível psicossocial deve corresponder ao nível normativo, de modo que os padrões do grupo social tenham sido devidamente internacionalizados pelo indivíduo. O mesmo esquema de análise pode ser aplicado também ao processo de adaptação do indivíduo à sociedade de destino, na qual tanto as condições objetivas — oportunidades de emprego, moradia, entre outros — como as normas, crenças e valores que caracterizam os grupos sociais que a compõem, serão determinantes no que diz respeito à recepção dada ao migrante e sua consequente integração.

Já os autores da teoria do mercado de trabalho segmentado ou mercado de trabalho dual explicitam que há uma complementariedade entre o imigrante e o nativo quanto à locação do mercado de trabalho. Segundo um de seus principais expoentes, Michael Piore, esses dois grupos responderiam a diferentes oportunidades de emprego, uma vez que o mercado estaria dividido em dois níveis: mercado de trabalho primário e secundário. O mercado de trabalho primário caracteriza-se por elevada qualificação, altos salários e melhores possibilidades de crescimento hierárquico, estando presente nas grandes empresas capitalistas. Enquanto isso, o secundário é regido por baixos salários, desqualificação, alta rotatividade, pouco crescimento profissional e estatuto jurídico precário. Este mercado,

rejeitado pelos trabalhadores nacionais e oferecido aos imigrantes, torna-se socialmente identificado como “trabalho de migrante” e ainda mais radicalmente abandonado pelos nacionais (MOMO, 2014).

3.1.3 Teoria de redes

No que diz respeito à persistência dos movimentos migratórios, uma das mais importantes abordagens é a teoria de redes. Dornelas (2001) nos lembra que a rede social é a realidade embrionária de qualquer grupo humano e que é a partir da rede de relações sociais que o ser humano constrói sua identidade. Assim sendo, defende que “é no âmbito da rede que o projeto migratório se enuncia, assim como também é aí que se mobilizam os recursos e as estratégias para sua concretização” (DORNELAS, 2001, p. 6).

De acordo com este modelo, as migrações estão associadas a ligações prévias entre os países de origem e destino, ligações estas que podem ser de ordem colonial, cultural, comercial, política, militar ou outra, não aludindo obrigatoriamente a uma proximidade física. Além disso, está de acordo com a abordagem conciliatória dos modelos tradicionais de estudos migratórios proposto por esta Dissertação, pois considera tanto o migrante como tomador de decisões quanto às diversas inter-relações existentes entre as estruturas condicionantes do processo migratório, avaliando não apenas as variáveis econômicas, políticas e sociais, mas também as variáveis familiares, culturais e ambientais. Sendo assim, os fluxos iniciariam de forma esporádica, por motivos individuais já expostos anteriormente, mas se repetiriam com a ajuda de quem se encontra nos países de destino, constituindo então as cadeias migratórias. “As unidades efectivas da migração não são, nem individuais nem familiares, mas sim conjuntos de pessoas ligadas por laços de amizade, parentesco, experiência de trabalho, que incorporam o país receptor nas alternativas de mobilidade por eles consideradas” (GONÇALVES, 2009, p. 37).

Nessa perspectiva, a migração amplia a rede social para diferentes localidades, aumentando o chamado “espaço de vida” como estratégia alternativa de sobrevivência e melhoria nas condições de vida. Magalhães (2017, p. 92) utiliza o conceito de “espaço de vida” para retratar justamente as novas e múltiplas formas da dinâmica migratória, que passa a envolver “não apenas a mudança tipicamente irreversível, de residência, mas também movimentos de retorno, diversas residências, circularidade, novos espaços e tempos da migração em suas distintas escalas, da regional à internacional”.

O autor segue defendendo que, no caso da emigração haitiana para o Brasil, houve

uma ampliação desse espaço de vida por conta de uma reação adaptativa dos migrantes haitianos às condições adversas dos países de destino tradicionais, que sofreram grande impacto com a crise econômica de 2008. Esse processo reativo demonstra que o processo migratório inicia muito antes do deslocamento físico propriamente dito, justamente por meio da conscientização por parte de um indivíduo ou grupo de que há um espaço de vida ampliado que lhe é acessível, e no qual a distância não mais se configura como característica decisiva (MAGALHÃES, 2017).

A esse respeito, Santos et al. (2010) expõe que a partir do momento que a rede entre duas regiões se estabelece definitivamente, o processo migratório se autoperpetua e tende a se reduzir apenas a partir de um certo desenvolvimento do país de origem — demonstrando a dificuldade para o país de destino restringir os fluxos migratórios quando existe uma rede social que os sustente e promove. Desse modo, o crescimento das redes sociais minimiza os custos e os riscos dos movimentos migratórios, fazendo com que tais movimentos se tornem independentes dos fatores que os originaram, ou seja, mesmo que inicialmente tenham sido determinantes as diferenças salariais, os níveis de emprego ou qualquer outro fator, à medida que as redes sociais se estabelecem elas se tornam determinantes na escolha de algumas regiões em detrimento de outras.

Outro conceito importante quando o assunto é rede social no processo migratório refere-se ao “capital social”, que se constitui precisamente quando há redes e ligações entre indivíduos, com o objetivo de acessar ou manter determinados recursos, seja para atingir um bem coletivo ou objetivos individuais, como obtenção de um emprego, desenvolvimento educacional, entre outros. Essas redes podem se tratar de um grupo formal ou informal, envolvendo diversos tipos de capital social como: de ligação (intragrupo – amigos e familiares); de ponte (intergrupo); de conexão (associações comunitárias, étnicas ou religiosas); tênue (relações casuais entre conhecidos); denso (participação assídua em associações ou grupos); olhar para dentro (preocupação com os compatriotas); olhar para fora (engajamento com a causa migratória, independente da etnia) (PACÍFICO, 2008).

A utilização desse conceito aponta para a importância das redes sociais não só na decisão de migrar, mas, sobretudo, na recepção e inserção dos migrantes na sociedade de destino, conforme destacado por todos os informantes contatados. Assim sendo, a produção do capital social pelos imigrantes se mostra fundamental para seu acolhimento inicial, para a busca de moradia e emprego, para o acesso a língua local e aos serviços públicos, além de ser primordial na integração destes, por meio da diminuição dos efeitos nocivos da estigmatização e xenofobia sofridos frequentemente. “É ela [rede social] que vai mediar o seu

ingresso no mercado de trabalho e facilitar o contato com os códigos sociais, culturais e morais e com as outras instituições públicas e privadas da sociedade de adoção” (DORNELAS, 2001, p. 6).

Seguindo o mesmo raciocínio, Pacífico (2008) defende que a formação de capital social na sociedade de destino, baseada na formação de relações sociais de confiança e cooperação, é primordial para que o migrante se sinta como cidadão e assim seja reconhecido pelos demais. Para que isso ocorra, a autora defende ser fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração a bagagem cultural e as especificidades de cada grupo migrante.

A necessária diferenciação entre os grupos ganha ainda mais relevância quando o assunto é mercado de trabalho e manifestações culturais. No primeiro caso, a mediação das redes tende a influenciar o tipo de atividade exercida, o que torna comum o engajamento de certas etnias de migrantes em determinados nichos de trabalho, como os bolivianos nas oficinas de costura e os haitianos na construção civil.

Assim, se a rede com suas relações de reciprocidade intermedia a inserção do migrante no mundo do trabalho, as contradições estruturais do exercício do trabalho na sociedade capitalista, onde o migrante necessariamente se insere, vão também condicionar as relações entre os membros da rede de migrantes. É na perspectiva das redes que se pode entender, por exemplo, a ambiguidade da figura do “gato” como arregimentador de mão-de-obra entre os migrantes temporários (DORNELAS, 2001, p. 7).

Esse cenário aparece claramente descrito nas histórias de vida do Kevin e do Nivard, quando esses explicitam o receio e a resistência em entrar para o ramo da construção civil, ao mesmo tempo em que se deixam ser convencidos pela rede de que “essa é a única alternativa para eles”. Além disso, no caso do Kevin, esse convencimento é feito pelo “gato”, um conhecido que usou de sua influência para intermediar um trabalho análogo a escravidão.

No que tange às manifestações culturais, Dornelas (2001) explicita serem estas as ocasiões nas quais as redes se manifestam com maior veemência, pois, além de possibilitarem a renovação simbólica dos laços com a terra de origem e com os compatriotas migrantes, possibilitam um contato maior com os demais grupos da sociedade de destino.

É preciso levar em consideração que é através dessas mediações com o trabalho, através de suas práticas culturais, de suas manifestações religiosas e associações de lazer, que os migrantes estabelecem suas relações com a sociedade mais abrangente, com todas as contradições aí implicadas. Se de um lado, através de suas festas e manifestações culturais, os grupos de migrantes reforçam os laços com suas origens e com seus pares internamente à rede, por outro, através delas, eles recriam uma imagem positiva de si mesmos diante da sociedade, dão um significado novo à sua

identidade social, o que lhes possibilita relacionar-se em termos mais favoráveis com as outras instituições sociais. Se no trabalho – a maioria das vezes desqualificado, informal ou clandestino – a imagem que podem dar os olhos dos outros (e de si mesmo) é a do homem honesto, pai de família, cumpridor de seu dever e que não causa problemas, apesar de pobre e subordinado, é nas festas que ele revela uma “identidade” mais rica culturalmente, pois é nessas ocasiões que se valoriza diante dos outros grupos sociais, aos quais muitas vezes se subordina nas relações de trabalho em seu cotidiano. Assim, se num primeiro momento, através das práticas culturais de tipo conservador, a rede cria estratégias de “resistência” diante da sociedade abrangente, num segundo momento ela vai gerar seus próprios meios de sociabilidade e de “integração” gradual com os outros grupos e a sociedade como um todo (DORNELAS, 2001, p. 8-9).

Esse movimento também aparece retratado nas histórias de Kevin e Nivard, por meio do reconhecimento da importância de tais manifestações para o imigrante se sentir valorizado em seu grupo e na sociedade em qual se encontra.

Um povo sem cultura para mim não é um povo não, entendeu? Um povo que tem cultura sempre você vai encontrar no meio deles algumas atividades que tem a ver com o folclore deles, do país deles, aí tem a literatura e tudo o que tem a ver, esses eventos tem esse valor. Aí a gente está num país que não é nosso, a gente conseguir se reunir para organizar nas datas, nos momentos, festas importantes do Haiti a gente comemorar, por exemplo, o 1º de Janeiro que é a declaração da independência e 18 de Maio a festa da Bandeira. A gente sempre faz a festa, comemoração, aonde a gente encontra quase todos os haitianos que moram em São Paulo. [...] Aí esse evento quando a gente organiza é bom para isso, para os haitianos se divertir, se encontrar, se vestir, eles gostam quando você vê os haitianos reunidos, aonde cada um se veste bem, tênis caro, aí a gente olha e vê e fica legal [risos], então isso faz parte (Trecho da entrevista de Kevin).

Como tem uma canção que eu não vou me lembrar a cantora, que diz “não deixe o samba morrer”, é assim também para nós aqui como haitianos, eu já fiz e vou fazer tudo para não deixar a cultura haitiana morrer aqui no Brasil. Nós já fizemos muitos eventos compartilhando com brasileiros, mas também eu quero conviver com a cultura brasileira que eu gosto muito também entendeu? Eu já visitei muitas igrejas católicas e cristãs, eu já fui em muitos eventos para ouvir, falar com pessoas. [...] Os eventos ajudam muito, especialmente na divulgação da cultura haitiana, e em segundo a dar visibilidade para os haitianos, os talentos que estão aqui, o que os haitianos podem fazer, como tem muitas pessoas que pensam que os haitianos vêm aqui só para trabalhar na limpeza e na construção civil como ajudante (Trecho da entrevista de Nivard).

E é justamente essas trocas simbólicas, que renovam as alianças e reforçam as obrigações, que mantêm a rede ativa, seja entre aqueles que migraram, entre aqueles que ficaram ou ainda entre os que migraram e os que ficaram.

A existência de um espaço de vida e sua ampliação [...] não elimina necessariamente a ideia de uma (ou mais de uma) residência base, pelo contrário, a reforça, vinculando a cada uma das residências uma esfera constitutiva da vida social do migrante. A forma, no entanto, com que estas residências serão usadas e sequenciadas entre si, e a manutenção ou não dos vínculos afetivos e econômicos (como as remessas de migrantes, por exemplo) com a residência tida como base, a

residência de origem, condicionarão, por seu turno, a reversibilidade ou irreversibilidade do fluxo (MAGALHÃES, 2017, p. 93).

As redes demonstram, assim, que “os migrantes mantêm múltiplas relações tanto na sociedade de destino quanto na de origem. Estas relações sugerem características que apontam para o contexto transnacional dos fluxos migratórios contemporâneos” (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 12). Seguindo o mesmo raciocínio, Gonçalves (2009) defende que, por conta do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e dos meios de transporte, os migrantes não são mais enraizados a um único local, pelo contrário, movem-se entre fronteiras internacionais e culturas sociais, adotando estratégias de vida multiculturais.

3.2 Identidade em questão no processo migratório

Partindo da concepção básica de que toda identidade é uma questão social, política e ideológica, constituindo-se como metamorfose em busca de emancipação (CIAMPA, 2005), serão aqui apresentadas brevemente algumas contribuições de Berger e Luckmann, George Mead e Habermas para, então, dar prosseguimento às ideias defendidas por Antonio da Costa Ciampa, ao teorizar o sintagma identidade-metamorfose-emancipação.

3.2.1 Contribuições teóricas

Os autores Berger e Luckmann (2004) defendem que a realidade social é constituída por três momentos dialéticos contínuos, qual sejam: a sociedade é um produto humano, fruto da exteriorização; a sociedade é uma realidade objetiva, fruto da objetivação; o homem é um produto social, fruto da interiorização. Tal constatação significa que o homem — enquanto coletividade — produz a si mesmo, ao mesmo tempo em que produz continuamente a ordem social. “A humanidade específica do homem e sua sociedade estão inextricavelmente entrelaçadas. O *Homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *homo socius*” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 75).

Não obstante, por meio do processo de objetivação e, mais especificamente, da institucionalização, a ordem social adquire uma historicidade, passando a ser sentida como uma realidade objetiva exterior e coercitiva. Como não é vivido como memória biográfica e sim como tradição, o mundo institucional passa a ser legitimado, apresentando-se como fato inegável e incontestável, que tipifica não só as ações, como também os atores. “Quanto mais a conduta é institucionalizada tanto mais se torna predizível e controlada” (BERGER;

LUCKMANN, 2004, p. 89). Esse controle é realizado por meio da instituição dos papéis sociais, de modo que, “ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar esses papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 102).

A dialética indivíduo-sociedade aparece, assim, representada na proposição de que a sociedade só existe quando os sujeitos têm consciência dela, consciência esta socialmente determinada. Do mesmo modo, “a ordem institucional é real apenas na medida em que é realizada em papéis executados e que, por outro lado, os papéis são representativos de uma ordem institucional que define seu caráter [...] e da qual derivam o sentido objetivo que possuem” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 109).

A consciência desta dialética fica obscurecida pelo processo de objetivação, como dito anteriormente, atingindo seu grau máximo na reificação, na qual os fenômenos humanos são apreendidos como coisas, fatos da natureza ou leis divinas. Isso não significa que o homem deixa de produzir a realidade, mas que produz uma realidade que o nega enquanto produtor.

A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado. É sentido pelo homem como uma facticidade estranha, um *opus alienum* sobre o qual não tem controle, em vez de ser sentido como o *opus proprium* de sua mesma atividade produtora (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 123).

A reificação também pode estar presente nos papéis — quando um papel é visto como fatalidade inevitável, presente em proposições do tipo “tenho que agir deste modo por conta da minha posição” — e na constituição da identidade — quando há “uma identificação total do indivíduo com as tipificações que lhe são socialmente atribuídas. É apreendido como *não sendo nada senão esse tipo*” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 125-126).

Esses processos se tornam objetivamente acessíveis e subjetivamente plausíveis por meio da legitimação, cujo nível máximo consiste no estabelecimento de um universo simbólico, que atribui categorias aos fenômenos e também aos indivíduos — de onde decorre a definição de determinados tipos de homens como inferiores a outros, seja por raça, cor, etnia, sexo, nacionalidade ou religião. Além disso,

O universo simbólico também ordena a história. Localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece uma “memória” que é compartilhada por todos os

indivíduos socializados na coletividade. Em relação ao futuro, estabelece um quadro de referência comum para a projeção das ações individuais. Assim, o universo simbólico liga os homens com seus predecessores e seus sucessores numa totalidade dotada de sentido, servindo para transcender a finitude da existência individual e conferindo um significado à morte individual. Todos os membros de uma sociedade podem agora conceber-se como *pertencendo* a um universo que possui um sentido, que existia antes de terem nascido e continuará a existir depois de morrerem (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 140).

No caso da imigração haitiana, tais constatações se tornam particularmente visíveis tanto na relação estabelecida com as glórias passadas quanto na definição da imigração como estratégia para um futuro melhor. A realidade vivenciada aqui no Brasil traz à tona ainda a importância do fenômeno da marginalização social para a desreificação da consciência (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Como a sociedade constitui-se como uma realidade, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva, cabe explicitar agora o processo de interiorização, definido como a compreensão dos outros e a apreensão de um mundo dotado de sentido, que se tornará meu mundo até que possa ser modificado criativamente pelo processo de exteriorização. Isso significa que “o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 173).

Em outras palavras o processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente. Esta afirmativa adquire significação se refletirmos no fato de que este ambiente é ao mesmo tempo um ambiente natural e humano. Isto é, o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o tem a seu cargo (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 71).

Esse processo é denominado pelos autores de socialização e dividido em duas categorias. A socialização primária caracteriza-se, como o próprio nome diz, como a primeira socialização vivenciada pelo indivíduo e, por meio da qual, ele se torna membro da sociedade. As socializações secundárias são descritas no plural por corresponder a “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores no mundo objetivo de sua sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 175).

Ainda de acordo com Berger e Luckmann (2004), a socialização primária é realizada por outros significativos impostos ao indivíduo, que mediatizam o mundo social objetivo e filtram aspectos deste mundo de acordo com sua localização na estrutura social e suas próprias idiossincrasias individuais, revelando que essa socialização não será ampla e

generalizada, mas sim de acordo com as biografias de cada um. Além disso, esta socialização é carregada de emoção, uma vez que a interiorização só ocorre quando há identificação.

A criança não interioriza o mundo dos outros significativos para ele como sendo um dos muitos mundos possíveis. Interioriza-se como sendo *o* mundo, o único mundo existente e concebível, o mundo *tout court*. É por esta razão que o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firmemente entrancheirado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 180).

Por meio desta identificação, com os outros significativos e com o mundo deles, o sujeito torna-se capaz de identificar a si mesmo, em um processo dialético envolvendo a identidade atribuída de forma objetiva e a identidadepropriada de forma subjetiva. “A socialização primária termina quando o conceito do outro generalizado (e tudo quanto o acompanha) foi estabelecido na consciência do indivíduo. Neste momento é um membro efetivo da sociedade e possui subjetivamente uma personalidade e um mundo” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 184).

O conceito de outro generalizado é formado a partir de uma abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros significativos, por meio da qual o sujeito passa a identificarse com uma generalidade de outros — a sociedade. Esse processo possibilita a construção subjetiva de uma identidade apreendida como constante e coerente, independentemente da presença dos outros concretos. O indivíduo está, então, preparado para as socializações secundárias, interiorizações institucionais dotadas de componentes normativos, afetivos e cognoscitivos assim como a primária, embora aprendidas como realidades parciais e sem grandes identificações.

Para finalizar as contribuições dos mencionados autores, cabe ressaltar que “a socialização nunca é total nem está jamais acabada” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 184), do mesmo modo que os três momentos envolvidos no processo dialético de construção da sociedade — exteriorização, objetivação e interiorização — não ocorrem em uma sequência temporal.

Ao contrário, a sociedade e cada uma de suas partes são simultaneamente caracterizados por estes três momentos, de tal modo que qualquer análise que considere apenas um ou dois deles é insuficiente. O mesmo é verdade com relação a um membro individual da sociedade, o qual simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva. Em outras palavras, estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 173).

As contribuições de Berger e Luckman aqui explicitadas tomam como embasamento, em diversos momentos, as ideias desenvolvidas por George Mead (conforme apontado pelos próprios autores na obra utilizada, “A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento”). Isso porque Mead se propôs a ampliar a compreensão do ser humano para além do observável e quantificável, em uma época na qual isto significava abandonar as ideias positivistas de que o sujeito é apenas comportamento. Para tanto, foi fundamental também sua constatação de que a consciência é social e dialeticamente funcional, possibilitando ao sujeito agir e se inserir na sociedade.

O autor desenvolveu a ideia de que um ato social é um processo dinâmico da experiência interna, constituído socialmente e que, portanto, exige a presença de mais um indivíduo como objeto social. “Estas são considerações de Mead, que apontam para pensarmos o início das *interações sociais*, e que contribuem para o entendimento posterior do que virá a ser denominado ‘papel social’” (SOUZA, 2006, p. 49-50).

Deste modo, a consciência e a própria constituição do indivíduo são formadas a partir da vivência em sociedade, do compartilhamento intersubjetivo possibilitado pela linguagem e pelos gestos em sua relação com o outro generalizado. Assim, “a psicologia social mediana é indissociável de uma psicologia da linguagem; rigorosamente a pressupõe” (SASS, 1992, p. 138).

O desenvolvimento do *self* implica, então, a apropriação da atitude do outro, a partir de três etapas crescentes no que tange a complexidade: atividades lúdicas, que possibilitam para a criança a primeira organização do outro; atividades de jogos, que pressupõem o domínio de regras e implicam a relação com um outro organizado e generalizado; atividades linguísticas, realizadas simbolicamente e que implicam o pensamento. “Este é o terceiro ardil humano, que incorpora os anteriores e permite ao homem internalizar conscientemente o mundo exterior, e suplantar a si mesmo, convertendo a si mesmo, como consciência de si, no seu outro” (SASS, 1992, p. 205).

Neste sentido, Souza (2006) esclarece que o *self* aparece como uma atitude da comunidade direta ou indiretamente manifestada, de modo que o outro generalizado caracteriza-se como um tipo de controle social introjetado pelo *self*, funcionando como um mediador entre o indivíduo e a sociedade. O *self* de um indivíduo socializado e integrado à realidade social se manifesta tanto na afirmação de si como na identificação do sujeito com o contexto coletivo, e é formado por dois componentes indissociáveis: o “mim” e o “eu”.

O "mim" consiste na "reprodução" de reações socialmente construídas e organizadas, na internalização do outro generalizado, na internalização das regras sociais, na identificação do sujeito com sua comunidade cultural. É a presença do outro na consciência do indivíduo. [...] O "eu" é a reação inusitada do sujeito às ações da sociedade, transformando-a; representa as atitudes novas assumidas e criadas pelo indivíduo diante das reações sociais formalizadas (SOUZA, 2006, p. 58).

Dessa maneira o "eu" é a fase do self que se exterioriza, reagindo à atitude dos outros, o "mim" é a fase do self que internaliza aquelas atitudes (SASS, 1992, p. 231).

Enquanto o "mim" representa o passado, a tradição e a adaptação, o "eu" representa o presente projetado para o futuro, indicando a originalidade e a espontaneidade. Com esse pensamento, Mead demonstra que não há negação extrema do sistema social que impediria o sujeito de socializar-se, qualquer forma de indignação social parte de alguma adaptação ou aceitação das normas sociais. Não obstante, e conforme demonstrado, o sujeito não se encontra preso às determinações grupais, podendo encontrar brechas para resistir às atitudes coletivas e modificar a teia social, construindo novas formas de agir (SOUZA, 2006).

Assim como Berger e Luckmann, Jürgen Habermas apoia-se nas concepções de George Mead, tomando o autor como "sua principal fonte histórica para pensar a questão da individuação e socialização. Ele afirma que Mead foi o primeiro a refletir substancialmente sobre um modelo do Eu produzido socialmente" (FERREIRA, 2000, p. 31). Não obstante, Habermas confere o mesmo peso para a influência do social no individual e vice-versa, descrevendo que tal influência acontece contínua e simultaneamente, por meio da linguagem. Além disso, enquanto Mead considera a comunicação linguística apenas sob os aspectos de integração social e socialização dos sujeitos, Habermas acrescenta o entendimento linguístico como primordial para a manutenção e renovação do conhecimento cultural (FERREIRA, 2000).

Em contraposição aos seus antecessores, Adorno e Horkheimer, Habermas desenvolveu uma teoria da racionalidade de dupla face, na qual a racionalidade instrumental convive com a racionalidade comunicativa. Caracteriza a ação instrumental como aquela orientada para o êxito, que representa o trabalho, a dominação da natureza e a organização da sociedade que visa à produção das condições materiais da vida e a reprodução material da sociedade. Já a ação comunicativa seria aquela orientada para o entendimento entre os sujeitos, caracterizando as sensações, os sentimentos, a comunicação e a cultura, de modo a possibilitar a reprodução simbólica da sociedade (NOBRE, 2003).

Trata-se de uma concepção de sociedade em dois níveis: o “sistema” e o “mundo da vida”. Para Habermas, a crescente racionalização e burocratização da vida faz com que os indivíduos estejam sujeitos a intervenções sistêmicas que, a partir da colonização do mundo da vida pela ação instrumental, distorcem a comunicação e produzem as patologias da modernidade. Nesse processo, as relações de consenso e solidariedade, assim como as expressões de valores morais, são substituídas pelas relações de poder e dinheiro, que passam a controlar os sujeitos e a instrumentalizá-los (LIMA, 2015).

Ainda conforme explicitado por Lima (2015), Habermas acredita que, uma vez que as instituições do mundo da vida, de forma ideológica e/ou perversa, distorcem e impossibilitam a ação comunicativa, tem-se a semiformação de indivíduos, que, desamparados uns dos outros, ficam susceptíveis de serem doutrinados e movidos a ações de massa. Os sujeitos ficam impossibilitados de viver uma vida “boa” por meio de um autêntico projeto de vida.

Para Habermas (1983), é necessário buscar uma “situação ideal de fala”, na qual haveria um consenso livre de qualquer tipo de coação externa ou distorção interna. O agir comunicativo possibilita, então, a superação da comunicação deformada e o estabelecimento de uma intersubjetividade de concordância, de modo que sua racionalidade consiste justamente na anulação das relações coercitivas que impedem a resolução dos conflitos de maneira consciente e consensual.

Quando o consenso de fundo das rotinas cotidianamente exercidas se quebra, as regulamentações consensuais (produzidas com base na renúncia à violência) dos conflitos de ação fazem com que o agir comunicativo prossiga com outros meios. Portanto, moral e direito definem o núcleo da interação. Revela-se aqui, por conseguinte, a identidade das estruturas de consciência, encarnadas, por um lado, nas instituições do direito e da moral, e, por outro, expressas nos juízos morais e nas ações dos indivíduos (HABERMAS, 1983, p. 14-15).

Logo, fazem parte desse processo os estágios do direito e da moral, da delimitação do Eu e das formações de identidade individual e coletiva. A respeito do desenvolvimento do Eu, o autor afirma que este se dá em um sistema de delimitações, no qual

A subjetividade da natureza interna é delimitada com relação à objetividade de uma natureza externa perceptível, com relação à normatividade da sociedade e à intersubjetividade da linguagem. Realizando tais delimitações, o Eu se sabe não apenas como subjetividade, mas como uma instância que “desde sempre” transcendeu os limites da subjetividade, realizando essa operação, ao mesmo tempo, na cognição, na linguagem e na interação: o Eu pode se identificar consigo mesmo precisamente mediante a distinção entre o que é meramente subjetivo e o não-subjetivo (HABERMAS, 1983, p. 15).

Além disso, Habermas (1983) comprehende a identidade do Eu por meio da capacidade de conservar à própria identidade, baseando tal concepção nos três estágios da formação da identidade, qual sejam:

- a) Nível I: Pré-Convencional – Identidade Natural – Distinção do eu e do mundo físico, resposta a normas e regras (bom e mau, justo e errado) a partir das consequências das ações (punição ou recompensa) ou associadas à dimensão prazer/desprazer.
- b) Nível II: Convencional – Identidade de Papel – Incorporação das universalidades simbólicas (dos papéis sociais que integram seu ambiente e das normas de ação de grupos com reconhecimento social), possibilitando a aquisição de uma identidade sustentada por símbolos. “Nesse nível, os atores revelam-se como pessoas de referência dependentes de papéis e, mais tarde, também como anônimos portadores de papéis” (HABERMAS, 1983, p. 64).
- c) Nível III: Pós-Convencional – Identidade do Eu – Possibilidade de afirmação da identidade independente dos papéis e dos sistemas de normas, na qual os indivíduos tornam-se capazes de julgar segundo princípios.

A justaposição de uma identidade de papéis por uma identidade do Eu ocorre à medida que o Eu generaliza a capacidade de superar as crises de identidade, alcançando um nível mais alto de equilíbrio entre si mesmo e a realidade social modificada. Organiza novas versões de si mesmo em uma biografia única, a partir de princípios universais. Assim, a identidade do Eu abarca a competência do indivíduo de mudar para continuar a ser o mesmo, cultivando sua identidade perante os outros na medida em que é igual e diferente, ao mesmo tempo, de todos os demais. “Na identidade do Eu se expressa a relação paradoxal pela qual o Eu, como pessoa em geral, é igual a todas as outras pessoas, ao passo que - enquanto indivíduo - é diverso de todos os demais indivíduos” (HABERMAS, 1983, p. 69).

Ora, ninguém pode edificar sua própria identidade independentemente das identificações que os outros fazem dele. Trata-se certamente de interações realizadas pelos outros não na atitude proposicional de observadores, mas na atitude prática de participantes na interação. E o Eu tampouco realiza suas auto-identificações em atitude proposicional; enquanto Eu prático, ele se apresenta realizando o agir comunicativo. Em tal agir, os interessados devem supor um do outro que o *distinguir-se do outro* seja a cada momento reconhecido pelo outro. Portanto, o fundamento para a afirmação da própria identidade não é a auto-identificação *tout court*, mas a auto-identificação intersubjetivamente reconhecida (HABERMAS, 1983, p. 22).

Além do necessário reconhecimento, o autor segue explicando que a organização autônoma do Eu não ocorre de maneira regular e não se deve a processos naturais de amadurecimento, de modo que, para a maioria dos indivíduos, se torna um objetivo não alcançado.

A identidade coletiva regula a participação dos indivíduos na sociedade (ou a sua exclusão da mesma). Sob esse aspecto, subsiste uma relação complementar entre identidade do Eu e de grupo, já que a unidade da pessoa se forma através das relações com as pessoas do mesmo grupo; e o desenvolvimento da identidade se caracteriza, como já recordamos, pelo fato de que é dissolvida a identificação inicialmente realizada com grupos concretos e menos complexos (família), identidade que é depois subordinada à que se processa com unidades mais amplas e mais abstratas (cidade, Estado) (HABERMAS, 1983, p. 26).

A identidade é gerada pela *socialização*, ou seja, vai-se processando à medida que o sujeito – apropriando-se dos universos simbólicos – integra-se, antes de mais nada, num certo sistema social, ao passo que, mais tarde, ela é garantida e desenvolvida pela *individuação*, ou seja, precisamente por uma crescente independência com relação aos sistemas sociais (HABERMAS, 1983, p. 54).

Nesse ponto, Habermas (1990) reconhece novamente a importância de Mead, ao defender que este foi o único que abrangeu conceitualmente o sentido pleno e progressivo da individuação social, considerando não apenas a diferenciação de identidades particulares, mas, sobretudo, o crescimento da autonomia pessoal decorrente das realizações autônomas do indivíduo.

Ora, isso só é possível se o indivíduo apropriar-se de sua história de vida de modo crítico: num ato paradoxal, eu tenho que escolher-me a mim mesmo como eu sou e como eu gostaria de ser. A *história de vida* torna-se o princípio da individuação, mas para que isso aconteça, precisa ser transladada, através de tal ato de auto-escolha, para uma forma de existência auto-responsável. Essa decisão extraordinária pela auto-colocação, que coloca como que retroativamente nas próprias mãos o *Selbst* que se formou historicamente, resulta na pretensão do indivíduo de ser idêntico consigo mesmo na vida ética (HABERMAS, 1990, p. 198-199).

Esse contínuo entre socialização e individuação e a tensão constante entre o “mim” e o “eu” tornam impossível pensar em identidade como algo estático, fixo ou cristalizado. E nesse ponto revela-se a importância das contribuições de Antonio da Costa Ciampa. Além disso, em um período de crise da Psicologia Social, houve uma preocupação de confrontar as teorias dos importantes autores mencionados acima com a realidade brasileira, “ou seja, ao invés de utilizar as teorias como os óculos para olhar a realidade como foi feito com a Psicologia Social norte americana, trouxe-se a realidade para validar o conhecimento que estava sendo incorporado” (LIMA, 2007, p. 13).

A importância das contribuições dos autores mencionados para as ideias desenvolvidas por Ciampa, assim como seu caráter crítico e inovador, aparecem descritos por Lima (2007), segundo o qual

As ideias de Habermas [...] possibilitaram para Ciampa a substituição da concepção fenomenológica da sociedade que atribuía um caráter ontológico para a mesma, trazida por Berger & Luckmann e, ao mesmo tempo, uma nova leitura de Mead que mostrava a importância da linguagem na construção do *self* (p. 15).

3.2.2 O sintagma identidade-metamorfose-emancipação

Conforme defendido por Ciampa (2005), identidade é uma questão que ultrapassa os interesses meramente acadêmicos e científicos, tornando-se uma questão vital a partir do momento em que se define como uma questão social, política e ideológica. “Cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida-que-nem-sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais” (CIAMPA, 2005, p. 132). Seguindo o mesmo pensamento, Juracy Armando Mariano de Almeida (2005) afirma que

A noção de identidade tem se mostrado fecunda para o conhecimento de processos de mudança nas formas como os indivíduos se situam no mundo e em suas relações a partir de redefinições pessoais e da adoção ou manutenção de modos autônomos de gerir a vida. Ela nos permite desvelar como os processos de conformação e de alocação de lugares sociais informam a formação dos indivíduos e normatizam a expressão de seus desejos e projetos em nome da reprodução de sistemas de vida nem sempre propícios à ampliação das experiências sociais e à mudança de padrões tradicionais de reconhecimento social. Permite, também, considerar a participação do indivíduo na construção de seu modo de ser no mundo e de sua apresentação nas relações interpessoais. Tendo em mente o interesse emancipatório, a identidade afigura-se uma ferramenta importante para dar conta, por um lado, dos processos de ‘emudecimento do outro’, que induzem a conformidade e a mesmice e, por outro lado, dos processos de auto-reflexão e entendimento que estão na base da autonomia e da assertividade pessoal (p. 3-4).

Parte-se, então, da compreensão de que o ser humano não nasce humano, mas humanizável em um mundo previamente humanizado. Deste modo, a identidade resulta tanto do processo de socialização como do processo de individuação, estabelecendo uma relação entre diferenciação social e individuação progressiva, que implica a construção de uma história de vida consciente de si. Neste cenário, a subjetividade é vista sempre articulada com a objetividade da natureza, a normatividade da sociedade e a intersubjetividade da linguagem (CIAMPA, 1997a).

Interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso. A tendência é nós nos predichernos coisas que os outros nos atribuem. Até certa fase essa relação é transparente e muito efetiva; depois de algum tempo, torna-se menos direta e visível; torna-se mais seletiva, mais velada (e mais complicada) (CIAMPA, 2005, p. 136).

Essa relação está presente desde a imputação do nome próprio até a atribuição dos papéis sociais, trazendo à tona a diferenciação entre identidade pressuposta, posta e reposta, pela qual o autor expressa a representação prévia do indivíduo, o aspecto operativo e comportamental da identidade — estabelecido como consequência das relações sociais — e sua reposição contínua. Nesse processo, a identidade passa a ser representada, frequentemente, por substantivos, que criam a ilusão de uma substância da qual o indivíduo seria dotado, embora a manifestação do ser seja sempre uma atividade no mundo, em relação com outros. “Pelo fato já mencionado de interiorizarmos o que é predicado, a atividade coisifica-se sob forma de uma *personagem* que subsiste independentemente da atividade que a engendrou e que a deveria sustentar (Severino é lavrador mas já não lava)” (CIAMPA, 2005, p. 138).

Nessas condições está presente o que o autor denominou “fetichismo da personagem”, no qual a personagem subsiste independentemente da atividade que a produziu, exercendo um domínio sobre o indivíduo que a mantém mesmo que o mesmo esteja envolvido em outra atividade. “Quando descobrimos o fetichismo da personagem, falamos da dificuldade do indivíduo atingir a condição de *ser-para-si*, criando o que chamamos de *identidade-mito*, o mundo da *mesmice* (da não-mesmidade) e da *má infinitade* (a não superação das contradições)” (CIAMPA, 2005, p. 151).

A aparência de não metamorfose é denominada pelo autor de *mesmice*, que ocorre justamente quando a reposição da identidade pressuposta é vista como manifestação de uma identidade atemporal, permanente e estável, retirando seu caráter processual e histórico e se aproximando da noção de mito que prescreve as condutas adequadas para reproduzir o social. O eu *ser-posto* passa a identificar o sujeito como dotado de certas predicações de acordo com as quais ele deve agir e ser tratado. “A *mesmice* de mim é pressuposta como dada permanentemente e não como *re-posição* de uma identidade que uma vez foiposta” (CIAMPA, 2005, p. 170).

Com essa afirmação, o autor esclarece que é sempre o trabalho de *re-posição* que sustenta a *mesmice*, podendo esta ser resultado de um esforço pessoal para protelar certas transformações ou ser consequência de uma imposição do capital.

Outros são levados a essa situação, involuntariamente, quando seu desenvolvimento é de alguma forma prejudicado, barrado, impedido; na nossa sociedade, encontramos milhões de exemplos de pessoas submetidas a condições socioeconômicas desumanas; às vezes, mesmo com condições favoráveis, milhares, talvez milhões de pessoas são impedidas de se transformar, são forçadas a se reproduzir como réplicas de si, involuntariamente, a fim de preservar *interesses* estabelecidos, situações *convenientes*, interesses e conveniências que são, se radicalmente analisados, interesses e conveniências do capital (e não do ser humano, que assim permanece um ator preso à *mesmice* imposta) (CIAMPA, 2005, p. 171).

Cabe ressaltar que é impossível a expressão da totalidade do indivíduo, que sempre se apresenta como um representante de si mesmo. Para o autor, a identidade se expressa empiricamente por meio da articulação de múltiplas personagens, que se estruturam como modos de produção por meio da manutenção, sucessão, coexistência ou alternância. São constituídas, ao mesmo tempo em que constituem, uma história pessoal, de tal modo que “não há personagens fora de uma história, assim como não há história (ao menos história humana) sem *personagens*” (CIAMPA, 2005, p. 163).

A identidade apresenta-se, então, como metamorfose, “mesmidade de pensar e ser” (CIAMPA, 2005, p. 148), sem esquecer que “de um lado, portanto, o homem não está limitado no seu vir-a-ser por um fim preestabelecido (como a semente); de outro, não está liberado das condições históricas em que vive, de modo que seu vir-a-ser fosse indeterminação absoluta” (CIAMPA, 2012, p. 71-72).

Nessa dialética, o *ser-para-si* não implica a ilusão de uma ausência de determinações externas, mas a busca pela autodeterminação, “‘torna-se escrava de si própria’ (o que de alguma forma é tentar tornar-se sujeito); procurar a unidade da subjetividade e da objetividade, que faz do agir uma atividade finalizada, relacionando desejo e finalidade, pela prática transformadora de si e do mundo” (CIAMPA, 2005, p. 151).

A partir dessa ideia, foi desenvolvido o sintagma identidade-metamorfose-emancipação, sistematização teórica que expressa “a concepção de *identidade* como formação social, que se dá como *metamorfose*, constituindo o humano concreto no movimento em busca de *emancipação*, seja de coletividades, seja de individualidades, o que permite articular natureza e sociedade como história” (PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL - PEPG-PS, 2002, p. 49, grifos do autor).

A esse respeito, Ciampa (2003) ressalta que:

A identidade, individual ou coletiva, é sempre a história de nossa metamorfose em busca de emancipação que nos humaniza. A emancipação, que dá o sentido ético à metamorfose, pode ser impedida ou prejudicada pela violência, pela coerção, invertendo a metamorfose como desumanização. É assim que se revela a natureza intrinsecamente política da identidade. A destruição, a degradação e a indignidade

de pessoas e grupos são formas de metamorfose, em última análise, provocadas de modo heterônomo por um poder interiorizado subjetivamente e – ou apenas – exteriorizado objetivamente. Ou seja, quase sempre, senão sempre, há um conflito político que se estabelece entre a pretensão de uma identidade social, de um lado, como (1) auto-afirmação e hetero-reconhecimento de um projeto emancipatório e, de outro, como (2) hetero-afirmação e auto-reconhecimento de um projeto coercitivo ou de dominação (p. 3).

Tal problemática evidencia a constatação de que a identidade surge como autoapresentações interessadas realizadas “a uma segunda pessoa, por quem pretensamente sabe, perante si e o outro, *quem é e quem gostaria de ser*” (CIAMPA, 1997b, p. 1). Assim, a importância do reconhecimento aparece como último ponto nas ideias centrais defendidas pelo autor, resumida da seguinte maneira:

- a) a constituição do sujeito se dá em e a partir de sua inserção em uma rede de interações mediadas pela linguagem; b) a identidade humana como metamorfose é o processo permanente que se dá ao longo da socialização; c) a individuação, que se dá através da socialização, depende de e está associada ao crescimento da autonomia pessoal; e d) a concretização de uma pretensão identitária de um indivíduo, como expressão de autonomia, pressupõe o seu reconhecimento por outros indivíduos (LIMA; CIAMPA, 2012, p. 15).

4 A DIMENSÃO COLETIVA DA MIGRAÇÃO: A HISTÓRIA DO HAITI

A proposta de uma abordagem conciliatória, que leva em consideração a percepção singular do migrante com relação às determinações históricas, sociais e culturais e a concepção de identidade enquanto uma questão social, política e ideológica, constituída como metamorfose em busca de emancipação, torna imprescindível a compreensão histórica do Haiti, destacando como a migração foi estabelecida como opção identitária para lidar com a violência, a desigualdade social e a instabilidade política que assolam o país desde sua formação.

O Haiti é um país localizado na região do Caribe, a leste de Cuba e a oeste da ilha de São Domingos ou Hispaniola, área que divide com a República Dominicana. Com capital em Porto Príncipe, abriga uma população de cerca de 10 milhões de habitantes, dos quais 95% são negros. Os idiomas oficiais são o francês e o crioulo, enquanto as religiões dividem-se em católicos e protestantes, embora cerca da metade da população pratique o vodu (EMBASSY OF THE REPUBLIC OF HAITI, 2013).

Marcado por um passado glorioso — foi a colônia mais próspera das Índias Ocidentais, o segundo país das Américas a declarar independência e a primeira república negra a se estabelecer —, atualmente o Haiti é considerado o país mais pobre das Américas, ocupando a 163^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU), que calcula o desenvolvimento do país relacionando à expectativa de vida, ao nível educacional e à renda *per capita*. A título de comparação, o Brasil ocupa a 79^a posição na referida lista, enquanto a Noruega lidera o ranking (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2017).

Para compreender as inúmeras batalhas travadas por esse país ao longo do tempo, a dificuldade de se consolidar como um Estado-nação e o estabelecimento da migração como estratégia de sobrevivência pela população, torna-se imprescindível um mergulho na história, resgatando um passado ainda tão presente e muitas vezes determinante do futuro deste povo.

Essa história tem início em 1492, quando Cristóvão Colombo chega à ilha até então denominada indiscriminadamente por seus diferentes povos de Quisqueya, Bohío e Aytí (denominação que deu origem ao nome Haiti e que significa “país das montanhas” na língua Taino) e prontamente a renomeia de Espanhola, encantado por sua vegetação tropical, praias paradisíacas e mar azul-turquesa. Inicialmente recebido cordialmente pelos nativos, logo tiveram início as tentativas frustradas de resistência, reprimidas com o mais severo massacre da população. Em 1513, praticamente a totalidade da população, cerca de 600 mil índios,

havia sido extermínada (SEITENFUS, 2014).

Para suprir a falta de mão de obra local, os espanhóis começaram a trazer escravos africanos para o cultivo da cana-de-açúcar, em substituição à procura do ouro, que havia fracassado. Pouco tempo depois, a descoberta de metais preciosos em outras colônias e a ascensão de Cuba ao posto central administrativo no Caribe levaram ao abandono da região oeste da ilha, atual Haiti, de modo que a colônia ficou reduzida a um posto de abastecimento especializado na produção de couro e alimentos, que demandava pouca mão de obra e acabou por afetar consideravelmente o povoamento (GRONDIN, 1985).

O abandono acabou por atrair dois grupos, denominados *bucaneros* e *filibusteros*, que abriram espaço para a colonização francesa desta parte da ilha, agora denominada Saint-Domingue. Para iniciar a colônia, em 1670, foram contratados camponeses e normandos, a quem se juntaram marinheiros desocupados, protestantes e calvinistas, além de prostitutas. O Direito Internacional europeu reconheceu a colonização francesa por meio do Tratado de Nimègue, em 1678, e do Tratado de Ryswick, em 1697. A partir do século XVIII, o crescente aumento na demanda por açúcar na Europa, somado aos maciços investimentos, melhorias tecnológicas e organização do sistema de produção da cana-de-açúcar e do café, fez com que Saint-Domingue se transformasse na mais rica colônia das Índias Ocidentais e ficasse conhecida como “A pérola das Antilhas” (SCARAMAL, 2006; SEITENFUS, 2014).

Em 1720 Saint-Domingue já produzia 21 milhões de libras de açúcar e em 1788 alcançava a impressionante cifra de 52 milhões. Mais de 750 grandes barcos tripulados por 80 mil marinheiros se encarregavam de transportar as riquezas agrícolas da ilha para a metrópole. O futuro Haiti respondia então por 1/3 do comércio exterior da França. Em 1789, por exemplo, dos 17 milhões de libras esterlinas exportados pela França, 11 milhões provinham da colônia de Saint-Domingue (SEITENFUS, 2014, p. 43).

Para manter tal produção, o crescimento do tráfico de escravos nesse período foi acelerado e a população, que era estimada em 13 mil pessoas em 1700, passou a 500 mil em apenas noventa anos. À época da Revolução Francesa, a população de Saint-Domingue girava em torno de 500 mil negros, 40 mil mulatos e 36 mil brancos, fazendo com que a composição social da ilha se tornasse extremamente delimitada por considerações econômicas e raciais (SCARAMAL, 2006).

Os negros eram divididos em escravos e libertos, muitos com acesso à educação europeia e a propriedades materiais de terras e escravos, assim como os brancos eram divididos em *grands blancs* — grandes fazendeiros, burocratas e profissionais liberais — e *petits blancs* — pequenos produtores e comerciantes —, além de artesãos e funcionários do

Estado colonial. Os mulatos eram extremamente desprezados pelos brancos e, embora detivessem posses e estudo, eram proibidos de exercer importantes profissões e, em 1777, foram proibidos de entrar na metrópole, além de serem submetidos a normas humilhantes e terem espaços separados nos lugares públicos, como igrejas e teatros. O ressentimento social vivenciado pelos mulatos era transformado em ódio racial pelos negros, de tal modo que um escravo mulato se considerava superior a um negro liberto, tamanha a importância atribuída à cor. Tais divisões balizadas pelo preconceito e pela repulsa marcaram a história do Haiti, pois, além de serem determinantes para o acontecimento da revolução, estavam sempre em voga nas trocas de lideranças posteriores (SCARAMAL, 2006).

Os escravos, oriundos dos mais diversos grupos étnicos, religiosos e linguísticos, tiveram que criar um idioma próprio para se comunicar — o crioulo —, oriundo da compreensão fonética do francês e acrescido de diversas expressões de origem africana. Além disso, a extensa jornada, somada às péssimas condições de trabalho e às doenças contagiosas, fazia com que a taxa de mortalidade fosse altíssima, assim como as tentativas de fuga. Em 1793, havia aproximadamente 50 mil casos de fugitivos, com um número significativo de fugas coletivas de escravos letrados, conhecidos como “ladinos” (SEITENFUS, 2014).

Simultaneamente, o descontentamento dos colonos com o monopólio comercial exercido pela metrópole ganhou força com a independência dos Estados Unidos, com a Revolução Francesa e com a promulgação aos mulatos do direito de voto. A insurreição negra, que teve início com os escravos Boukman, Jean François e Biassou, logo recebeu novos e importantes líderes, Toussaint L’Ouverture, Jean Jaques Dessalines e Henri Christophe, espalhando-se por toda a parte norte da ilha. Dois anos depois, em 1793, a já complicada situação agrega um novo componente: a guerra internacional da Inglaterra e da Espanha contra a França, que faz com que os brancos se unam aos negros com o objetivo de evitar a invasão inglesa. Além disso, o governo republicano francês prometeu a abolição da escravatura em troca do apoio dos escravos, decretada em agosto do mesmo ano e promulgada seis meses depois (SCARAMAL, 2006).

Enquanto isso, os mulatos, que, até então, estavam divididos por serem contra a abolição e gratos à república pelo direito de voto, conseguiram derrocar a invasão inglesa e, como recompensa, receberam o comando da cidade do Cabo. Teve início, então, uma guerra civil étnica e classista entre mulatos e negros, os primeiros por não aceitarem a abolição da escravatura e a nomeação do negro Toussaint como segunda autoridade da ilha, e os segundos por não mais aceitarem ser propriedade de ninguém. Esta guerra se estendeu até 1800, com a vitória dos negros, enquanto milhares de mulatos e brancos fugiam para Cuba e França.

(SCARAMAL, 2006).

Os ingleses, que estavam em guerra com a França e tinham muito a perder caso seus escravos de outras ilhas antilhanas fossem contagiados pelas ideias revolucionárias de Saint-Domingue, também enfrentaram Toussaint e tiveram sua tropa de mil soldados derrotada pela ira de 48 mil negros. Desta vitória, Toussaint emergiu como um líder de referência de vários segmentos e, embora não tenha declarado formalmente a independência da ilha, adotou medidas que converteram Saint-Domingue em um país independente. Algumas dessas medidas foram extremamente criticadas, como o fato de não ter permitido a divisão das grandes plantações e o trabalho compulsório, quase escravo, em troca de alimentação e um quarto do produto da colheita (SCARAMAL, 2006).

No final do século XVIII, a colônia de Santo Domingo — lado leste e espanhol da ilha — também vivenciou uma grande rebelião de escravos, influenciada pelos acontecimentos do lado oeste da ilha. Tal rebelião foi o estopim que faltava para que Toussaint tomasse a parte espanhola da ilha, em janeiro de 1801, unificasse os territórios como determinava o Tratado de Basiléia — instituído em 1795 e, até então, não cumprido — e declarasse imediatamente a abolição da escravatura.

Em 9 de julho de 1801, Toussaint convocou a Assembléia, que aprovou a primeira constituição da ilha unificada. Ao referendar essa constituição, que o nomeou governador vitalício, sem consultar a França, Toussaint estava de fato implementando a *autonomia política*, além da *unidade* e da *indivisibilidade* da ilha (SCARAMAL, 2006, p. 41).

Obviamente a metrópole reagiu e, em 1802, Napoleão mandou a Saint-Domingue um numeroso exército, ao qual se juntaram os líderes mulatos, mas que foi derrotado pelas milícias dos libertos. Não obstante, Toussaint cometeu o erro de negociar, caindo em uma armadilha que o levou direto a uma prisão francesa, onde foi morto em abril de 1803. Assim, o general francês assumiu o comando da ilha, restaurando a escravidão com severos métodos de tortura e extermínio. O horror de seus atos uniu novamente milhares de ex-escravos e outros setores da população, que, sob a nova liderança de Jean Jacques Dessalines, derrotaram mais de 60 mil soldados franceses. Em 1º de janeiro de 1804, Dessalines deu um passo histórico: proclamou a independência do país, que passou a ser chamado, então, Haiti (SCARAMAL, 2006).

Essa independência, conquistada mediante uma derrota militar, com a abolição da escravidão e com ex-escravos instaurando uma República independente, tornou-se uma ameaça a todos os demais países colonialistas e escravagistas da época, que reagiram

estabelecendo um cordão de isolamento que impedia o Haiti de manter contatos internacionais, enfraquecendo seu Estado e alimentando condições culturais e psicológicas para que tudo o que viesse do país fosse tido como ruim ou ameaçador. Além disso, a ex-metrópole conduziu um massacre no país, destruindo por meio do fogo todas as suas estruturas produtivas e condenando a fertilidade da terra. Como se não bastasse, não reconheceu juridicamente a independência haitiana até 1826, quando foi estabelecido um tratado no qual a França exigiu uma compensação financeira equivalente a US\$ 21 bilhões atuais. O Haiti, que já estava devastado por mais de uma década de guerras, viu-se obrigado a buscar empréstimo em bancos franceses para quitar o débito, iniciando um ciclo de dependência e endividamento que acabou por comprometer seu futuro. Além disso, o país só recebeu reconhecimento diplomático em 1862, ano em que os Estados Unidos reconheceram sua independência (SEITENFUS, 2014).

Desse modo, se desde 1804 é possível falar em libertação nacional, também é verdade que o domínio colonial ainda permanece extremamente atuante no país e tem sua faceta mais cruel no silenciamento, uma vez que as potências imperialistas têm buscado a todo custo desviar o rumo histórico da revolução, “sufocando para além do limite do suportável as condições econômicas, políticas e materiais da ilha caribenha. De todos os embargos, o mais devastador tem sido o de sua história – impossibilitada de ser conhecida pelos povos subalternos da América e do Mundo” (MAGALHÃES, 2017, p. 20). Todo esse quadro acabou por estruturar no Haiti um sistema econômico e social de miséria, considerado abaixo do nível de subsistência, e “é neste sentido que passam a operar a dependência no país e, com ela, a produção histórica dos fatores de expulsão populacional” (MAGALHÃES, 2017, p. 68).

Enquanto isso, Dessalines criou um governo autocrático e intitulou-se Imperador Jacques I, iniciando uma verdadeira e sangrenta guerra cega para expulsar os franceses que ainda ocupavam Santo Domingo, o lado espanhol da ilha, agindo com crueldade tanto com seus inimigos quanto com os próprios cidadãos haitianos. Em 1806, Dessalines foi assassinado por seus dois antigos aliados — Henri Cristophe e Alexandre Petión —, que mais uma vez deixaram evidente a fragilidade na busca de um projeto nacional e fizeram uma nova divisão de território: na região sul do Haiti o mulato Petión estabeleceu uma república, enquanto na região norte da ilha o negro Cristophe criou uma monarquia, nomeando-se rei. Em 1820, Boyer, sucessor de Petión, com o pretexto de auxiliar na independência da parte oriental e hispânica, unificou novamente toda a ilha, encerrando a tentativa monárquica haitiana. Em 1843, houve nova separação, com a criação da República Dominicana como país

independente (CHAVES JR, 2008; SCARAMAL, 2006).

De 1843 até 1915, o Haiti, ao contrário do que aparentemente se suporia em um país que vivenciou revolução social sem precedentes nas Américas, sofreu 22 mudanças de governo decorrentes de instabilidades políticas e sociais que resultaram em crises extremas (CHAVES JR, 2008, p. 60).

Toda essa instabilidade, associada a um crescimento demográfico rural superior ao que o sistema agrário de subsistência do país podia suportar, deu início ao primeiro grande fluxo da tradição migrante haitiana, justamente para sua vizinha República Dominicana, cuja expansão da indústria açucareira para exportação, com ofertas de trabalho remunerado, atraiu milhares de haitianos. E se, inicialmente, esta mobilidade caracterizou-se por sua reversibilidade estacional e pela “aceitação” governamental devido à necessidade de mão de obra barata — embora houvesse uma exigência imigratória dominicana da raça branca como indispensável ao imigrante —, a proximidade fronteiriça logo consolidou o fluxo, assim como as práticas xenófobas (MAGALHÃES, 2017).

Em julho de 1915, sob os pretextos das crises recorrentes de um vizinho privilegiado geograficamente — após a construção do canal do Panamá, em 1904, o Haiti ganhou uma importância estratégica singular —, incapaz de se autogovernar e de cumprir os acordos estabelecidos, os Estados Unidos ocuparam o país para promover uma intervenção militar, ocupando também a República Dominicana. Após uma fracassada tentativa de resistência, o exército americano “restabeleceu a ordem” com violência indiscriminada, gerando uma falsa estabilidade. O fim da ocupação aconteceria em 1934, ano em que o movimento negritude atingiu seu auge, uma vez que contrariava justamente a intervenção estadunidense e defendia a valorização da ascendência africana e o retorno aos valores tipicamente haitianos (CHAVES JR, 2008; SCARAMAL, 2006).

Durante a ocupação, os Estados Unidos direcionaram o fluxo migratório haitiano à indústria canavieira de Cuba, ainda caracterizado por trabalhadores braçais que se submetiam a baixos pagamentos e precárias condições de vida, além de constantes expulsões associadas à queda da produção na monocultura canavieira (BAPTISTE; VIEIRA, 2016). A respeito desse processo histórico de emigração dentro do espaço caribenho, cabe destacar “a gestão da mobilidade operada pelos interesses da indústria açucareira, expressa no ir e vir forçado de haitianos de uma ilha à outra, condicionado mais pelo valor do açúcar que por suas próprias vontades” (MAGALHÃES, 2017, p. 97).

Enquanto isso, a inexistência de uma tradição democrática no país fazia com que

o uso constante da violência continuasse sendo característico nos governos, marcadamente ditatoriais e todos iniciados e findados por complôs, golpes ou assassinatos (SEITENFUS, 2014). O direito ao voto — que, desde 1816, estava estipulado a todos os cidadãos, exceto a mulheres, criminosos, “idiotas” e pessoas em condição servil, condições que excluíam cerca de 97% da população — passou a ser universal nas eleições de 1957, estendendo o voto não obrigatório a todos os haitianos com idade superior a 21 anos. Assim, foi eleito François Duvalier, um médico que conquistou o apoio de diversos segmentos da sociedade haitiana e a admiração das massas populares, ganhando o apelido de “Papa Doc” (Papai Doutor). Teve início a chamada “papadocracia”, termo usado para descrever seu governo de presidente vitalício (1957-1971), assim como a transmissão hereditária a seu filho, Jean Claude Duvalier, que governou o Haiti por mais 15 anos (1971-1986) e foi apelidado de “Baby Doc” (GRONDIN, 1985; SCARAMAL, 2006).

O governo de François Duvalier foi marcado por se declarar defensor dos interesses da maioria negra, manipulando as massas e ganhando seu favoritismo. Além disso, submeteu o país à hegemonia dos Estados Unidos e, com a ajuda destes, instaurou um regime de terror com a criação dos temidos *Tontons-Macoutes*, um corpo de milícias populares que equilibrava o poder do exército oficial e contribuía fortemente para suas medidas extremamente autoritárias:

Encarcerou, torturou e exilou seus adversários políticos, assassinou e fuzilou publicamente líderes dos grupos de oposição, mulatos influentes e intelectuais progressistas. [...] Em 1971, no momento de sua morte, Duvalier tinha, há anos, o controle da situação e havia estabelecido no país a maior paz conhecida em muitas décadas: a paz dos cemitérios. Já não se torturavam as pessoas: o terror havia sido de tal forma internalizado pela população que esse método já era desnecessário (GRONDIN, 1985, p. 47-48).

Nesse período ocorreu uma nova onda migratória internacional, diferente da anterior, pois abrangeu refugiados políticos da classe alta, estudantes e intelectuais contrários ao governo ditatorial, que partiram principalmente em direção a Cuba, Bahamas, Canadá e também Estados Unidos, iniciando o que se constituirá na maior comunidade haitiana no exterior (BAPTISTE; VIEIRA, 2016). Vale ressaltar que o estabelecimento desse fluxo migratório em direção ao Estados Unidos se deu justamente pela forte presença econômica, política e militar estadunidense no Haiti, além é claro do óbvio desenvolvimento desigual existente entre os dois países, transformando os Estados Unidos no destino preferencial dos migrantes haitianos.

Durante o governo de Jean-Claude os problemas econômicos se agravaram, uma

vez que, desde a década de 1960, a economia haitiana baseada na produção de açúcar e café havia perdido as condições de competitividade no mercado internacional e o país foi incluído na lista dos países mais pobres do mundo. Com uma renda *per capita* que continuava por volta de 150 dólares, o Haiti enfrentava uma série de problemas que chamavam a atenção internacional, como a fome generalizada, a migração dos haitianos para outros territórios e o drama dos *boat-peoples*, com inúmeros mortos encontrados nas praias do Caribe. Diante desse quadro, a taxa de abstenção nas eleições de 1984 foi de 61%, resistência que logo ganhou força, até que, em janeiro de 1986, cerca de 40 mil manifestantes realizaram uma verdadeira retaliação aos *Tontons-Macoutes*, enquanto Jean-Claude fugia do país, sob a proteção dos Estados Unidos (CHAVES JR, 2008; GRONDIN, 1985; SCARAMAL, 2006).

De 1986 a 1990, o Haiti foi novamente gerido por sucessivas administrações provisórias, nas quais a violência é legitimada e considerada mais importante que as instituições. A pobreza também aumentou, assim como o fluxo migratório, que continuava associado à instabilidade do país, à falta de oportunidades e à dificuldade de acesso à educação e ao mercado de trabalho (CHAVES JR, 2008).

Em 1991, Jean-Bertrand Aristide, um sacerdote de esquerda, foi eleito com incríveis 67% dos votos, mas em setembro do mesmo ano teve início um novo período de golpes militares liderados por Raoul Cedras, obrigando Aristide a buscar asilo nos Estados Unidos. No período de 1991 a 1994, o Haiti foi, então, governado por uma junta militar, enquanto diversos interlocutores internacionais tentavam solucionar o impasse — tem início, assim, as missões das Nações Unidas ao Haiti, que se totalizarão em sete até os dias atuais. Em outubro de 1994, uma força multinacional composta por 21 mil homens chegou ao Haiti com a missão de restaurar o cumprimento da Constituição. O trio de generais que governavam o país se retiraram e uma nova eleição foi feita, com a vitória do indicado e aliado de Aristide, René Préval, com 88% dos votos (CHAVES JR, 2008).

Em 1997, Aristide rompeu com o partido do atual governo e criou seu próprio partido, para concorrer às eleições da Câmara dos Deputados e do Senado. Mais uma vez, os processos eleitorais haitianos foram marcados por abstenções, fraudes e postergações, culminando em 2000 com a eleição de Aristide para presidente, ao mesmo tempo em que a nova aliança oposicionista nomearia seu candidato como presidente do “governo alternativo”. A precariedade do regime democrático reinstala o caos e a violência no Haiti, demonstrando a incapacidade do Estado em administrar situações de instabilidade (CHAVES JR, 2008).

Aristide reagiu com extrema brutalidade às ações dos opositores, chamando atenção de forma negativa da comunidade internacional. Em 2004, na comemoração do

bicentenário da independência, o presidente piorou sua já complicada situação ao lançar uma campanha cobrando da França os US\$ 21 bilhões pagos na época pelo reconhecimento da independência do Haiti. A França considerou a cobrança uma afronta e iniciou uma verdadeira empreitada pela retirada de Aristide por não mais desfrutar da “legalidade constitucional”, uma vez que o culpavam pela crise que o país se encontrava (SEITENFUS, 2014).

Em fevereiro de 2004, Aristide deixou o país e Boniface Alexandre, presidente da Suprema Corte do Haiti, assumiu interinamente a presidência, solicitando a presença internacional para garantir a estabilidade no país. O Conselho de Segurança da Nações Unidas (CSNU) aprovou, então, a criação da MINUSTAH (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti), que tem por objetivo:

- a) garantir um ambiente social estável; b) reestruturar a polícia nacional haitiana; c) desarmar a população, proteger civis; d) apoiar a construção da democracia; e) estimular a conciliação nacional; f) contribuir na realização de eleições livres; g) expandir a influência do Estado haitiano; e h) promover e proteger os direitos humanos (CHAVES JR, 2008, p. 69-70).

O Brasil foi convidado a fazer parte da Missão, mas se mostrou relutante, tentando fazer com que o embasamento legal desta fosse o Capítulo VI da Carta da ONU (a construção da paz por meio da solução pacífica dos conflitos) e não o Capítulo VII, que prevê a imposição da paz por meio da intervenção militar. Não conseguiu promover tal alteração, mas, ao receber o comando da Minustah, o Brasil acreditou que conseguiria colocar em prática uma espécie de “Doutrina 6 ½”, que conciliasse os dois princípios: segurança e desenvolvimento. Além disso, a proposta estava de acordo com o interesse brasileiro em aumentar sua participação internacional para integrar permanentemente o CSNU e com o Princípio da Não Indiferença, defendido pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Mostrou-se tentador também a possibilidade de exercitar a tropa em condições reais de ação em um país estrangeiro, interagindo com outros exércitos, sem possibilidade de riscos ou perdas humanas e com parte dos custos resarcidos pela ONU (SEITENFUS, 2014).

O contingente militar de brasileiros no Haiti inicialmente foi de 1.200 soldados, representando a maior participação das Forças Armadas do Brasil no exterior desde a Segunda Guerra Mundial. Ao todo, a Minustah contava com quase 7.000 militares, cerca de 1.600 policiais e uma minoria de civis, e logo o descompasso entre a proposta da missão e a realidade da crise haitiana ficaria evidente. A sempre precária Polícia Nacional Haitiana, formada pela inepta Polícia das Nações Unidas sem sequer um único exercício de tiro devido

ao embargo de armas imposto pelo CSNU, mostrava-se totalmente despreparada para o combate ao crime organizado que crescia no país. Enquanto isso, o exército brasileiro, sob comando do general Heleno, recusava-se ao emprego da tropa para ações de repressão, utilizando parte do contingente militar em obras sociais, como reforma de prédios comunitários, limpeza e pavimentação de ruas, distribuição de alimentos, perfuração de poços artesianos, entre outras ações, que resultaram na pacificação de um perigoso bairro da região (CHAVES JR, 2008; SEITENFUS, 2014).

A proposta brasileira de utilizar os militares para outras finalidades que não a guerra foi totalmente rejeitada por outras tropas, como as jordanianas, além de provocar debates no CSNU, uma vez que países como Rússia e China condicionavam seu apoio à Minustah ao enquadramento a uma intervenção militar, ao mesmo tempo em que Estados Unidos, Canadá e França condicionavam qualquer investimento em projetos socioeconômicos a uma garantia de tranquilidade absoluta, tendo o primeiro inclusive ameaçado invadir o Haiti caso as gangues não fossem controladas. Diante dessa pressão, porém contra a vontade do general Heleno, houve uma operação para capturar o principal líder do crime organizado, operação bem-sucedida do ponto de vista militar, mas que deixou mais de 50 mortos e 100 feridos, entre eles mulheres e crianças (SEITENFUS, 2014).

Diante da situação insustentável que se instalou, o general Heleno foi substituído pelo general Bacellar, porém mantendo a estratégia da “Doutrina 6 ½”. Com a proximidade das eleições e o aumento da violência, a pressão sobre Bacellar ganhou novos adeptos: o influente setor econômico haitiano e o Representante Especial da ONU, Juan Gabriel Valdés, na condição de Chefe da Minustah. Em janeiro de 2006, em uma reunião, Valdés destituiu toda a autoridade de Bacellar, deixando claro que, caso não aceitasse ocupar militarmente a cidade de Cité Soleil, outro o faria. Sem alternativas para não trair aos princípios brasileiros, na noite de 7 de janeiro de 2006 o general Bacellar cometeu suicídio. O caso foi abafado em troca da escolha de outro general brasileiro, mas o debate quanto à natureza da operação continuou, pois, quando sugerido eliminar o conceito de área vermelha, que designa regiões em guerra, a “Nações Unidas reagiu vigorosamente à tentativa, pois ela resultaria em diminuição pecuniária e aboliria vantagens complementares, tais como seguro e licenças-prêmio” (SEITENFUS, 2014, p. 174).

Fica claro, portanto, o jogo de interesses presente na chamada “ajuda humanitária”, pois a Missão visa à estabilização, mas tem caráter militar; o Brasil ocupa a liderança da Missão, mas não tem poder de decisão; a polícia haitiana é treinada para ser despreparada e necessitar do apoio externo; países importantes do CSNU condicionam sua

ajuda financeira às intervenções militares para conquistar uma “tranquilidade absoluta”, exigida para o desenvolvimento de projetos socioeconômicos — os verdadeiramente necessários —, que, por sua vez, não serão desenvolvidos, já que o conceito de área vermelha utilizado para regiões em guerra não pode ser retirado porque isso resultaria em prejuízos financeiros aos soldados.

Com a trágica morte de Bacellar, o governo provisório, que já havia adiado as eleições por três vezes consecutivas, decidiu convocar as eleições e, em fevereiro de 2006, René Préval foi eleito presidente do Haiti pela segunda vez. Seguiu-se um período de calmaria, com um crescimento constante da economia e um incremento extraordinário, embora ainda fragilizado, na segurança pública. Tiveram início, então, as catástrofes ambientais que culminarão no ano de 2010 em um terremoto de magnitude 7,0 na escala Richter, composto pelo tremor principal e por outros 33 tremores menores, que resultaram na destruição de diversas áreas do país e no comprometimento de quase 80% das construções, incluindo escolas, hospitais, postos policiais e os prédios do governo (GOTTARDI, 2015; SEITENFUS, 2014).

Trinta e cinco segundos bastaram para lembrar que o Caribe exuberante e sedutor é também uma região de grandes riscos sísmicos. No caso do Haiti estes riscos foram acentuados pela densidade demográfica, pela localização do epicentro e pela extrema precariedade na qual vive a grande maioria da população. A inexistência de normas para a construção, de sistemas de prognósticos e de alertas, de um serviço de proteção civil e de consciência da população sobre os riscos e como enfrentá-los, multiplicam a capacidade destruidora dos terremotos. De fato, a dimensão da hecatombe haitiana prova que, antes de ser natural, o desastre foi socialmente planejado (SEITENFUS, 2014, p. 205).

A ajuda humanitária dirigiu-se imediatamente para o Haiti, porém, controlada pela ONU, seguia uma única determinação: resgatar primeiro os estrangeiros presos nos escombros. Diversas equipes, como a colombiana e a mexicana, denunciaram a explícita proibição de salvar os nativos, conduta que contraria os próprios princípios de imparcialidade da ONU, bem como da Comunidade Europeia. Um exemplo desta situação foi a cidade de Léogâne, cidade mais populosa ao redor do epicentro e de moradores exclusivamente haitianos, na qual os primeiros socorristas estrangeiros chegaram apenas cinco dias após o ocorrido. Caso não tivessem feito essa discriminação, o número de 150 pessoas salvas pelos socorristas estrangeiros poderia ser bem maior, considerando que estes dispunham de mais recursos do que os haitianos, que resgataram 80% dos sobreviventes sem nenhum equipamento, apenas com as mãos e a coragem. O descaso se torna ainda mais assustador quando 300 mil feridos encontraram um dos poucos hospitais que não ruíram, o Hospital da

Minustah, com os portões fechados, cercado por militares argentinos que ameaçavam qualquer um que insistia em se aproximar — alguns pais desesperados lançaram seus filhos muros acima, na esperança de estes serem atendidos (SEITENFUS, 2014).

Temendo uma revolta popular e desconfiados da capacidade de controle da ONU, uma vez que seus principais responsáveis civis pela missão foram mortos no terremoto, os Estados Unidos assumiram abruptamente o comando da Minustah e militarizaram a ajuda humanitária, recebendo mais dois mil homens. Mas, ao invés de revolta, o que seguiu foi uma calmaria, de um povo cansado, dos quais 71% sobrevivia agora com menos de US\$ 2 por dia e 50% com menos de US\$ 1 por dia. Estima-se o prejuízo do terremoto em US\$ 7,8 bilhões, o equivalente a 120% do PIB do Haiti. A situação, que já era insustentável, tornara-se dramática. “Comparado com outras catástrofes e levando em consideração o número de habitantes, de vítimas fatais, de feridos e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o sismo haitiano se constitui no desastre natural mais destruidor da era moderna” (SEITENFUS, 2014, p. 245).

Esse cenário agravou também o problema da adoção haitiana, na qual 80% das crianças abrigadas em orfanatos não são órfãos ou filhos de pais em conflitos com a Justiça, mas crianças cujos pais não dispunham de condições para sustentá-las. Isto traz consigo dois outros graves problemas: o primeiro diz respeito ao modelo *restavec*, uma escravidão moderna na qual as crianças se transformam em pequenos trabalhadores domésticos ou agrícolas e que se constitui em prática histórica e socialmente aceita — é, no mínimo, contraditório que a primeira sociedade a abolir a escravidão aceite, mais de dois séculos depois, que 10% de seu universo infantil ou 250 mil crianças encontrem-se nestas condições. O segundo problema diz respeito às adoções internacionais, que aumentaram exponencialmente com o aumento do custo processual (cerca de US\$ 10.000) e com a ocorrência do terremoto, no qual houve uma grave confusão entre criança adotável e criança a ser salva e mais de 1.000 crianças foram levadas somente para a França, sem contar outros países como Estados Unidos e Canadá (SEITENFUS, 2014).

Diante da crise que se instalou, houve a promessa por parte da Comunidade Internacional de US\$ 11 bilhões que seriam desembolsados ao longo de cinco anos para as organizações internacionais públicas e privadas que atuavam no país. Porém, o Haiti é historicamente conhecido como um cemitério de projetos, fama decorrente de um discurso ideológico no qual as Ongats (Organizações Não Governamentais de Alcance Transnacional), aliadas aos interesses dos doadores e das elites haitianas, substituem o Estado, enquanto este é descartado sistematicamente. Esse processo marcou a substituição do público pelo privado e

do nacional pelo estrangeiro, sobretudo depois do terremoto, quando passaram a atuar mais de dez mil Ongats no país, controlando 99% das doações e “roubando” os principais talentos haitianos, principalmente na área da saúde. Além disso, a exigência por resultados rápidos faz com que haja falta de planejamento, somada a especialistas contratados por um curto período de tempo, intervindo cada um à sua maneira e à sua cultura, muitas vezes em uma mesma região e a partir de critérios e interesses externos (GRONDIN, 1985; SEITENFUS, 2014).

Há muitos exemplos possíveis destes desencontros, como as centenas de milhões de dólares gastos com a distribuição de água sem nenhum planejamento, que foi simplesmente bombeada do lençol freático sem a construção de adutoras e estações de tratamento e hoje se tornou ainda mais rara para a maioria da população; ou, ainda, a solicitação do presidente Préval, obviamente recusada, para que Washington substituisse as doações de alimentos por recursos financeiros para a agricultura, para que a população pudesse adquirir os alimentos produzidos localmente. Vale dizer que até a década de 70 o país era autossuficiente na produção de arroz, base de sua dieta alimentar, e atualmente é o 4º maior cliente dos Estados Unidos para exportações de arroz, com constantes crises de abastecimento (SEITENFUS, 2014).

Cuba e Venezuela contrastam desse modelo de “cooperação” imposta pela Comunidade Internacional ao Haiti. O primeiro, desprovido de recursos financeiros, instituiu em 1998 um programa de saúde da família e de Medicina de proximidade, conhecido justamente por alcançar os lugares mais distantes e humildes do Haiti, e compensando de alguma forma a “fuga de cérebros” estimulada pelos países ocidentais. Já a Venezuela estabelece uma escuta das solicitações haitianas, tentando compatibilizar suas possibilidades com as demandas, além de nada ser realizado sem a prévia autorização das instituições e do governo haitiano (SEITENFUS, 2014).

Além disso, desde 2007 o Haiti passou a fazer parte do Programa Petrocaribe — após vigorosas ameaças e chantagens dos Estados Unidos —, tendo este representado, em 2013, 94% da capacidade de investimento do Estado haitiano e cujos recursos viabilizaram a realização de 189 projetos nas áreas de infraestrutura, agricultura, educação e saúde. Ressalta-se que a Comunidade Internacional, ao invés de reconhecer o sucesso dos projetos empreendidos por estes parceiros, tentou por diversas vezes controlar os recursos do tesouro haitiano advindos desses programas. “Assim, a estratégia da Comunidade Internacional não somente impede o fortalecimento institucional, como também retira do Estado haitiano a mínima autonomia financeira de que dispõe” (SEITENFUS, 2014, p. 282).

Com relação à cooperação brasileira ao desenvolvimento do Haiti, ela pode ser

definida como híbrida, uma vez que o Brasil mantém doações a organizações privadas, como a Viva Rio, e públicas, como a PNUD, além de manter projetos multilaterais com países membros do Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) e triangulares com Canadá, Cuba, Estados Unidos, França e Venezuela. Ainda, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, há a coordenação de diversos projetos bilaterais com foco principal nas áreas da saúde, agricultura e infraestrutura (ABC, 2012; SEITENFUS, 2014).

Se não bastasse tamanha destruição, alguns meses depois do sismo o Haiti foi assolado por outra tragédia: em outubro de 2010 foram constatados os primeiros casos de cólera, de tamanha violência que matava adultos por conta da desidratação em apenas quatro horas e crianças em duas. Historicamente imune à doença que já atingiu ilhas vizinhas do Caribe, o Haiti encontra-se totalmente despreparado para combatê-la, pois, além de não possuir um sistema sanitário, de distribuição de água tratada e de saneamento básico, ainda possui uma deficiente rede de saúde pública (SEITENFUS, 2014).

Para lutar contra a rápida disseminação — em dezembro, uma pessoa era infectada a cada 38 segundos e em janeiro a cada 18 segundos —, o Ministério da Saúde haitiano e o governo francês encomendaram um estudo que concluiu ser o vibrião o mesmo do Sudeste asiático e que foram as tropas nepalesas da Minustah que poluíram o rio Mye. Negando qualquer envolvimento, a ONU encomendou o próprio relatório, que confirmou a fonte de contaminação e reconheceu que as Nações Unidas não realizaram as análises de saúde dos militares antes de enviá-los para a missão. Até que essa confirmação tardia fosse realizada, 45 sacerdotes praticantes do vodu foram linchados e incinerados nas ruas por grupos que os acusavam de espalhar a enfermidade. Além disso,

A resistência da ONU em assumir a responsabilidade pela epidemia contribuiu para a rápida disseminação da doença, para a inadequada alocação de recursos (concentrados na região urbana em detrimento das zonas rurais, mais afetadas em razão do modelo de contaminação) e para o fracasso no desenho de projetos de longo prazo para o seu enfrentamento (SEITENFUS, 2014, p. 304).

A mobilização retraída de fundos — apenas 25% do necessário —, somada aos motivos acima descritos, transformou a epidemia na mais mortífera dos últimos anos, matando mais haitianos do que em todo o continente africano. Há estimativas de que 3,2 milhões de pessoas tenham sido infectadas, o que equivale a 30% da população haitiana, sem contar as populações camponesas desprovidas de qualquer auxílio médico que morrem sem que ninguém tome conhecimento. Órgãos de saúde não esperam erradicar a cólera antes de 2022, contando é claro com a universalização da aplicação da vacina e do sistema de

tratamento de água. Enquanto isso, a ONU negou o pedido de indenização feito pelo Instituto de Justiça e Direitos Humanos (IJDH) alegando que os integrantes das Operações de Paz possuem imunidade em suas atividades (SEITENFUS, 2014).

Diante das tragédias que assolaram o país em 2010, René Préval, considerado o “pai da democracia” haitiana e que esteve por 10 anos no exercício da Presidência da República, ficou sem reação, fazendo com que a Comunidade Internacional realizasse a todo custo o processo eleitoral em novembro do fatídico ano, sem qualquer participação das autoridades haitianas (SEITENFUS, 2014).

As eleições foram marcadas por manifestações e denúncias de fraudes, pela tentativa de exílio do presidente Préval pela Comunidade Internacional e, sobretudo, pela manipulação dos resultados pela ONU, que apoiava um suposto novato em política, o candidato Michel Martelly. Em maio de 2011, Préval retirou-se da vida pública, com um discurso no qual desconstruiu anos de ações fracassadas por parte da ONU, dizendo que a instabilidade do Haiti provém do subdesenvolvimento, de modo que a dissuasão militar se constitui em apenas um elemento da busca dessa estabilidade. “Para Préval, ‘há muito que os blindados, os carros de combate e os militares deveriam ter sido substituídos pelas máquinas pesadas, pelos engenheiros, pelos instrutores da Polícia, pelos especialistas no apoio à Justiça e ao sistema prisional’” (SEITENFUS, 2014, p. 438-439).

E, como Préval estava certo, no segundo semestre de 2012, quase três anos após o terremoto, cerca de 400 mil haitianos ainda viviam em acampamentos de emergência, com um índice de 58% de desemprego no país. A situação ficou ainda pior quando o Haiti foi atingido pela tempestade tropical Isaac e pelo furacão Sandy, que deixaram dezenas de mortos e feridos, além de milhares de desabrigados e mais de 1,5 milhão de pessoas em situação de emergência. A devastação do país agravou a epidemia de cólera, complicando ainda mais a situação dos militares da Minustah, acusados de disseminar a doença no país e de explorar sexualmente cidadãos haitianos. A confirmação de alguns casos, como dos soldados uruguaios e paquistaneses que foram julgados e condenados por abuso sexual, gerou revolta e manifestação nas ruas pedindo a retirada das tropas da ONU do país. Em outubro de 2013, o CSNU iniciou o processo de redução gradativa das tropas militares, preparando para a finalização da Missão, quando a polícia haitiana estiver reestruturada e com condições de assumir a segurança do país sem a ajuda das tropas (GLOBO, 2011, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d, 2013a).

O ano de 2013 foi marcado também pelo início dos protestos violentos contra o presidente Michel Martelly, cujo governo era acusado de corrupção, perseguição política,

violação dos direitos civis e, principalmente, do adiamento das eleições municipais e legislativas, que deveriam ter sido iniciadas ainda em 2011 (GLOBO, 2013b). As eleições foram marcadas. Porém, a violência que vinha sendo observada nas ruas tomou conta dos locais de votação. Diversos candidatos à presidência se reuniram para impugnar o resultado diante dos tribunais, mediante acusações de fraudes, como eleitores votando mais de uma vez, pagamento de propina a autoridades eleitorais e adulteração de cédulas de apuração (GLOBO, 2016a).

A oposição organizou diversas manifestações denunciando “um golpe de Estado eleitoral”, de modo que o segundo turno das eleições presidenciais e legislativas teve que ser suspenso por razões de segurança (GLOBO, 2016a, 2016b). Proibido de se reeleger pela Constituição, o presidente Martelly foi substituído, em fevereiro de 2016, pelo presidente interino Jocelerme Privert, que se manteve no poder por um ano até ser substituído pelo atual presidente eleito Jovenel Moise (GLOBO, 2017a).

A violência envolvida no processo eleitoral, assim como a emergência humanitária gerada pelo furacão Matthew, acarretaram uma nova prorrogação no mandato da Minustah, estendido agora até outubro de 2017, quando deverá ser substituída por uma missão voltada ao fortalecimento do Estado de Direito e garantia dos direitos humanos, a Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (Minusth), com duração inicial prevista de seis meses (ONUBR, 2017).

Cabe ressaltar que, contrariando os supostos objetivos de tais missões, os últimos dados disponíveis revelam que 53% da população encontra-se subnutrida, apenas 28% tem acesso a rede sanitária, 58% a água potável e 40% não são alfabetizados (IBGE, 2016). Além disso, “84% dos egressos deste sistema [universitário] passa a residir fora do Haiti com o fim de seus cursos, expressando a seletividade do ensino superior e o seu afastamento da resolução dos problemas nacionais” (MAGALHÃES, 2017, p. 105).

Diante do processo histórico acima descrito, algumas reflexões tornam-se relevantes. Em primeiro lugar, cabe destacar que, desde a sua formação, o Haiti sofreu severas retaliações internacionais por caracterizar-se como uma ameaça, ao ser a primeira república negra a se estabelecer, além de ter sido obrigado a contrair uma dívida bilionária para pagar por sua liberdade. Isso trouxe consequências econômicas irreparáveis para um país que estava sendo constituído após uma década de guerra.

Em segundo lugar, embora formalmente o Haiti seja um Estado soberano,

perda de liberdades individuais, golpes e ditaduras convivendo com uma democracia instável e apenas incipiente, a busca pelo refúgio como perspectiva de segurança e sobrevivência e a imigração econômica como busca por *status*, mas também por formas de sobrevivência, retratam no campo simbólico, a fragilidade da idéia de Estado Nação (CHAVES JR, 2008, p. 14).

Tal fragilidade do Estado estabeleceu-se ao longo da história que, conforme descrito anteriormente, foi marcada por intensas disputas internas entre mulatos e negros, urbanos e rurais, ricos e pobres. Além disso, a elite política (majoritariamente negra e da classe média) e a econômica (composta basicamente por mulatos e brancos) se mantiveram ao longo do tempo como grupos completamente opostos, de modo que, quando atingiam o poder, buscavam alternadamente eliminar o outro e favorecer o grupo que representavam, sem jamais objetivar o desenvolvimento de um projeto compartilhado de nação. Nessa disputa, em vários momentos a ajuda externa foi convocada para definir as regras e os possíveis caminhos para a organização do Estado (CHAVES JR, 2008).

Desta forma, Seitenfus (2014) defende que há um sentimento compartilhado entre as elites haitianas e a Comunidade Internacional de oposição à recuperação da soberania e independência do Haiti, impossibilitando qualquer reação no sentido de empoderamento dos próprios haitianos.

Muitas vezes assaltou-me a ideia de que tanto ao governo em particular quanto à elite haitiana em geral, lhes interessa manter o povo como refém e se utilizam de sua miséria como moeda de troca com a Comunidade Internacional. Estaríamos no cerne do dilema. A esperteza seria a de paralisar qualquer possibilidade de mudança e de avanços da sociedade haitiana de maneira a fazer com que a Comunidade Internacional e a Minustah se mantenham no Haiti garantindo sua segurança e viabilidade política. Assim estaria também garantindo que os recursos da ajuda externa chegassem às mãos de quem devem chegar. Segundo essa ideia, sem o declarar, a Comunidade Internacional por meio das Nações Unidas constituiria uma espécie de protetorado com permissão indefinida, pois o país encontra-se paralisado (SEITENFUS, 2014, p. 446).

Enquanto isso, o interesse da Comunidade Internacional em manter esta dependência aparece na estratégica localização do Haiti desde a construção do canal do Panamá; no controle da ajuda financeira internacional, que é disponibilizado para as organizações internacionais que atuam no país e não para o governo haitiano — substituindo o público pelo privado em áreas importantes como saúde e educação —; nos projetos falidos que visam justamente a uma dependência externa cada vez maior e mantêm, por exemplo, o Haiti como 4º maior cliente de arroz dos Estados Unidos ao invés de investir na agricultura local; no boicote e tentativa de controle da participação haitiana no Programa Petrocaribe, uma das poucas fontes autônomas de recursos financeiros.

Além disso, as intervenções militares ou chamadas “missões de paz” são justificadas pelo fato de as crises políticas haitianas deixarem de ser um assunto estritamente interno a partir do momento em que ameaçam a paz e a segurança internacionais com intensos fluxos migratórios. Deste modo, fica evidente que as ações da Comunidade Internacional (com as devidas exceções já citadas anteriormente) possuem interesses econômicos, políticos e militares muito claros, que explicam a total incompatibilidade da “ajuda” oferecida com a realidade da crise haitiana, caracterizada como “um conflito doméstico de baixa intensidade marcada por uma elevada volatilidade política e um baixíssimo nível socioeconômico” (SEITENFUS, 2014, p. 450).

A retirada da centralidade do governo e da sociedade haitiana na gestão da crise, condição obrigatória para que o Haiti consiga superar esse ciclo vicioso secular, só tem agravado as precárias condições nas quais vive a grande maioria da população. A impossibilidade de crer na capacidade do Estado e na garantia do exercício pleno de seus direitos coloca em crise a noção de cidadania e identidade nacional (CHAVES JR, 2008). O principal exemplo desse conflito são as emigrações tão características do Haiti, não só em termos de sua constância histórica, mas também em termos quantitativos, uma vez que atualmente estima-se que 4,5 milhões se encontram fora de seu país (BAPTISTE; VIEIRA, 2016).

É importante frisar que, embora a migração tenha se consolidado no Haiti como estratégia econômica, de sobrevivência e de segurança, para lidar com os históricos fatores de expulsão, os maiores fluxos ocorreram em períodos marcantes da história do país, como o período ditatorial da “Era Duvalier” — marcado pelo expressivo uso da violência e pela extrema pobreza — ou após a destruição causada pelo terremoto. Afinal, a experiência migratória é repleta de sonhos e desejos, mas também, muitas vezes, “é indizível, vivenciada em silêncio ou silenciada, pois é constituída de sentimento de indignação, humilhação, sofrimento, dor” (MENEZES, 2012, p. 38).

Esse sofrimento aparece ao longo da história haitiana nas inúmeras mortes causadas por travessias perigosas — sobretudo dos chamados *boat peoples* — e em numerosos refluxos, uma vez que a grande maioria dos países, em especial os Estados Unidos, não cumpriram a proibição de devolução estabelecida nos acordos internacionais e deportaram os imigrantes interceptados, muitas vezes depois de longos períodos presos. Como a maior parte desses imigrantes estava fugindo de perseguições ou da precária situação econômica que foi se instaurando no país, os gastos com a viagem e o retorno obrigatório tornavam a ressocialização extremamente difícil (SEITENFUS, 2014).

A importância dessa memória histórica, o estabelecimento da migração como opção identitária do povo haitiano e a vivência do sofrimento de expulsão do seu país aparecem descritos nos discursos dos entrevistados e demonstram o quanto essa imigração é forçada e dolorosa:

O Haiti é uma mulher que tem bastante problemas, porque o Haiti não é um homem, é uma mulher, Haiti se chama “Mãe da Liberdade”, porque o Haiti ajudou bastante países a ter a liberdade, e é porque nós estamos nessa situação também, os outros países não aceitam nossa independência como a França e os Estados Unidos, então nós pagamos em ouro, dinheiro e muitas coisas por essa independência, então um país assim não pode ser avançado muito. E em 1915 os Estados Unidos, os americanos vem para nos ocupar. E em 1994 mais uma vez e em 2004 os brasileiros com a Minustah, como nós podemos ficar livre? Só pela independência que nós estamos assim, todos os países que tinham problemas de escravidão, não era uma questão de branca ou negros, porque os índios não são negros, então nós dávamos soldados, armas, comidas, tudo para que eles conseguissem a independência, então nós estamos assim, nós estamos pagando isso aí. É isso, é isso, mas não vai ficar assim, não sei se eu vou ver, mas nós sabemos que não vai ficar assim. Os brasileiros abriram essa porta para os haitianos, mas os haitianos sempre souberam pegar o barco para ir nos outros países ao redor ou para os Estados Unidos se eles podiam, muitos deles faleceram, perderam a vida. Essas pessoas saem para ver se as coisas podem melhorar para a vida deles, não para o país, porque o haitiano não tem essa coragem para pensar para o país, porque essas pessoas políticas não estão lutando para o país, mas para as coisas materiais próprias (Trecho da entrevista de Florence).

No Haiti tem essa cultura de sair do país e o que acontece? Para te responder vou comparar Brasil com o Haiti, se Brasil não se levanta tem que acreditar vai acontecer, [...] o povo vai deixar o Brasil, porque quem cuida do país são os políticos que fazem um negócio, eles fazem negócio para o bolso deles, não fazem para o país e para o povo. No Haiti que é um país maravilhoso, um lugar bom, mas o dólar está subindo, a vida está cara e quem tem dinheiro consegue viver, [...] quer dizer o que? Que a pessoa que não tem oportunidade no Haiti vai sempre ficar baixando igual ao Brasil, se você é pobre você vai ficar mais pobre [...]. Vamos ver como o país está afundando, por isso os haitianos estão deixando o Haiti, porque o dólar que domina o mundo está superando o dinheiro de lá, [...] porque eles cobram do povo quando trabalha, mas o dinheiro volta para a saúde? Volta para o trabalhador? Volta para a educação? Não. [...] É isso que acontece no Haiti e o que está acontecendo no Brasil [silêncio], os políticos (Trecho da entrevista de Kevin).

Depois de 2010 a gente renasce porque todo mundo lá deveria morrer, porque todas as estruturas e construções não tinham capacidade, não estavam prontos para o sismo, para o terremoto, tem muita casa que não construiu no padrão para uma catástrofe assim. [...] Por isso que no Haiti a gente nunca tinha ouvido falar em cólera, depois do terremoto sim, no terremoto a terra abriu, por isso que a ONU hoje foi responsabilizada, a culpa é deles, porque o Haiti depois do terremoto muitas pessoas foram mortas por causa da cólera, que se contamina, o terremoto matou 250 mil, a cólera já matou 50 mil haitianos. Porque os militares nepaleses, o pessoal do Nepal da Missão de Paz, tem no sangue deles o vírus da cólera aonde eles são resistentes, ele não faz nada neles, e como eles levaram as fezes deles para ter contato com o rio, esse rio foi contaminado e contaminou o Haiti inteiro. [...] Essa é a parte que eu sou vítima. Depois disso a nossa vida era assim, medo, dificuldade, se você tem uma oportunidade para deixar o país, mesmo se você vai deixar sua família para trás, você sai (Trecho da entrevista de Kevin).

Neste complicado contexto, o estabelecimento do fluxo migratório para o Brasil pode ser explicado por uma série de fatores inter-relacionados, entre eles:

- a) A liderança na Minustah, motivada pelo interesse brasileiro em ampliar sua participação internacional para integrar de modo permanente o Conselho de Segurança das Nações Unidas (SEITENFUS, 2014).
- b) A promessa do ex-presidente Lula de que, caso os haitianos desejassesem vir ao Brasil, seriam bem acolhidos — compromisso reiterado pela ex-presidente Dilma Rousseff em sua visita ao país no ano de 2012, quando reafirmou os laços de amizade entre os dois países e a abertura do Brasil para os haitianos que optassem por buscar oportunidades. Tal abertura acenou para os haitianos que o Brasil não realizaria a tão temida deportação praticada pelos demais países (COSTA, 2015; GOTTARDI, 2015).
- c) O “Jogo da Paz” realizado em agosto de 2004 entre a Seleção Brasileira de futebol e o selecionado local (COSTA, 2015).
- d) As ações dos militares brasileiros pautadas no desenvolvimento de obras sociais, que fizeram com que eles fossem chamados de “*bom bagay*”, expressão em crioulo que significa “gente boa” (ARAÚJO, W. L.; SILVA, 2014).
- e) Os projetos multilaterais e bilaterais mantidos pela cooperação brasileira e pelas ONGs. Com relação a isso,

Cumpre ressaltar que é parte da estratégia do Brasil defender a inclusão de políticas ligadas ao desenvolvimento das sociedades fragilizadas por conflitos, a fim de que, em um segundo momento, possa estabelecer processos cooperativos, o que permite ampliar as linhas de atuação da política externa brasileira nos processos de cooperação internacional (ARAÚJO, W. L.; SILVA, 2014, p. 84).

- f) A emergência da crise econômica global que atingiu os Estados Unidos e a Europa a partir de 2008, ampliando ainda mais a seletividade migratória, e pela qual os países emergentes não foram tão atingidos quanto os chamados países desenvolvidos (COGO, 2014a).
- g) A realização, no Brasil, dos chamados grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A cobertura dada pela mídia a esses eventos alimentou o imaginário dos haitianos a respeito do Brasil como um “país de oportunidades”, uma vez que proporcionariam oportunidades de trabalho com salário mais digno (COGO; SOUZA, 2013).

- h) Essa imagem também foi estimulada pela transmissão na mídia internacional das políticas sociais e de redistribuição de renda existentes no Brasil, que contribuiu para a disseminação da imagem de um país em ascensão econômica e com acesso a serviços sociais inexistentes no Haiti (GOTTARDI, 2015).
- i) A maior facilidade de entrada pelas fronteiras do Brasil, uma vez que o país conta com 17 mil quilômetros de fronteiras, entre 10 países, com pouca fiscalização, somado ao menor custo de viagem (GOTTARDI, 2015).
- j) A soma destes fatores fez com que o Brasil se tornasse um lugar atrativo, fazendo parte da “consciência coletiva dos haitianos, a partir do estreitamento de vínculos afetivos e simbólicos relacionados principalmente a elementos como a origem africana comum, a música e o futebol” (COGO, 2014b, p. 27).

Vale frisar que o Brasil apenas ampliou o “espaço de vida” de um fluxo migratório constante, provocado pelos fatores de expulsão já descritos anteriormente, relacionados às dificuldades socioeconômicas e políticas do Haiti e, principalmente, à devastação gerada pelo terremoto em 2010, quando teve início o fluxo constante. A construção da imagem do Brasil como um país dos sonhos e sua fama histórica como um país de imigração fizeram com que o Brasil se tornasse um dos destinos da diáspora haitiana, mas “entre o sonho e a realidade há longa distância, e o país idealizado nem sempre corresponde aos anseios dos imigrantes” (GOTTARDI, 2015, p. 12).

5 E O MIGRANTE SE TORNA IMIGRANTE

A dialética emigrante-imigrante envolve, necessariamente, a reflexão do país receptor, com suas políticas identitárias, aspectos culturais e históricos, além de seus aspectos legais, que terão uma influência direta no modo como se dará a recepção de cada grupo migratório e a sua consequente inserção social. Posto isso, serão explicitadas a constituição da imagem do Brasil como um “país de imigração”, a legislação migratória atualmente vigente enquanto elemento regulatório do país e a recepção dada ao fluxo haitiano.

5.1 Brasil: um país de imigração?

A história da imigração no território brasileiro coincide com a própria história do país, uma vez que teve seu início já em 1530 com a chegada de diversas famílias portuguesas enviadas pela Corte Portuguesa em expedições exploradoras para povoar o Brasil. Assim sendo, o fluxo português estava vinculado à apropriação militar e econômica da terra, a homens interessados nas riquezas brasileiras e às famílias pobres destinadas à agricultura ou obras de infraestrutura. A exclusividade de Portugal findou com a conquista desta pela Espanha, em 1580, domínio estendido por 60 anos. Nesse período, espanhóis, italianos e holandeses — também súditos da Espanha — abarcaram no Brasil por motivos e interesses diversos. Em 1729, a monarquia, que já havia retomado o controle das terras, aprovou a seleção de casais alemães, italianos ou outras nacionalidades — com exceção de espanhóis, franceses, holandeses e ingleses — caso o número de famílias portuguesas não fosse o suficiente para povoar o sul do Brasil (BASTO, 2010; ZAMBERLAM, 2004).

Vale destacar a importância no Brasil colonial da “imigração forçada” dos escravos africanos, iniciada pouco depois da imigração dos portugueses quando estes, diante da escassez de mão de obra e da dificuldade de escravizar os indígenas, optaram pelos africanos, pois estes “se mostraram melhores para as tarefas que lhes davam os portugueses” (BASTO, 2010, p. 184). Estimativas apontam para cerca de 3 milhões o total de escravos trazidos para o Brasil, número que seria muito superior caso não fossem as péssimas condições de viagem. A legislação desse período mencionava apenas a estimulação da “migração forçada”, ou seja, a escravização de africanos, que deveriam aprender a língua e desempenhar uma atividade produtiva em troca de comida e moradia — neste regime jurídico, a残酷 era permitida e os escravos tidos como análogos aos animais (ZAMBERLAM, 2004).

Em 1808, com a instalação da Família Real portuguesa no Rio de Janeiro, tem início a abertura dos portos e a consequente estimulação das atividades manufatureiras e do comércio. O ano de 1818 marca o princípio da imigração estimulada e subsidiada, com a possibilidade de concessão de terras para os migrantes. “O interesse na ocupação de terras incultas (ou devolutas) por *colonos* emigrados com a família, determinou os rumos da política imigratória. A meta era o povoamento de ‘vazios demográficos’ e a produção policultora para abastecimento” (SEYFERTH, 2014, p. 5, grifo do autor). O interesse pelo migrante europeu marcou uma mudança qualitativa dos fluxos migratórios dirigidos ao Brasil, possibilitada pela dificuldade cada vez maior de conseguir escravos africanos e pela transição demográfica vivenciada pela Europa, que gerava um excedente populacional (LEVY, 1974).

Deste modo, as primeiras tentativas de colônias foram instaladas no Espírito Santo e Rio de Janeiro, por meio da seleção de colonos suíços, alemães e austríacos. Em 1822, com a Proclamação da Independência, a prioridade volta-se para a ocupação das terras do Sul, sujeitas a invasão e desdenhadas pelos colonos anteriores por serem regiões de mata (LEVY, 1974). Tal ocupação caracterizou-se pela colonização homogênea no que tange à procedência dos imigrantes, no caso alemães agenciados pelo governo imperial brasileiro (SEYFERTH, 2000).

Vale ressaltar que os nacionais eram totalmente excluídos dos projetos coloniais de ocupação de terras devolutas, uma vez que eram tidos como “racialmente inferiores e incapazes de produzir efetivamente, na condição de proprietários, numa economia capitalista” (SEYFERTH, 2000, p. 145). Nessa perspectiva, o imigrante europeu aparecia como solução para as dificuldades sociais e econômicas do Brasil, trazendo modernização e transformação para o atraso gerado pelo sistema colonial. Do mesmo modo, o colono alemão aparece classificado como agricultor eficiente e merecedor de subsídio por ser “um agricultor branco que emigra em família” (SEYFERTH, 2002, p. 119).

Essa forma de colonização encontrou grande resistência por parte da classe latifundiária, que a considerava onerosa e desinteressante para os interesses brasileiros. O interesse dessa classe pelos imigrantes só alterou quando a política de trabalhadores livres se mostrou a melhor solução para o gradual processo de abolição da escravatura. Tal confrontação se fez presente com a promulgação de uma lei em 1830 que proibia gastos governamentais com a imigração, o que acabou por gerar uma interrupção nos fluxos — que até então não eram espontâneos — e a transferência infrutífera da responsabilidade pela colonização para as províncias em 1834 (IOTTI, 2010).

O período de 1840 a 1874 caracterizou-se pela adoção do parlamentarismo, que

assumiu a competência pela colonização e promulgou a Lei 514, na qual concedia terras devolutas às províncias, de modo a manter e possibilitar uma divisão real da responsabilidade pela colonização com estas, até então sem condições alguma para assumir tal tarefa. Não obstante, a falta de recursos por parte das províncias levou à associação com a iniciativa privada, responsável por quase 70% das colônias formadas no período de 1840 a 1950 (IOTTI, 2010).

A participação privada foi estimulada também pela promulgação em 1850 da proibição do tráfico e entrada de escravos no Brasil e pela Lei de Terras, que transformou a terra em mercadoria e extinguiu a doação aos colonos. Com essas mudanças, a imigração deixou de ser completamente um projeto de Estado Nacional, para atender aos interesses regionais, com destaque para São Paulo e a grande necessidade de mão de obra por parte de sua elite cafeeira (IOTTI, 2010). Além disso, a categoria “estrangeiro” passa a aparecer com mais frequência, e o imigrante ideal ganha novas conotações como saudável, robusto, dedicado ao trabalho, resignado e que respeita as autoridades. Para isto, informações policiais deveriam ser usadas para identificar vagabundos e rebeldes (SEYFERTH, 2008).

Porém, o novo sistema de colonização baseado nas chamadas colônias de parceria gerou um grande descontentamento por parte dos imigrantes, que agora vinham substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café. Baseadas no pagamento das passagens e instalações pelos fazendeiros, os imigrantes ficavam obrigados a pagar a dívida e a consumir no próprio armazém da fazenda, gerando débitos cada vez maiores. A transformação dos imigrantes em “servos de gleba”, somada às péssimas condições de trabalho, gerou uma série de revoltas e desistências, aumentando a imagem negativa do Brasil como um país escravista (SEYFERTH, 2008; ZAMBERLAM, 2004). Como consequência, diversos países adotaram medidas que coibiam a imigração para o Brasil, como a Prússia, Inglaterra, França e Itália (IOTTI, 2010).

Em paralelo às colônias de parceria, a iniciativa privada investiu também na criação de núcleos coloniais, que se mostraram extremamente lucrativos tanto com a venda de lotes aos imigrantes quanto com o usufruto da madeira e do comércio. Porém, ao contrário do Sul, os núcleos coloniais de São Paulo funcionavam como atrativos da corrente migratória, destinada inicialmente às fazendas de café como forma dos imigrantes reunirem fundos para adquirir futuramente seu próprio lote de terra (IOTTI, 2010).

A despeito de todas essas tentativas de atração, os fluxos migratórios permaneciam pequenos, fazendo com que o governo adotasse uma série de medidas, como o subsídio da passagem (1865), o pagamento parcelado do lote, com auxílio financeiro para o

início da plantação, além de assistência médica e religiosa (1867). O período de 1874 a 1889 foi marcado, então, pelo fortalecimento do fluxo imigratório com o sucesso dessas medidas, embora algumas tenham sido suspensas em 1879, conservando apenas a compra parcelada da terra e a possibilidade de trabalhar em obras públicas por um certo tempo (ZAMBERLAM, 2004).

Com a abolição da escravatura e a proclamação da República em 1889, o governo deu continuidade à política imperial de incentivo e campanha maciça para a vinda de imigrantes europeus, registrando politicamente sua restrição quanto aos africanos e asiáticos. O cenário positivo brasileiro — expansão da colonização baseada na pequena propriedade, aumento da produção cafeeira no Sudeste, desenvolvimento industrial e crescimento urbano —, somado à crise demográfica europeia ocasionada pela consolidação da industrialização e consequente êxodo rural, gerou a chamada “grande imigração”, que se estendeu até 1914 e contou com um contingente de quase 3 milhões de imigrantes, dirigidos em sua grande maioria para São Paulo e outras cidades capitais (SEYFERTH, 2014). Vale destacar que, mesmo nesse período, não houve uma abertura irrestrita aos imigrantes europeus, uma vez que a legislação especificava como indesejáveis os “desordeiros, criminosos, mendigos, vagabundos, portadores de doenças contagiosas, profissionais ilícitos, dementes, inválidos, velhos, etc.” (SEYFERTH, 2002, p. 126).

Dois fatos ocorridos nesse período provocaram grandes mudanças na concepção migratória. Primeiro, a naturalização automática e compulsória de todos os estrangeiros que se encontravam no país no momento da proclamação da República ou àqueles que aqui morassem por 6 meses e não se declarassem contrários à nacionalização, concedendo inclusive o direito ao voto e ao alistamento militar. Segundo, a possibilidade de expulsão em nome da “ordem” dos imigrantes considerados subversivos e criminosos, sobretudo aqueles ligados aos inúmeros movimentos de resistência nas indústrias, caracterizadas pela exploração e insegurança (OLIVEIRA, 2002).

A preocupação com a formação do povo pela miscigenação e o nacionalismo crítico entraram em pauta por meio do decreto que possibilitava a instalação proporcional de 25% de nacionais nos núcleos coloniais, as chamadas “colônias mistas”, em uma tentativa de evitar as chamadas comunidades homogêneas ou “quistos étnicos”, vistas a partir desse momento como um perigo para o processo de assimilação. Na prática, no entanto, o povoamento colonial continuou excluindo os nacionais e “apesar do aparente paradoxo, relacionado ao papel da mestiçagem na formação nacional, os caboclos ficaram à parte do processo colonizador, inferiorizados pelo ‘sangue’ indígena e por sua suposta tendência ao

nomadismo” (SEYFERTH, 2002, p. 138). Em São Paulo, a discussão nacionalista ganhou força com a possibilidade da imigração em massa dos japoneses, tidos como bons agricultores e trabalhadores para as lavouras cafeeiras, mas “perigosos” para a miscigenação do povo por sua pele amarela.

Assim, o ano de 1914 foi marcado pelo declínio das correntes imigratórias, devido à guerra na Europa e pela consolidação de um nacionalismo assimilacionista focado no abrasileiramento e na formação racial de um tipo nacional. O “enquistamento étnico” atribuído às colônias alemãs, pelo fortalecimento de uma identidade teuto-brasileira fundamentada no uso da língua materna e na manutenção da diferença cultural e religiosa, somado ao crescimento da imigração japonesa, trouxeram às discussões o problema da assimilação em seu sentido biológico (miscigenação e branqueamento) e sociocultural (integração à sociedade brasileira). Nesta ótica, alemães e japoneses foram classificados como estrangeiros irredutíveis não assimiláveis e taxados como invasores, enquanto o imigrante ideal tornou-se àquele de origem latina, preferencialmente portugueses, italianos e espanhóis (SEYFERTH, 2008).

Esse pensamento evidenciava o conflito existente entre etnicidade e nacionalismo, que acabou vinculando “a identidade nacional a uma comunidade de cultura, língua, raça, etnia ou civilização, entre outros critérios de forte apelo simbólico” (SEYFERTH, 2008, p. 1-2). Exacerbava-se, assim, um “nacionalismo étnico”, associado à ideia de raça e eugenio. Enquanto o racismo determinava a relação entre raça e nação, a eugenio influenciava as políticas migratórias no que tange ao controle das populações. Apoiada na ideia de seleção natural, a eugenio defendia a classificação humana pela desigualdade racial, de modo que o topo hierárquico era ocupado pelos brancos civilizados enquanto a base ficava para os negros bárbaros. No Brasil, fez-se presente por meio da tese do branqueamento, que marcou a discussão política imigratória até meados do século XX e caracterizava-se como um “modo de imaginar, no futuro, uma nação moderna, civilizada, com um povo formado pela miscigenação seletiva com o concurso da imigração europeia” (SEYFERTH, 2008, p. 10).

Após a Primeira Guerra Mundial, os movimentos eugenistas tornaram-se cada vez mais presentes, destinando-se também às categorias de minorias, ativistas políticos, apátridas e refugiados, que emergiram no período pós-guerra. Considerados como sujeitos sem Estado, foram classificados como indesejáveis, uma vez que

O imigrante comum, mesmo considerado necessário, sempre foi visto como um problema, ou risco, mas a emigração forçada, principalmente aquela em massa produzida por guerras e revoluções, é por si mesma indesejável, apesar da aceitação

do conceito de direitos humanos ratificado por organismos internacionais e pela maioria dos Estados, e muitas vezes esquecido ou camuflado quando o assunto são os estrangeiros ou alienígenas (SEYFERTH, 2008, p. 2).

A década de 1930 caracterizou-se por um decréscimo progressivo na entrada de imigrantes internacionais, ao mesmo tempo em que registrou um crescimento nas migrações internas, sobretudo advindas do Nordeste rumo à região Centro-Sul, em um processo conhecido como “metropolização da população” e estimulado pelas melhorias no meio urbano no que tange a saúde, educação, trabalho e bem-estar social (PATARRA et al., 2011). Marcadas pelo nacionalismo, as Constituições de 1934 e 1937 reservaram $\frac{2}{3}$ dos empregos disponíveis para o trabalhador nacional, além de estabelecer um limite anual para a entrada de novos imigrantes internacionais fixado em 2% do total dos imigrantes de cada nacionalidade que chegou ao Brasil nos últimos 50 anos. Acrescentavam, ainda, a proibição de concentração ou formação de núcleos, o ensino de língua estrangeira para menores de idade e a existência de meios de comunicação em outra língua que não a Língua Portuguesa (OLIVEIRA, 2002).

O período conhecido como Estado Novo (1937 a 1945) assinala o regime centralizado e ditatorial adotado por Getúlio Vargas, no qual a imigração ganhou ampla relevância e aspectos extremamente nacionalistas, resultando em uma política migratória ainda mais seletiva e restritiva. O caráter científico mascarava o xenofobismo e o racismo, explicando a classificação dos imigrantes pela necessária assimilação étnica e cultural, ainda que muitas vezes critérios econômicos, técnico-profissionais e políticos despontassem também como justificativa. O fato é que a flexibilidade da lei e o julgamento extremamente subjetivo aparecem claramente na definição dos desejáveis — portugueses, suecos, latino-americanos, americanos e, posteriormente, canadenses — e os indesejáveis, também chamados alienígenas — judeus, orientais, negros, indígenas e demais “não brancos”, além dos deficientes, doentes e idosos (KOIFMAN, 2012).

Na verdade, a imigração representou para o nacionalismo um duplo desafio, particularmente evidenciado no Estado Novo: manter a cultura e a língua como herança maior do colonizador luso promovendo a assimilação e definindo a nação, eventualmente, pela latinidade, num processo de “amalgama racial” (ou fusão, pois havia termos para todos os gostos) que devia resultar num povo unívoco e preferencialmente de cor branca (SEYFERTH, 2002, p. 147).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas iniciou uma política restritiva quanto à entrada de alemães, italianos e japoneses, considerados simpatizantes das ideias nazistas. Além disso, os imigrantes italianos eram acusados de fomentar os movimentos operários ocorridos em São Paulo nesta época, levando a greves e passeatas. Teve início,

então, a visão do imigrante como “potencial subversivo” e “trabalhador indesejável”, categorização que ganhou força após o Golpe de 1964 (MOMO, 2014). Nesse período, a imigração reduziu-se drasticamente, permanecendo uma média de 2 mil entradas anuais (LEVY, 1974).

No período do pós-guerra (1945 a 1960), a imigração estimulada passou a ter como foco o crescimento e a modernização, por meio da busca de mão de obra qualificada. Não obstante, a retomada do crescimento na Europa, aliada à superação da crise internacional instaurada após a quebra da Bolsa de Valores americana em 1929 e às políticas restritivas mencionadas, geraram um decréscimo cada vez maior da imigração internacional, sobretudo após a década de 1960. A partir de 1970, observa-se uma mudança no perfil migratório, visto que o Brasil passou a receber um expressivo número de sul-americanos, africanos e asiáticos, que deixavam seus países por conta de perseguições políticas e baixo desenvolvimento econômico, e eram atraídos pelas gigantescas obras brasileiras construídas durante a ditadura (MOMO, 2014). Isso não significa que a política migratória tenha se tornado mais branda, já que data deste período a primeira versão do Estatuto do Estrangeiro, que criou uma série de penalidades possíveis ao imigrante e tornou sua permanência no Brasil uma exceção (ZAMBERLAM, 2004).

Na década de 1980, o Brasil enfrentou uma de suas piores crises financeiras, o que fez com que o país passasse a ser conhecido mundialmente como um país de emigração, em decorrência da migração de milhares de brasileiros, com e sem qualificação, para outros países, como Estados Unidos e Japão, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Essa situação perdurou até 2008, quando, em decorrência de uma crise econômica global e da realização dos grandes eventos no país, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o Brasil voltou a ser opção para norte-americanos, espanhóis e portugueses, além de muitos brasileiros que empreenderam projetos de migração de retorno (MOMO, 2014). De acordo com dados do IBGE (2012), o número de imigrantes praticamente dobrou nesse período, passando de 143 mil em 2000 para 268 mil em 2010, do quais 65% eram imigrantes de retorno.

Desta forma, é possível concluir que, nas últimas três décadas, o Brasil apresentou novas modalidades no sistema migratório, que incluem a emigração de brasileiros, a imigração advinda de países em desenvolvimento, além da recepção de refugiados de regiões diversas (PATARRA et al., 2011). A grande questão que se coloca é que a recente onda migratória formada por sul-americanos, haitianos e africanos contraria os pressupostos históricos instituídos, segundo os quais o migrante ideal foi estabelecido como sendo o branco

europeu civilizado, que vinha acrescentar seus conhecimentos e retirar o Brasil do atraso por meio da mestiçagem, de modo a garantir o branqueamento e a manutenção da formação luso-brasileira. Negros, índios e seus mestiços eram definidos por sua inferioridade biológica e, portanto, excluídos de qualquer debate acerca da imigração (SEYFERTH, 2002).

O distanciamento do padrão histórico branco europeu, a ausência de uma necessidade explícita da mão de obra estrangeira e a escassez de políticas públicas locais, estaduais e federais que promovam a interação social dos imigrantes do século XXI geram [...] “distanciamento em relação ao outro” e as reações de hostilidade (FIORAVANTI, 2015, p. 18).

Percebe-se, portanto, que o preconceito e a xenofobia fizeram parte da construção do chamado “povo brasileiro” e, embora tido como um país acolhedor de imigrantes, restringe e seleciona os estrangeiros — estranhos — de acordo com seus interesses políticos e econômicos. Nesse cenário, os haitianos carregam os estereótipos de um povo negro e pobre, que “invade” “ilegalmente” o “nossa” país sem nada a acrescentar, já que são a “síntese do atraso”.¹

5.2 Aspectos legais: diferenças, semelhanças e perspectivas

Como observado na retrospectiva histórica, a imigração sempre foi uma questão presente e contraditória nas discussões políticas do país, “considerada necessária e até mesmo instrumento de civilização na consolidação do Estado, pode ser convertida em problema ou perigo nos períodos de crise, ou produzir sentimentos de xenofobia quando referenciada à nação” (SEYFERTH, 2008, p. 12). Vale ressaltar, no entanto, que, desde o princípio, a migração estimulada cumpria uma função na sociedade brasileira, primeiramente o povoamento do Brasil, depois das áreas distantes e renegadas pelos colonos portugueses, até a sua utilização prioritária como mão de obra — escrava, no caso dos africanos, e barata, no caso dos europeus. Os benefícios oferecidos tinham como objetivo apenas a estimulação de um fluxo que não era autônomo, sem priorizar a inserção e o bem-estar destes. A seleção sempre existiu, mesmo nos períodos de maior necessidade, restringindo todos aqueles considerados desordeiros, doentes, deficientes, velhos, negros, indígenas e demais “não brancos”. Posteriormente, consolidado o nacionalismo étnico, também deixavam de ser bem-vindos todos aqueles tidos como não assimiláveis etnicamente ou culturalmente, como os judeus e os orientais.

¹ Expressões utilizadas pela população brasileira e retratadas pela grande mídia (SEYFERTH, 2014).

Como os Estados detêm autoridade exclusiva para decidir quem entra e quem sai de seus territórios, podem proibir a saída da população, utilizar medidas para forçar a saída ou expulsar determinados grupos sociais, religiosos, étnicos. Em contrapartida, podem incentivar a entrada de estrangeiros, com base em critérios de seleção, guiados por interesses relacionados à identidade cultural ou, ainda, a questões demográficas, econômicas ou políticas (BÓGUS, MOZINE, 2015, p. 244).

Mesmo com todos esses critérios seletivos, sempre foi (e ainda é) prioritário na sociedade brasileira o sentimento de medo e receio com relação ao outro “estrangeiro”, que resulta em preconceito e recusa da presença do imigrante enquanto fenômeno social. Magalhães (2017) destaca que esse sentimento está historicamente presente em todas as tradicionais sociedades de destino migratório, sejam elas centrais como Estados Unidos e França ou periféricas como Brasil e República Dominicana, de modo que as crises econômicas, por estarem associadas a cortes nos gastos públicos relacionados à saúde, educação, trabalho, previdência e habitação, apenas acentuam as manifestações de discriminação étnico-raciais.

A discriminação ao estrangeiro – a própria ideia de um estrangeiro, melhor dizendo – está no cerne da constituição de um Estado Nacional e as fronteiras por ele estabelecidas, não apenas geográficas como também étnicas. Nesse sentido, o processo histórico de formação de uma identidade nacional é, ele também, um processo de produção de alteridade, de diferença, de produção de um Outro, frequentemente visto, quando visto, como ameaça. De diverso, converte-se, historicamente, em adverso (MAGALHÃES, 2017, p. 83).

Isso fica ainda mais exacerbado quando se trata da imigração forçada, que, ao longo da história, passou ao largo das discussões e legislações, considerada sempre perigosa e indesejável. Mesmo com os avanços internacionais no que tange aos Direitos Humanos e à alteração gradativa do perfil de imigrantes que chegam ao Brasil desde a década de 1970, a mudança na legislação brasileira só ocorreu muito recentemente e ainda se mostra incipiente no que tange a sua real aplicabilidade. O resultado disso é a ausência de políticas públicas efetivas e um desconhecimento por parte da sociedade brasileira, que ainda encara o imigrante forçado como um “estranho” que invade o seu país para usufruir de seus benefícios sem nada a acrescentar. A superação de estereótipos tão enraizados ao longo da história é imprescindível para a formação do capital social na sociedade de destino e uma inserção cidadã desses imigrantes, e está diretamente ligada ao desenvolvimento de políticas públicas que considerem a bagagem cultural e a especificidade de cada grupo migrante.

Evidencia-se, assim, a relação dialética existente entre as leis de um país e sua sociedade, pois, ao mesmo tempo em que a existência ou inexistência de determinada lei interfere diretamente no comportamento adotado pela sociedade, também é verdade que “a lei é o resultado jurídico e, também, histórico da tensão e da relação entre atores sociais” (BÓGUS; MAZINE, 2015, p. 248). Isto posto, considerou-se imprescindível uma breve discussão a respeito das leis migratórias brasileiras, sobretudo no que tange à diferença entre asilo, refúgio e visto humanitário, além do obsoleto Estatuto do Estrangeiro, que vigorou nos últimos 37 anos e foi substituído recentemente por uma lei baseada nos Direitos Humanos.

Assim sendo, até maio de 2017, a principal lei em vigor no que tange à questão migratória era o Estatuto do Estrangeiro, instituído pela Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980. Aprovado em um período ditatorial e de extremo nacionalismo ético, o Estatuto referia-se à “segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1980, s/p.). Esta lei instituiu mecanismos de controle e fiscalização, além do tratamento policial e penal aos imigrantes, legalizando a extradição e a deportação. Para tanto, criou o Conselho Nacional de Imigração – CNIg, a quem compete definir as normas para seleção de imigrantes tidos como mão de obra qualificada, além de estimular estudos para compreender os problemas imigratórios e intervir em alterações legislativas (SEYFERTH, 2014). O imigrante era, então, definido como uma ameaça, que só seria aceito na sociedade brasileira se trouxesse benefícios econômicos, sem, no entanto, receber nenhuma contrapartida por isto.

Reconhece a condição de asilado político enquanto instituto regido tanto pelo Direito Internacional — e seus inúmeros acordos e convenções —, como pela legislação do país, de modo que o não cumprimento de seus deveres implica “na renúncia ao asilo e impedirá o reingresso nessa condição” (BRASIL, 1980, s/p.). Isso significa que, embora a concessão ou denegação do asilo seja uma faculdade discricionária do Estado, ou seja, um ato soberano concedido de maneira arbitrária, essa discricionariedade é regrada pelos órgãos internacionais, de modo que a fundamentação oferecida pode ser negada e o Estado pode ter que responder perante um tribunal internacional. “Sob a ótica dos direitos humanos internacionais, o asilo é hoje uma garantia internacional de direitos humanos [...]. Logo, tanto a concessão quanto a denegação do asilo são passíveis de controle, não sendo mais livre o Estado” (RAMOS, 2011, p. 24).

Desta forma, o chamado asilo político abrange o estrangeiro perseguido por motivos políticos que não pode permanecer ou retornar ao território de sua residência, subdividindo-se nas categorias territorial, diplomático e militar. Assim, o asilo caracteriza-se

pela necessidade de uma perseguição política atual, podendo ser concedido dentro ou fora do território do Estado asilante (como embaixadas e embarcações), de acordo com o interesse da diplomacia brasileira na análise de cada caso concreto. No Brasil, exemplos de asilados políticos são os ex-presidentes do Paraguai e do Equador e o ex-chefe da Polícia Secreta do Haiti (RAMOS, 2011). Cabe destacar que a nova lei migratória manteve as definições do asilo político, mas sem determinar as condições para sua concessão ou manutenção, que devem ser definidas via regulamento a parte.

Além do Estatuto do Estrangeiro, a Constituição Brasileira de 1988 também podia — e pode — ser usada na interpretação dos fluxos migratórios, embora a existência limitante do primeiro sempre fosse usada como “justificativa” para uma abordagem mais focada na segurança nacional do que nos Direitos Humanos. A Constituição reconhece a dignidade humana como fundamento da República e rege as relações internacionais com base nos princípios da prevalência dos direitos humanos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos, do repúdio ao racismo, da cooperação entre os povos e da concessão de asilo político. Quanto à garantia de direitos fundamentais, determina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, s/p).

No que tange aos refugiados, os mesmos estão presentes no Brasil desde 1940, quando o Brasil realizou um acordo com a Organização Internacional para Refugiados para receber quase 30 mil deles, claro que devidamente selecionados de acordo com a qualificação e nacionalidade, conforme interesses políticos da época (SEYFERTH, 2014). “Como consequência, o Brasil foi o país da América Latina que mais acolheu refugiados provenientes da Europa após a Segunda Guerra Mundial” (BÓGUS; MOZINE, 2015, p. 243).

Não obstante, a lei brasileira que abrange o refúgio é relativamente recente (1997), de modo que o assunto tem sido regulado por decretos desde 1961, quando o Brasil promulgou a chamada Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, que estabelecia os direitos e deveres básicos do refugiado, embora definisse como tal apenas os que eram motivados pelos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, na Europa. Em 1972, promulgou o Protocolo Adicional à Convenção sobre Refugiados de 1967, que supriu a limitação temporal anterior, mas manteve a limitação geográfica da Europa, de modo que “nesse período a permanência dos refugiados não europeus que chegavam ao Brasil ainda era provisória” (BÓGUS; MOZINE, 2015, p. 245). O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) se instalou no Brasil em 1977 e teve papel fundamental

para que, em 1989, a limitação geográfica fosse abandonada pela legislação brasileira, passando a abranger refugiados advindos de qualquer região (RAMOS, 2011).

Em 1991, foi aprovada a Portaria Interministerial n. 394, considerada “um marco jurídico mínimo” da questão do refúgio, ao estabelecer os procedimentos para a concessão do mesmo e ampliar os direitos dos refugiados, estabelecendo, por exemplo, a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social. Apesar do avanço, na prática o papel do governo brasileiro continuava restrito a reconhecer formalmente o *status* de refugiado de quem já havia sido entrevistado pelo Acnur. Foi, então, constatado que

Mais que reconhecimento, esses indivíduos que aqui chegavam necessitavam de políticas de educação, saúde e trabalho que possibilitassem a integração local. [...] Era preciso, na verdade, mais do que a regulamentação do Estatuto do Refugiado, internalizar o mecanismo da convenção de 1951, com uma lei específica que definisse o conceito de refugiado no Brasil, criasse um órgão nacional para tratar desse tema e, a partir daí, estabelecesse os direitos do refugiado e a forma de processo para o reconhecimento, perda e manutenção da condição de refugiado no Brasil (BÓGUS; MOZINE, 2015, p. 248).

Foi assim que, em 1997, a Lei 9.474 estabeleceu o Estatuto do Refugiado no Brasil, abrangendo a chamada definição ampla de refugiado, que abarca a definição da Convenção de Genebra somada àquela estabelecida pela Declaração de Cartagena, conforme segue:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997, s/p).

Criou ainda o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, responsável pela inclusão ou não do refugiado, seguindo o critério de “violação de direitos humanos” ou “fundado temor de perseguição”, segundo o qual não é necessária a perseguição real, mas a comprovação objetiva do temor de que essa perseguição possa ocorrer baseada em informações do país de origem. É responsável, ainda, pela cessação do refúgio, mediante o desaparecimento dos motivos geradores, e pela exclusão, quando os refugiados contemplam os critérios de inclusão, mas não podem ser aceitos porque “cometeram crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime grave de direito comum e que praticaram

atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas” (RAMOS, 2011, p. 31). Para além da função julgadora, cabe ao Conare orientar e coordenar as ações de proteção, assistência e suporte jurídico aos refugiados.

Outro avanço importante desta lei envolve o princípio da proibição da devolução ou *non-refoulement*, que veda a devolução do solicitante de refúgio ou refugiado ao país do qual possua temor de perseguição. Expressa ainda que o ingresso irregular no território brasileiro não impede a solicitação do refúgio e que mesmo no caso de “recusa definitiva de refúgio, fica proibida sua transferência para o seu país de nacionalidade ou de residência habitual, enquanto permanecerem as circunstâncias que põem em risco sua vida, integridade física e liberdade” (RAMOS, 2011, p. 33). A única exceção a este princípio ocorre quando o solicitante ou refugiado é considerado perigoso para a segurança nacional, de modo que a soberania do Estado fique assegurada (SILVA, 2016).

Assim sendo, fica claro que o refúgio é muito mais amplo e abrangente do que o asilo, caracterizando o solicitante do refúgio como único estrangeiro que possui o direito público subjetivo de ingressar no território nacional, além de ser de natureza declaratória, ou seja, “o solicitante que preencher as condições, tem direito ao refúgio - logo, não pode ter seu pleito indeferido pelo CONARE por razões de política internacional” (RAMOS, 2011, p. 41).

Cabe ressaltar que o Brasil foi pioneiro na América Latina ao adotar a definição ampliada de refugiado, ao estabelecer um órgão nacional responsável pelas questões de refúgio e um dos poucos países a desenvolver uma legislação específica para o tema. Mais do que isso, os refugiados “contam com o apoio de organizações não governamentais (ONGs), como a Cáritas, do Acnur, e do governo, durante seu processo de integração local. Eles recebem assistência, que abrange moradia (em albergues e abrigos públicos), alimentação, proteção e orientação jurídica” (BÓGUS; MOZINE, 2015, p. 251).

Não obstante a todas essas determinações, e apesar de ser considerada uma lei “avançada”, o fato é que o Brasil possui um baixíssimo número de refugiados, contabilizados em menos de 9 mil na última divulgação oficial, embora o número de solicitações atinja quase 30 mil (ACNUR, 2016). Além disso, Pacífico (2010) reforça o quanto os refugiados enfrentam as mesmas dificuldades que os nacionais, no que se refere à pobreza e às desigualdades sociais que atingem grande parte da população. Problemas relativos à dificuldade de inserção no mercado de trabalho e no campo universitário, a precariedade e o despreparo no atendimento dos serviços de saúde e educação, a falta de moradia adequada e outros são constantes. A autora conclui, então, que embora existam políticas públicas formalmente previstas e implantadas, as necessidades dos refugiados continuam insatisfeitas,

pois a não divulgação das mesmas impede ou dificulta o acesso dos refugiados, “além de haver a necessidade de criação de políticas específicas para, por exemplo, populações refugiadas vulneráveis, como mulheres, crianças e idosos, que possuem mais dificuldades de integração” (PACÍFICO, 2010, p. 297).

Esses e outros questionamentos se mostraram presentes no caso dos haitianos, que não foram caracterizados como refugiados sob a justificativa de que a lei brasileira não engloba catástrofes ambientais, principal argumento utilizado para a solicitação de refúgio devido ao terremoto que atingiu o Haiti em 2010. Muitas organizações envolvidas com o tema defendem, no entanto, que a situação do Haiti envolve claramente uma grave e generalizada violação de direitos humanos, que só foi agravada por conta do terremoto. A esse respeito, Godoy (2011) explicita que, para a aplicação desta definição, seria necessária a constatação de uma completa incapacidade de ação do Estado no país de origem, a ausência de uma paz estável e duradoura, o reconhecimento da comunidade internacional de que no país em questão existe uma grave e generalizada violação de direitos humanos e, por fim, a demonstração, por parte do solicitante, de ameaça a sua vida, segurança ou liberdade. Assim, constata-se que, embora a lei abranja o conceito ampliado de refugiado, na prática as decisões acabam por considerar decisiva a materialização da perseguição individual ou do fundado temor de perseguição (LEÃO, 2011).

Obviamente, a não inclusão dos haitianos na categoria de refugiados não minimiza a gravidade da situação do Haiti, nem tampouco impede que os mesmos entrem no Brasil como solicitantes de refúgio e que aqui permaneçam até que não haja mais ameaça à vida ou à liberdade no país de origem, conforme princípio do *non-refoulement* explicitado anteriormente. Após a chegada à fronteira brasileira, os haitianos iniciavam o processo de regularização da sua situação migratória, com a solicitação de refúgio, recebendo um protocolo que lhes permitia a obtenção de carteira de trabalho e CPF provisórios (RAMOS, 2011).

Para evitar a permanência irregular no Brasil e lidar com o número cada vez maior de imigrantes haitianos que aguardavam nas cidades fronteiriças, o CNIg concedeu visto de permanência por razões humanitárias por meio da Resolução Normativa nº 27, que julga as situações especiais e os casos omissos, incluindo os casos nos quais o refúgio é negado, mas persistem as preocupações humanitárias. O visto possibilitou aos haitianos obter documentos de identidade e carteira de trabalho, além de garantir o acesso aos serviços públicos de saúde e educação (GODOY, 2011).

Embora essa ação tenha sido considerada um momento único na relação da sociedade brasileira com os imigrantes, seu processo era demorado — tratava-se de um artifício excepcional até então — e apenas em março de 2011, mais de um ano após a chegada dos primeiros haitianos ao país, os primeiros 199 vistos foram emitidos. “Por outro lado, esta atitude, longe de contribuir para reduzir o volume de imigrantes, levou à ampliação do número de haitianos que chegavam à fronteira do Brasil” (FERNANDES, 2015, p. 30). Ao final de 2011 e início de 2012, as cidades fronteiriças enfrentavam uma situação de quase calamidade pública, pois não tinham estrutura para atender as necessidades básicas dos mais de 4 mil haitianos que se aglomeravam à espera do protocolo do pedido de refúgio, em um média diária de chegada de 40 pessoas.

Para lidar com esse acúmulo e, também, para coibir o trabalho de “coiotes” que estimulavam a vinda com base em promessas falsas de empregos com ganhos superiores a 2 mil dólares ao mês, o governo federal brasileiro concedeu, em janeiro de 2012, por meio da Resolução Normativa nº 97 do CNIg, visto humanitário permanente pelo prazo de cinco anos aos imigrantes haitianos e a obtenção da Cédula de Identidade do Estrangeiro após esse prazo. Este visto deveria ser retirado no consulado brasileiro em Porto Príncipe, no Haiti, havendo um limite de 1.200 vistos por ano. Enquanto isso, o CNIg continuava a conceder vistos humanitários na fronteira Norte, totalizando 5.601 ao final de 2012, número muito superior a cota estabelecida e concedida pela Embaixada em Porto Príncipe (FERNANDES, 2015).

Como o número de vistos anuais estabelecidos pela Resolução não conseguiu atender a demanda crescente, em 2013 as cidades fronteiriças voltaram a enfrentar mais uma situação de calamidade pública, sendo necessário uma ação emergencial e em massa para regularizar a situação dos mais de 2 mil haitianos que aguardavam só na cidade de Brasiléia. Além disso, o governo retirou a limitação do número de vistos por meio da RN nº 102, em abril de 2013, e estendeu a concessão para qualquer posto consular, por exemplo os consulados brasileiros em países como Peru, Equador, Bolívia e República Dominicana (FERNANDES, 2015).

Em 2015, essa alteração gerou uma queda de 96% no número de haitianos que realizaram essa longa e custosa viagem para entrar no Brasil via estado do Acre, uma vez que passaram a viajar diretamente para as principais capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, com a emissão semanal de cerca de 500 vistos humanitários somente na Embaixada Brasileira do Haiti (BRASIL, 2015; GLOBO, 2016). Entretanto, até que essa mudança pudesse ser observada, mais de 40 mil haitianos atravessaram as fronteiras e viviam com documentos provisórios de solicitação de refúgio, que limitavam o acesso a direitos básicos

— a carteira de trabalho, por exemplo, tinha validade somente de um ano, enquanto o fato de o protocolo não ter o formato e a aparência de um documento oficial dificultava a procura de trabalho, a abertura de conta bancária, o estudo universitário e o acesso a determinados serviços públicos. Em novembro de 2015, uma medida assinada em conjunto pelos Ministérios da Justiça e do Trabalho concedeu a 43.871 imigrantes haitianos o direito de solicitarem residência permanente no Brasil (PARISE, 2016).

Essa medida estabelecia o prazo de um ano para a apresentação dos documentos junto à Polícia Federal, para efetuar a inscrição no Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) e obter a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE). Não obstante, um dos requisitos exigidos era a validação da certidão de nascimento ou casamento pela Embaixada Haitiana, localizada em Brasília, o que muitas vezes inviabilizava o processo, por conta dos altos custos envolvidos com as taxas consulares e despesas com a viagem. Assim, somente em julho de 2016, foi concedida uma liminar que reduziu as burocracias decorrentes da legalização dos documentos, sendo necessária uma prorrogação de seis meses — até maio de 2017 — para o registro dos imigrantes haitianos que ainda não o tivesse realizado (JUSTIFICANDO, 2016).

Do mesmo modo, a RN nº 97, que a princípio tinha vigência de dois anos, já foi prorrogada por quatro vezes, sendo estendida até outubro de 2017, conforme RN nº 123. Essas prorrogações curtas podem ser explicadas pela expectativa de aprovação da nova Lei de Migração (Lei 13.445), que foi aprovada em maio de 2017 após longos anos de debates e mudanças — o projeto da nova Lei de Migração vinha sendo discutido desde 2009, tendo passado por consultas a membros do governo, da academia e da sociedade civil (ONUBR, 2016).

A demora em sua aprovação, bem como as constantes alterações em seu texto, demonstra o quanto a temática migratória ainda é controversa e carregada de estereótipos xenófobos, que resultam não só em resistência aos avanços legais, mas também em perigosas manifestações agressivas. Prova disso são os últimos e recentes atos contra a aprovação da Lei de Migração, que foram caracterizados pela incitação do ódio discriminatório, nos quais se falava em “islamização” e “abertura ao terrorismo”, importando discursos recorrentes na Europa, além do já tradicional discurso de “invasão de imigrantes” e “roubo dos benefícios sociais escassos no Brasil” (GLOBO, 2017b). Nesses e em outros protestos fica clara a generalização étnica com base em estímulos e estereótipos, que impossibilita entrar em contato com a individualidade do outro. Além disso, tais concepções contrariam o fato de o Brasil abrigar apenas 0,3% de imigrantes em sua

população, número abaixo da média mundial dos países em desenvolvimento (1,7%) e muito aquém quando comparado a países como Estados Unidos (14,6%), Canadá (21,8%) e Austrália (28,4%). Contrariam também as pesquisas internacionais que apontam que a presença de imigrantes não afeta negativamente o mercado de trabalho e os salários dos nativos, pelo contrário, produz efeitos positivos no que tange ao preenchimento de determinados perfis de qualificação e ao enfrentamento do envelhecimento da população (CHARLEAUX, 2017).

Como essa desconfiança e resistência não é unívoca, ela é acompanhada por inúmeros movimentos favoráveis a migração, que vão desde ao apoio nas ruas até a arrecadação *online* de generosas quantias em dinheiro para a realização dos planos e desejos desses imigrantes. E foi nesse complicado contexto que a nova lei foi sancionada, com importantes alterações em seu texto, entre as quais se destacam: a mudança do paradigma que rege a política migratória, de segurança nacional para a de direitos humanos, onde o migrante passa de ameaça nacional à um sujeito de direitos; a substituição do termo “estrangeiro” pelo “migrante”, englobando os brasileiros que residem no exterior (embora o termo “estrangeiro” ainda seja citado dezenas de vezes na descrição dos artigos); a defesa da igualdade perante a lei e o repúdio a qualquer modo de discriminação ou xenofobia; a diminuição da burocracia para a permanência legal no país, garantindo o acesso aos serviços públicos e ao mercado de trabalho formal; o direito à participação em associações e sindicatos; o combate a criminalização por razões migratórias, de modo que nenhum migrante poderá ser privado de sua liberdade por estar em situação irregular; a consolidação e a ampliação da acolhida humanitária, antes provisória e destinada apenas aos sírios e haitianos (BRASIL, 2017a).

Outros importantes avanços foram vetados pelo presidente Michel Temer, que ao todo vetou 18 trechos do Projeto de Lei, entre eles: o direito ao imigrante exercer cargo ou função pública; a anistia a todos os imigrantes que tivessem ingressado no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizessem o pedido até um ano após o início de vigência da lei, independentemente da situação migratória anterior; a revogação das expulsões decretadas antes de 5 de outubro de 1988; e a obrigação de permanência de imigrantes residentes há mais de 4 anos que tivessem cometido crime no país (BRASIL, 2017b).

No que tange às limitações do texto, a principal apontada por especialistas é a ausência de uma autoridade migratória civil, de modo que a entrada dos imigrantes, os processos envolvidos com as solicitações de refúgio e a emissão de documentos

permanecem como responsabilidade da Polícia Federal (IANDOLI, 2016). Outra questão que não avançará, por enquanto, é o direito ao voto,

O que, de certa forma, inviabiliza a inserção e a possibilidade de uma maior capacidade de pressão desse grupo social para resguardar seus direitos e obter mais conquistas. A exclusão dessa participação, infelizmente, ainda gera um quadro de subalternidade que acaba por atingir a toda a comunidade migrante do ponto de vista da cidadania (SILVA, 2016, p. 403).

Importante ressaltar que, de acordo com a nova lei, a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia deve ser implementada por meio da cooperação entre o Poder Executivo federal, os Estados e Municípios, com a participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas (BRASIL, 2017a). Essa ação coordenada é fundamental para uma atuação mais efetiva e uma responsabilização conjunta de todos os envolvidos — que não aconteceu no caso dos haitianos, como será descrito no próximo item. Mesmo antes da aprovação da nova lei, o município de São Paulo vinha se destacando por sua atuação no tema, com a criação da Coordenação de Políticas para Migrantes na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em 2013, e a consequente realização de ações articuladas e extremamente relevantes, como a criação de um Centro de Referência e quatro Centros de Acolhida a imigrantes e refugiados, disponibilização de cursos de português, formação dos agentes públicos sobre o tema, facilitação para abertura de contas bancárias, inclusão em projetos de Economia Solidária, apoio público a manifestações culturais e assento específico a 31 imigrantes em conselhos participativos das subprefeituras, garantindo voz a esse público nas decisões da cidade. Todas essas preocupações culminaram na regulamentação da Lei 16.478, de 8 de julho de 2016, a primeira do país a instituir diretrizes para a política de imigrantes em âmbito municipal, com destaque para a regularização da situação, combate ao preconceito e igualdade de direitos, com acesso universalizado aos serviços públicos e atenção às necessidades particulares (DE PAULA; BARALDI, 2016).

Deste modo, é nítido que tudo é muito recente no que se refere aos avanços legislativos relacionados ao tema migratório, e mais do que uma simples concessão de vistos, uma mudança de paradigma ou a implementação de uma lei, é preciso que se avalie o verdadeiro impacto dessas mudanças na sociedade brasileira e na vida dos imigrantes — que assim possam ser considerados, enfim, cidadãos. Os discursos de Florence, Kevin e Nivard contrariam em grande medida as determinações legais expostas anteriormente, colocando em

xequem a efetividade destas na recepção e inserção desses imigrantes na sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito aos direitos sociais e à vivência do preconceito.

Eu acho que aqui eles deveriam fazer, pensar de um outro jeito para a saúde e para educação das crianças, saúde porque quando você vai no hospital eles não tem o tempo com você, não se cuida bem, porque às vezes as pessoas doentes não precisam de medicamentos, é de atenção que elas precisam e não tem essas coisas, e falta isso. Não digo que o Haiti é melhor, mas quando você...no Haiti se você tem dinheiro, você vai e pronto, e na pública todo mundo tem problemas, mas aqui no Brasil é pior. É que no Haiti se você quer ver um especialista, pronto, público ou não, mas aqui vai demorar 2 ou 3 meses, você vai morrer (Trecho da entrevista de Florence).

O Brasil não respeita à educação, o Brasil não respeita não, porque o futuro dos jovens do país é educação. [...] Eu não tinha essa ideia, eu nem me importava, mas hoje eu me importo porque eu tenho um filho brasileiro e é o meu direito, isso não dá certo. Eu entendi bastante da política, vai ter eleição agora, a pessoa vem e vai, mas não é de hoje, é uma situação, se o haitiano entra, não é hoje que o Brasil está assim, qualquer pessoa que entrar vai ser vítima de alguma forma. Mas se hoje não tem nada, a educação vem primeiro, quando eu falo em educação é profissional, profissionalizar faz com que seja mais fácil para pessoa entrar na escola, tem que ter creche para bebê, porque a mãe precisa trabalhar [...]. O Brasil sempre foi mal governado, porque se eles pensassem no futuro do país, o sonho brasileiro, o Brasil tem que ser como outros países como Canadá, França, Estados Unidos e Alemanha, quando a pessoa vem para o Brasil não deveria ver pessoas na rua, outras pessoas que vêm para o Brasil tem que ser bem vindas, a gente vem, a gente iria viver aqui e não iria se arrepender. [...] A minha história que eu estou falando é uma história global, eu sou vítima, meu filho é vítima, outras pessoas são vítimas, e não é só estrangeiro que vem que vai voltar, os brasileiros vão desistir do país e vão procurar construir a vida em outro lugar. E quando eles forem para outro lugar vão se dar bem, vão para onde a lei funciona, a lei trabalhista, lei da saúde, lei da educação funciona (Trecho da entrevista de Kevin).

A luta não parou, tem muitas outras coisas mais, porque na petição tem problema de educação, dos diplomas dos imigrantes que precisamos que o Brasil reconheça, porque tem muitas qualificações aqui no Brasil de estrangeiros, haitianos e africanos, e a gente até pediu para mudar a lei migratória que tinha e graças a Deus está mudando, está quase, mas pelo que sei uma boa notícia dessa lei migratória é que já tem uma municipal de São Paulo, mas seria melhor se a federal saísse, porque não só São Paulo que tem migrantes, eu acho que no Brasil inteiro. Criar uma lei imigratória para todos os imigrantes se sintam bem-vindos no Brasil entendeu? Não só com o povo brasileiro, mas politicamente também, e tem muitas pessoas que querem estudar, que querem avançar mesmo entendeu? Fazer uma faculdade, que parou 1 ou 2 anos e quer continuar aqui no Brasil, para que nos sentíssemos quase no nosso país, seria muito legal se isso acontecesse, eu acho que vai acontecer, os imigrantes vão agradecer como nós já agradecemos, especialmente nós haitianos (Trecho da entrevista de Nivard).

Conclui-se, portanto, que apesar das leis migratórias serem de extrema relevância, mostra-se fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a efetiva inclusão social e produtiva do migrante, considerando sua especificidade e bagagem cultural. O que é possível afirmar, de antemão, é que a imigração haitiana, por todas as suas peculiaridades — o grande contingente, a opção desde o início pela solicitação de refúgio e

não pela indocumentação ou invisibilidade, sua língua diferenciada e seu forte impacto fenotípico — foi um grande disparador para as mudanças observadas nos últimos anos com relação ao tema migratório. Além disso, trouxe visibilidade aos fluxos fronteiriços que ocorrem silenciosamente desde a década de 1980 e que não receberam a mesma atenção do governo brasileiro que os fluxos marítimos e aéreos das décadas anteriores, mas que têm provocado mudanças demográficas, sociais e culturais significativas em diversas regiões do Brasil (ARAÚJO, 2016).

5.3 Entre o sonho e a realidade: a chegada ao Brasil

Como mencionado em capítulo anterior, muitos foram os motivos que levaram à formação e à manutenção do fluxo haitiano para o Brasil, pautados na busca de uma vida melhor em um “país de oportunidades”, que lhes receberia de braços abertos. A ilusão era alimentada pelos coiotes, que prometiam salários surreais em dólares, e mantida pelas redes, diante do “acolhimento” recebido, mesmo que improvisado e muito aquém do ideal.

Assim, chegaram em 2010 os primeiros grupos de haitianos na fronteira norte do Brasil, cuja maioria seguiu em direção à Guiana Francesa, onde já havia uma colônia estabelecida, a familiaridade com a língua, a vantagem da moeda em euro e, por fim, a esperança de que de lá seria mais fácil entrar na França ou nos Estados Unidos (COSTA, 2016). Diante da frustração desse objetivo e da boa acolhida recebida pelas instituições religiosas, em 2011 o fluxo para o Brasil se estabeleceu, aumentando vertiginosamente desde então.

A rota mais comum era a viagem aérea de Porto Príncipe até a Cidade do Panamá, onde seguiam para Quito (Equador) ou diretamente para Lima (Peru). Dessas duas cidades seguia-se um trajeto terrestre ou fluvial até a fronteira brasileira, sendo os pontos de chegada mais comuns as cidades de Tabatinga (Amazonas), Assis Brasil (Acre) e Brasiléia (Acre) (FERNANDES; FARIA, 2016). Então, embora os governantes brasileiros tenham prometido receber os haitianos de braços abertos, as boas vindas foram pelas “portas dos fundos”, em um trajeto de alto custo financeiro, temporal e psicológico, marcado pelo sofrimento, pela fome e pelos perigos atrelados a diversos relatos de roubos, estupros, extorsões, agressões e abandonos, seja por parte dos atravessadores, coiotes ou policiais (COSTA, 2016).

Nas cidades mais afetadas, as respostas institucionais foram diversas e, consequentemente, a recepção dos imigrantes também. No Acre, os governos estadual e municipal, com o apoio do governo federal, se responsabilizaram pelo acolhimento e

atendimento dos quase 40 mil haitianos que atravessaram as fronteiras do Estado, com direito a acomodação, três refeições diárias, serviços de saúde e orientações em geral, embora

Todos os locais que serviram de acomodação aos imigrantes, o improviso foi uma das características mais notáveis, agravada pela tendência de superlotação. A disposição de desgastados colchões diretamente no chão, amontoados uns sobre os outros, em contato direto com o piso, expostos a todo tipo de sujeira, restos de comida, poeira, acúmulo de água e insetos, sempre foi o cenário predominante. Ainda que se tente organizar o abrigo, delimitando a área para refeições, banho, sanitários e dormitórios, no dia a dia, a intensa demanda ante uma estrutura limitada, onde não há distribuição de material de limpeza e higiene pessoal, faz com que esses ambientes logo se tornem insalubres e fétidos, propícios à proliferação de doenças (MAMED; LIMA, 2016, p. 146).

Essa situação, somada à consequente sobrecarga dos escassos serviços públicos acreanos, comprometeu a inserção social desses imigrantes, que foram em grande medida hostilizados pela comunidade local. Para lidar com a crise estabelecida, o governo local organizou viagens de grupos em ônibus fretados em direção às cidades do centro-sul, como São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. No segundo semestre de 2015, o serviço de ônibus foi suspenso, voltando a sobreregar o estado acreano, que precisou acionar o governo federal para lidar com o chamado “drama humanitário de imigração” (MAMED; LIMA, 2016). Uma ação coordenada entre o governo brasileiro e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) possibilitou o aumento da emissão de vistos no Haiti, gerando uma diminuição e, no final de 2015, praticamente a extinção da rota terrestre (PARISE, 2016).

No Amazonas, pelo contrário, a resposta do governo estadual e dos governos municipais de Tabatinga, cidade de entrada, e Manaus, primeira parada após a obtenção do visto, foi de total ausência e oposição à presença dos imigrantes, responsabilizando o governo federal pelo estabelecimento do fluxo e, consequentemente, pelo fornecimento de suporte. Nesse cenário, além de ajudas pontuais advindas em forma de alimentos e utensílios, todo o acolhimento recebido desde o fornecimento de abrigo, alimentação, cuidados com a saúde, ensino da língua portuguesa e fortalecimento da cultura haitiana, foi realizado pelas instituições religiosas, apoiadas pela sociedade civil e por organizações não governamentais (COSTA, 2015).

Diante da precariedade do acolhimento e da escassez dos serviços públicos e dos postos de trabalhos, as cidades fronteiriças serviram para a grande maioria apenas como estadia passageira, enquanto aguardavam o visto, se recuperavam da exaustiva viagem e se organizavam financeiramente para seguir para os grandes centros, fosse por meio do

recrutamento de empresas, fosse por conta própria, já que a referência era sempre a cidade de São Paulo, associada a riqueza, dinheiro, trabalho e futuro (COSTA, 2015).

Fernandes e Faria (2016) corroboram com esta ideia ao afirmarem que a entrada pela região norte ocorreu apenas pela possibilidade oferecida pelos coiotes e não por vontade dos imigrantes de permanecer na região, já que para estes o importante era entrar no país e depois seguir para os grandes centros econômicos. Por isso, estabelecida a emissão do visto humanitário em qualquer posto consular e sem limitação numérica, o fluxo via fronteira praticamente foi extinto e, a partir de 2013, o Sudeste passou a ser a principal porta de entrada dos haitianos, sendo responsável pela entrada de 50% do fluxo, com destaque para São Paulo que concentra mais de 30% dessa população (FERNANDES; FARIA, 2016).

Para caracterizar e analisar mais profundamente o fluxo estabelecido, alguns dados mostram-se relevantes, embora incompletos, uma vez que atualmente estima-se que mais de 80 mil haitianos e haitianas entraram no Brasil, mas não se sabe ao certo quantos já deixaram o país para retornar ao Haiti ou para seguir para outros países como Chile, Argentina, Guiana Francesa e Estados Unidos.² Segundo levantamento realizado por Fernandes e Faria (2016), entre os órgãos que coletam informações a respeito da entrada de imigrantes no Brasil — Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Trabalho e Emprego — o banco de dados coletado pela Polícia Federal se mostra o mais completo por referir-se ao registro final do imigrante, embora numericamente represente menos da metade do contingente que entrou no país (refere-se a 28 mil haitianos até outubro de 2015) e certamente é mais eficaz no registro de entrada via aeroportos do que via fronteiras.

De acordo com esses dados, 70% do contingente haitiano concentra-se entre as idades de 25 a 39 anos, de modo que, se no início os homens solteiros representavam a grande maioria, em 2015 as mulheres já representavam mais de 40%, além de um aumento do número de crianças e idosos, o que pode indicar um processo de reunificação familiar e consolidação do processo migratório (FERNANDES; FARIA, 2016; SILVA, 2016). Em São Paulo, especificamente, há uma forte presença do grupo etário de 15 a 19 anos, tanto para homens quanto para mulheres, o que pode indicar também um rejuvenescimento desse fluxo migratório associado ao dinamismo econômico da cidade (BAENINGER; PERES, 2016).

² Conforme explicitado nas reportagens: SANT'ANNA, E.; PRADO, A. Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile. **Folha Online**, Chile, 08 maio 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1768958-para-fugir-da-crise-haitianos-trocaram-o-brasil-pelo-chile.shtml?cmpid=newsfolha>>. Acesso em: 26 maio 2016; GLOBO. **Brasil deixa de ser um dos principais destinos dos imigrantes haitianos**. 15 out. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/brasil-deixa-de-ser-um-dos-principais-destinos-dos-imigrantes-haitianos.html>>. Acesso em: 21 out. 2016.

Não há uma especificação clara quanto ao nível educacional desses imigrantes, mas outras pesquisas revelam que no primeiro ano do fluxo predominaram os moradores das áreas urbanas com formação equivalente ao Ensino Superior e Pós-Graduação no Brasil, mas que em um segundo momento o fluxo se diversificou para as áreas rurais do Haiti, abrangendo imigrantes com baixa escolaridade, o equivalente ao Ensino Fundamental e Médio incompleto, ou até mesmo analfabetos (MAMED; LIMA, 2016). Isso reflete a profissão declarada por eles, já que 35% dos haitianos declaram-se “sem ocupação” ou “outra ocupação não classificada”, número que sobe para 60% quando em São Paulo, indicando “um deslocamento entre a capacitação profissional e o mercado de trabalho disponível para a imigração haitiana, de um lado, e, de outro lado, a inserção precarizada desses imigrantes e suas ocupações” (BAENINGER; PERES, 2016, p. 258).

A esse respeito, Padre Paolo Parise, coordenador da Missão Paz, em entrevista à Diego Thimm (2017), explicitou que o perfil privilegiado dos imigrantes que chegam ao Brasil varia de acordo com a nacionalidade e está atrelado à distância entre o país de origem e o novo destino: “Muitas vezes, quem consegue sair dos lugares é porque tem um mínimo de recursos. Com exceção dos territórios vizinhos, os mais pobres não conseguem deixar seus países” (s/p). Essa condição privilegiada aparece no caso dos três sujeitos entrevistados, uma vez que estudaram em escola privada durante toda a sua formação, cursaram ou ao menos iniciaram uma universidade e tiveram acesso a várias línguas, como o inglês e o espanhol, o que facilitou a inserção no Brasil e o aprendizado da língua portuguesa, além é claro da boa condição financeira ou suporte familiar.

Esses dados foram corroborados também pelo estudo realizado por Magalhães (2017) com 279 imigrantes haitianos residentes nos estados do Amazonas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Assim como nas demais pesquisas, houve predominância do sexo masculino (86%), estado conjugal solteiro (59%) ou casado (32%) e religião evangélica (56%) ou católica (35%). A respeito da formação, chama a atenção que a grande maioria (20%) apresentava o equivalente ao Ensino Médio completo (14 anos de estudo), outros 12% possuíam o equivalente ao Ensino Superior incompleto (de 15 a 19 anos de estudo) e 8% declarou 20 anos ou mais de estudo, ou seja, possuíam pelo menos o Ensino Superior completo. Outro destaque refere-se ao fato de que 53% declararam possuir o visto humanitário, dos quais 27% foram obtidos no Haiti e 6% em outros países (Equador e República Dominicana).

Com relação à ocupação laboral, 29% encontrava-se desempregado enquanto 56% estava em trabalhos formais, em sua maioria no setor de prestação de serviços, construção

civil e comércio, o que explicaria o fato de 21% ter avaliado as suas condições de trabalho como regular, enquanto 33% não soube ou não quis responder a esta pergunta. “O que se expressa como ‘regular’ é, em realidade, um misto de contentamento com a obtenção do trabalho [em] si e de decepção com o fato deste trabalho não corresponder tanto à formação e qualificação profissional como às pretensões construídas antes do projeto migratório” (MAGALHÃES, 2017, p. 172).

Esses dados vão de acordo com as pesquisas que apontam que desde 2013 os haitianos consolidaram-se como a principal nacionalidade estrangeira no mercado de trabalho formal do Brasil, embora a grande parte das oportunidades seja nas áreas de construção civil, serviços gerais e indústria, independentemente da qualificação do imigrante, com baixa remuneração e não raras vezes em condições insalubres ou de exploração (ALMEIDA, 2016).

Este regime de trabalho [...] expressa com clareza a apropriação que o sistema capitalista faz da mobilidade da força de trabalho. Esta apropriação tem múltiplos níveis: no mais amplo e abstrato, reside na política migratória que, ao privilegiar determinado perfil social, econômico e étnico de migrante, condena os demais perfis a uma condição de subalternidade [...]; no mais local e concreto, reside no empregador que incentiva a imigração como forma de contratar trabalhadores imigrantes e remunerá-los abaixo do valor médio da força de trabalho no país – ou abaixo mesmo do valor necessário à reprodução desta força de trabalho (MAGALHÃES, 2017, p. 97).

O processo de subalternidade envolve, também, os demais âmbitos sociais, já que a revalidação dos diplomas é um processo longo e custoso, o estudo universitário muitas vezes sonhado torna-se uma competição quase impossível nas tão concorridas universidades públicas brasileiras, enquanto as pequenas moradias alugadas com dificuldade são superfaturadas e condicionadas a certas localidades. Essas questões conjunturais demonstram o quanto a realidade brasileira limita as possibilidades de inserção, que ficam, em geral, muito aquém das qualificações e aspirações desses imigrantes.

Essas e muitas outras situações colocam em evidência uma xenofobia velada, que recebe, mas não acolhe, onde o “estranho invasor” é visto como uma ameaça, tolerado em sua invisibilidade enquanto força de trabalho necessária, mas dificilmente integrado socialmente e culturalmente enquanto cidadão local. Nesse cenário, as identidades migrantes precisam se rearticular enquanto seres sociais, reorganizando seu passado e seus planos futuros a partir de suas vivências atuais e redefinindo-se, então, como “cidadãos do mundo”.

6 O SER/ESTAR MIGRANTE: AS METAMORFOSES DAS METAMORFOSES

Compreender o sujeito imigrante implica, necessariamente, compreendê-lo primeiramente como emigrante, uma vez que “o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa” (SAYAD, 1998, p. 16). O autor explana a tendência etnocêntrica de ignorar tudo o que veio antes desse momento e transformar o personagem “migrante” como único representante da identidade daquele sujeito. No caso dos imigrantes haitianos, essa situação se mostra extremamente presente na tendência da sociedade receptora de disponibilizar apenas trabalhos de baixa qualificação e remuneração, ignorando a formação acadêmica e a experiência profissional prévia desses sujeitos.

Assim, em condições de mudanças pessoais e sociais, sobretudo as contrastivas como a migração, as questões identitárias adquirem especial relevância, evidenciando os paradoxos entre identidade e alteridade, passado e futuro. Relembrando as contribuições de Berger e Luckmann (2004) a respeito da socialização primária — experimentada na infância com forte identificação e que é vivenciada pela criança como o único mundo possível e existente —, e da socialização secundária — que introduz um sujeito já socializado em novos setores do mundo objetivo —, é possível aferir o motivo pelo qual o mundo interiorizado na socialização primária será sempre mais fortemente presente e importante do que os demais.

Portanto, mudar para um local de cultura distinta representa uma ruptura expressa desse quadro de referência, de sentido e pertencimento. A mudança de país impõe ao migrante múltiplas perdas, já que deixa para trás familiares, amigos, trabalho, ambiente físico, língua, normas sociais, locais conhecidos e memória social. Somado a isso, tem de ajustar-se a um novo local, aprender novos códigos sociais, pois sua forma de agir não mais corresponde ao entorno. O que antes era parte da rotina torna-se um desafio diário (DANTAS, 2015, p. 77).

Nesse sentido, a migração humana é entendida aqui como um processo de índole sociocultural que, atrelada à dimensão espacial e temporal, informa as experiências concretas de sujeitos históricos que manejam, negociam e reconfiguram suas identidades individuais e coletivas (ROMERO, 2013, p. 69).

Para, compreender, então, o que leva um sujeito a deixar seu país para partir para um lugar estranho e desconhecido, torna-se imprescindível a compreensão de que, embora o homem seja um ser de possibilidades, a sua humanização e a consequente concretização dessas possibilidades dependem das condições históricas e sociais que circundam o indivíduo. Assim, é possível inferir que o processo migratório é percebido por muitos haitianos como

uma forma de buscar essa humanização e de concretizar suas possibilidades enquanto seres humanos, diante das dificuldades políticas, econômicas e ambientais que assolam o país desde a sua criação e que se agravaram após o terremoto.

O indivíduo está em busca de algo – apesar de não saber bem o que seja – mas nesse desejo está implícita a necessidade de emancipação, de transformação, de metamorfose. O imigrante, na sua movimentação, tem como impulso o preenchimento da necessidade de libertação superadora da necessidade de algo, cuja solução não encontra no seu habitat (HUAYHUA, 2004, p. 271).

Vale ressaltar que a relevância histórica e numérica dos fluxos migratórios haitianos demonstra que a sociedade haitiana estabeleceu a imigração como uma opção identitária, “ao mesmo tempo em que criam novas situações problemáticas, decorrentes do aumento de intensidade de tensões sociais, sejam elas anteriores não resolvidas, sejam elas novas criadas pelas transformações sociais” (CIAMPA, 2002, p. 133).

Desta forma, outro questionamento torna-se possível: “como definir quando se trata de uma escolha original e autêntica do próprio indivíduo?” (CIAMPA, 2002, p. 137). Ao definir a imigração como uma opção identitária para os haitianos (endogrupo), criou-se uma política de identidade que visa à afirmação e ao desenvolvimento de uma identidade coletiva, mas que acaba por controlar as condições de vida dos mesmos. Estabelece-se, então, um conflito entre a voz do grupo e a voz do indivíduo, que busca a transformação e o reconhecimento diante de expectativas sociais conflitantes. Nesse cenário, a questão que envolve até que ponto a imigração foi uma escolha autônoma e autêntica do indivíduo ou uma decisão heterônoma do grupo estará sempre presente e passível de análise diante das histórias individuais.

Essa problemática revela também o quanto a identidade se define pela articulação da diferença e da igualdade em relação aos outros, ou seja, os imigrantes haitianos igualam-se aos demais haitianos pela história de glórias passadas e dificuldades presentes, ao mesmo tempo em que se diferenciam dos que ficaram no país por terem negado aquilo que os negavam enquanto sujeitos e partirem em busca de um movimento.

A negação da negação (como exposto) permite a expressão do outro *outro* que também sou eu: isso consiste na *alterização* da minha identidade pressuposta (que deixa de ser *re-posta*) e no desenvolvimento de uma identidade posta como metamorfose constante, que toda humanidade contida em mim se concretiza. Isso permite me representar [...] sempre como diferente de mim mesmo (deixar de presentificar uma apresentação de mim que foi cristalizada em momentos anteriores, deixar de repor uma identidade pressuposta) (CIAMPA, 2005, p. 188-189).

Não obstante, ao chegar ao Brasil, se iguala a todos os milhares de haitianos que vieram para o país e precisa novamente se diferenciar para ser reconhecido pelo outro como um alguém que pretensamente sabe *quem é e quem gostaria de ser* (CIAMPA, 1997b). Isto posto, fica claro que nem sempre a expressão do outro *outro* será emancipatória, o sujeito pode deixar de repor determinados personagens para desempenhar outros também impostos coercitivamente e, portanto, desempenhados sem autonomia. Ademais, o fato de o desenvolvimento da identidade envolver uma sequência de formas de reconhecimento demonstra que tal reconhecimento pode ocorrer de forma perversa, a partir da identidade pressuposta e estereotipada do sujeito (reconhecimento pela igualdade) ou ocorrer pela diferença, considerando o imigrante haitiano enquanto indivíduo e, portanto, possuidor de uma história única.

A identidade é pensada como resultado de uma contínua contradição superada, ou seja, se configura na dialética posição-reposição, que pode ser tanto positiva quanto negativa, uma vez que é resultante da articulação que o indivíduo faz com o que fizeram/fazem dele em todos os momentos (LIMA; CIAMPA, 2012, p. 18).

Para além desse impasse, Ciampa (1997b) entende a questão da metamorfose humana como “a progressiva e interminável concretização histórica do vir-a-ser-humano, que sempre se dá como superação das limitações das condições objetivas existentes em determinadas épocas e sociedades” (p. 1). Reforça, ainda, que: “como as metamorfoses se dão conforme condições históricas e sociais, elas também se metamorfosem, promovendo uma crescente diversidade” (CIAMPA, 1997a, p. 1). Então, no caso dos imigrantes haitianos, é possível pensar em metamorfoses das metamorfoses, na medida em que se alteram as condições históricas e sociais nas quais o sujeito está inserido, ou seja, migra-se de um país com um conjunto de determinações para outro com determinações totalmente diferentes, gerando novas possibilidades e impossibilidades.

Esse tempo de ruptura pode promover, como contraponto positivo, uma posição mais crítica diante da realidade que se apresenta. O fato de não estar familiarizado com um ambiente que se impõe, se em alguns momentos provoca uma perturbação dos sentidos, em outros propicia um aguçamento da percepção. Diante da mudança de sua realidade cotidiana, o sujeito passa a refletir sobre o sentido dos fatos e fenômenos nos quais submerge a cada dia e que se apresentam como algo que não há por que questionar, nem problematizar. Quando se produz uma ruptura com a familiaridade acrítica, com o mito do natural e inquestionável, é possível desenvolver uma crítica da vida cotidiana (TRAD, 2003, p. 147-148).

Logo, as metamorfoses da metamorfose humana, promovidas pelo processo migratório, podem resultar tanto em um “crescimento do eu, a partir da consolidação de uma espécie de sentimento de identidade remodelado” quanto conduzir “a um quebra-cabeça cujas peças ainda não conseguiram encaixar” (TRAD, 2003, p. 154).

De fato, a migração pressupõe, na maioria dos casos, um processo de aculturação, “definida como mudanças que ocorrem como resultado do contato entre grupos” (BERRY, 2004, p. 31). Esse processo pode ocorrer em níveis e formatos variados, dependendo de como se dá a inter-relação entre o grupo minoritário e o grupo dominante. Assim, será chamado *assimilação*, quando os indivíduos abrem mão de sua herança cultural para interagir com outras culturas; *separação*, quando é reforçada a manutenção da cultura de origem em detrimento de qualquer interação com os demais; *integração*, no processo em que se busca um certo nível de manutenção cultural ao mesmo tempo em que participa integralmente da sociedade majoritária; e *marginalização*, na situação em que não há nem a manutenção cultural nem a abertura para a nova cultura (BERRY, 2004).

O autor ressalta que, em muitos casos, o grupo minoritário não tem autonomia para escolher o modo como se dará a aculturação, uma vez que o grupo dominante pode impor o *melting pot* (assimilação), a *segregação* (separação) ou a *exclusão* (marginalização). Nesse cenário, a integração se caracteriza como um processo “tanto de continuidade como de mudança, além de reciprocidade e acomodação mútuas” (BERRY, 2004, p. 29). Assim, o autor conclui que a integração se constitui como o processo de aculturação que melhor contribui para o bem-estar físico, psíquico e social dos envolvidos, mas pressupõe “a aceitação por parte de ambos os grupos, dominante e não-dominantes, do direito de todos os grupos viverem como povos culturalmente distintos dentro de uma mesma sociedade, compartilhando instituições comuns e em transformação” (BERRY, 2004, p. 35).

Ciampa (2004), ao refletir a respeito do fundamentalismo, defende que qualquer diálogo com um fundamentalista, alguém que acredita ser detentor da verdade e, portanto, da última palavra, é no fundo impossível, pois sempre acabará na intolerância ou na imposição ao outro de sua “verdade”. A solução, então, encontra-se na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, na qual toda e qualquer tradição seja considerada uma “matriz de significados possíveis, que em geral dá o sentido de vida para seus participantes. Como as sociedades contemporâneas são cada vez mais pluralistas e heterogêneas, a questão passa a ser como integrar toda essa diversidade” (CIAMPA, 2004, p. 397).

Nesta visão, a imigração de modo geral poderia deixar de ser considerada uma “invasão indesejada” para ser considerada uma oportunidade única de entrar em contato com

uma diversidade cultural tão grande quanto os inúmeros grupos presentes no Brasil, possibilitando o enriquecimento da “própria organização da sociedade. Da diversidade cultural também nascem as novas ideias, diferentes formas de entender os problemas, a questão da tolerância, o perceber como o outro funciona para o compreender e não gerar atritos” (DUTRA; GAYER, 2015, p. 14).

Essa relação de “abertura” por parte do grupo majoritário está associada a dois conjuntos de fatores:

O primeiro é **atitudinal**, incluindo Ideologia Multicultural (alta Integração/baixa Assimilação e baixa Separação); Tolerância (pouco etnocentrismo) e Dominação Social (pouca aceitação de afirmações tais como “Algumas pessoas são simplesmente melhores do que outras”!); o segundo é o fator da **Segurança**, incluindo segurança cultural (poucas ameaças percebidas à cultura e a língua do indivíduo), econômica (pouca ameaça de perder o emprego ou às obrigações relativas ao seguro social do indivíduo) e pessoais (baixa ameaça para a segurança pessoal) (BERRY, 2004, p. 41, grifos do autor).

Fica claro, portanto, que, para compreender as políticas de identidade dos grupos oprimidos, é preciso entender as políticas de identidade dos opressores e seus efeitos sobre a construção da identidade coletiva discriminada ou marginalizada (CIAMPA, 2002). No caso dos imigrantes, tal relação dialética implica o conhecimento das políticas de identidade que pregam a identidade nacional ou o chamado nacionalismo, sendo a primeira considerada uma identidade coletiva fundada a partir da autoridade do Estado-nação em detrimento da solidariedade e o segundo calcado nas ideias de caráter étnico ou comunidade étnica.

Para os nacionalistas o ideal de nação inclui raça, cultura e origens comuns. Na segunda metade do século XIX o nacionalismo étnico recebe um reforço enorme em função da imigração, da ascensão dos estudos sobre raça e do evolucionismo darwinista. Nesse contexto as minorias são vistas como obstáculos para a nação. O nacionalismo constrói a ideia de totalidade: um povo, uma nação, uma cultura, uma língua (SANTOS, 2010, p. 31).

Salaini (2013) complementa que, nesse viés interpretativo, as sociedades são vistas como um todo integrado que servem de modelo para generalizações identitárias do tipo “brasileiros são de tal forma e haitianos são de outra”. Tais generalizações essencialistas negam o caráter processual e relacional da identidade, associando-a a algo fixo e natural. Esse cenário se torna ainda mais presente em uma sociedade de nível convencional, na qual as identidades de papel guiam-se, como o próprio nome diz, pelos papéis fixos e pela manutenção da ordem social. “É uma aptidão não só de *conformar-se* às expectativas pessoais e à ordem social, mas de lealdade em face dela, uma aptidão dirigida no sentido de *manter*

ativamente, de apoiar e justificar essa ordem e de identificar-se com as pessoas ou o grupo nela envolvidos” (HABERMAS, 1983, p. 60).

Outra questão envolvida é a estigmatização dos imigrantes como “invasores”, “marginais”, acusados de “roubar” os empregos e os benefícios sociais dos nacionais, além do cometimento de crimes diversos. A unilateralidade da imagem de “migrante criminoso” escamoteia todas as situações nas quais os mesmos são vítimas, de explorações ou mesmo agressões. Os imigrantes atuam constantemente como “catalisadores de múltiplas frustações, bem como de temores difusos contra ameaças dificilmente localizáveis. Sendo geralmente o ‘alvo mais visível’, não é de admirar o número de vezes que sobre os mesmos desembocam agressões e acusações várias” (NETO, 2005, p. 303).

Tal situação, vivenciada pelos haitianos no Brasil, exemplifica a colonização do mundo da vida pelo sistema tal como exposta por Habermas, na qual as relações de consenso e solidariedade são substituídas pelas relações de poder e dinheiro (LIMA, 2015). Isso se torna ainda mais evidente em um momento de crise como a que o país vive atualmente, no qual a competição se torna mais acirrada e perigosa — como no caso dos haitianos que foram baleados em São Paulo com chumbinho.³

É claro que essa relação não é linear, mas diretamente associada a etnia, raça, gênero e classe social do migrante. Assim, enquanto imigrantes haitianos ou africanos são colocados sob suspeita e associados a pobreza e a doenças (ideia de “um país, uma identidade”), norte-americanos e europeus são associados a riqueza e a contribuições positivas. É notório, portanto, a persistência no imaginário brasileiro do padrão de “imigrante ideal” construído historicamente, conforme descrito em capítulo anterior, associado ao branco europeu civilizado, enquanto negros e mestiços são considerados inferiores.

A esse respeito, Goffman (2008) defende que a sociedade desenvolve estereótipos por meio dos quais categoriza as pessoas e seus atributos, transformando-os em expectativas normativas. Dessa forma, aqueles atributos “indesejáveis”, que se mostrem incompatíveis com o estereótipo criado, serão considerados estigmas e, portanto, defeituosos ou inferiores. Há dois tipos de estigma, o evidente e aquele não imediatamente perceptível, divididos em deformidades físicas, de caráter ou tribais, associados a raça, nação e religião. No caso dos imigrantes haitianos, o estigma da raça e da nacionalidade (evidentes) são associados aos de caráter individual, como a marginalidade.

³ Secretaria de Saúde diz que haitianos foram baleados com chumbinho. **Folha Online**, São Paulo, 10 ago. 2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1666944-secretaria-de-saude-diz-que-haitianos-foram-baleados-com-chumbinho.shtml>>. Acesso em: 26 maio 2016.

Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. [...] Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original e, ao mesmo tempo, a imputar ao interessado alguns atributos desejáveis mas não desejados (GOFFMAN, 2008, p. 15).

Assim, aos imigrantes são imputadas uma força para o trabalho descomunal, uma aceitação tácita das condições estabelecidas associada a uma postura despolitzada, além de uma assimilação total da cultura dominante e uma permanência breve e provisória, considerados atributos primordiais para sua “aceitação”. Não obstante, os indivíduos “normais” com os quais o sujeito estigmatizado se relaciona não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que ele esperava receber, mesmo que possua a maioria dos atributos esperados socialmente para pertencer a uma determinada categoria social, uma vez que a presença do estigma não permite que tais atributos sejam reconhecidos (GOFFMAN, 2008).

Sayad (1998) corrobora com esse pensamento ao retratar a estigmatização do imigrante enquanto ser alógeno e “não-nacional”, que define como esse indivíduo deve se apresentar para se enquadrar nas expectativas sociais e ser aceito pelo entorno, embora sempre com restrições.

Mais do que qualquer outro objeto social, não existe outro discurso sobre o imigrante e a imigração que não seja um discurso *imposto*; mais do que isso, é até mesmo toda a problemática da ciência social da imigração que é uma problemática imposta. E uma das formas dessa imposição é perceber o imigrante, defini-lo, pensá-lo ou, mais simplesmente, sempre falar dele como de um problema social (SAYAD, 1998, p. 56).

Exigem semelhante neutralidade, que é também chamada de “obrigação de ser reservado”: a forma de polidez que o estrangeiro deve adotar e que ele se sente na obrigação de adotar [...] constitui uma dessas malícias sociais (ou malícias do social) pelas quais são impostos imperativos políticos e consegue-se a submissão a esses imperativos (SAYAD, 1998, p. 57-58).

Dante de tal situação, o sujeito pode responder por meio da adaptação ou reagindo a tais estereótipos. A busca pela adaptação ao que seria considerado “normal” está baseada em padrões e expectativas impostas socialmente, que definem a identidade coletiva do sujeito e fazem com que o indivíduo estigmatizado manipule sua identidade pessoal, visando a sua adaptação à sociedade. “E, na verdade, ele terá aceito um eu para si mesmo; mas esse eu é, como deve necessariamente ser, um habitante estranho, uma voz do grupo que fala por e através dele” (GOFFMAN, 2008, p. 134).

O que está em jogo, então, é a relação entre políticas de identidade e identidade política. As políticas de identidade definem como um sujeito, ao ser enquadrado em determinado tipo social, deve comportar-se perante a sociedade (GOFFMAN, 2008). Ao sujeito “estigmatizado” comumente são atribuídas identidades pressupostas cristalizadas que não necessariamente condizem com a sua verdadeira identidade e podem levá-lo a uma percepção distorcida de si mesmo, ao tentar se enquadrar nesses padrões heterônimos.

A despeito disso, muitos indivíduos conseguem contornar a lógica da política de identidade que lhes é imposta e procuram formas de emancipação, construindo, então, uma identidade política. Ciampa (2002) define identidade política como uma identidade que se constrói por meio da socialização em grupos com os quais o sujeito possa desenvolver uma identificação e que lhe dê sustentação, porém sem ser aprisionado pelas políticas de identidade desses grupos, de modo a conseguir exercer plena autonomia em seu processo de individuação.

Vale relembrar que a identidade assume a forma de múltiplos e diferentes personagens que, juntos, representam a totalidade do Eu e se expressam de acordo com o momento, o espaço e a situação social do indivíduo (CIAMPA, 2005). Isso significa que devemos sempre pensar nas contradições entre as diferentes personagens, de modo que, ao mesmo tempo em que uma possa se mostrar com tendências políticas e emancipatórias, outra pode estar ainda cooptada pelo sistema e pela lógica da política de identidade, construindo um processo constante progressivo e regressivo.

Todas essas questões revelam condições sociais e pessoais restritivas que levam a deformações dos projetos de vida e agravam ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes. Essa problemática é abordada por Almeida (2005) quando este trabalha o conceito de anamorfose, utilizando-o como “lente para o estudo dos fenômenos de dominação e exclusão social que recaem sobre as chamadas minorias sociais - afetando os modos como suas identidades são construídas” (ALMEIDA, 2005, resumo).

A anamorfose é uma figura em perspectiva deformada que, para ser reconhecida, exige do observador um deslocamento, um abandono de sua posição convencional, e uma busca de um novo ponto de vista. Este ponto é sempre extremamente preciso, mas desconhecido, e sua descoberta revela, na figura ali incompreensível, formas finalmente reconhecíveis (SILVA JÚNIOR, 2002 *apud* ALMEIDA, 2005, p. 31).

Com a analogia, pretende-se, aqui, considerar os casos em que o afastamento ou as propostas de afastamento dos modelos identitários estabelecidos e hegemônicos nas relações interpessoais surgem aos olhos das pessoas comuns como uma deformação dos modos de ser socialmente considerados corretos e desejáveis; por extensão, a noção também se refere ao modo como as pessoas podem se sentir quando vistas,

avaliadas pelos outros sob o prisma dos modelos identitários dominantes. De modo inverso, a noção também pretende dar conta do modo como os modelos identitários socialmente idealizados podem ser percebidos pelos indivíduos que se afastam ou desejam se afastar dos mesmos, vale dizer, como deformações da identidade pretendida. A anamorfose pode ser utilizada, ainda, para pensar a reprodução dos modelos dominantes como uma distorção de identidades teoricamente possíveis, mas inviabilizadas por esse processo (ALMEIDA, 2005, p. 6).

Assim, conforme exposto anteriormente, o imigrante pode viver uma distorção de sua identidade pretendida ao se enquadrar nos padrões heterônomo impostos ou ser reconhecido como uma deformação quando se afastar desses modelos identitários estabelecidos para construir uma identidade autônoma e política. No caso dos imigrantes haitianos, esse segundo processo tem se iniciado com um fortalecimento da identidade coletiva, marcando uma necessidade constante de manter contato com as redes sociais, tanto do país de origem quanto aquelas existentes no Brasil, e uma busca incessante de manter vivos aspectos de sua cultura.

A força da identidade entre muitos grupos migrantes é um dos principais fatores responsáveis pela coesão mantida pelo grupo, mesmo longe de seu território de origem. Isto faz com que muitos, ao contrário do discurso corrente da desterritorialização, acabem se envolvendo em processos claros de reterritorialização, ou seja, de recomposição de seus territórios em outras bases, territórios estes recriados por meio do amálgama proporcionado pela força das redes mantidas no interior da dinâmica migratória (HAESBAERT, 2005, p. 40).

Tais laços trazem à tona a noção de pertencimento e, conforme expõem Portugal e Cardoso (2016, p. 165), “a relação homem sociedade envolve necessariamente movimento, seja como parte da cultura, levada para os diferentes espaços de trânsito, como também sua recriação nestes, como novos espaços de pertencimento. A relação cultura-movimento-migração é intrínseca ao homem”. Por conseguinte, na situação migratória, a cultura aparece como uma forma de afirmação e resistência à assimilação, perante as novas determinações a que são expostos.

Diante desse quadro, o grupo oprimido tende a se unir em torno de objetivos comuns para fazer frente às políticas de identidade dominantes, o que acaba por criar novas políticas de identidade de forma a fortalecer uma identidade coletiva positiva, que possa ser aceita e reconhecida pelo entorno. Nesse processo, essa nova política de identidade pode ser tanto regulatória e opressora, reproduzindo exatamente aquilo que se queria combater, como emancipatória, quando em seu interior possibilitar a existência da crítica e da contradição. Dito de outra forma, a tradição e as políticas de identidade criadas para fortalecer os imigrantes haitianos enquanto grupo se mostram necessárias e não são *a priori* negativas,

mas, se buscarem a homogeneização e a integralidade em seu interior como forma de conseguir a legitimação, serão tão opressoras quanto as políticas dominantes.

Movendo-se no tecido socialmente construído, o indivíduo pode estabelecer as pontes e as mediações entre sua condição e suas possibilidades, tipificando e ao mesmo tempo individualizando sua trajetória. As relações entre a biografia e o contexto social onde ela se desenrola, a sociedade em última instância, têm múltiplas direções; não constituem vias de mão única. A existência do projeto dificulta, se não impede, uma acomodação passiva do sujeito diante das circunstâncias [...], provocando uma atitude de reserva, e mesmo de resistência, nas suas relações com seu entorno social, isto é, com seus outros significativos e com o meio social mais geral. Evidentemente, a realização do projeto exige do indivíduo uma boa dose de criatividade e às vezes de discernimento frente a oportunidades inesperadas para delinear uma ação consequente, condizente com sua realidade (ALMEIDA, 2005, p. 83-84).

Assim, a partir da constatação de que a identidade une subjetividade e objetividade, uma vez que “sem essa unidade, a subjetividade é desejo que não se concretiza, e a objetividade é finalidade sem realização” (CIAMPA, 2005, p. 151), muitas possibilidades — ou impossibilidades — tornam-se visíveis aos imigrantes haitianos. Um projeto de vida autônomo pode parecer utópico no contexto regulatório e instrumental acima descrito, mas conforme exposto por Ciampa (1997a), utopia aqui caracteriza-se como um projeto alternativo de possibilidades de vida articulado com o processo histórico, compartilhando do pensamento de Sartre de que “não importa o que fizeram de mim, o que importa é o que eu faço com o que fizeram de mim” para dizer que o sujeito sempre pode reagir às imposições e criar novas formas de lidar com o outro.

Da mesma forma, Dantas (2013, p. 21) defende que “as possibilidades de emancipação humana podem dar-se em todos os contextos, mesmo naqueles em que a opressão se apresenta como uma aparente condição preestabelecida e incontornável”. Tal pensamento traz à tona a dialética entre igualdade de fato e de direito, pois, quando não se estabelece o consenso nas rotinas cotidianas, a regulamentação consensual passa a ser feita via moral e direito, de modo que as leis “supram” de alguma forma a ausência da igualdade nas relações. No caso dos imigrantes haitianos no Brasil, a situação se torna mais complexa diante da constatação explicitada em capítulo anterior de que ambos estão ausentes, ou seja, os imigrantes não são considerados “iguais” aos nacionais nem nas leis e muito menos nas relações, uma influenciando a outra dialeticamente.

Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que

se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriação (SAYAD, 1998, p. 45).

Essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da própria condição do imigrante, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse “provisório” possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse “definitivo” jamais seja anunciado como tal (SAYAD, 1998, p. 46).

A esse respeito, Martins (1986 *apud* SILVA, 2007) defende que o migrante temporário é aquele que se considera, mesmo que a migração tenha sido definitiva, como “fora de casa”, ausente, alguém que vai voltar a ser sujeito e não o que é. Esse sentimento também pode ser definitivo ou provisório, acompanhado de mecanismos de resistência ou de reestruturação da identidade.

No contexto das migrações internacionais, foi afirmado que a identidade social dos grupos e comunidades imigradas em dado destino é inicialmente marcada pela cultura que consigo transportam, desde o seu país e terra de origem, passando depois a sofrer sutis influências que decorrem da convivência com os seus compatriotas que os precederam no percurso migratório e com a generalidade da sociedade receptora. A adopção suplementar de características culturais próprias desta última é diretamente proporcional, por um lado, ao tempo de permanência e, por outro, à eficácia e ao progresso verificado no processo de integração nessa sociedade o qual, a ser desejado e conseguido, pode vir a durar mais do que uma geração (ROCHA-TRINDADE, 2006, p. 89).

Neste contexto, as identidades dos grupos e comunidades imigradas em terra estrangeira ou fruto da multiplicação das respectivas gerações acabam por revestir características híbridas de dupla pertença, podendo esta afirmar-se por via de traços simbólicos exteriormente expressos ou, simplesmente, por uma teia de ligações afectivas à cultura e à terra dos seus ascendentes. Serão, em qualquer dos casos, identidades recriadas (ROCHA-TRINDADE, 2006, p. 90).

Stuart Hall (2015), reconhecido autor dos estudos culturais, corrobora com esse pensamento ao discutir a oscilação, decorrente do processo migratório, entre “tradição” e “tradução” e que representaria a emergência de identidades “em transição”.

Pois há uma outra possibilidade: a da *tradução*. Esse conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa”

particular). As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente *traduzidas* (HALL, 2015, p. 52).

Mais uma vez cabe ressaltar que esse processo não é linear nem unilateral, estando intrinsecamente relacionado com o reconhecimento obtido diante da identidade pretendida, ou como afirmam Portugueis e Cardoso (2016, p. 160), “inventar o novo a partir do contato com o outro dependerá também da relação de significação imposta pelos olhares (representações) existentes na relação”. O potencial emancipatório pode, assim, ser neutralizado por “um reconhecimento perverso que reduziria as identidades a personagens fetichizadas” (LIMA, 2010, p. 206).

Nesse processo de auto apresentação e hetero-reconhecimento, os dois movimentos da identidade são vivenciados pelos haitianos: alguns experienciam o aprisionamento a “mesmice”, o fetiche da personagem “migrante-invasor” ou “migrante-indesejável”, gerando a má infinidade na qual as contradições são apenas re-postas e não há a concretização no sentido emancipatório da identidade. Por isso, há tantos haitianos se sujeitando a trabalhos desumanos, em condições quase escravas, e outros tantos indo embora, justamente porque se sentiram impedidos pelo sistema de se desenvolver e partem em busca de um lugar onde isso seja possível, como os milhares de haitianos que deixaram o Brasil rumo ao Chile.⁴

Outros haitianos conseguem superar as contradições impostas e construir novas formas de se relacionar com o mundo, experienciando a chamada “mesmidade”. Podemos dizer que esses indivíduos conseguiram superar a política de identidade que lhes foi imposta — que o imigrante deve ser subalterno, aceitar qualquer coisa que lhe for oferecida, já que os nacionais estão fazendo o favor de recebê-los — e aos poucos podem vir a desenvolver uma identidade política, uma vez que a individuação é um processo.

Outra constatação nesse sentido é que muitos haitianos já estão se organizando em movimentos sociais e têm lutado pela garantia e ampliação de seus direitos. Conforme explicitado por Honneth (2003), esse processo seria fundamental para a ampliação das relações de reconhecimento mútuo e seria capaz de transformar normativamente a sociedade. Vale dizer que, possivelmente, a grande maioria deles vivenciou situações associadas aos três tipos de desrespeito mencionados pelo autor — a violação, a privação de direitos e a

⁴ SANT’ANNA, E.; PRADO, A. Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile. **Folha Online**, Chile, 08 maio 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1768958-para-fugir-da-crise-haitianos-trocaram-o-brasil-pelo-chile.shtml?cmpid=newsfolha>>. Acesso em: 26 maio 2016.

degradação —, já que eles sofrem maus tratos, não são considerados sujeitos de direitos como os demais e sofrem injúrias por suas diferenças raciais e culturais. Esses conflitos, originados dessa experiência de desrespeito social e do ataque à identidade pessoal e coletiva, seria justamente o incentivo necessário para uma ação que busque restabelecer as relações de reconhecimento mútuo ou desenvolvê-las em um nível evolutivo superior (HONNETH, 2003).

Para finalizar, mas não concluir, cabe explicitar que Honneth (2003) defende a existência de três formas de reconhecimento, a primeira ligada à esfera afetiva e amorosa, decorrente da relação simbiótica entre mãe e filho e cuja relação bem-sucedida servirá como padrão interativo para as demais ligações afetivas vivenciadas, ao oferecer a medida para o desenvolvimento de uma autoconfiança individual e, consequentemente, de uma participação autônoma na sociedade. Na esfera jurídica, a pessoa individual é reconhecida como autônoma e moralmente imputável, desenvolvendo uma relação de autorrespeito — consciência de poder respeitar a si próprio porque ele merece o respeito de todos os outros. Na esfera da solidariedade ou estima social, as qualidades evidenciadas são aquelas que tornam o indivíduo diferente dos demais, ou seja, o reconhecimento da sua singularidade. Quando as habilidades individuais não são mais avaliadas de maneira coletivista, a pessoa desenvolve a capacidade de sentir-se valorizada e um tipo específico de autorrelação, a autoestima.

Assim, os diferentes movimentos identitários e as diferentes formas de enfrentamento são construídos ao longo da história de vida de cada sujeito e relacionam-se diretamente com os reconhecimentos obtidos, de modo que a maior ou menor experiência dessas formas de reconhecimento em uma fase anterior implicará em um adulto mais ou menos preparado para enfrentar as situações de desrespeito posteriores.

7 AS NARRATIVAS

As entrevistas foram realizadas em dois encontros, sendo o primeiro baseado nas duas perguntas básicas “quem é você” e “quem você gostaria de ser”, que por uma série de questões abordadas anteriormente, precisaram ser complementadas por perguntas mais diretivas por parte da pesquisadora, sobretudo no que tange ao passado, já que havia uma grande resistência em falar da própria história de vida antes do personagem “migrante”. No decorrer do discurso, o medo pela destruição causada pelo terremoto e pela devastação causada pela cólera, o sofrimento pela “expulsão” do país, a dor da saudade, a dúvida do retorno, foram dando sentido a essa recusa de falar do passado, assim como a grande metamorfose gerada pela migração “justificava” a preferência pelo presente. Já o segundo encontro foi alicerçado na leitura conjunta da transcrição da primeira entrevista, técnica esta que possibilitou uma apropriação por parte dos entrevistados das próprias narrativas e gerou um comportamento muito mais autônomo no sentido de explicar ou complementar o discurso anterior.

Os locais para realização das entrevistas foram escolhidos pelos participantes e também foram representativos do comportamento dos sujeitos para com a pesquisadora, ou seja, um movimento mais regressivo, distante e apreensivo no primeiro encontro que caminhou para um movimento mais progressivo, próximo e acolhedor no segundo encontro, no qual havia se estabelecido uma relação de confiança. Assim, Florence estabeleceu uma cafeteria extremamente movimentada e barulhenta como local para o primeiro encontro e sua casa — o quarto de pensão onde mora — para o segundo encontro. Kevin escolheu um bar de pessoas conhecidas no primeiro encontro — no centro de São Paulo e, portanto, bem distante de sua residência atual — e sua faculdade para o segundo encontro. Nivard optou pela sede da associação da qual faz parte para os dois encontros, diferenciando a presença de outras pessoas no primeiro encontro. Outro comportamento que chamou a atenção para este movimento foi o fato de Kevin dizer que não sabia ler em português no primeiro encontro (quando lhe foi apresentado o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, levando a pesquisadora a ler vagarosamente e cuidadosamente cada item e explicá-los para garantir o entendimento) e confessar que estava “brincando” no segundo encontro (quando a pesquisadora se propôs a ler pausadamente a primeira entrevista de modo que ele pudesse acompanhar).

Os relatos dos dois encontros foram organizados e as histórias de vida apresentadas em sentido cronológico, para melhor compreensão e apreensão das

metamorfoses identitárias, embora cada um dos sujeitos tenha iniciado a sua narrativa por um momento diferente, notoriamente relacionado com sua pretensão identitária e os sentidos atribuídos ao presente (o estar imigrante). Florence, após uma breve explanação de seus principais papéis sociais, descreve seu projeto de vida, temática que claramente a mobiliza e a caracteriza enquanto imigrante. Kevin inicia seu relato pelas dificuldades enfrentadas no processo migratório, ressaltando as metamorfoses identitárias que tais vivências possibilitaram. Já Nivard destaca as motivações para a imigração e os subsequentes reconhecimentos e desrespeitos vivenciados no processo.

As narrativas não terão sua divulgação na íntegra — para evitar a exposição dos participantes —, mas serão expostas e analisadas mediante trechos dos discursos. A esse respeito, cabe ressaltar que “a realidade sempre é movimento, é transformação. Quando um momento biográfico é focalizado não o é para afirmar que só aí a metamorfose está se dando; é apenas um recurso para lançar mais luz num episódio onde é mais visível o que se está afirmado” (CIAMPA, 2005, p. 146). Para manter a fidedignidade dos sentidos atribuídos pelos sujeitos, as falas foram transcritas conforme apresentadas, o que resultou em alguns erros de concordância ou gramaticais, devido à dificuldade dos participantes com a língua portuguesa, e somente serão corrigidos quando isto dificultar a compreensão.

7.1 História de vida de Florence

Florence inicia seu relato descrevendo os principais papéis sociais assumidos por ela, que marcam seu lugar no mundo e a diferenciam dos demais.

Eu sou [Florence C.], com N porque às vezes escrevem com M, sou haitiana, eu tenho 33 anos, sou mãe solteira, meu filho vive com o pai dele nos Estados Unidos. Sou a segunda do meu pai, porque meu pai tem três crianças, e sou a primeira da minha mãe, tem eu e meu irmão. Sou professora pedagoga, trabalho com crianças e sou professora de francês. Eu passei a minha vida toda no Haiti, com crianças haitianas, com todas as coisas culturais e tudo. No meu país eu sabia trabalhar nas escolas, eu fui a diretora de uma escola de crianças alfabetizadas, de dois amigos bem legais no Haiti, tem um que é deputado agora e eles são maravilhosos.

A relação com os pais e irmãos coloca em evidência a importância da socialização primária em sua vida e o surgimento do primeiro personagem desempenhado por Florence, a “*filha-criança-princesa*”. Descreve uma infância privilegiada, quando comparada as demais crianças de seu país, por nunca ter conhecido a miséria, a fome ou a violência da guerra. Quando comparada às outras mulheres, sua posição se torna ainda mais diferenciada, uma vez

que tanto os informantes quanto os outros entrevistados retrataram o Haiti como um país extremamente machista, no qual as mulheres não têm voz e muito menos oportunidades, tanto no que diz respeito à educação quanto no que diz respeito ao mercado de trabalho, restrito muitas vezes às atividades domésticas.

Tal condição era atrelada a uma ausência física dos pais, que trabalhavam muito em uma lanchonete, enquanto seus cuidados ficavam sob responsabilidade de sua avó e mais uma idosa. Retrata com saudades essa convivência e suas influências positivas na forma como ela lida com a natureza e a religiosidade.

Minha criança foi bem legal porque eu tinha duas idosas na minha casa, porque minha mãe e meu pai não tinha tempo para me contar histórias, mas elas sempre estavam como um concurso entre minha avó e uma outra idosa que estavam cuidando de nós também para contar histórias. Então eu tinha uma criança de princesa, nunca eu conheci a miséria, aqui que eu vi mais, porque há pessoas que estão dormindo na rua, muitas coisas, o que é fome. Fome até hoje eu não sei graças a Deus.

Eu tenho uma família bem solidária, bem bonita, só que eu estou triste porque eu não aproveitei mais dos meus avós que tinha a cultura do Haiti, porque eles são pessoas do interior e eu sou uma pessoa da capital então nós não temos o mesmo jeito de ver as coisas. E às vezes eu acho que é bem triste que eu não tive muito tempo para falar mais com meus avós, que foi uma mulher de sabedoria como se chama no meu país, porque ela cuidava das mulheres grávidas e ela dava a luz e se você caísse e se você estava doente, ela foi como tipo médico do interior, mas não era uma coisa que ela aprendeu, era um dom, porque ela praticava o vodu, mas não é o vodu como a gente vê, todas as coisas de satânicas, não, mas é uma harmonização que você tem com a natureza, você sabe qual folha ou qual planta que é bom para qual doente, e você tem esse poder de falar com a natureza.

O exemplo da avó materna aparece atrelado a uma mãe distante e a um pai socializador e altruísta, que é lembrado com saudosismo e carinho.

Meu pai mais, eu estava mais perto dele, ele me ensinou muitas coisas, especialmente nossa cultura é dele, minha mãe infelizmente ela não tinha... ela não sabia como me transmitir [...]. Então meu pai me mostrou tudo isso e sempre ele me deixou muito leve, ele me deixou a escolha sobre essa questão de religião e de crença, nunca eu vi ele na igreja [risos], nunca ele foi, mas era uma pessoa que comprehende as outras pessoas, ele sabe, ele me falou de benção, de respeitar as pessoas, de disciplina.

E meu pai sempre disse que quando você ganha dinheiro você também deve dar dinheiro, porque o seu dinheiro deve ser bendito [risos]. Então sempre todos os segundos dias de novembro, que é o dia dos mortos, ele foi com dinheiro para dar às pessoas, todos os anos ele era sim, e ele me disse um dia que eu deveria fazer assim mesmo, só que eu deveria escolher um dia e manter esse dia todo ano para compartilhar com as pessoas ajuda. Mas essas coisas que ele fez não era só esse dia que ele dava, ele estava dando todos os dias, quando ele faleceu é que nós ficamos sabendo quantas pessoas que ele ajudava, as pessoas vinham mesmo para contar e às

vezes minha mãe não sabia nada, então ele fazia por uma questão de causa humanitária.

Não obstante, relata um distanciamento emocional e uma rigidez em sua criação, aos quais atribui sentido com base na caracterização cultural do povo haitiano.

Na nossa cultura a gente não fala sobre os sentimentos [...]. Porque nós como haitianos nós somos tão orgulhosos que às vezes nós ficamos como imbecis [risos], mas nós não falamos sempre dos sentimentos, nós guardamos e isso. Como nós, especialmente para uma pessoa que nós gostamos dela, amamos ela, é ficar brava com ela, é o jeito que meu pai sabia demonstrar o amor que ele tinha para nós [risos], é estranho [risos]. Eu fiz a mesma coisa com o meu irmão e depois que eu disse “mas eu fiz como meu pai”, eu acho que é o tempo para falar agora, eu aprendi, mas foi muito difícil para mim fazer sair todo sentimento, sim. No Brasil todo mundo fala, expressa, mas no Haiti não, é isso, é cultural.

Há uma naturalização das identidades pressupostas (“ser pai é assim, ser irmã é assim”) e uma reposição das mesmas de maneira irreflexiva, que só é quebrada quando, no processo migratório, a vida cotidiana é interrompida e Florence tem contato com novas possibilidades identitárias. O processo migratório possibilitou, então, uma apropriação crítica da cultura, tornando possível a superação da mesmice por meio de uma metamorfose identitária de mesmidade, no qual Florence pôde construir novas formas de se relacionar com o mundo.

No que se refere à relação com os irmãos, Florence descreve uma irmã mais velha distante e interesseira, enquanto o irmão mais novo é descrito como próximo, embora sem muito detalhamento.

Minha irmã que mora nos Estados Unidos tem sua família, meu filho não tenho muito contato com ela, porque minha irmã é bem independente, a parte [risos]. Eu nunca esqueci isso, ela só ligou quando tem problema de dinheiro, é só isso, especialmente quando meu pai estava vivo, é só isso. Ela já está lá faz tempo, muito tempo, só tinha contato quando ela quer dinheiro. Mas é uma coisa também, não tinha realmente uma boa relação, porque ela tinha 12 anos, não 16 anos a mais que eu, e foi bem complicado, é isso mesmo. Nós vivemos juntas, mas eu era criança, ela já estava com 16 anos, a idade do adolescente, tudo isso, ela nunca vai ter esse relacionamento comigo. Mas o meu irmão que eu tenho 3 anos a mais que ele aí nós crescemos juntos [risos], eu me lembrei quando ele nasceu [risos], é diferente. Com meu irmão é normal, como um irmão, não tenho problema, como um irmão, é tio do meu filho, é isso, temos uma relação próxima.

Durante sua adolescência, a postura rígida e inflexível dos pais se mostra ainda mais presente, fazendo com que Florence passasse a desempenhar uma nova personagem: a “*filha-adolescente-controlada*”.

[Minha adolescência] foi difícil como todos, não tão difícil, porque no Haiti só as pessoas da burguesia e as pessoas das classes baixas eles podem ter esse problema de drogas, mas no meio não tem problema de droga. E também no Haiti as drogas para os jovens não é muito, tem, não é muito. E o medo da minha família não era de droga, essas coisas de armas e de violência, era só uma questão entre mulher e homem, de sexo e é isso só, aí foi normal. Quando eu digo normal é que tem problema de adolescente [risos], porque se não tem problema não é normal [risos]. No Haiti você não pode fazer muitas coisas, porque os pais e as mães podem te bater mesmo que você tenha 14, 15, 16, 18 anos, é muito mais rígido.

Ao engravidar aos 19 anos de um amigo com o qual não mantinha um relacionamento estável, Florence vivencia uma metamorfose do papel de filha, deixando de representar a “criança-princesa” e a “adolescente-controlada” para assumir a faceta de “*filha-mãe-solteira*”. A reação extremamente negativa dos pais faz com que Florence resolva largar os estudos e passe a trabalhar para sustentar o filho, contando somente com o apoio da “sogra” para desempenhar o novo personagem.

Foi muito difícil, eu posso dizer que ser mãe solteira é um trabalho muito, muito difícil [...]. Não foi fácil, porque desde esse momento eu deixei minha escola para procurar trabalho e fazer tudo isso. Eu ainda não tinha terminado a escola, eu deixei quando eu soube que eu fiquei grávida para procurar um trabalho, que eu procurei para mim ter todas essas coisas, porque... não é porque minha família não poderia me ajudar, mas eu acho que foi uma lição também, eles estavam muito bravos, muito. Eu guardei, eu me disse ok, vou continuar.

Eles não tinham coração para me deixar na rua, não, eles nunca fariam isso, mas o tratamento em casa foi muito, muito duro [suspiro]. E eu não tinha o pai do meu filho para me suportar um pouco, mas uma pessoa que eu gostei muito é a mãe dele, ela entendeu essa situação, porque ela foi como eu também, aos 19 anos ela teve o pai do meu filho, então foi quase a mesma história, mas ela se casou com o pai, mas ela é uma pessoa bonita sempre, esse foi o apoio que eu tinha mais, só esse apoio, nada mais.

Fez, então, um curso à distância de secretariado e trabalhou como secretária até terminar os estudos regulares e “ser escolhida pela Pedagogia” enquanto profissão.

Foi minha decisão desde que eu tive meu filho, é como uma profissão que me escolheu, porque eu tentei estudar secretariado, administração, não dava, eu tentei. E depois que meu filho nasceu, aí eu optei pela pedagogia, e você tem mais dias fechados também, mais férias [risos].

Aos 5 anos, seu filho passa a morar com o pai e toda sua família nos Estados Unidos, onde reside há nove anos. Há três anos Florence não o encontra, devido à instabilidade vivenciada pelo processo migratório.

O plano foi “ele vai para aproveitar a residência e depois ele vai voltar para a escola, tudo isso”, foi isso, porque nunca eu deixei meu filho longe de mim, mas depois eu entendi, eu deixei ele, mas ele me prometeu que todo ano nós vamos nos encontrar, então é isso.

Mas faz 3 anos que nós não vemos infelizmente, mas eu vou ver se eu posso pedir um visto dos Estados Unidos ou se ele pode vir para cá, porque eu não queria que ele viesse porque eu não estava estável aqui, porque estava no Equador antes e depois quando eu mudei para cá.

A “*filha-mãe-solteira-sem-filho*” passa, então, a se dedicar integralmente como diretora de uma escola na área rural do Haiti e, diante das precárias condições — falta de estrada, luz, televisão, entre outras dificuldades —, encontra na pedagogia um caminho para retribuir as oportunidades diferenciadas a que teve acesso.

E meu projeto é ajudar, porque é muito importante para mim ajudar as crianças do Haiti que não podem ir a uma boa escola, onde eu fui, como eu fui. E ver se essas crianças podem ter essa chance que eu tenho.

O que passa no Haiti é uma questão, como eu falei, normalmente os haitianos tem bastante problemas com o francês e nós normalmente o idioma maternal não é francês, é o haitiano, o crioulo [...]. Então tem dois idiomas oficiais no país, um para o povo, um para a elite, é isso, então se você não tem essa chance de ir a uma boa escola, você não vai falar francês [...]. É um complexo que eles colocam para limitar, aqui você é isso, então quem fala francês no Haiti? As pessoas que foram a uma boa escola ou as pessoas que estão lutando para fazer a diferença, não é um tipo de idioma de segunda, um tipo de comunicação, não é, é para ser diferente, “eu falo francês para ser diferente”. Na escola onde estava, eles fazem de nós isso, como se nós fossemos superiores de todo mundo. [...] E eu acho que se tem 10% de haitianos que falam francês corretamente, não um francês misturado com criolo ou com outras coisas, não acho que é 10%, é menor. E o povo é crioulo, porque às vezes as pessoas acham que Haiti é só a capital, que é Porto Príncipe, e a capital só é o departamento Oeste, a capital é assim pequena, é menor que São Paulo e no resto as pessoas falam criolo. [...] Eu tenho essa capacidade de falar cinco idiomas, sim, porque eu gosto de idiomas, mas é uma coisa que eu gosto, o inglês eu aprendi sozinha com um livro e com a televisão, o espanhol meu pai começou comigo e depois eu fui em um Instituto e depois eu fui no Equador eu aprendi lá também, eu continuei lá também. O francês na escola e o crioulo eu aprendi sozinha até que minha escola depois colocou o crioulo, eles colocaram o crioulo depois, nunca tinha, é novo essa questão de crioulo nas escolas, era só francês, para que? Para limitar. Em todas as escolas, mas isso não dava, porque até hoje... um ensinamento não pode ser feito em outro idioma que não o idioma maternal e até os haitianos não entendem isso, eles não entendem, porque eles estão fazendo esse tipo de preconceito “eu gostaria que meu filho falasse francês”, falar francês para que? O francês sim deve continuar, porque nós não temos universidades em crioulo, mas deve ser apreendido como segundo idioma, segunda língua, não é língua maternal. [...] Eu tinha muito contato com o francês, o inglês, porque eu tinha o cabo de satélite, mas o povo do interior não tem nenhum contato, eles não têm televisão, eles não têm... até hoje eles não sabem o que é internet, o telefone agora é mais popular, eles podem usar o telefone, o WhatsApp agora, mas internet não, eles não sabem. E se você não visita o país, você não vai entender isso, o haitiano mesmo não conhece a situação do país dele, eu só não conheci um estado só do meu país, agora tem 10 estados eu acho, eu conheci 9. Lugar quando você vai, não tem água, você deve colocar sapato especial, papel

higiênico não tem [risos], você vai usar a folha da banana como antigamente [risos], é isso.

Porque nunca na minha vida eu vivi sem nada, sempre eu tinha luz, no Haiti não tem luz [risos], a luz é por 2 horas, 4 horas, vai e volta, é isso. Então nesse lugar que não tinha nada ela tinha medo que eu não conseguisse e para mim foi uma aventura [risos]. Era longe [...] porque não tem rua [...], eu ficava 3 meses, a cada 3 meses eu voltava para ver a família, dava para ir de carro ou ônibus, a rua é quase assim [mostrando como um barranco] e não é muito larga, agora é mais larga, aqui se você cair ninguém vai te procurar [...]. Então era muito perigoso, não tinha proteção, a estrada era de terra. Eu passei quase 3 anos, e aí foi quando meu pai morreu e minha mãe pediu que eu saísse.

A sensação de autonomia, vivenciada a partir da construção de um projeto de vida autêntico, foi interrompida pela morte do pai, que acabou por tornar a influência da mãe maior e mais decisiva. Esta, que até então aparecia descrita apenas brevemente no discurso de Florence, ganhou uma importância fundamental. Aparece, então, a personagem “*filha-de-mãe-dominadora*”.

Meu pai morreu quando eu tinha 27 anos, eu já tinha me formado, já estava dando aula, e quando ele morreu eu estava no trabalho, mas eu saí depois que meu pai morreu, porque eu não poderia continuar mais, porque o trabalho estava para minha mãe muito longe, ela não gostava e eu deixei muitas coisas [silêncio].

Após largar o emprego de diretora, Florence se dedica a ajudar a mãe na lanchonete enquanto procura, sem sucesso, outra escola próxima de casa para prosseguir com a Pedagogia. É então que a mãe toma a decisão de mandá-la sair do país.

Depois que meu pai morreu foi bem diferente minha vida, a nossa vida, então ela estava trabalhando muito para que o meu irmão continuasse a universidade, tudo isso, e eu como a primeira filha dela então, eu estava sem trabalho, sem objetivo, ela como mãe ficou um pouco com medo do futuro da filha dela. Então ela me falou porque eu não viajava para mudar as coisas.

A vinda para o Brasil é uma coisa de família, da minha mãe, porque a minha mãe que me falou para vir para cá, porque ela tinha medo que meu futuro não fosse seguro aqui no Haiti, então eu não queria vir para cá, eu queria ficar no meu país, porque eu ia ficar longe da minha família, gente nova, vida nova, era bastante pra mim. Então para segurança de minha mãe, para que o coração dela ficasse um pouco mais leve, eu vim para cá. Quando as coisas ficaram bem difíceis para mim, eu chorei no telefone [voz embargada e muita emoção], ela me disse “é isso a vida, então continua a aprender”, porque nunca na minha vida eu fui sozinha, nunca eu fui, eu era como uma princesa na minha vida, mas às vezes eu não conto isso para as pessoas. Eu era muito bem, não é uma causa de problema, as políticas de guerra no meu país, não é um problema de miséria, era uma questão de uma mãe para as crianças dela, então foi assim. Ela ficou muito triste de me ver no país sem fazer nada, sem futuro seguro, então ela me disse “porque você não viaja?”. Então ela trabalhou muito para que eu tivesse esse dinheiro para ficar no Equador e depois aqui. Então eu aprendi a vencer sozinha pela primeira vez na minha vida, mas tudo

isso foi depois que meu pai morreu, que meu pai faleceu, porque se meu pai fosse vivo eu viria ao Brasil só para visitar. Mas agora estou aprendendo a vida, então não é porque minha mãe foi mal, mas é porque ela quer ter o coração leve para a segurança da filha dela, é isso.

[Se meu pai fosse vivo] passaria mais segurança para minha mãe, mas eu acho que foi bom para mim também, porque às vezes nós não sabemos o que é bom para nós, mas uma mãe ela sabe tudo, ela sabe tudo, é isso.

Minha mãe e eu não temos problemas, eu acho que foi um golpe para ela quando ela decidiu que eu viesse, é isso [suspiro].

O sofrimento expresso nesses momentos foi elaborado por Florence como uma justificação do papel social (“mãe sabe o que é melhor”) e mais uma vez a naturalização da identidade pressuposta aparece para dar sentido às relações. Durante o discurso sobre a mãe, Florence vai elaborando os sentidos atribuídos a essa relação, alternando entre a emoção do ressentimento sentido e a justificação consciente de que suas atitudes decorrem de sua preocupação e proteção para com a filha. Chama a atenção o fato de as frases que envolvem a mãe sempre terminarem com a expressão “é isso”, como se estivesse demonstrando a si própria a elaboração que vai ocorrendo no decorrer do discurso. A reposição da mesmice aparece também atrelada à pressuposição do papel de filha (“que tem obrigação de cuidar da mãe”) e de irmã mais velha, que comprehende o fato de ela ter que migrar enquanto o irmão mais novo cuida da mãe e termina os estudos.

Para nós a família é uma coisa bem grande, nossa mãe normalmente não deve ficar sozinha, eu e meu irmão, família para nós é uma coisa bem grande, não é porque minha mãe é muito velha que nós vamos colocá-la em uma casa de idosos, não, nós vamos pegar a responsabilidade e fazer qualquer coisa para quê... [silêncio].

[Meu irmão já terminou a universidade], agora ele faz parte do I., é uma organização, algo de comércio, não sei como se diz. Você conhece Avon? É mais próximo dessas coisas. Ele fez Marketing e Finanças, todas essas coisas que eles gostam [risos], eu não gosto, mas é realmente o filho do meu pai [risos]. Quando eu vim para o Brasil ele ainda estava estudando.

Em sua narrativa, Florence deixa claro que a decisão de migrar foi uma decisão heterônoma de sua mãe, influenciada pela política identitária construída no Haiti de que a imigração é uma solução para os problemas enfrentados pelo país. É nítido o sofrimento envolvido nessa decisão, a dor de deixar tudo para trás e a insegurança de partir para um lugar estranho e desconhecido. Não obstante, perante a imposição de migrar, Florence reage com autonomia ao escolher o Brasil como destino, tanto pela abertura aos haitianos quanto por sua

maior identificação cultural, em detrimento dos Estados Unidos, Equador e outras possibilidades. Surge, então, a personagem “*imigrante-em-trânsito*”.

Eu não poderia ir nos Estados Unidos que é bem complicado, não é que eu não tenho dinheiro, mas essas questões eu não sei. Então o Brasil estava aberto, então eu vim para cá, mas minha opção seria de ficar no Haiti.

Eu não gosto de lá [Estados Unidos], porque o Brasil tem muitos problemas, o Brasil não tem dólares e todo mundo está procurando dólares, mas eu gosto mais daqui. Eu não gosto da educação daqui, mas há outras coisas aqui, viver com pessoas que não tem nos Estados Unidos, porque todo mundo está em um quarto, ninguém fala com ninguém, então o Brasil me lembra o meu país.

Eu nunca fui nos Estados Unidos, não é porque eu não gostaria, mas essa questão de Estados Unidos, para mim, não é permitido para todos os haitianos. Toda minha família foi lá, toda minha família eles foram, tem quem fica, tem quem só vai lá para férias e nada mais, mas eu não sei como te explicar como obter um visto americano, é bem complicado, então eu digo “quando eles quiserem eles mesmo vão me dar”, não vou pedir como uma pessoa que está pedindo esmolas. Então às vezes é assim, tem pessoas que se casam, que faz um casamento que é falso, para que o embaixador e o cônsul saibam que eles têm dinheiro no banco, eles são casados, eu disse não. Mas eu tenho bastante amigos que me falam sobre um casamento “branco” como se diz, que não é verdade, para obter o visto, a residência, eu sempre falei ao meu filho “eu nunca vou fazer nada para vir sem permissão, não, eu devo ir para te visitar legalmente, eu não vou fazer nada”.

Florence teve ainda que enfrentar a dificuldade para conseguir o visto, sendo fundamental nesse momento a atuação da rede social na determinação de sua ida para o Equador, bem como no seu acolhimento e permanência no país.

No Haiti a fila de espera era de 1 a 2 anos, porque tinha bastante haitianos que estavam esperando, no Equador era mais fácil, eu esperei só seis meses. Esse período foi frio [risos], meu Deus, eu não gosto de frio. Meu suporte foi minha mãe, mas eu encontrei...minha mãe fez um contato com dois haitianos que me pegaram no aeroporto, me ajudaram a procurar casa, eles eram bem legais, é isso mesmo. Nesse período eu trabalhei como professora de francês e inglês também particular e a dona da casa Dona S., o nome dela é S. F., ela tem 78 anos, ela foi muito boa, muito legal comigo, um acompanhamento, foi uma companheira. Eu estou a 1 ano e 2 meses no Brasil.

Eu morei seis meses no Equador para esperar o visto brasileiro, fui do Haiti ao Equador, fiquei no Equador seis meses e vim do Equador até aqui. Então tem quase dois anos que estou fora do meu país.

Já de posse do visto, Florence não se deixa influenciar pela indicação da rede de que ela deveria ir para Porto Alegre ou Salvador, optando por São Paulo como sua nova morada. A personagem “imigrante” sabia o que estava buscando: autonomia e novas possibilidades identitárias.

Eu cheguei diretamente aqui em São Paulo, eu tenho pessoas, o namorado de uma prima que eu tenho em Porto Alegre, mas faz frio lá e eu não gosto [risos]. E eu tinha uma outra amiga italiana que nós vivemos juntas no Haiti, ela me disse “vai para a Bahia, Salvador”, mas eu não quis a Bahia. São Paulo foi o lugar mais, como dizem, é o motor do Brasil, então tem mais possibilidades aqui, uma pessoa como eu não pode ficar em Salvador [risos], não posso. Aqui tem mais oportunidades, tem mais aqui.

A autonomia na escolha do destino não diminuiu o sofrimento envolvido na chegada, a solidão inicial, o enfrentamento do desconhecido e a dificuldade com os novos códigos linguísticos, culturais e sociais. A “*imigrante-solitária-esperançosa*” se iguala aos milhares de haitianos que vieram ao Brasil, ao mesmo tempo em que passa a se diferenciar justamente por sua busca por autonomia, expressa em sua resistência em aceitar as políticas identitárias impostas ao imigrante haitiano e na consequente construção de novas possibilidades de se relacionar com o entorno social.

Os primeiros momentos foram muito ruins aqui, porque eu cheguei sozinha, sem saber o que eu ia fazer, aonde eu ia, qual seria meu futuro, nada, mas eu sempre ficava positiva, eu acho que é isso que me ajuda, eu não era de falar “eu não vou procurar trabalho”, eu sempre me disse “vou aprender o português, vou procurar trabalho”. As pessoas estavam falando português e eu não entendia, mas eu fazia que sim com a cabeça, eu me dizia “mesmo que eu não entendo, o meu cérebro vai captar”, e agora eu entendo quase tudo [sorriso], todas as palavras, todas as coisas que as pessoas falam, e era assim.

A Missão Paz me ajudou nisso, se eu falo português agora foi graças a Missão Paz, tem a J., os professores lá que são bem legais. Eu nunca fiquei lá na Casa do Migrante, eu não sabia que tinha uma casa lá, o namorado da minha prima que me passou um contato e esse contato é onde fiquei com seis homens em um quarto, outros haitianos jovens e mais velhos. E eles sempre estavam falando mal do Brasil, como as coisas eram bem difíceis, não por causa do brasileiro, não, é porque a situação do Brasil era bem mal. Mas você sabe que a limitação é você mesmo que colocou dentro de você, porque um dia eu perguntei a um dos jovens “porque você trabalha tão duro?”. Como no meu país as pessoas não procuram as informações, eles ficam no mesmo jeito do país, sem procurar informações, sem saber que nós haitianos temos mais possibilidades que outros. Então quando eles falam assim, eu disse para ele “você tem mais possibilidades aqui, para ir na universidade, e por que você não vai na universidade?”. O que passa é que agora os jovens pensam só no dinheiro, sem formação, sem instrução, sem conhecimento, eles não procuram as universidades, as escolas, eles só pensam no trabalho para ganhar dinheiro, para comprar o que? Para comprar carro, que pode quebrar em um dia ou segundos, ou comprar coisas materiais que não tem tanta importância, então eles estavam assim. [...] Então falta informação para todos os haitianos, é que o haitiano não sabe procurar informação, não é da nossa educação, é sempre o informal, coisas que são de graça, coisas que são abertas nós não temos isso na nossa cultura para procurar informações, é o que passou com esses meninos.

Quem eu sou? Eu sou normalmente uma pessoa que gosta de encontrar novas pessoas, falar da vida, ir analisando e vendo como nós podemos mudar as coisas. Às vezes é preciso coragem, é preciso muitas outras coisas. Estou sempre com um

sorriso no rosto, mas às vezes estou triste, mas quando tem gente aqui não vou ficar triste, é só quando não tem pessoas que estou ficando triste e chorando, mas quando tem pessoas comigo eu não faço isso, porque eu sempre digo que eu devo ser uma felicidade para todas as pessoas que são tristes, porque não é bom ficar triste na frente das pessoas. Então me considero como uma pessoa que dá a boa energia a outras pessoas. Não é que não sei ficar brava, não sei ficar irritada, sim, mas eu principalmente busco evitar, excluir essas coisas, porque não é bom para a saúde. Então quando eu posso, o máximo que eu posso, eu excluo essas coisas de triste, de irritação, todas as coisas que fazem mal eu excluí da minha vida. Então porque às vezes eu atrai coisas boas na minha vida, eu não encontrei o que a gente chama de preconceito, não digo que não existe, existe e bastante, mas eu não atraio essas coisas, eu não pensei nessas coisas, eu olho as pessoas de um outro jeito. Aqui eu não me sinto como negra [risos], nunca eu me senti aqui como preta ou negra, estrangeira sim porque eu tenho sotaque [risos], então as pessoas vão ver que eu não sou daqui. Mas o que é mais importante para mim é dar a possibilidade para outras pessoas ficarem felizes, porque ser triste, com esses problemas do mundo, é muito, então o máximo que eu posso eu falo com as pessoas, ajudo quando eu posso, falo com essas pessoas “vai de frente”.

Os reconhecimentos obtidos ao longo de sua história de vida possibilitaram a Florence desenvolver sua autoestima, o autorrespeito e a autoconfiança, características fundamentais para que ela buscasse uma inserção na sociedade de destino em posição de igualdade e não de subalternidade, como estabelecido pelas políticas identitárias. Além disso, o fato de Florence não ter enfrentado, durante o seu processo migratório, experiências de desrespeito a fortaleceu para estabelecer essa relação de reconhecimento mútuo com o novo entorno, buscando a concretização de sua pretensão identitária.

Outra questão levantada por Florence é a importância da rede e da produção do capital social em seu processo de inserção na sociedade de destino — conforme ressaltado por todos os informantes —, sendo fundamental na busca da primeira moradia, no aprendizado da língua local e na procura por emprego.

Eu já estou no A. [escola de idiomas] a um ano e um mês, sempre as coisas vêm de uma outra pessoa, de um contato e quando você está procurando também. Eu fui um dia... porque sempre me disseram que eu deveria falar português para procurar trabalho, é o que eles me diziam na Missão Paz, então estava com esse apetite, com essa vontade de aprender português, então estava procurando livros português e francês para compreender mais. Então eu procurei na internet a Livraria F., eu fui lá e eu encontrei o gerente L., ele falou francês e estava falando comigo “mas você fala francês, você deveria dar aula particular, tem bastante”. Ele me mostrou uma lousa que tinha bastante cartões, eu pedi três e eu chamei dois, os dois não responderam, não sabia o que fazia, o terceiro o nome desse homem se chama S., é um congolês, e fizemos um encontro para falar sobre isso e ele que me passou o contato do A., porque ele também foi um dos candidatos. Então é assim que eu procurei, de um brasileiro para um congolês e de um congolês para um haitiano, para mim, é a rede que sustenta.

A superação das políticas identitárias aparece, então, atrelada ao surgimento de uma nova personagem, a “*imigrante-professora-realizada*”, que não só resiste às

pressuposições identitárias, como engaja-se na busca de um trabalho que lhe traga satisfação pessoal — em detrimento de outro que lhe garantia retorno financeiro — e na busca de um local de moradia que vá de acordo com suas predileções.

Aí hoje eu estou na A. [escola de idiomas], eu já fui em outro trabalho de remessa de dinheiro, mas eu não gostei, eu não gostei, mas esse trabalho me ajudou muito com o vocabulário, eu aprendi muito vocabulário [risos]. Eu deixei depois de 4 meses, eu não poderia ficar, estava muito estressada, tinha muitas coisas na minha pele de estresse e não estava feliz, porque de manhã quando eu me acordei eu só pensei nesse trabalho e fiquei triste, então eu me disse “não é um jeito de viver, vou deixar, mesmo que meu dinheiro vai diminuir muito, mas eu vou poder fazer todas as coisas que eu gosto” e eu deixei e graças a Deus eu consigo fazer o que eu preciso. Dou aulas particulares também, no A. e privado. Mas estou fazendo o que eu gosto, e eu acho que se você faz algo, um trabalho que você não gosta, você vai se sentir como pessoa na escravidão, mas se você está fazendo um trabalho que você gosta, então não vai sentir, você não vai sentir que você está trabalhando, com esse sentimento, essa preguiça de acordar de manhã, você não vai sentir isso, então é isso, eu nunca senti isso no A. porque eu gosto. E pode ser triste no meu quarto, quando eu saio para dar aulas tudo muda [sorris].

Eu deixei a casa [a primeira moradia, que dividia com outros haitianos] na mesma semana que eu ia começar a trabalhar no A. [escola de idiomas]. Aonde eu vivo agora é bem caro para mim, porque é R\$ 650 o quarto, mas o que passa é que é muito difícil encontrar uma casa onde tenha uma janela grande, que você pode ver o céu e não só os prédios [risos]. E tem um pequeno jardim e tem um grande espaço se as pessoas querem ir lá fora, se você está com calor você pode ficar, fazer festa, é aberta. Então é muito difícil para mim dizer que eu vou deixar lá, então o que eu faço é trabalhar duro para poder pagar. [...] Quando eu vi essa rua, a primeira vez que eu subi para cá, eu já falei “eu gostaria de viver aqui nessa rua”, foi a minha intuição, eu não tinha nada e eu sempre disse “eu gostaria de viver aqui”, um dia eu olhei a casa, eu olhei e eu passei, um mês e meio depois eu estava aqui, não era esse quarto, era um pequeno lá trás e depois eu mudei para esse porque eu queria a janela.

Nestes trechos, fica nítido que a relação que Florence estabelece com o trabalho ultrapassa as questões puramente instrumentais, desde o Haiti quando se dedicava a uma escola na zona rural do país, até o Brasil, onde, mesmo com todas as dificuldades inerentes ao processo migratório, estabelece o resultado financeiro como secundário. O relato de Florence aproxima essa relação aos elementos pertencentes ao “mundo da vida” descrito por Habermas, no qual impera a razão comunicativa, as sensações, os sentimentos e as relações sociais. Assim, Florence contraria a lógica capitalista de colonização do mundo da vida pela esfera sistêmica, que valoriza o capital antes da vida e torna o trabalho, na maioria dos casos, uma atividade instrumental sem qualquer satisfação pessoal e cuja finalidade é o retorno financeiro.

A demanda de uma vida “boa” por meio da construção de um autêntico projeto de vida impediu uma acomodação passiva de Florence perante as circunstâncias, levando-a a

buscar, por meio de sua atividade, a conquista da autodeterminação e sua mesmidade do pensar e ser. A identidade aparece, então, como uma prática transformadora de si e do mundo por meio da unidade entre subjetividade e objetividade, pois, “sem essa unidade, a subjetividade é desejo que não se concretiza, e a objetividade é finalidade sem realização” (CIAMPA, 2005, p. 151).

Mas ficar no Haiti não seria bom também, porque esse projeto que eu tenho não seria tão vivente, eu não poderia ajudar como estou tentando fazer agora, então às vezes é bom viajar para voltar, a distância e depois voltar.

E meu projeto é ajudar, [...] construir uma escola grande, mas quando eu digo grande não é o prédio, mas a ideologia, instruir, formar pessoas, crianças para serem cidadãos do mundo, não só de um país, porque é bem limitado, se agora nós temos problemas de poluição, de comida, de guerra. Então se nós estamos formando, preparando crianças para só um país, então causa perda, porque a poluição é de todos nós, e muitas coisas, a guerra pode vir de qualquer lugar para nós. Então meu sonho é também trabalhar para essa causa da terra, do mundo, é isso, salvar mais árvores, ajudar e ensinar as crianças a serem independentes, mas com harmonia com a natureza. [...] Esse projeto vai ser para o Brasil e para o meu país, porque o Brasil mesmo tem problemas e as pessoas às vezes acham que o Brasil não tem misérias, sim o Brasil tem misérias, e eu não estou aqui para, como eu disse só para um país, mas para a formação de cidadãos do mundo, então meu projeto pode ser um projeto internacional, claro que eu gostaria de começar isso no Haiti, mas é mais difícil lá, mas eu acho que se eu faço isso também, eu vou conscientizar mais os brasileiros para me ajudar nesse projeto, porque não vai ser um projeto do meu país, não, vai ser um projeto de todo mundo. Um dia pode ter um intercâmbio entre brasileiros e haitianos, então eu gostaria de fazer isso, começar aqui e levar para lá, com voluntários, idiomas e as culturas e tudo o que nós sabemos.

Todo mundo vai ser um apoio, porque a primeira coisa eu gostaria de fazer um tipo de investigação, primeiro para saber o que deve ser uma escola para todo mundo, porque todo mundo tem uma escola ideal na cabeça, então o que deve ser uma escola para você? [...] E essa escola não vai ser como uma questão “é minha associação, é minha escola”, não, vai ser uma coisa bem comunitária. Estou olhando se eu posso comprar um terreno, [...] então esse terreno vai ser um terreno primeiramente para escola, educação e segundo de agricultura e coisas ambientais, reciclagem, transformação e tudo que vai ser aqui vai ser para a comunidade, e vai ser uma questão de comércio também [...]. Então nós vamos ver como nós podemos usar tudo e como eu vou fazer com esse tipo de terreno? A responsabilidade grande, grande eu não gosto tanto, mas guiar, falar, ver como modelar com os outros e uma pessoa vai ter a responsabilidade, especialmente se a pessoa... se eu ver que essa pessoa é uma pessoa apaixonada por isso. Então é assim, para uma comunidade e depois... As crianças vão aprender a trabalhar a terra, a plantar, não é só para estudar e não fazer nada, então é grande eu sei e vai demorar, vai demorar, porque sozinha eu não posso [risos]. É tudo o que eu tenho na minha cabeça, um mundo verde mais aberto, não sem tecnologia, mas tudo o que nós podemos reservar, guardar, proteger, nós vamos fazer isso, é isso.

A adaptação do seu projeto de vida a sua nova realidade demonstra que Florence reagiu às novas determinações com criatividade e autonomia, e tal reação foi reconhecida positivamente pelo entorno, uma vez que Florence arrecadou, via “vakinha” *online*, mais de

50 mil reais para a execução do projeto. A personagem “*pedagoga-cidadã-do-mundo*” descreve o amadurecimento vivenciado em decorrência do processo migratório, considerado atualmente uma experiência positiva e necessária. A “recriação” ou “tradução” de sua identidade para uma identidade híbrida de dupla pertença demonstra a transnacionalidade da nova personagem, que ao mesmo tempo em que considera “maravilhoso” o duplo pertencimento e deseja conhecer muitas outras culturas para ampliar um horizonte antes tão limitado (quando comparado com as possibilidades identitárias de uma “cidadã-do-mundo”), faz questão de se diferenciar dos demais imigrantes haitianos por sua pretensão de devolver todo esse aprendizado como benfeitoria para o país de origem.

[O duplo pertencimento cultural e social é] maravilhoso, a cultura do Brasil e a cultura do Haiti... Ok, o Brasil tem bastante, os índios, os africanos, bastante coisas, tem quase uma mistura aqui, índios, africanos e o resto que vem depois, resto [risos]. [...] E os africanos brasileiros é como o Haiti, mas o Haiti é uma mistura da cultura indígena e a cultura dos africanos de várias tribos, então foi unindo e foi crescendo juntos para que elas formem uma cultura só [...]. Eu gostaria de conhecer mais a cultura dos indígenas, sim, no Haiti nós não temos samba, nós não temos capoeira, mas tem o vodu do candomblé que não é muito longe da cultura do Haiti, e eu gosto. Eu acho que é uma coisa para aprender, não para confrontar, não para comparar, para dizer que isso é melhor, não, é só para viver, entender e apreciar. Porque às vezes aqui as pessoas passam gritando na rua, as músicas muito altas, as cervejas que não param [risos], isso que eu gosto, o brasileiro gosta muito da festa e o haitiano também, eu gosto disso, é um povo louco também [risos].

Eu gostaria de andar mais na América Latina, porque tem bastante coisas para descobrir. Eu fui na Venezuela, Colômbia, Equador, agora Brasil, eu gostaria de visitar Paraguai, Argentina, Peru, Bolívia também. [...] Eu gostaria de ir na África, Índia, Dubai, que eu ainda não conheço.

[...] Os haitianos sempre souberam pegar o barco para ir nos outros países ao redor ou para os Estados Unidos se eles podiam [...]. Essas pessoas saem para ver se as coisas podem melhorar para a vida deles, não para o país, porque o haitiano não tem essa coragem para pensar para o país.

Deste modo, é possível notar que as metamorfoses identitárias vivenciadas por Florence após o processo migratório têm ocorrido em um sentido emancipatório, possibilitando a apreensão mais crítica de sua realidade e uma revisão dos sentidos atribuídos à sua história de vida. Os personagens assumidos por Florence antes da imigração apontavam para um movimento de mesmice, no qual as várias facetas para a mesma personagem (filha) apenas repunham as pressuposições identitárias e não possibilitavam a superação das contradições. A reposição do “mundo da família” como única possibilidade identitária (e a reificação dos papéis familiares como fatalidade inevitável) só foi interrompida com a migração, quando a alteração das condições históricas e sociais nas quais Florence estava

inserida torna possível metamorfoses das metamorfoses. Relembrando Trad (2003, p. 147-148), “quando se produz uma ruptura com a familiaridade acrítica, com o mito do natural e inquestionável, é possível desenvolver uma crítica da vida cotidiana”.

Compartilhando do pensamento de Sartre de que “não importa o que fizeram de mim, o que importa é o que eu faço com o que fizeram de mim”, é possível dizer que Florence reagiu as imposições (sobretudo no que se refere a imigração) criando novas formas de se relacionar com o mundo e com o outro. O novo equilíbrio estabelecido entre o “mim” (tradição) e o “eu” (originalidade) demonstra que Florence está caminhando para uma individuação autônoma e consciente de si mesma.

7.2 História de vida de Kevin

Após se apresentar por seu nome, idade e local de nascimento, representações da identidade que assumem a dialética de igualar e diferenciar o indivíduo, Kevin descreve a relevância que a imigração assumiu em sua constituição identitária.

Falar sobre o [Kevin], eu sou haitiano, venho de Porto Príncipe, eu tenho mais ou menos 4 anos aqui no Brasil, deixei meu país desde 5 de junho, cheguei aqui em 6 de junho de 2012. Depois do terremoto no Haiti eu decidi vir para o Brasil, porque eu tinha o visto brasileiro, que conquistei depois do terremoto. Aí eu entrei aqui em São Paulo, Guarulhos, depois de Guarulhos eu vim morar aqui [Liberdade], e assim a minha história começa no Brasil. Para a pessoa saber sobre o [Kevin], não é só definir o nome, a idade - agora estou com 30 anos, mas aqui no Brasil me deu maturidade, me fez crescer, porque um monte de experiências que eu tive aqui seriam diferentes no meu país, desde que eu estou aqui, porque eu aprendi a viver sozinho.

A relevância dada pelo entrevistado à vivência do terremoto e ao consequente processo migratório em seu processo de diferenciação e individuação é tamanha que o mesmo chega a “menosprezar” a importância das fases anteriores.

Sobre a minha história no Haiti eu era um menino quando eu estava lá, muito menino, porque eu não tinha coragem de viajar para o Brasil sozinho. Quando eu estava lá eu estava estudando, a minha história é um pouco... como eu posso dizer porque todos os haitianos nascem de vida depois de 2010, a gente não pode voltar para depois de 2010 porque antes de 2010 a gente estava vivendo tranquilo, eu com a minha família, meu pai, minha mãe, meus irmãos, estávamos vivendo, mas depois de 2010 a gente renasce porque todo mundo lá deveria morrer, porque todas as estruturas e construções não tinham capacidade, não estavam prontos para o sismo, para o terremoto, tem muita casa que não construiu no padrão para uma catástrofe assim. Depois do terremoto de 2010 é que eu posso falar que a gente nasceu.

Quando eu falei que eu era menino era sobre a mente, por exemplo, porque eu estava, as minhas responsabilidades eram dos meus pais, aí eu não tinha, como eu posso dizer, eu não estava passando na escola da vida. Aí quando eu cheguei no Brasil eu acho que eu fiz até a faculdade, por isso que eu gosto mais de falar sobre minha história aqui, porque minha história no Haiti é passado, eu não gosto de contar não, porque é terremoto, muitas coisas tristes. Mas a minha história anterior para mim não vale, porque a mente estava criança, para mim como eu falei para você a minha história começa no terremoto até hoje, mas vai falar sobre o terremoto eu não gosto.

Por conta do extremo sofrimento envolvido na rememoração do passado e da magnitude das experiências vivenciadas no processo migratório, Kevin descreve apenas brevemente o personagem “*menino-da-vida-tranquila*”, representado durante sua infância e adolescência.

Eu estudei bastante, terminei o estudo em 2006, bem cedo, estudei bastante, depois eu fui estudar, fui fazer dois anos de faculdade de Ambiental, que eu falei que eu não consegui. Aí durante meu tempo eu dei valor mais a escola, mas ao lado de outras coisas que eu estou falando aqui, no meu sangue sempre tem cultura, atividade de Cultura, grupo e banda de dança, meninas, eu tinha uma capacidade que hoje eu não tenho que era fazer coreografias, também sempre tinha uma banda de hip hop e rap, a gente cantava rap, essas coisas assim. A relação com a minha família era muito boa, você sabe mãe e pai tem coisas que você não gosta, mas a relação era sempre boa. Eu tenho 3 irmãos [homens], nós éramos em 5, minha mãe teve 8 filhos, 3 mulheres e 5 homens, o primeiro homem que era o segundo filho faleceu em 2001, aí ficou nós 4, agora são 7 filhos. A relação com meus irmãos está tranquila, tem uma irmã que acabou de vir para me ver, está aqui comigo, ela está aqui tem quase um mês, ela chegou dia primeiro, tem mais que um mês. Minha mãe viaja sempre para os Estados Unidos, agora ela está lá no Haiti, meu pai é mecânico, ele trabalha com a própria empresa. [...]Minha mãe sempre teve organização, ela é uma mulher, como eu posso dizer, que sempre tem uma atividade para defender mulheres no Haiti, na defesa de mulheres, mas sempre teve organização conhecida com essa luta.

Em 2008, depois de ter terminado [o colégio em] 2006/2007, eu trabalhei em uma Lan House e depois que eu fui fazer a faculdade. Quando eu terminei o colégio, eu fiquei quase 2 anos sem ir em nenhum lugar, mas eu ensinava inglês aos meus amigos do bairro, a tarde a gente tinha um grupo, a pessoa vem encontrar para gente ir praticando, eu era chefe, era voluntário, um grupo de amigos, lá no Haiti as pessoas gostam de falar em inglês, a gente faz inglês de qualquer jeito. Depois eu trabalhei na Lan House uns 6 meses.

Como eu gosto da natureza, eu gosto de animais, eu tenho uma grande curiosidade de descobrir as galáxias, o que tem embaixo da terra, acabei decidindo fazer faculdade de Ambiental, porque a faculdade que eu queria fazer estava tão cara, que é Diplomacia, aí eu desisti disso para fazer Ambiental. Eu ia fazer também Agronomia, mas Ambiental achei que era melhor para mim e eu gostei muito, gostei muito de Ambiental, até hoje quando falo de faculdade ou eu vou fazer Geologia para estudar todos esses processos das pedras que existem, para saber um pouquinho do fundo da terra e depois canalizar, tudo faz parte do Ambiental.

Kevin expõe a dedicação aos estudos, o gosto por atividades culturais e a boa relação familiar como pressuposição de uma vida normal, na qual cumpre seu papel prescrito de filho sem atribulações. Aparece, implicitamente, a condição social e financeira da família, que possibilitavam a Kevin não ter outras responsabilidades senão os estudos, tanto os regulares como o aprendizado de línguas. Não obstante, desiste de cursar “Diplomacia” pelo alto custo do curso, aparentemente por uma decisão própria, optando por “Ambiental” devido a sua forte identificação com a área.

Essa vida tranquila é interrompida drasticamente pela ocorrência do terremoto e surgimento do surto de cólera no país, que metamorfosearam radicalmente seu cotidiano e, consequentemente, o personagem desempenhado até então. Surge o “*menino-vítima-do-medo*”.

Eu estudei dois anos de Ambiental, aonde o terremoto passou e quebrou tudo. A faculdade que eu estudava, a UNAP [Universidade Autônoma de Porto Príncipe], quebrou, não restou nada.

Eu vivia com a minha mãe que tinha uma organização, um comitê aonde a gente cuidava de 256 famílias, em um campo grande a gente tinha abrigo, porque não liberavam para entrar nas casas que tinham fissura e nas casas que davam para morar não tinha acesso, porque depois do terremoto tinha muitos recursos aí nós ficamos lá ajudando essas pessoas, eu era secretário desse comitê e a gente cuidava dessas pessoas, famílias e bebês, porque tinha Ongs no Haiti, Cruz Vermelha e outras organizações internacionais que vinham para ajudar. [...] Por isso que no Haiti a gente nunca tinha ouvido falar em cólera, depois do terremoto sim, no terremoto a terra abriu, por isso que a ONU hoje foi responsabilizada, a culpa é deles, porque o Haiti depois do terremoto muitas pessoas foram mortas por causa da cólera, que se contamina, o terremoto matou 250 mil, a cólera já matou 50 mil haitianos. [...] Essa é a parte que eu sou vítima. Depois disso a nossa vida era assim, medo, dificuldade, se você tem uma oportunidade para deixar o país, mesmo se você vai deixar sua família para trás, você sai, e um pedaço da família fica em outro lugar, ficou lá.

A interrupção do sonho de terminar a faculdade de “Ambiental” pela destruição da universidade e a vivência do terror e do medo provocada pelo terremoto e pela agressividade da cólera levaram o “*menino-vítima-do-medo*” a reagir às novas determinações, optando pela migração como possibilidade de concretização de suas potencialidades humanas, que estavam impedidas pelas condições históricas e sociais que o cercavam. Vale ressaltar que a tradição migrante característica do Haiti está muito presente em sua família, o que possivelmente influenciou Kevin a considerar a imigração enquanto opção identitária. Por meio do personagem “*menino-migrante-sonhador*”, o agora “*menino-vítima-em-fuga*” acreditava ser possível retomar o personagem “*menino-da-vida-tranquila*”, cuja representação foi interrompida pelas atuais condições.

Minha mãe vai para os Estados Unidos, ela viaja sempre, agora ela está no Haiti e vai para os Estados Unidos em outubro, ela vai e volta porque ela tem parentes lá, tem irmã, tem tudo lá, mas ela é mãe de oito filhos então ela nunca vai ficar lá, meus irmãos estão todos no Haiti, então ela sempre vai lá ficar um tempo com a minha tia e depois volta.

[Meu pai tem familiares] também nos Estados Unidos, na França, no Canadá, mas só que meu pai não viaja por enquanto, minha mãe só que viaja, acho que no final desse mês ela vai estar lá nos Estados Unidos, haitiano tem família em todo lugar (risos), só no Brasil que não tinha.

Minha mãe queria [que eu migrasse], porque ela pensava que ia estudar, eu ia continuar meus estudos, ela gostava, porque até hoje a situação do Haiti é tão caótica, é tão ruim, tem Ciclone agora que está bem bravo que chama Matthew que está dando problema lá, é muito, muito catastrófico, problema de política, terremoto, agora é o ciclone.

Decidido a migrar, recebeu o apoio da família para tirar o visto brasileiro, opção que se mostrou uma conveniência pelas facilidades do fluxo já instalado e não uma escolha autônoma. Explicita, assim, a importância das redes na decisão de migrar e no estabelecimento do país de destino ou, como nos lembra Dornelas (2001, p. 6), “é no âmbito da rede que o projeto migratório se enuncia, assim como também é aí que se mobilizam os recursos e as estratégias para sua concretização”.

Eu acho que eu não escolhi o Brasil, o Brasil escolheu os haitianos, porque Brasil e Haiti tem uma relação perfeita, que muita gente não sabia, sobre a governança e a história do Haiti também, o povo haitiano tem relação com o Brasil. Se eu fosse escolher, eu não iria escolher o Brasil para vir, porque já tinha muitas pessoas aqui. A situação que fez que eu aproveitasse para vir para o Brasil naquele momento foi porque o Brasil já estava dando visto e também tem haitiano que não conseguiu ter o visto e veio pelo Acre. Então naquela época eu tive a oportunidade de conquistar o visto brasileiro, aí eu vim para o Brasil porque o Brasil já tinha oferecido o visto, era uma cortesia [...]. Aí eu vim para o Brasil, para você ter a prova, a ONU escolheu a seleção brasileira para quando o Haiti tinha problemas, quando sequestraram o presidente, levaram o presidente e o Haiti estava se desestabilizando, e para uma organização da paz que eles são espertos, o povo tem um sentimento para a seleção do Brasil, e para enganar o povo eles levaram o Ronaldo Fenômeno, Romário, Bebeto, Ronaldinho para eles. Eles viraram heróis, Deus lá quando chegaram, o povo fica feliz, saíram chorando. É isso que eu digo, que se tem haitiano aqui hoje tudo faz parte dessas relações. Nós gostamos do Brasil de coração, mas não sei se eu gostaria do Brasil se eu soubesse que eu iria vir viver, eu gostava para falar do Brasil como futebol.

Eu estava esperando uma bolsa para ir para os Estados Unidos, mas como eu estava tão ansioso para viajar, um contato da minha mãe falou “o Brasil está dando visto, está liberado o visto, cadê o [Kevin], vê aí e manda os documentos para ver se a gente consegue visto para ele”. Eu levei todos os meus documentos, deu tudo certo, cheguei lá daqui uma semana eu estava com visto. Aí o visto do Brasil, porque a gente lá fora... agora a pessoa está ciente do Brasil, aquele momento lá fora o Brasil era a medalha de ouro, o paraíso da América do Sul, a gente pensava, tanto que na

rua você via pessoas jogando futebol, é o futebol que faz o Brasil, o que o Brasil é lá fora é o futebol, a percepção das pessoas do Brasil é o futebol, se a pessoa tem um sonho de ser jogador lá fora em países como o Haiti sonha em vir para o Brasil para ser jogador. Eu também, eu vim aqui porque eu sei da facilidade de estudar, a educação era tão fácil, que eu falei “quando eu chegar no Brasil, eu vou aprender a língua, eu também vou fazer a minha faculdade lá e depois eu vejo outras coisas”, mas tudo foi ao contrário.

Nesses trechos, Kevin enumera os motivos que levaram ao estabelecimento do fluxo migratório para o Brasil e que acabaram influenciando a sua decisão, corroborando com os fatores já relacionados em capítulo anterior, quais sejam: a relação do Brasil com o Haiti, tanto militar quanto social; a suposta abertura do país para receber e acolher os haitianos; a relevância que o futebol brasileiro tem no país, acentuada pelo “Jogo da Paz”; a divulgação pela mídia internacional do Brasil como um “país de oportunidades” e sua fama histórica como uma país receptivo à imigração. Evidencia, também, o quanto a realidade encontrada não correspondeu à idealização e aos anseios dos imigrantes.

Assim, o “*menino-migrante-sonhador*” deixou seu país e sua família para trás com um único objetivo: estudar. Mas, ao chegar ao Brasil, vivenciou uma clara deformação de seus projetos e da identidade pretendida, sendo levado a se enquadrar nos padrões heterônomos impostos pelas políticas identitárias que pregam o trabalho como única função do imigrante.

E quando eu estava vindo para o Brasil, eu só sabia Brasil, não sabia cidades, nem que tinha 24 ou 26 estados, eu não conhecia São Paulo, nada disso. Eu fui comprar a passagem e onde eu fui comprar é mais fácil você achar passagem para São Paulo, mas eu ia para Manaus, eu tinha contato com uma pessoa de Manaus, que falou “quando você chegar no Brasil, você vai procurar tal número, tal contato”, a pessoa me falou que eu tinha que comprar passagem para Manaus. Quando eu desci em Guarulhos eu liguei para a pessoa “já estou aqui, eu estou em Brasil, estou em São Paulo”. Ele falou “não, vai comprar passagem para Manaus” e quando eu fui perguntar quanto que era a passagem, eu falei “meu Deus, eu não tinha me preparado para aquilo não”. Mas rapidamente eu caí no mar e tive que virar peixe, pensei outra coisa, peguei um táxi para me levar no centro de São Paulo, e quando chegasse lá eu tinha que me virar. Mas eu não tinha objetivo de vir para São Paulo, mas eu não me arrependo também de ter vindo para São Paulo, porque eu vi que todos os haitianos a maioria vêm para São Paulo, porque São Paulo é a capital do Brasil, São Paulo faz o Brasil, sobre negócio, comércio, atividade e trabalho.

E o que que era mais difícil para mim quando eu cheguei aqui era que eu tinha um objetivo, o objetivo que eu tinha era vir aqui para ver como estava o país para estudar, [...] eu falei “vou para o Brasil para estudar”, quando eu cheguei procurei para saber se eu poderia estudar, mas foi muito difícil, até que eu desisti de estudar, porque nesse momento não dava para mim. Aí eu fui procurar trabalho aonde eu acho [silêncio] que se eu tivesse que falar mal do trabalho no Brasil aqui, eu ia falar muito mal, a lei não funciona, as pessoas enganam muito as outras pessoas, me enganaram muito, porque eu vim de um país que eu não sabia nada do Brasil.

Eu fui procurar primeiramente eu precisava trabalhar para ter dinheiro para pagar a minha faculdade porque o dinheiro que eu ganhava não ia dar para pagar aluguel, água, luz e comer. A segunda coisa, naquele momento que eu estava pronto para estudar e fazer faculdade, não tinha como porque precisava de documento e eu não tinha. E também o Enem ou o vestibular não tinha muito como fazer para poder entrar em uma faculdade que eu pudesse estudar com o apoio do governo, muita coisa. Eu fui tentar, mas não deu certo, eu tinha que ficar tranquilo, a vida continua, a cabeça está erguida, estou olhando e eu sei que um dia eu vou entrar.

O desconhecimento de Kevin sobre a realidade brasileira levou-o a abrir mão de seguir para Manaus, onde já possuía uma rede estabelecida que provavelmente tornaria sua inserção inicial um pouco mais fácil. Assim, a permanência em São Paulo teve que ser realizada sem apoio — embora ainda contasse com a ajuda financeira da mãe —, evidenciando o drama da sobrevivência enfrentado pela grande maioria dos imigrantes, também associado às questões de moradia, dificuldade de acesso ao estudo e ao mercado de trabalho e o necessário aprendizado da língua local. A ausência de políticas públicas efetivas impossibilita, ainda, o conhecimento e o acesso aos benefícios disponíveis e faz com que uma inserção digna e cidadã seja algo raro de ser alcançado.

Quando eu cheguei não tinha ninguém aqui, ninguém para me receber, só eu vim, aí eu dei xe Guarulhos e vim para um hotel que tem lá em baixo perto do hospital. Eu fiquei quase 15 dias nesse hotel, para procurar conhecer pessoas, procurar outros haitianos que moram na região, até que eu consegui alugar um lugar, um quarto com um amigo para dividir aluguel. Assim é outra história, porque eu nunca tinha vivido junto com pessoas conhecidas, aí tive que aprender.

Eu conheci a Missão Paz porque eu morava perto, mas como eu vim de visto não tinha nada a ver com a Missão Paz [...]. Foi literalmente me virar sozinho, eu tinha um suporte, se eu falo que eu não tinha suporte, muita coisa ruim que aconteceu comigo eu não ia ter saída, mas o suporte que eu tinha era de Deus, Deus ajudava bastante porque eu sei orar, quando eu orava ele me respondia para pagar aluguel, quando minha mãe não me mandava dinheiro, Deus me mandava dinheiro.

Em 3 meses eu aprendi sozinho [a língua portuguesa], lendo livros, cadernos, na rua conversando com brasileiros, com todo mundo, eu fui aprendendo português. Eu já falava espanhol, isso ajudou um pouco, mas hoje eu não consigo falar o espanhol com português não dá, mas como a gente fala inglês, francês, crioulo, essas línguas chegam mais fácil para gente.

As recentes experiências e relações estabelecidas exigem de Kevin uma nova metamorfose identitária, uma vez que o personagem desempenhado não mais corresponde à realidade vivida. Nesse momento, a falta de compreensão das leis e de seus direitos básicos e a submissão às políticas identitárias impostas ao imigrante são determinantes para que o “*menino-migrante-somhador*” seja sucedido pelo “*menino-migrante-trabalhador-enganado*”. E, assim, Kevin explana o lado negativo que a rede pode ter, pois, além de direcioná-lo contra

a sua vontade ao nicho de trabalho característico dos imigrantes haitianos, no caso a construção civil, ainda demonstra o quanto uma pessoa conhecida pode usar de sua influência para intermediar uma contratação desumana.

Trabalhei no hotel por 8 meses sem carteira assinada, quando eu cheguei nos oito meses me mandaram embora “vai no C.” [cooperativa], quando eu cheguei no C. falaram que iriam me mandar para trabalhar em outro lugar e talvez me ligassem para trabalhar assim, nem pagamento eles me pagaram. Depois eu comecei a procurar amigos, comecei a procurar saber, porque 8 meses de trabalho eles me pagaram R\$ 415 a cada 15 dias, dá R\$ 830, depois que eu saí do trabalho não tinha nenhuma lei, nada, aí eu comecei a entender como era ruim para mim. [...] Eu trabalhava de ajudante geral na cozinha do Hotel, aí eu trabalhava todos os dias, tinha uma folga na semana, trabalhei oito meses lá sem carteira assinada e você já sabe o resto, quando me mandaram embora eu não recebi nada.

Mas eu tinha medo de trabalhar na construção civil porque era mais fácil nesse momento se você precisava trabalhar na construção, mas eu nunca tinha trabalhado e tinha medo, aí eu falei “o que que eu vou fazer”. Eu fiquei 4 meses sem trabalho, procurava um trabalho onde poderia dar para viver. Depois de três meses eu já estava falando português um pouco bem, estudando, praticando, aprendendo a me comunicar.

Eu não via chance então fui trabalhar na construção civil, mas não deu certo também, fui trabalhar no Rio de Janeiro, mas fui porque a pessoa não me tratava bem. [...] Era uma sofriência e depois que eu fui ver o que aconteceu, que eu fui enganado, eu fui procurar a justiça, todo dia eu ligava para a pessoa ter compromisso, porque eu sou uma pessoa que não gosto de luta. [...] Aí eu chamei ele para gente ter compromisso, falar, mas ele me ameaçou “você não sabe o que eu sou capaz de fazer”, porque não era só eu, eram 17 haitianos. E o que tinha acontecido quando a gente estava lá no Rio, não tinha comida, nunca tinha o que comer, a gente não comia na hora certa, eu era supervisor, eu acordava todo dia às 5:00 para acordar todo mundo, recolher materiais e eu era sempre o último a sair da obra. Era uma obra com gás, para passar o gás embaixo da terra com tubos, era muito perigoso. Era calor, lá era um micro-ondas eu chamei, porque eu saí do Haiti que é um país tropical e nunca passei um calor para levantar a noite e ir embaixo do banheiro. Levantava sempre essa hora, trabalhava no calor e quando chegou o tempo para pagar ele não vai pagar. Aí ele me prometeu que de 15 em 15 dias eu ia voltar para São Paulo e ele pagaria a passagem, a primeira vez ele pagou, a segunda vez ele já não quis, eu tive que falar para ele que queria vir para São Paulo e ele falou que não ia dar mais. E eu não queria falar para ele “eu desisto”, queria que ele falasse para mim “eu não quero você mais”, e ele sabia que me devia porque me falava “vou te pagar tudo”. E aí ficou um processo e ele não pagava, aí ele mandou R\$ 600 para minha conta, e eu falei “e a carteira, eu trabalhei e minha carteira está assinada R\$ 2000”. Até hoje, quando eu fui pegar a carteira em Guaianazes, quando eu peguei a carteira ele colocou só um papel sem assinatura, eu liguei para ele chorando, do jeito que ele me fez ver, eu dei um trabalho para ir lá, eu estava trabalhando de eletricista, a gente estava passando cabo para-raios e eu desisti desse trabalho para ir lá. Era em dezembro, eu não queria e ele falou “vem [Kevin], vem” e aí ele me faz isso. Ele morava aqui, aí depois ele abriu essa empresa lá no Rio, era um “gato” o que ele abriu, [...] é uma grande empresa que vira “gato” porque outra empresa acaba contratando essa empresa para trabalhar com eles. Aí foi uma situação também quando eu estava lá que eu não vivia bem não, porque eu não saía, tinha medo, saía do trabalho entrava na casa, só ficava em uma cama, nem tinha televisão, nada, só deitar e ficar assim. Quando eu queria sair fui lá na avenida I. e fiquei olhando para as pessoas que estavam passando, me senti aliviado e me vejo preso, aí eu fui. Eu vim para São Paulo e não voltei mais, sai sem receber [silêncio]. Depois

disso eu fui me informar, eu já tinha me informado, mas eu fui enganado, eu já tinha informações, mas fui enganado, porque eu vejo como ele estava maltratando os haitianos, aí ele me contratou para ajudar ele a fazer a supervisão geral.

Kevin revela, assim, uma nova faceta para o personagem “*menino-migrante-trabalhador-enganado*”. O “*menino-migrante-quase-escravo*” vivenciou as três formas de desrespeito descritas por Honneth (2003), a violação, a privação de direitos e a degradação, uma vez que sofreu maus tratos, não foi considerado um sujeito de direitos como os “nacionais” e sofreu preconceito por suas diferenças raciais e culturais. Não obstante e conforme descrito pelo autor, a revolta gerada por essa experiência de desrespeito social e de ataque à sua identidade serviu como incentivo para uma reação por parte de Kevin, que buscou formas de desenvolver relações de reconhecimento mútuo em um nível superior.

Para essa reação foi imprescindível o reconhecimento obtido pelos personagens anteriores (sobretudo o “*menino de vida tranquila*”) que, juntamente com o fortalecimento da identidade coletiva e a experiência de ser pai, possibilitaram uma metamorfose identitária de mesmidade, com a superação das contradições vivenciadas e a construção de novas formas de se relacionar com o mundo.

E se você vê estou falando mais sobre o trabalho, como eu falei, aqui sobre o imigrante haitiano estão aproveitando muito, explorando muito eles no trabalho, eu acho que se tomar a gravação a história que eu passei não fui só eu, um monte de haitiano passou, porque eu sou inteligente, se eu passei por aquilo, tem aqueles que nem fala o português que passa por essas situações. [...] E depois disso, de passar essas situações de trabalho, de deixar essa situação, aí o tempo que eu estou aqui no Brasil a maturidade está crescendo, cheguei a ter um filho brasileiro, fui morar em outro lugar, estou vendo a vida já aqui pela situação do país, eu vejo que a vida aqui não está dando muito certo para os haitianos, quase 80% não está dando muito certo, porque para morar e viver aqui não dá certo. Eu sou um exemplo, porque no último lugar que eu morava eu pagava R\$ 800 para um quarto, porque o banheiro estava dentro, e eu estava trabalhando naquele momento recebendo R\$ 1200, para comprar, para viver, com país nessa crise, eu sou inteligente e eles que não são, porque eu nunca desisti, eu nunca cai no zero, nunca, eu sempre procuro a Deus e ele sempre está comigo.

A minha história é sempre de uma pessoa que desenvolveu um negócio e quer crescer, tudo que eu falo e faço é o padrão dos haitianos, você acha outras histórias parecidas, e vai ser muita, muita coisa que vai dar tristeza da pessoa, não sou só eu, não só haitiano, africano, as pessoas que vêm da Síria, cada pessoa sai do país dele por um motivo, o motivo que eu dei o meu país era com o objetivo de estudar, eu vim com uma força para estudar, mas como o Brasil não respeita à educação, o Brasil não respeita não, porque o futuro dos jovens do país é educação. [...] Uma pessoa que está aqui que for esperto e analisar isso, o seu filho vai crescer, eu não tinha essa ideia, eu nem me importava, mas hoje eu me importo porque eu tenho um filho brasileiro e é o meu direito, isso não dá certo.

O extremo ressentimento pelas situações de desrespeito vivenciadas no ambiente de trabalho leva Kevin a um duplo movimento, igualando-se a partir desta vivência aos demais haitianos que vieram para o Brasil, assim como aos diversos imigrantes de nacionalidades estigmatizadas, ao mesmo tempo em que se diferencia justamente por sua capacidade de reação, de nunca “cair no zero”. Nesse momento, inicia a apresentação de um personagem mais maduro, crítico e consciente das condições que o cerca, o “*migrante-pai-questionador*”. Como descrito anteriormente, esse processo aparece inicialmente relacionado a um fortalecimento da identidade coletiva enquanto resistência e, mais recentemente, a um movimento individual, sobretudo após a experiência de se tornar pai.

Agora eu sei tudo, eu não posso mais ser enganado, nunca mais eu vou pegar um trabalho que não assina carteira, antigamente se a pessoa falasse vou te dar um trabalho, pegasse a carteira e fizesse tipo uma demagogia eu não ia saber, porque eu pensava que era certo, mas agora eu sei, eu também nunca vou trabalhar em uma empresa que não tenha qualidade, porque quando você vai trabalhar no lugar a pessoa que está lá já te fala.

Quando eu morava lá no Centro e quando eu frequentava mais o Centro, a nossa relação [com outros haitianos] sempre era forte, porque nós tínhamos dias para encontrar, conversar dos problemas, talvez a gente participasse no debate aonde que defendem os casos dos haitianos, aí a gente sempre via como é que estava. Eu sou uma pessoa que tinha muita, muita amizade, lá no Centro todo mundo me conhece [...]. Aí nossa relação era boa, cada 18 de Maio a gente fazia atividade da Bandeira do Haiti, nessa atividade a gente fazia a festa para eles, às vezes eu cantava (risos). Uma coisa cultural, isso quando eu estava morando lá e também quando eu estava morando aqui, agora afastou um pouquinho, em C. [cidade onde mora atualmente] eu estou há mais ou menos dois anos.

Quando eu tinha quase dois anos aqui, lá no G., a igreja “[...]” começaram a dar aulas para haitianos. Como eu estava indo nessa igreja eles viram que eu tinha um pouquinho de compreensão, porque eu não aprendi o português assim na rua, eu aprendi português nos livros, eu me ensinava falar português, mesmo sem talvez conseguir falar, mas eu estou rico de gramática do português. Aí quando eu cheguei lá a menina brasileira estava explicando, quando ela tinha dificuldade de explicar eu ajudava ela, aí eles viram que eu tinha uma capacidade de ensinar e a pessoa conseguia entender bem, porque eu estou no meio das duas línguas, do francês e do português, eu consegui explicar para eles, eles me deixaram indo de sábado e domingo, todo mundo me esperava, por 4 meses eu ensinei. Hoje eu encontrei com um haitiano que está falando muito bem o português que eu iniciei o português para eles, fiquei 4 meses, todos os sábados e domingos, mas parei o projeto.

Como o *vir-a-ser* não é uma indeterminação absoluta, Kevin teve que lidar com as condições históricas e sociais que o cercam, buscando construir uma unidade entre sua subjetividade (o desejo de estudar) e a objetividade que se apresenta (as dificuldades de trabalho e inserção no Brasil). Nesse processo, passou por diversos empregos — escola de

idiomas, Lan House — sempre buscando conciliar o estudo (não o que ele gostaria, mas o que se apresentou como possibilidade) com o necessário sustento.

Aí eu desisti do trabalho, fui dar aula de francês particular e com o A. C. [escola de idiomas], aonde eu moro eu fiz outra coisa, tentei, tentei, e tudo não está dando certo. No A. [escola de idiomas] eu fiquei trabalhando quase 4 meses eu acho, como o A. tem uma estrutura que eu acho que é assim, eles estão ajudando os imigrantes para dar aula, mas talvez não tenha vaga, você tem que dividir a aula, a repartição das horas, pode ser que não tenha aula naquele momento para você, que não tenha vaga para você, os que estão mais disponíveis, no momento que eu estava trabalhando já tinha um que dava aula, depois que terminou essa turma que ia começar outra turma aí vai ter que escolher horário, e como eu estava estudando à noite e a maioria das aulas são à noite, nem precisava me perguntar se ia ter vaga para mim, porque eu estava estudando à noite. Aí depois que eu estava esperando eu fui procurar outra coisa para fazer, porque eu não gosto de ficar parado.

Hoje eu estou estudando e trabalhando em B., é uma empresa da S. na área de engenharia de tubulação, a gente é montador de canos, máquinas, motores, bombas, válvulas, todas as coisas que tem a ver para o processo de tratamento de água, é um projeto onde eles têm uma visão para dar um melhoramento para o Rio Tietê, para o Rio Tietê voltar a viver. Eu estou lá há 2 meses e por enquanto eu estou gostando.

Estou fazendo um técnico de rede lá na Etec de C., quase estou terminando, tenho que trabalhar, eu não consegui estudar porque eu estou trabalhando, tem que trabalhar, tem que estudar, não tenho tempo, trabalho é um tempo, estudar é um tempo, e aonde você tem responsabilidade tudo está junto, não está dando certo.

Kevin reconhece que sua história é marcada por altos e baixos (progressões e regressões) e, mesmo diante de todas as suas tentativas, não tem conseguido encontrar essa unidade que tanto busca. Assim, é nítido o quanto o movimento de mesmidade de Kevin tem sido impedido pelo capital, cujo interesse consiste justamente em manter a reposição do personagem “*menino-migrante-trabalhador-enganado*”, dedicado exclusivamente ao trabalho e com uma postura despolitizada, acompanhada de uma aceitação tácita das condições estabelecidas. Esse impedimento retrata a colonização do “mundo da vida” pela “ordem sistêmica”, descrita por Habermas, na qual a burocratização e a racionalização promovem uma distorção na ação comunicativa e a substituição da solidariedade pelas relações de poder e dinheiro.

Na história de Kevin, esse processo aparece retratado em diversos momentos, desde a questão da moradia — uma vez que ele teve que deixar o Centro por conta do alto custo e a mudança para uma cidade do interior acabou promovendo o seu “isolamento”, que o incomoda, enfraquece e o individualiza — até a transformação do trabalho em uma atividade puramente instrumental, que à custa do retorno financeiro, tira tudo o que lhe traz satisfação pessoal, como os estudos e as atividades culturais. Vale ressaltar que as novas determinações

e os consequentes novos personagens acabaram por suprimir aquilo que o “*menino-da-vida-tranquila*” tinha de mais autêntico, a valorização das questões culturais.

Eu sou uma pessoa criativa e em outros lugares eu não vi se tem como para criar, para decidir, montar comitês, coisas de ONG, organizações, pensar, não tem essas coisas em outros lugares, por isso que eu gosto mais do Centro. Quando chega domingo eu poderia criar atividades lá na igreja, aí tem mais haitianos também, é por isso que eu acabo não gostando daqui também [da cidade onde mora], estou vivendo aqui, mas cadê minha parte social? Por isso que de domingo eu sempre vou para lá, nós tínhamos um grupo, a gente tem filme, teatro, eu tinha uma banda, eu tinha um grupo de dança, mas não continua, porque eu moro longe, as atividades pararam, um monte de haitianos que eu conhecia foram para outros lugares, mas ainda tem outros entendeu? Algumas coisas ficaram paradas, a gente tinha ensaio para as atividades, tinha também a agência do filme “[...]”, eu sou o ator principal nesse filme.

Se eu for falar sobre o [Kevin] mesmo, as horas dele aonde ele não está fazendo nada, ele gosta de escrever e escutar música, escrever letras de música, gosta de escrever bastante e escutar música, esse sou eu. Mas é essa parte que está sofrendo dentro de mim porque estou sem tempo, o trabalho, a escola e outras coisas, um filhinho, tudo isso. Mas eu escrevia bastante, bastante, eu escrevia bastante. Eu tenho cadernos que tenho muita coisa, músicas, poesias, poemas, tudo isso.

Aí para dizer de verdade a minha história aqui ainda não tem um fim, a minha história aqui ainda não atingiu o limite, está começando, e cada história tem uma fase baixa e uma fase alta, a minha ainda está baixa, eu tenho que levantar para poder um dia contar uma nova história, para falar essa história que parece que vai continuar em outro lugar aonde isso que todos os haitianos fazem.[...] Mas hoje eu estou tranquilo, eu tenho um filho que é a minha felicidade e é isso que faz também que eu não deixe rápido o Brasil, eu estou esperando porque ele ainda é bebê, tem 1 ano e meio, aí ele precisa crescer mais para eu poder ficar um pouquinho longe dele, mas qualquer coisa eu acho que não vou ficar aqui não [...].

Apesar das dificuldades enfrentadas, Kevin não se arrepende da escolha do Brasil enquanto destino, ressaltando as metamorfoses vivenciadas devido às novas referências e possibilidades de expressão identitária apresentadas pelo processo migratório. O filho brasileiro aparece como uma ligação afetiva com o presente vivido, assim como a boa relação com os “nacionais”, embora atrela essa condição à aceitação das políticas de identidade que definem como o imigrante deve se comportar para ser aceito pelos brasileiros.

Eu não me arreendi não [de ter optado pelo Brasil], porque hoje eu sou homem, tenho muita coragem, hoje na parte positiva o meu limite porque existe Deus, eu tenho medo de Deus só, mas eu sou homem hoje, eu posso tomar qualquer decisão, fazer o que eu quero e não tenho medo não, eu não me arreendi não.

Mas para mim eu sempre recebi boas partes dos brasileiros, porque a gente também nunca mexeu, para você chegar a ter um problema com brasileiro, você tem que mexer nas coisas dele, mas se você se comportar sempre bem, o Brasil é aberto. Parabéns que eu não tive nada não, nem na brincadeira [...]. Mas então eu nunca

vivenciei preconceito tirando essa questão de trabalho, a gente vive bem, onde tem haitiano tem brasileiro, você vê só todo mundo na mesa e no copo [risadas]. Brasileiros e haitianos são muito parecidos.

Vou te dizer uma coisa, o homem que é crítico é um cidadão de todo mundo, o homem que tem conhecimentos, o homem que tem o equilíbrio de dois países já pertence ao mundo, pode viver em qualquer lugar. Para mim é da hora, por isso que eu vim para São Paulo e falava Brasil, quem conhece São Paulo conhece Nova York, e aí em qualquer lugar que eu chegar eu vou me sentir bem, porque eu já tenho uma base. Não vou dizer que o Haiti é grande, é igual ao Brasil, por isso que eu falei que não pretendia vir para o Brasil, mas a cultura, o jeito do ser humano. [...] Para mim, vou te responder, não existe cultura diferente, existe lugar diferente onde cada um tem uma prática diferente, pode misturar.

Quando questionado “quem gostaria de ser”, Kevin expressou a importância do reconhecimento e das determinações objetivas para que o personagem que já existe dentro dele possa aparecer, ou seja, para que ele concretize suas potencialidades humanas, unindo subjetividade e objetividade. O entrevistado possui um projeto de vida — estudar e ser reconhecido pelo seu trabalho posterior na área — que vem sendo impedido de se concretizar pelas determinações exteriores. Assim, sua pretensão de identidade social como “auto-affirmação e hetero-reconhecimento de um projeto emancipatório” (CIAMPA, 2003, p. 3) fica impedida pelo sistema, embora a existência de tal pretensão impeça também uma acomodação passiva de Kevin perante as circunstâncias. Esse conflito remete a um projeto de vida de “bricolagem”, conforme exposto por Cardoso (2016, p. 139), que o sujeito “vai desenvolvendo no ínterim do seu cotidiano, ao dispor dos materiais ou ferramentas necessárias para o processo de construção. Dessa forma, ele vai vivendo conforme os recursos que dispõe, podendo muitas vezes lidar com o imprevisto ou com o improviso”.

Eu não posso falar quem eu gostaria de ser, porque o que eu sou já é, só precisa crescer a pessoa que está dentro, a personagem que está dentro precisa aparecer mais, vai sair, já conta tudo, todas as coisas que eu já contei representa que a pessoa já existe, já está lá, mais para frente pode ser que esse sonho, o futuro, por isso que todo mundo precisa de um futuro para parecer, se eu não aparecer eu vou desaparecer, para não deixar essa pessoa desaparecer eu tenho que aparecer. Pode ser que meus sonhos já contei tem que correr atrás desse sonho amanhã para poder ter uma vida entendeu? Eu não posso falar quem eu gostaria de ser porque eu já sou eu.

[Meus sonhos são] Terminar o meu estudo, fazer uma faculdade boa, estudar onde que eu sei que vai valer, fazer um estudo aonde vai valer, porque eu não quero ficar no estado que eu estou, quero ser alguém, alguém que vai me apresentar, quando eu falar [Kevin], eu posso falar [Kevin] acompanhado de tudo o que ele tem na vida.

Eu tenho outro projeto agora que eu escrevi que é para ver se eu posso... como o M. N., agora tem uma nova prefeitura, um novo prefeito, é um projeto com o nome “A Língua Popular”, francês, inglês, português, espanhol e haitiano, para benefício das

pessoas gratuitamente, mas a Prefeitura vai fazer parceria com nós, esse projeto já está.... só o custo que eu ainda não terminei, mas esse projeto já está montado, eu só estou esperando para lançar esse projeto.

O “*migrante-cidadão-do-mundo-que-busca-ser-reconhecido*” não se contenta mais com uma única pressuposição identitária, como o “*menino-da-vida-tranquila*”, pelo contrário, a partir da conquista de sua autonomia pessoal passa a levar em consideração as infinitas possibilidades para obter o reconhecimento que tanto deseja. Importante ressaltar que autonomia é entendida, aqui, como a capacidade de escolher livremente o que se considera relevante, construindo novas e diferentes alternativas, e não ter o livre arbítrio para escolher entre coisas dadas (ALMEIDA, 2005, p. 76).

Assim, há uma indefinição quanto a ficar no Brasil, voltar ao Haiti, migrar para os Estados Unidos ou mesmo outro país, atrelando tal decisão à oportunidade de concretizar suas potencialidades humanas e ser reconhecido por isso. Enquanto não reúne condições objetivas para concretizar seu projeto de vida, Kevin vai desenvolvendo outros projetos como forma de obter esse reconhecimento e buscando novas formas em seu cotidiano de alcançar pequenos fragmentos emancipatórios.

Tem três coisas que eu não posso fazer: eu não posso roubar, eu não posso matar e também não posso me tornar um indivíduo que eu não era, então eu não posso me tornar um criminoso, não posso me tornar uma pessoa assim. Depois tudo o que é possível eu tenho que fazer, meus planos são abertos, porque tem uma coisa que eu digo se no norte não dá vai para o sul, se no sul não dá vai para o leste, e se no leste não dá vai para longe, porque a vida quando você sempre volta e começa do zero para crescer, pode chegar na crise e não conseguir voltar do zero e começar, vai chegar um momento que você vai de tanto voltar para o zero você vai chegar tão forte, tão animado, ter inteligência em voltar e voltar que você vai subir, não vai ter fronteira. Estados Unidos é uma opção, mas tem muitas outras oportunidades, tem muita oportunidade na vida, seja lá fora ou no Brasil, mas tem, eu não coloco o Brasil para fora não, porque hoje como a gente está falando a oportunidade pode abrir a porta amanhã para cá, mas tudo está na mão do mestre.

Essa oportunidade pode ser em qualquer lugar, eu estou correndo atrás. Essa oportunidade seria fazer o estudo e depois desse estudo eu posso continuar andando no meu sonho, e ser reconhecido por isso, porque vai, você sabe como dizer para fazer diferença, tem lugar que você tem mais oportunidade, oferece melhor uma vida qualificada, uma qualidade de vida adequada, também as coisas que são sociais.

Para eu voltar [ao Haiti] tem que ter essa estabilização, porque se eu volto no meu país eu vou ter um cargo melhor para trabalhar, eu vou ter muita coisa também, quem eu sou hoje o meu país vai me considerar uma pessoa melhor, vai me dar o meu valor, aqui não.

Em vista do exposto, explicita-se que as metamorfoses identitárias vivenciadas por Kevin a partir do processo migratório possibilitaram a expressão de um outro *outro*, que

deixou de repor determinados personagens desempenhados até então (“menino-da-vida-tranquila” e “menino-vítima-do-medo”), mas que passou a desempenhar outros personagens também impostos coercitivamente, como o “menino-migrante-trabalhador-enganado” e o “menino-migrante-quase-escravo”.

A superação — ainda parcial — desta contradição, realizada por Kevin a partir da elaboração do que fizeram/fazem dele, possibilitou o desenvolvimento de novas possibilidades identitárias, construídas com mais autonomia e consciência política. A expressão do “migrante-pai-questionador” e do “migrante-cidadão-do-mundo-que-busca-ser-reconhecido” demonstram que o processo migratório possibilitou a Kevin desenvolver fragmentos emancipatórios, alterando sua rotina cotidiana a partir de um autoentendimento e de um ganho de autonomia pessoal, que tornaram possível a determinação por si próprio de seu projeto de vida.

7.3 História de vida de Nivard

Nivard inicia sua narrativa apresentando os principais papéis sociais desempenhados, que eram reconhecidos pelo entorno social e que lhe davam certo prestígio, mas que tiveram suas atividades interrompidas pelo terremoto.

Eu sou o [Nivard B.], como os brasileiros falam B., eu sou haitiano, no Haiti eu era professor, eu tinha minha própria empresa que era uma escola, eu era pastor também, aconteceu um terremoto lá no Haiti eu perdi quase todas as coisas que eu tinha.

Descreve a relevância da socialização primária na constituição de sua identidade pressuposta, a sua identificação com ela por meio da representação do personagem “menino-estudante-religioso” e a rigidez com que ela foi imposta nas inúmeras vezes em que buscava “driblar” a reposição para desempenhar outros personagens.

Quando eu era criança foi difícil, porque eu sempre gostei de brincar, mas o futebol era o meu motivo e de todos os meninos, e sempre eu saí para jogar futebol, mas lá no Haiti os parentes batem muito, sempre eu recebi muitas, muitas [mostra com as mãos exemplificando palmadas ou tapas], me bateram muito, mas sempre sai depois. Mas eu gostava também da escola, sempre estudei, sempre estava muito à frente das turmas que eu passei, só que eu respeitava muito meus parentes, eu fiz o que eles me mandaram, só que às vezes eu sempre me escondia para sair e jogar futebol, porque eu gostava muito. Eu passei uma... minha criança foi tranquila, foi em paz, cresci na igreja, foi bom. Minha família também não tinha oportunidade para me ajudar, eu nunca faltai um ano de escola, porque a escola lá no Haiti é paga, tem escolas públicas, mas são muito poucas, e também como eu vi que os alunos que passam

pelas escolas privadas são sempre bem formados, eu sempre pedi para Deus que nunca eu passasse pelas escolas públicas, aconteceu assim, eu terminei meu ensino médio nas escolas privadas e até minhas faculdades que eu fiz lá são as privadas. Eu sempre fui bem, não passei fome, porque eu tinha um tio que era pastor, ele ajudava muito a família também, mesmo a gente tendo como viver ele sempre mandava comida todo mês, em quantidade maior às vezes a gente vendia, sempre tinha, eu agradeço a Deus muito por isso.

Desde que eu nasci, eu nasci na igreja, na Igreja Cristã Pentecostal, eu nasci com a minha família, especialmente minha mãe e meus avós, desde 3 anos eu comecei na escola, eu terminei o ensino médio em 2001, eu comecei a fazer, eu entrei na faculdade, com 2 anos de Educação, eu estava estudando Educação em 2003, eu queria estudar também Teologia. Como eu já tinha começado a trabalhar também, meus parentes estavam me ajudando e [...] perguntaram para mim se eu me sentia bem e tinha capacidade para estudar outra porque Teologia também tem muitos estudos, eu falei “mas eu quero, não sei se vou ter habilidade, mas eu quero”, falaram “sem problema”, me mandaram fazer inscrição no Ibe - Instituto Bíblico para Extensão Teológica, eu comecei a estudar, eu fiz 5 anos de Educação e 4 anos de Teologia. Em 2007 eu terminei as duas, quando eu terminei eu comecei o Mestrado em Teologia, em Cristologia, fiz um ano. No tempo do terremoto parei.

Meu pai deixou o Haiti desde quando eu tinha 3 anos, eu estava com minha mãe, com meus avós, minhas tias, tios e meus irmãos. Ele foi para os Estados Unidos, eu não tenho contato com ele desde que ele foi.

A naturalização dos aspectos culturais, como a rigidez e a inflexibilidade dos pais na criação dos filhos e a extensão desse domínio para a família ampliada — sobretudo diante da ausência do pai —, de algum modo é contrabalanceada pela importância do suporte dessa rede familiar para que ele tivesse acesso a boas oportunidades, fundamentais para o seu desenvolvimento. É nítido que o mundo da família — religião e educação — era visto por Nivard como o único mundo possível e concebível, de modo que sua pretensão identitária passou a ser construída a partir dele.

Eu não gostava de Educação, mas desde pequeno eu gostava de Teologia, mas eu sempre quis também estudar Engenharia Civil, mas foi no meu último ano, quando eu [...] estava me preparando para entrar na faculdade, tinha um pastor que era meu amigo, o nome dele é [Joaquim], ele falou “[Nivard]”, eu notei que você é muito inteligente, você tem muitas capacidades, você já está ajudando na igreja, porque você não estuda Teologia?”, eu falei “eu vou estudar, eu tenho isso na minha mente, mas agora não é o que eu preciso não, porque Teologia não dá dinheiro”. Mas aqui [no Brasil] é diferente, porque os pastores são mais ricos que todo mundo, é um negócio aqui. E lá no Haiti eu falei “eu tenho que estudar outra coisa para ganhar dinheiro para fazer também”, ele falou “então, se você tem na sua mente para estudar Teologia, tem outra ciência que caminha junto, que é a Educação”, eu falei “já ouvi falar, mas eu gostaria de estudar Engenharia Civil”. Mas também eu não gostava de matemática [...]. Mas quando eu saí para me cadastrar na faculdade, quando eu cheguei na porta eu falei “vou me inscrever para Educação”, eu fiz a Ciência da Educação, são 128 matérias, eu estudei, passei com louvor em quase todas, Pedagogia e Administração também. E no segundo ano eu entrei na Teologia, foi muito pesado estudar os dois juntos, quase fiquei sem dormir às vezes, foi muito pesado.

Na minha família não tinha muitas pessoas que estudaram isso aí [Teologia], mas todos eram da igreja, só que eu gosto mesmo de social, de mexer com pessoas também, eu gosto de falar, eu gosto de comunicar, eu gosto de resolver problemas, então para mim Deus é um desafio até hoje, eu quero conhecer mais, eu quero conhecer Ele, por mais que eu estudo parece que Deus está mais Grande ainda, sempre tem uma coisa para aprender.

A identificação com a Teologia, “que não dá dinheiro”, e a dificuldade com a área matemática levaram Nivard a abrir mão de seu desejo de cursar Engenharia Civil para se dedicar à Educação, uma indicação heterônoma que foi de encontro às suas predileções e tornou possível a sua realização pessoal. O reconhecimento de sua pretensão identitária enquanto alguém extremamente dedicado aos estudos e ao trabalho, que se diferencia dos demais justamente por seu interesse e capacidade de aprendizagem, possibilitou a representação de um personagem mais autônomo, o “*profissional-bem-sucedido*”.

Meu primeiro emprego foi um dos meus professores que deu para mim, foi uma indústria que faz manteiga, bolo, óleo, coisas assim, uma das Indústrias mais ricas do Haiti. Ele era professor e também era diretor da empresa, quando eu entrei a primeira coisa que ele falou “esse é meu filho, ele é estudante, ele tem muito futuro, não quero que ele faça nada de ruim, tratem ele bem”. Mas como nesse dia ele estava trabalhando em outro trabalho fora da capital pela empresa, ele falou “eu volto em 5 dias, quando eu voltar eu passarei um serviço especial para ele”. Mas esse dia eu estava lá, eu era muito entendido também, eu já mexi em quase tudo para saber, quando ele voltou ele perguntou “o que você já sabe?”, eu falei “já sei fazer tudo”, ele falou “você pode fazer isso”, eu falei “sim” e fiz, “você pode fazer isso”, eu fiz, então ele me colocou como supervisor. Depois que eu saí eu fui trabalhar em uma fábrica de roupas, onde cortava as peças, foi uma empresa grande também, eu comecei e por meu entusiasmo também depois de três meses eu passei para Chefe de Estoque [...]. Eu fiquei quase 3 anos, quando eu estava para terminar minhas faculdades eu não tinha tempo para trabalhar e era mais importante para mim então eu dei para me dedicar, porque no último ano da Educação e na Teologia também, a Teologia custa muito, tem que sair muitas vezes para outras regiões para fazer pesquisa, na Educação também.

Esse reconhecimento, obtido nas socializações secundárias, associado à conquista da liberdade financeira, possibilitou a Nivard romper com a rigidez da família e as imposições identitárias a que estava sujeito. Vale ressaltar que esse comportamento era sentido por todos os irmãos, que viram na saída de Nivard uma oportunidade para também romper com essa influência. Assim, o “*profissional-bem-sucedido*” torna-se, também, o arrimo da família e um exemplo a ser seguido.

Nesse período eu saí da casa dos meus parentes, eu precisava de mais liberdade, porque são pessoas cristãs que controlam muito a gente, todas as coisas, como você dorme, se você levanta na hora, eu pessoalmente quando eu comecei a estudar às vezes eu dormia quase 2:00 da manhã, a luz tinha que ficar acesa, por isso que eu

saí. Eu saí 2 anos depois que eu entrei na faculdade, quando eu saí tem 2 irmãos que saíram junto comigo também, o mais velho e o que vem depois de mim, saíram para morar comigo.

Quando a minha mãe morreu eu já tinha 21 anos, já trabalhava, já estava responsável de mim mesmo. Tenho 4 irmãos, um é mais velho que eu e os outros três são menores, o maior está no Canadá agora, os outros 3 estão no Haiti, o que nasceu depois de mim é professor, mas todos já terminaram as escolas, as faculdades. Nós nos falamos quase todos os dias, às vezes estou falando com os 3 na mesma hora, Canadá, Haiti e eu aqui no Brasil.

Finalizado o estudo universitário, Nivard passou a se dedicar à Educação, primeiro como professor de História e Línguas, depois como diretor pedagógico de duas escolas pertencentes a familiares, até abrir a própria escola de idiomas. A conquista da satisfação pessoal e o retorno financeiro possibilitaram, ainda, a dedicação simultânea a outros empreendimentos, que lhe garantiam reconhecimento e a possibilidade de ajudar ao próximo. Logo, o “*profissional-próspero-realizado*” estabelecia com o trabalho uma relação que ultrapassava as questões puramente instrumentais, baseada no consenso e na solidariedade. Ausente a cisão entre valores individuais e valores de mercado, fazia questão de manter os elementos pertencentes ao “mundo da vida” descrito por Habermas, onde impera a razão comunicativa, os sentimentos e as relações sociais.

Depois das faculdades foram os trabalhos de professor, mas eu já era professor antes, eu dava aulas particulares para crianças, para alunos que não tinham nível, reforço particular nas casas delas, quando eu terminei meu ensino médio já estava dando reforço para as crianças e quando eu comecei a faculdade eu continuei, depois eu larguei.

Já em abril de 2008 eu abri uma escola de línguas chamada M., eu já começava também a trabalhar como professor e diretor de pedagogia nas escolas, porque no Haiti cada escola tem que ter um diretor pedagógico e tinha uma dessas escolas que era de uma tia minha e outra de um primo. Eu tinha cursos de inglês nas 2, e foi assim, depois eu comecei a ganhar dinheiro, eu comprei motos para fazer táxi para amigos, para trabalhar, entendeu? Porque cada moto que eu comprei, eu sempre passei para uma pessoa com papel, depois de 1 ano a moto pertence a própria pessoa, porque eu já ganhei meu dinheiro que eu gastei para comprar a moto. Foi assim que eu fiz com o suco também, depois de um ano todos os materiais eram da pessoa para ajudar a pessoa. Mas eu ganhei mais no suco, porque eu ganhei em quase 1 ano quase U\$ 21000 no suco, porque tinha 5 trabalhando na rua, e 5 motos também, mas por parte das motos eu perdi muito também, me roubaram muito na rua, mas o suco não.

Além da doação dos equipamentos, a prática do altruísmo — muito ligada à sua formação em teologia e atuação como pastor — também aparecia em sua iniciativa de coordenar uma organização para as crianças e jovens no Haiti, totalmente voluntária e sem apoio governamental. O “*profissional-próspero-realizado*” vai ganhando ares de militância.

Era a “Fundação de Vida” para as crianças mesmo, eu já tinha mais de 120 crianças, todo sábado eu sempre estava com eles para despertar os talentos que eles tinham em todos os sentidos, a gente sempre se reunia com eles no pátio da escola, em salas grandes, fazia reuniões falando de tudo, às vezes eu cortava os cabelos deles, banhei eles, tudo, sempre ajudando. Mas com os jovens foi mais fazendo saídas para visitar outros sítios, coisas históricas do país, ajudando eles também a conhecer mais coisas, porque na escola como eu recebi quase 20% dos professores, os outros fui eu que fiz, eu sempre estava pesquisando, escrevendo, eu sempre achei que eu precisava ajudar mais para criar um ambiente melhor para conviver mesmo com povo. Não tinha apoio do governo ou outras instituições, só pessoas do povo que se uniram para ajudar.

Foi, então, que todas as atividades que Nivard vinha realizando com sucesso foram interrompidas drasticamente pela ocorrência do terremoto, que destruiu grande parte da estrutura do país. Neste trecho, fica clara a voracidade do fenômeno, o desespero e o medo que tomaram conta de todos, assim como a precariedade do socorro (conforme discutido no capítulo teórico a respeito da história do Haiti no que tange à ordem da ONU para as equipes de busca privilegiarem os estrangeiros, a recusa de atendimento no hospital da Minustah e a ausência de materiais adequados por parte dos haitianos para socorrer seus compatriotas).

Mas no terremoto, quando chegou no terremoto, eu estava na rua, porque tivemos uma vida louca, ninguém toca nada, muitos ladrões, eu vi minhas motos na rua sozinhas, eu vi os sucos [...]. Eu vi tudo, as pessoas correram, deixando todas as coisas, saíram com nada, eu não podia levar nada porque a preocupação eram as pessoas, porque tinha muito choro também, pessoas debaixo dos escombros, pessoas chorando, com muitas feridas, precisando de ajuda para ir ao hospital, foi assim, entendeu? Nessa época, coisas materiais não tinham nada de valor, carros, pessoas deixaram carros na rua e saíram correndo, porque estava uma bagunça mesmo, e tinha outras pessoas que até esqueceram o caminho da casa, entendeu? Como eu ouvi na rua que era o fim do mundo, porque foi terrível, tem pessoas que até disseram “Deus você falou que voltava, você voltou e eu não estou salvo”, entendeu? Foi terrível mesmo, até que a gente entendeu que foi de verdade um terremoto, quem estuda sabia que era um terremoto, eu mesmo quando começou o terremoto, na hora que começou, eu já sabia que era um terremoto, mas graças a Deus eu estava em uma escola, eu saí da escola e fiquei no pátio, no portão, mas graças a Deus caiu uma parte da escola, mas ninguém se feriu. Minha família ficou toda viva, [...] quase 2 dias não tinha médico, porque todo mundo estava preocupado com a sua família, os médicos tinham os seus próprios problemas. Pessoas chorando, pessoas debaixo dos escombros, pessoas mortas, tem pessoas que passaram quase 5 dias debaixo dos escombros chorando, buscando salvação, foi terrível.

A vivência do terremoto, além de extremamente traumática, exigia de Nivard uma reação criativa, uma vez que os personagens desempenhados até então não mais correspondiam às novas determinações. Influenciado pela rede e pela tradição migrante característica do país, optou pela imigração como opção identitária, inicialmente como algo

passageiro, mas que vem se mostrando permanente com o passar dos anos, o que demonstra a contradição sempre presente na condição migrante entre temporário e permanente.

Fui convidado por um amigo para sair do país para refrescar minha mente, porque estava um pouco quente. E o terremoto repetiu muitas vezes, então ele falou “vamos para a República Dominicana para passar uns dois meses para esquecer algumas coisas” eu falei “então vamos”, então fui comprar um visto e fui para a República Dominicana. Quando cheguei na República Dominicana como eu já falava inglês, eu era professor de inglês e francês, eu já falava espanhol também mais o crioulo, estava já com 4 línguas como é costume no Haiti quem terminou ensino médio termina com 4 línguas. Quando eu cheguei tinha um outro rapaz, eu cheguei na noite do dia 11 de março, no dia seguinte dia 12 o rapaz falou “você fala inglês?”, eu falei “sim eu falo inglês”, então ele falou “você está pronto para trabalhar”, eu falei “vamos, vamos ver”, quando eu cheguei ele me apresentou, fez uma entrevista, passei e comecei a trabalhar. [...] Quando eu cheguei na República Dominicana eu vi que dava para viver, no primeiro dia eu ganhei U\$ 81 e 12 euros e no dia seguinte eu ganhei mais e aí quanto mais eu frequentei o turismo mais eu ganhava e aprendi também. Como percebi que os turistas que chegaram lá foram os russos, então eu falei “tem como ganhar mais com os russos porque eles chegavam com muito dinheiro”, eu aprendi a falar russo, eu aprendi rápido e mais todos os vendedores quando eles pegavam os russos eles sempre me chamavam, então ganhei mais ainda, teve dia que eu ganhei até U\$ 1000 por dia, porque eu ganhava por comissão. Mas o pior é que tem um racismo muito forte lá na República Dominicana e a imigração também quando a polícia chega tem muito traficante e por ser haitianos às vezes mesmo tendo visto, é como um comércio, ganhava dinheiro, mas não tinha paz psicologicamente.

Não [penso em voltar para a República Dominicana], o Haiti e a República Dominicana têm um problema de história, e além de um problema de história tem um racismo lá muito forte e não tem uma lei contra isso na República Dominicana como tem aqui. Aqui tem racismo, mas o povo tem medo de fazer racismo, que a pessoa que sofre racismo entregue na polícia ou na delegacia, mas lá é direto, não tem lei, o povo é muito bravo, eles matam mesmo os haitianos lá, de dia e de noite, eles não param.

O “*profissional-próspero-realizado*” rapidamente se adapta às condições atuais e reage às oportunidades com criatividade, mas, diferentemente do que ocorria em seu país, Nivard não tem sua pretensão identitária reconhecida pelo novo entorno, ou melhor, obtém o reconhecimento de modo perverso, que o julga apenas pela igualdade a partir da identidade pressuposta e estereotipada e não por sua diferença e individualidade. Nesta relação, seu potencial emancipatório fica neutralizado e sua identidade reduzida ao personagem “*migrante-abonado-estigmatizado*”. Deste modo, apesar do excelente retorno financeiro obtido com o trabalho, os desrespeitos vivenciados por conta de sua nacionalidade e raça — associados à privação de direitos e a degradação moral — levam Nivard a deixar a República Dominicana em busca de outro destino, no qual pudesse desenvolver relações de reconhecimento mútuo.

Mais uma vez a influência da rede, associada à imagem internacional como um país acolhedor, a suposta abertura aos haitianos e a familiaridade com o futebol brasileiro fizeram com que Nivard acreditasse que o Brasil seria esse país onde imigrantes e nacionais têm as mesmas oportunidades.

Depois de quase 3 anos eu deixei a República Dominicana, mas sempre voltava lá no Haiti para ver como estava e no dia 5 de agosto de 2013 eu cheguei aqui no Brasil, mas eu passei dois meses lá no Equador para tirar o visto do Brasil.

Depois eu tinha dois amigos como eu falei, eram os meus melhores amigos, o [Daniel] e o [Leandro], e eles saíram da República Dominicana, depois de 15 dias da saída do [Leandro], o [Leandro] saiu primeiro e depois o [Daniel], eu passei quase uma hora falando em frente da casa com o [Daniel], aí quando a gente pensa que a gente ia trabalhar, a gente mudou porque a gente era muito amigos, falei “se os dois saíram o que eu estou fazendo aqui?”. E às vezes em só uma semana eu fui em uma agência, comprei uma passagem e saí. Eu tinha minha tia também no Equador, só liguei para ela e falei que tal dia iria chegar no Equador, porque para mim era fácil, só com o passaporte a gente pode entrar no Equador. E não precisava voltar lá no Haiti para passar um tempo para tirar o visto, porque lá é muito difícil, tem fila muito grande, no Equador era mais fácil e na República Dominicana também, tem uma Embaixada lá, porque como a briga entre os haitianos e os dominicanos é muito forte, os dominicanos mesmos pediram para fechar a embaixada porque os haitianos estão entrando muito para tirar o visto. Quando eu cheguei lá no Equador, só fui lá na Embaixada, eles pediram os documentos, eu fui tirar as cópias e xerox tudo, fiz foto e depositei, quase 15 dias eu consegui um visto lá. E lá foi tranquilo, no Equador também no passaporte eles colocaram 3 meses, a gente podia ficar até 3 meses só com carimbo, só você mostrar o passaporte que está em paz.

E quando eu estava lá [na República Dominicana] eu já tinha percebido a saída dos haitianos para o Brasil, eu achava que seria melhor, com mais paz, como já tem essa ligação do futebol, que seria melhor viver aqui, com mais paz, com mais tranquilidade, mas infelizmente do mesmo jeito que a gente vê o racismo na República Dominicana aqui também tem, tem muito, muito, muito racista, mas é mais organizado.

A relevância da rede aparece também na facilidade de conseguir o visto no Equador, seja associada a este conhecimento, seja na recepção e permanência no país enquanto esperava a finalização do processo. De posse do visto brasileiro e com base em sua vivência migratória anterior, Nivard opta por São Paulo como cidade de destino, acreditando que aqui as oportunidades de acolhimento e inserção seriam maiores. Diante dessa escolha, abre mão da rede de familiares e amigos que possuía em outros lugares, para estabelecer novas ligações, agora com a rede institucionalizada de apoio aos imigrantes.

Eu escolhi São Paulo, como eu era professor de história também, eu já sabia que aqui na América Latina, São Paulo é uma cidade maior, é a cidade que tem mais trabalho também, é difícil para um imigrante não escolher São Paulo, porque quando uma pessoa sai do país em busca de uma vida melhor é sempre onde tem mais vida, tem mais oportunidade, a gente vai. A mesma coisa quando eu cheguei na República

Dominicana, tem duas cidades Punta Cana e Bayahibe que tem mais turistas, que tem mais movimento, eu perguntei dessas duas cidades qual era melhor, me falaram que era Punta Cana, na mesma noite eu peguei o ônibus para Punta Cana, entendeu? Eu cresci na capital no Haiti, em Porto Príncipe, sempre eu acostumei com movimentações, eu não gosto de ficar longe da cidade, porque na cidade tem mais. Eu gosto muito onde tem movimentações, onde tem pessoas, eu gosto muito, porque é mais fácil também ganhar a vida.

Quando eu cheguei aqui era outra vida, outra língua [silêncio], o frio me recebeu de braços abertos [risos] que eu não acostumei, foi para mim terrível que eu até pensei em voltar [...]. Eu peguei um táxi cheguei aqui em São Paulo, o taxista me deixou na Liberdade. [...] Então conversei com um africano na Liberdade, ele falou que era muito fácil achar os haitianos porque estão lá no Glicério, na Missão Paz, ele falava francês muito bem então ele me explicou como fazer, eu cheguei direto na Missão Paz sem perguntar para mais ninguém. [...] Eu passei quase 4 meses na Casa do Migrante, nesses 4 meses estudei o português, eu estava já antes de sair há 2 meses eu estava traduzindo para os haitianos o português tudo, eu aprendi sozinho, comprei livros para estudar, foi fácil para mim, eu estudei, mas depois que eu vi que eu conseguia falar eu quase desisti de estudar português, porque eu vi que eu conseguia falar, estava buscando eu só precisava o básico para falar e como eu precisava também sair da Casa do Migrante, eu estava na busca do trabalho. Eu pensei que como professor seria fácil, porque foi a propaganda lá no Haiti e na República Dominicana também, eu pensei que eu poderia trabalhar como professor, mas eu fiz um currículo, eu busquei muitos institutos de línguas para ver se poderia entrar como professor de inglês, mas cada entrevista, até tem a [Camila] que é a responsável da educação lá na Missão Paz, ela saiu muitas vezes comigo, me apresentou, fazia entrevistas, conversação com alunos e com professores, tudo, entendeu? Legal, falavam que “precisamos de você, vamos te ligar” e até hoje, “vamos te ligar”, até hoje.

Ao chegar ao Brasil, as expectativas de Nivard são novamente frustradas, assim como suas pretensões identitárias, gerando uma deformação de seus projetos. A necessidade de sobrevivência, diante da obrigatoriedade de sair da Casa do Migrante ao se aproximar do período máximo permitido de permanência, obriga o “migrante-professor-frustrado” a aceitar um trabalho muito aquém de suas qualificações como forma de manter a condição migrante.

Neste trecho, fica clara mais uma vez a imposição das políticas identitárias dominantes, que ditam que a existência do imigrante só passa a ter legitimidade quando este assume o lugar de alguém que tem uma função. Mais do que isso, essa função é controlada pela ordem sistêmica e não pelas aptidões dos sujeitos, de modo que o mercado de trabalho oferecido aos imigrantes — sobretudo os advindos de países pobres e estigmatizados —, é aquele considerado secundário e muitas vezes rejeitado pelos trabalhadores nacionais, regido por baixos salários, desqualificação, alta rotatividade, pouco crescimento profissional e estatuto jurídico precário. Demonstram, ainda, que as políticas identitárias do intragrupo podem ser tão regulatórias e opressoras quanto aquelas que pretendiam combater,

reproduzindo a homogeneização dominante que prega a ideia de que a única possibilidade para os imigrantes haitianos se inserirem no Brasil é trabalhando na construção civil.

E assim em 14 de janeiro eu mesmo vi que a situação dos haitianos chegando todos os dias, muitos deles dormindo na rua, não só os imigrantes haitianos, africanos, todos. Então eu tenho dois amigos que eu sempre traduzi para eles, têm um deles que é o [Jacob] que está nos Estados Unidos agora, falou “[Nivard], tem um rapaz que eu encontrei na Praça da Sé que falou para mim que podemos ir em Guarulhos que lá tem trabalho” e falou “pode ir para traduzir para mim?”, eu falei “sem problema”, eu fui com ele, mas quando eu cheguei tinha muitos haitianos buscando trabalho lá [silêncio]. [...] Esse dia ele pegou 11 haitianos, ele pensava que eu estava nos 11, ele falou “e você qual o seu nome?”, eu falei “[Nivard B.]”, ele falou “pode escrever?” aí eu escrevi, aí ele falou “o seu nome não está na lista”, aí eu falei “não”, aí ele falou “você não quer trabalhar não?”, eu falei “eu quero, mas não é minha área”, era para construção civil, para a construção do aeroporto, eu falei “sim eu quero, mas não é minha área”, o [Jacob] que estava comigo falou “fica”, o outro amigo que estava aqui antes falou “[Nivard] aqui é só construção civil para nós imigrantes, você não vai achar nada”, eu falei “vou achar sim”, [Jacob] falou “[Nivard], pega o trabalho, você vai crescer aqui na construção”, eles começaram a falar 20 minutos comigo, e o rapaz também, o [José] falou “vem trabalhar com nós, vem para ajudar”, mas eu falei “o que eu vou fazer? Eu sou professor”, entendeu? [Longo silêncio]. Foi difícil, ele me virou, o [Jacob] falou “[Nivard], passa o seu nome para ele”, aí eu falei “está bem”, passei meu nome e estava feliz quando eu falei que eu queria [silêncio].

E mesmo com estudos e trabalha em uma área que não gosta psicologicamente é ruim [silêncio]. Quando eu comecei na construção civil foi terrível, foi tão duro para mim, todo dia no sol, de 7 horas até 5 horas, e às vezes por ser imigrante os supervisores... os brasileiros não queriam ficar para fazer hora extra, os estrangeiros têm que ficar, têm que ficar [ênfase no TEM e longo silêncio]. Para mim foi meio indigno mesmo, 2 faculdades, trabalhando assim, [silêncio], é difícil.

Eu já mandei meu currículo para a A. [escola de idiomas voltada para refugiados e imigrantes] e tem uma menina que, quando eu fui na PUC convidado por 2 vezes por um professor que é colombiano, tinha uma menina lá dentro que trabalha com o A. C. [escola de idiomas voltada para refugiados e imigrantes], ela mesma me encaminhou, eu passei todos os meus contatos para ela, ela mandou um e-mail para mim, eu mandei um CV, eu mandei direto, nunca me ligou, eu não sei porquê. Eu até falei...porque eu fiz o Toffel, eu até falei “vou tirar o Toffel lá do currículo” porque parece que essa palavra dá medo para a pessoa por causa do salário, falei “vou tirar o Toffel para colocar o inglês simples”, mas mesmo assim. Eles me conhecem porque tem muitas coisas lá, porque as pessoas e as entidades quando precisam para compor mesa, para fazer entrevista, eles me chamam, mas quando tem uma vaga para trabalho eles esquecem de mim, não sei porque, não sei se é meu destino, se é natural, só Deus para saber. [...] Não tem sentido, seria fácil de pensar que é o dinheiro, mas não é o dinheiro, a amizade e o acolhimento eu acho que isso vale mais. Eu já sei que eu não estou no meu país, é difícil me aceitar como eu fui lá no Haiti e não adianta os estrangeiros sempre vão ter uma barreira, mas não sei porquê.

Mesmo após a anuência ao emprego na construção civil, Nivard tentou de todas as maneiras encontrar uma vaga compatível com a sua formação, que permitisse a concretização de suas potencialidades e lhe trouxesse satisfação pessoal, o que, para ele, sempre se mostrou

acima do retorno financeiro. Diante de tantas negativas “sem explicação”, o “*migrante-professor-frustrado*” acabou se rendendo à imposição das políticas identitárias, mas a manipulação de sua identidade pessoal visando à adaptação à nova sociedade gerou extremo sofrimento, afinal, como declara Goffman (2008, p. 134), “na verdade, ele terá aceito um eu para si mesmo; mas esse eu é, como deve necessariamente ser, um habitante estranho, uma voz do grupo que fala por e através dele”. A determinação de padrões heterônomo, construídos a partir de identidades pressupostas cristalizadas, demonstra a força que os elementos regulatórios assumem diante das assimetrias de poder das relações sociais.

Eu passei 2 anos e 5 meses nesse trabalho, eu passei uns tempos como ajudante, virei apontador, estoquista e voltei como apontador de novo e saí como apontador, mas infelizmente quando me mandou embora em maio com 2 meses atrasado, não depositaram nenhum mês de FGTS e até hoje não recebi nada. E era registrado desde o primeiro dia, desde 14 de janeiro, minha carteira de trabalho era assinada.

Só que o caso não está na Justiça ainda, já falei com a advogada da Associação, só que eu fui também como testemunhas de outros rapazes lá na Justiça do Trabalho, eu já conversei com eles, porque eles fazem reuniões com o diretor do trabalho mesmo, ele fala “vamos te ligar” e nada, entendeu? Eu até penso que parece que é o Brasil que é assim mesmo, eu principalmente não entendi nada e não estou entendendo até agora. Tem muitas situações, o problema que eu tenho é que as leis do trabalho são as mesmas, não tem dentro da lei que fala que essa lei é para os imigrantes e essa lei é para os brasileiros, é uma lei para todos. [...] Mas infelizmente na prática especialmente, não é no Ministério do Trabalho, não é no Ministério da Justiça, mas os empresários, as pessoas que estão atendendo, as pessoas que estão à frente das coisas, os recursos humanos, fazem as coisas diferentes. Isso é preconceito mesmo, porque eles já mandaram embora quase todos os brasileiros, todos os haitianos também, mas eu acho que é quase só os haitianos que tem esses problemas. [...] Os últimos haitianos que mandaram embora fui eu, [Eliseu] e o [Adam], esses três tiveram esses problemas. O [Eliseu] já passou no Ministério da Justiça, eu fui testemunha dele, o [Eliseu] ganhou, mas o problema é que eles respondem que não podem pagar, eles estão pagando R\$500 ou R\$ 300 por mês, a empresa alega que não tem dinheiro, só que todo dia 10 de cada mês eles estão depositando R\$ 500 ou o que eles têm. Eu vou entrar na justiça, só que por mim, da minha parte, eu sou muito devagar também, eu não gosto disso, eu não quero, mas até hoje eu não recebi ligação de ninguém, depois de dar baixa na carteira tem 10 dias para receber minha rescisão e não recebi até hoje.

Pessoalmente a nossa relação [com os brasileiros] é legal, eu sofri preconceito aqui também, até racismo, por uma parte por ser negro, por outra parte por ser imigrante, entendeu? Mas para mim quando uma pessoa faz isso é uma falta que ele tem dentro dele, é uma falta de humanidade que ele tem, eu até te digo que é um vazio que essa pessoa precisa preencher, porque fora dessa pele dentro é quase a mesma coisa, mesmo sangue, a carne é a mesma, só a pele que é diferente, entendeu?

Foi assim que o “*migrante-professor-frustrado*” vivenciou não apenas a distorção de sua pretensão identitária e a imposição das políticas de identidade dominantes, como também experienciou os três tipos de desrespeito explicitados por Honneth (2003), quais

sejam a violação, a privação de direitos e a degradação, uma vez que ele sofreu maus tratos, não foi considerado um sujeito de direitos como os demais e sofreu injúrias por suas diferenças raciais e culturais. Nesse sentido, os reconhecimentos obtidos anteriormente — que lhe proporcionaram o desenvolvimento de sua autoconfiança, autorrespeito e autoestima — foram fundamentais para que Nivard reagisse em busca da expansão das relações de reconhecimento mútuo e de uma mudança normativa da sociedade, no que tange à garantia e à ampliação dos direitos aos imigrantes haitianos.

A militância, ainda incipiente em seu país de origem, adquire novos contornos e incentivos. O “*migrante-militante*” opta pelo enfrentamento coletivo e crítico como forma de lidar com as novas determinações e limitações objetivas que estavam impedindo a concretização de suas potencialidades. Assim, com o apoio de um grupo de haitianos e instituições ligadas à causa migratória, Nivard cria uma associação, que tem por objetivo lutar pelos direitos dos imigrantes, melhorar as condições de inserção social no Brasil e preservar a cultura haitiana.

Quando eu comecei a viver aqui, saindo do trabalho, sábado e domingo na frente da Missão Paz que eu vi como estava vindo os meus companheiros, os imigrantes haitianos e africanos, como era dura a situação. Como eu já tinha conversado com muitos deles haitianos, eu busquei alguns rapazes que tinham qualificação para formar, não pensava em formar uma associação, era para formar um comitê para poder enfrentar algumas coisas. Mas quando começou, dia 11 de setembro de 2014, depois de muitas conversas, por exemplo, nós fizemos uma primeira reunião entendeu? E no dia 15 a gente reuniu quase 180 haitianos na Missão Paz para ouvir o que eles precisavam, quais são os problemas enfrentados aqui, tinha muitas demandas. Depois a gente viu então que seria melhor uma organização ou uma associação, foi assim que conseguimos uma associação, mas quando a gente fez a primeira assembleia geral dia 1º de fevereiro de 2015, falaram “você que começou, você que sabe como enfrentar as coisas” e foi então que fiquei como coordenador da associação. E desde então é uma luta, que é muito difícil até hoje enfrentar para conseguir algumas coisas, mas graças a Deus o que deu mais problema para os imigrantes foram os documentos, no princípio com o protocolo foi difícil achar trabalho, foi difícil alugar casa, porque não tinham o RNE - Registro Nacional de Estrangeiros. [...] E em novembro de 2015 saíram 43.781 RNE para os haitianos. Foi um sucesso. [...] E desde então que estamos lutando aqui no Brasil, tenho 39 anos agora, me casei aqui no Brasil, minha filha nasceu aqui, casei com uma haitiana que já tinha enamorado lá, eu cheguei primeiro e ela depois, minha filha tem 10 meses, é a minha princesa, ela é brasileira, é uma razão a mais para lutar.

Nivard optou pela integração como processo de aculturação, mas vem lutando para obter a reciprocidade e a acomodação mútua primordiais. A existência de uma filha brasileira aprofunda sua ligação presente e afetiva com o Brasil, do mesmo modo que sua experiência prévia extremamente traumática como imigrante na República Dominicana acaba por gerar uma naturalização do racismo aqui existente. Nesse processo, define o brasileiro

como um povo acolhedor, no qual o racismo e o preconceito estão presentes “apenas” na falta de oportunidades e não em agressões físicas mortais como ele presenciava antes.

O que é importante, eu acho que o Brasil é um país bom, um país acolhedor, estou falando por parte do povo, especialmente no bairro que nós estamos aqui, no Glicério, porque eu acho que é um bairro que tem mais com a chegada dos imigrantes haitianos, e o povo que está aqui nunca houve nada mal deles. O primeiro ato ruim que passou aqui foi quando 5 haitianos foram atingidos na Missão Paz, mas não são pessoas do Glicério, são pessoas que passaram com um carro cinza, que xingaram os haitianos “vocês vêm aqui para roubar os empregos dos brasileiros, voltem para o seu país” e falaram algumas coisas para eles e atiraram. Mas do mesmo jeito foram boas pessoas, porque foi bala de chumbinho [risos], não foi para matar as pessoas, entendeu? Eu passei muito tempo para refletir sobre isso, o cara passou, ninguém viu quem é, podia ter matado muitas pessoas, poderia usar também outras armas como M16 para metralhar e atingir muitas pessoas, mas foi só para fazer refletir [risos].

Eu percebo também como estrangeiro especialmente aqui no Brasil, como em todos os países, não é fácil viver o estrangeiro, especialmente o negro, como que tem italianos aqui, japoneses aqui e eles estão bem, eles passam bem, são bem recebidos todos, mas especialmente o negro. [...] Tem uma barreira para os negros, os negros que atingiram, que cresceram aqui é o negro que faz muito esforço ou o destino dele é isso mesmo e ninguém pode barrar isso, mas por parte da burocracia na educação mesmo é difícil, porque não chega. Eu quero fazer muitas coisas, mas não é fácil.

Como imigrantes e como negros a gente não tem direitos mesmo, os direitos em geral têm que ser respeitados, porque tem muitas pessoas que pensam como ser negro é ser qualquer coisa, é uma coisa, que não é uma pessoa, sem direito, sem valor. É mais difícil ainda que antes, porque hoje eu percebo que as dificuldades não são só para os imigrantes, são para todos os negros, são de todos os negros, como eu já falei, nas faculdades que eu fui sempre e até nessa eleição que passou aqui não tem negro. É uma burocracia que vai além do que a gente pensa mesmo, eu vi que não tem espaços para os negros, não tem espaço para os negros. A principal dificuldade é o racismo mesmo, não só com os imigrantes, com todos os negros mesmo. [...] Não sei, mas o racismo não é fácil, isso não significa que a gente vai parar de lutar, porque a gente tem que lutar, porque sem luta é difícil mudar, conseguir o que a gente quer, a gente não vai parar, mas não é fácil, os inimigos são fortes e grandes, é complicado mesmo.

A luta pela superação das políticas identitárias regulatórias demonstram uma identidade política em desenvolvimento, que contribui para um processo de individuação autônomo e consciente. Tal condição é explicitada em seu projeto de vida, por meio do qual o “*migrante-político-cidadão-do-mundo*” pretende ampliar sua militância para os negros e as diferentes nacionalidades migrantes estigmatizadas. Para atingir seu objetivo, considera fundamental uma participação política, mesmo que, para isso, tenha que abrir mão de sua nacionalidade.

Como eu já tenho 2 faculdades e hoje eu estou fazendo Teologia aqui também, porque eu gosto muito, é faculdade a distância [...]. Eu estou tentando ver porque eu

quero também me aprofundar na língua portuguesa, porque eu acho que é bom, entendeu? Mas na verdade eu quero estudar Política, não sei se Política ou Diplomacia, porque as 2 são ligadas, entendeu? Mas não é fácil para um estrangeiro fazer, eu fiz o que é fácil. [...] E mesmo na política também não é fácil, não é fácil, porque por ser imigrante não é fácil, mas eu gosto, desde o Haiti que eu conheci, mas eu não entrei na política no Haiti porque é outra história, são duas políticas diferentes, entendeu? Mas para defender os imigrantes eu gostaria, eu gosto também, mas é difícil, sem uma lei migratória. E se for para mudar de nacionalidade para seguir com essa luta, mas não gostaria de mudar, de deixar de ser haitiano, porque eu gosto, eu gosto, como minha filha é brasileira, eu vou ver como é, mas nunca pensei em mudar de nacionalidade. Eu gostaria de lutar mesmo, especialmente pelo povo negro, porque nós temos uma história, nós haitianos, eu já sei como é no mundo inteiro como os negros estão sofrendo, não é fácil, mas não é impossível também [silêncio], eu acho que vai dar certo.

Então hoje o que mais me prende aqui é Associação, é um trabalho que eu estou fazendo voluntariamente, eu gosto [...] e é difícil mesmo [silêncio]. Pode ser o que a vida reservou para mim, mas boa parte da minha vida eu gastei lá no Haiti, eu deveria ficar depois do terremoto lá [silêncio], porque é o meu país primeiro, eu entendo muito bem o Haiti mesmo com tantos problemas que tem, eu consegui crescer lá, eu fui tratado bem, muito bem, pela pessoa que eu sou, minha família, meus amigos todos, eu tinha meu tempo também para me divertir, então é isso. [...] Eu ficaria no Haiti, eu ficaria, eu preferia começar de novo no Haiti para crescer do que sair, eu ficaria no Haiti.

Ao mesmo tempo, o reconhecimento perverso de sua identidade pretendida, vista como distorção dos modos considerados corretos e desejáveis ao migrante, gera também um arrependimento em Nivard pela escolha da imigração como opção identitária, desejando nunca ter saído do país onde era reconhecido como indivíduo. Esse arrependimento aparece também na escolha do Brasil como destino e na vivência da contradição entre temporário-permanente, seja com relação à pressão da esposa para voltar ao Haiti, seja pelo desemprego que torna a manutenção da condição migrante difícil e custosa. Vale destacar que esse é o único momento em que a esposa ganha certa relevância em seu relato e, mesmo quando questionado a respeito dessa relação, explicita que “não gosta de falar sobre esse assunto [esposa]”.

Antes do terremoto eu tinha alguns primos e tias nos Estados Unidos e no Canadá, e depois do terremoto meu irmão mais velho entrou no Canadá. Eu tinha chance também para entrar no Canadá, mas eu sei que o Canadá é muito frio, não gosto, não fui. Se eu soubesse que o Brasil seria assim eu aceitaria, porque meu irmão que é mais velho que eu, eu era professor dele de inglês e com um pouco de inglês que ele sabe, lá ele tem um bom trabalho, entendeu? [silêncio]. [...] Ele abriu uma empresinha para cortar grama, tem 3 pessoas trabalhando com ele, ele sempre acha serviços.

O único país que eu tenho vontade de voltar é o Haiti, que eu deixei há 3 anos, que é meu país, que eu deixei meus irmãos e meus amigos lá, mesmo a gente falando quase todos os dias, mas eu quero dar um abraço, falar diretamente, comer com eles, estou com uma saudade muito grande, entendeu? Mas infelizmente é difícil voltar,

sem trabalho, porque a passagem é muito cara, eu estou desempregado agora e para mim só fica como uma interrogação. [...] Minha família própria está aqui, minha esposa e minha filha estão aqui e pode até nascer outras crianças aqui também [silêncio]. O problema que eu tenho também é que minha esposa não quer ficar, ela quer voltar para o Haiti ou ir para os outros países também, para mim voltar para o Haiti seria fácil viver, eu ia abrir minhas coisas, porque tem que começar de pequeno para crescer, eu posso começar, mas são duas vidas, já começou a escola aqui, tenho uma luta aqui, o que mais me prende aqui é a luta que eu estou fazendo pelos imigrantes. Ela não quer ficar, isso que eu vou dizer qualquer pessoa pode entender isso, eu tenho 2 faculdades e ela terminou ensino médio, ela quer fazer alguma coisa mais, eu tenho habilidade para aprender português, mas para ela é difícil, entendeu? [...] E ela está trabalhando na área da limpeza, mas ela já começou a fazer Enfermagem lá no Haiti. E aqui tem que falar a língua primeiro porque é a primeira barreira e também é muito difícil, não é fácil mesmo.

Ao longo de sua história de vida, Nivard demonstra diferentes movimentos identitários, associados tanto à mesmice e à reposição de personagens quanto à mesmidade e à superação das contradições vivenciadas. Nesse processo, evidencia-se o quanto o processo de individuação está associado ao crescimento da autonomia pessoal e o quanto a concretização da pretensão identitária, enquanto expressão da autonomia conquistada, implica o reconhecimento do entorno. Assim, Nivard estabeleceu, já no Haiti, uma pretensão de identidade como autoafirmação e hetero-reconhecimento de um projeto emancipatório, que foi interrompida pela vivência traumática do terremoto, transformando-se em heteroafirmação e auto-reconhecimento de um projeto coercitivo, tanto na República Dominicana quanto no Brasil. A consciência dessa deformação e a resistência à imposição das políticas identitárias fizeram com que Nivard desenvolvesse uma identidade política, que segue buscando encontrar “a unidade da subjetividade e da objetividade, que faz do agir uma atividade finalizada, relacionando desejo e finalidade, pela prática transformadora de si e do mundo” (CIAMPA, 2005, p. 151).

Como imigrante, eu quero dizer que, não é a palavra imigrante que é a culpada, todos os imigrantes são selecionados, todos nós humanos temos um único sangue que é vermelho, não tem outra cor. E se tem humanidade para algumas pessoas, eu acho que deveria ser para todo mundo, entendeu? Porque eu vi que a vida dividiu as classes, ricos e pobres, intelectuais e como chamamos as pessoas que não estudam, que só podem escrever seu nome? [Analfabetos]. Eu acho que o que é importante na vida não é nem o estudo, apesar de estudar para crescer, mas tem as coisas básicas que são feitas para sobreviver mesmo, entendeu? E o racismo quem cria é o ser humano, não deveria existir, para algumas e para outros não, preconceito não deveria existir também, entendeu? Os imigrantes que chegaram aqui desde antigamente, italianos, japoneses, africanos, haitianos, ninguém chegou ao Brasil para ser nem sofrido nem viver o mal, é para poder crescer, para poder ter uma vida digna. Se tem educação tem que ter para todos, saúde para todos e social para todos e assim que nós, não só nós imigrantes, nós todo o mundo, podemos criar uma vida onde todo mundo se sente bem, onde não tem racismo, não tem preconceito e todo mundo vai se sentir como um bom lugar de viver. Chega de burocracia, de racismo, de preconceito, somos todos seres humanos. Temos uma vida, todos nós precisamos dessa vida e é isso.

Importante destacar que, diferentemente de Florence e Kevin, Nivard vivenciava no Haiti uma situação social consolidada. Tal vivência, associada à decisão autônoma de migrar, gerou uma expectativa maior quanto a sua inserção social nos novos contextos, acentuando a frustração ao buscar reproduzir seu modo de vida anterior, assim como a defrontação com a manifestação mais explícita de preconceito e racismo. Por conseguinte, ele é o único dos entrevistados que se arrepende do processo migratório, já que no novo destino não mais encontrou as condições objetivas para concretizar sua pretensão identitária e ser reconhecido por isso. Ademais, a certeza de que essas condições estariam novamente disponíveis no Haiti aumenta sua dúvida de permanecer ou não no Brasil. Assim, enquanto para Florence e Kevin a vivência migratória teve um sentido emancipatório, ao possibilitar maior autonomia, no caso de Nivard o sentido emancipatório das recentes metamorfoses somente aparece associado ao desenvolvimento de uma identidade política.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da relevância assumida pelo fenômeno migratório contemporâneo na chamada *era das migrações*, sua constante complexificação e a multiplicidade de enfoques que ele engloba, este último capítulo não tem a pretensão de apresentar conclusões, mas apontar perspectivas e relações, a partir da premissa de que o singular materializa o universal na unidade do particular (CIAMPA, 2005). Fundamentado na perspectiva da “Psicologia Social Crítica”, o desenvolvimento deste trabalho pautou-se no comprometimento ético e na indissociação dos processos históricos-sociais, baseando-se no sintagma identidade-metamorfose-emancipação para propor uma abordagem que desnaturalizasse o termo *migrante* e levasse em consideração a percepção singular deste com relação às determinações históricas, sociais e culturais a que está sujeito.

Desse modo, pensar a imigração haitiana para o Brasil implicou uma reflexão a respeito do emigrante haitiano, a partir de uma compreensão história de como o Haiti passou de colônia mais próspera das Índias Ocidentais à atual classificação de país mais pobre das Américas. A retaliação internacional por tamanha ousadia — ser a primeira república negra a se estabelecer em um meio majoritariamente escravagista — deixou seus efeitos nefastos no endividamento bilionário e no silenciamento da sua história. A consequente instabilidade política e econômica instaurada, a violência legitimada, a extrema desigualdade social e o despreparo para lidar com os constantes desastres ambientais retratam um quadro de expulsão que foi estabelecido ao longo do tempo, juntamente com uma política identitária que estabelece a relevância da migração na construção da identidade do povo haitiano. A magnitude dessa memória histórica aparece atrelada, na maioria dos casos, ao sofrimento de uma migração forçada e traumática, que abala as condições de vida do migrante e traz a incerteza do retorno. Quem deixa suas origens rumo ao desconhecido parte em busca de algo que não encontra mais em seu habitat, uma experiência emancipatória associada à busca de autonomia, da autodeterminação de pensar e ser e do hetero-reconhecimento de ser alguém senhor de si próprio.

As intervenções internacionais, justificadas pelos numerosos e constantes movimentos migratórios, longe de solucionar o problema, apenas criam novos destinos e ampliam um espaço de vida antes limitado. Nesse complicado cenário, o estabelecimento do Brasil como destino para o fluxo haitiano se deu justamente pelo estreitamento dos vínculos afetivos e simbólicos entre os dois países, promovido pela presença militar e pela afirmação presidencial de uma abertura àqueles que decidissem aqui se estabelecer, reforçando a

imagem internacional do Brasil como um país de oportunidades e sua fama histórica como um país de imigração. Entretanto, a existência do mito de um país receptivo à imigração omite a seletividade histórica branca e europeia, de um país que restringe e seleciona os estrangeiros — estranhos — de acordo com seus interesses políticos e econômicos. A suposta valorização da miscigenação cai por terra diante do distanciamento da recente onda migratória formada por sul-americanos, haitianos e africanos dos pressupostos históricos instituídos, trazendo à tona o preconceito e a xenofobia que fizeram parte da construção do chamado “povo brasileiro”.

Esse afastamento do padrão histórico, ao mesmo tempo em que gera um distanciamento hostil com relação ao estrangeiro, promove também inúmeros movimentos favoráveis à imigração e importantes discussões no campo político. Nesse contexto, a aprovação da nova Lei de Migração, em 2017, pautada nos Direitos Humanos, em substituição ao obsoleto Estatuto do Estrangeiro, representa um avanço importante no que tange à garantia de direitos aos imigrantes e à promoção de uma inserção cidadã no país, embora seja ainda muito recente e não tenha avançado em questões importantes, como o direito ao voto, fundamental para um exercício pleno da cidadania. Ressalta-se, assim, a importância de prosseguir com pesquisas que avaliem o verdadeiro impacto dessa alteração legislativa na sociedade brasileira e na vida dos imigrantes aqui residentes. A relevância de novas pesquisas aparece também na contribuição para a formulação de políticas públicas que promovam a efetiva inclusão social e produtiva do migrante, considerando sua especificidade e bagagem cultural.

Nesse sentido, este trabalho buscou contribuir para a compreensão do personagem “imigrante haitiano”, enquanto identidade coletiva, ao mesmo tempo em que buscou explicitar o protagonismo e a singularidade dos entrevistados. A utilização do sintagma identidade-metamorfose-emancipação viabilizou a percepção tanto de processos regulatórios, que induzem a conformidade e a mesmice, quanto de processos emancipatórios, que promovem o entendimento e a autonomia. Assim, a análise das narrativas revelou o quanto a identidade se define pela articulação da diferença e da igualdade em relação aos outros, desvelando a relevância da socialização — sobretudo da socialização primária — na constituição identitária. Ao falar de si, os entrevistados falavam da realidade e do universo simbólico do povo haitiano, ao mesmo tempo em que os silêncios envolvendo o passado revelavam o sofrimento envolvido nesse movimento forçado. A narrativa constituiu-se, então, como uma possibilidade para os entrevistados ressignificarem a própria existência e a condição de ser/estar migrante, de modo que, assim como os não ditos relacionados ao país de origem

eram explicitados no decorrer do processo, os risos e as alegrias ganhavam forma à medida que a vivência migratória adquiria sentido de autonomia pessoal.

Expressa-se, assim, o possível sentido emancipatório do movimento de metamorfose humana, por meio da constante busca de superação das limitações objetivas que muitas vezes impedem ou impossibilitam a concretização histórica do *vir-a-ser-humano*. A imigração, enquanto processo de negação da negação, torna possível metamorfoses das metamorfoses, uma vez que, ao alterar as condições históricas e sociais nas quais o sujeito está inserido, permite a alterização da identidade pressuposta e o desenvolvimento de uma identidadeposta como metamorfose constante. Como demonstrado nas narrativas, o processo migratório proporciona uma ruptura com a reposição irreflexiva da vida cotidiana e com a familiaridade acrítica e inquestionável. Por sua vez, a apropriação crítica das determinações a que foram/estão submetidos resulta na vivência de processos de autoentendimento, que suscitam uma maior consciência das próprias atividades e uma busca constante para transformar as determinações exteriores em autodeterminação.

No Brasil, o reconhecimento realizado de maneira perversa, a partir da identidade pressuposta e estereotipada do imigrante haitiano, somado à força que as políticas identitárias regulatórias assumem diante das assimetrias de poder das relações sociais, provoca muitas vezes a deformação dos projetos e da identidade pretendida. E é a resposta a essa imposição que determinará se o indivíduo irá se sujeitar às políticas identitárias e se adaptar ao que lhe é estabelecido como “normal” e “esperado” ou se irá contornar essa lógica dominante, buscando formas de emancipação e construindo, então, uma identidade política. A existência de um projeto de vida autêntico é primordial para essa construção, assim como as experiências prévias de reconhecimento, as vivências atuais de desrespeito, a formação do capital social na sociedade de destino e o fortalecimento da identidade coletiva e pessoal mostram-se fundamentais no enfrentamento da assimilação e no desenvolvimento de um movimento de integração, pautado no respeito e no reconhecimento mútuo.

É nesse sentido que o processo de reconstrução identitária provocado pelo processo migratório acaba por gerar identidades híbridas, recriadas a partir da tradição, mas traduzidas às novas ligações e relações. Essa hibridização, estabelecida a partir de um novo equilíbrio entre o “mim” (tradição) e o “eu” (originalidade), gerou nos três entrevistados um sentimento de cidadania universal, uma representação de si como cidadão do mundo que o libera das amarras de pertencer a um ou a outro lugar e busca em seu agir uma prática transformadora de si e do mundo. Tal referência já foi trabalhada por alguns autores (KERBAUY; TRUZZI, 2007), que sugeriram a expressão “cidadania pós-nacional” para

caracterizar uma cidadania de proteção transnacional, cujo reconhecimento de direitos independe da dimensão da cultura ou da nacionalidade.

Desse modo, as histórias de vida analisadas demonstraram que, mesmo nos contextos e situações nas quais a opressão apresenta-se como uma condição aparentemente insuperável, sempre é possível assumir uma posição de protagonista — e não de refém — na busca ou construção de possibilidades emancipatórias. A imigração, mesmo forçada, trouxe aos entrevistados novas possibilidades identitárias, que foram construídas com mais autonomia e consciência política e tornaram possível o desenvolvimento de fragmentos emancipatórios. A relevância de uma pretensão identitária construída como autoafirmação e hetero-reconhecimento de um projeto emancipatório revela, ainda, os efeitos do reconhecimento perverso na contradição — sempre presente na condição migrante — entre temporário e permanente, descrita na literatura e amplamente presente nos projetos de vida analisados.

Assim, espera-se que as reflexões aqui propostas possam contribuir para a compreensão de fenômenos que se mostram cada vez mais relevantes para a construção de uma sociedade mais igualitária, na qual a utopia de um projeto alternativo de possibilidades de vida esteja acessível a todos e o reconhecimento do outro não seja realizado com base em estigmas e estereótipos, mas sim com base no consenso e respeito pela alteridade, “o que, pela reciprocidade, implica respeitar a identidade de cada um e de todos” (CIAMPA, 2004, p. 396).

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). **Haiti**. Projetos. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Haiti>>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- ALMEIDA, J. A. M. Relatos de vida e identidade. **Revista Kairós: Gerontologia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 181-192, dez. 2003.
- _____. **Sobre a anamorfose**: identidade e emancipação na velhice. 2005. 251f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2005.
- ALMEIDA, P. S. Apresentação. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; ARAUJO, D. (Orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>>. Acesso em: 17 jan. 2017.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Dados sobre refúgio no Brasil**. Estatísticas. 2016. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil>>. Acesso em: 27 set. 2016.
- ANTUNES, M. S. X. A compreensão do sintagma identidade-metamorfose-emancipação por intermédio das narrativas de história de vida: uma discussão sobre o método. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica**: Paralaxes do Contemporâneo. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012, p. 67-84.
- ARAÚJO, J. R. C. Políticas públicas, estruturas estatais e migrações no Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 385-397.
- ARAÚJO, W. L.; SILVA, T. F. M. Das tropas brasileiras no Haiti aos migrantes haitianos no Brasil: uma discussão por dentro das relações internacionais Brasil-Haiti no período 2004-2014. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 73-88, 2014. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/164>>. Acesso em: 01 jul. 2015.
- BAENINGER, R.; PERES, R. G. Imigração haitiana em São Paulo: perfil e ocupação. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 253-266.
- BAPTISTE, C. J.; VIEIRA, J. M. Catástrofe ambiental e migração internacional: a perspectiva dos migrantes haitianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 577-608.
- BASTO, F. L. B. **Síntese da história da imigração no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora e impressora de jornais e revistas S.A, 2010.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Editora

Vozes, 2004.

BERRY, J. W. Migração, aculturação e adaptação. In: DEBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. (Orgs.). **Psicologia, E/Imigração e Cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 29-45.

BÓGUS, L. M. M.; MOZINE, V. Imigração e refúgio no Brasil contemporâneo: 1930-2012. In: CUTTI, D. et al. (Org.). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo: EDUC, 2015, p. 243-263.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRANDÃO, V. M. A. T. **Labirintos da memória**: quem sou? Coleção questões fundamentais do ser humano, 7. São Paulo: Paulus, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. **Lei n. 6.815**, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. **Lei n. 9.474**, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. **Lei n. 13.445**, de 24 de maio de 2017a. Institui a Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. **Mensagem n. 163**, de 24 de maio de 2017b. Mensagem de veto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania. **Governo brasileiro garante direitos para imigrantes haitianos**. Notícias. Brasília, 11 nov. 2015. Disponível em: <<http://justica.gov.br/noticias/governo-brasileiro-garante-direitos-para-imigrantes-haitianos>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CARDOSO, C. M. S. L. **Além das fronteiras**: histórias e projetos de vida de imigrantes sul-americanos compreendidos através do sintagma “identidade-metamorfose-emancipação”. 2016. 159f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19195>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

CASTRO, M. G. Migrações internacionais e políticas: algumas experiências internacionais. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CNPD). **Migrações internacionais**: Contribuições para políticas. Brasília, 2001, p. 15-32.

CAVALCANTI, L. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial*, Brasília, 2015, p. 35-47.

CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (CSEM). **Breve Glossário sobre Migração e Pastoral**. 2011. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/verbetes>>. Acesso em: 18 set. 2015.

CHARLEAUX, J. P. Qual o retrato da migração estrangeira hoje no Brasil, segundo este especialista. **Nexo Jornal**, Entrevista, 26 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/08/26/Qual-o-retrato-da-migra%C3%A7%C3%A3o-estrangeira-hoje-no-Brasil-segundo-este-especialista>>. Acesso em: 01 set. 2017.

CHAVES JR, E. O. **Um olhar sobre o Haiti** - Refúgio e migração como parte da história. Brasília: LGE Editora, 2008. 140 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social**. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

_____. Fundamentalismo: a recusa do fundamental. In: PINTO, E. A.; ALMEIDA, I. A. (Orgs.). **Religiões – Tolerância e Igualdade no Espaço da Diversidade**. São Paulo: Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, 2004, p. 393-397.

_____. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 58-75.

_____. **Identidade humana e as metamorfoses das metamorfoses**. Comunicação apresentada no Simpósio “Metamorfoses da Identidade no mundo contemporâneo” do Encontro Nacional da ABRAPSO de 1997a. (mimeo) p.1.

_____. **A identidade social como metamorfose humana em busca da emancipação**: articulando pensamento histórico e pensamento utópico. Texto de Conferência apresentada no XXIX Congresso Interamericano da Sociedade Interamericana de Psicologia, jul. 2003. (mimeo) p. 1-15.

_____. **As metamorfoses da “metamorfose humana”**: uma utopia emancipatória ainda é possível hoje? Comunicação apresentada no Simpósio “Metamorfoses da Identidade no mundo contemporâneo” do XXVI Congresso Interamericano da Sociedade Interamericana de Psicologia, set. 1997b. (mimeo) p. 1-4 .

_____. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER, C. I. L.; PASSOS, M. C. (Orgs.). **Uma psicologia que se interroga – ensaios**. São Paulo: Edicon, 2002, p. 133-144.

COGO, D. Comunicação e migrações transnacionais – O Brasil (re)significado em redes migratórias de haitianos. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba, SP, v. 40, n. 2, p. 233-257, dez. 2014a. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal>>

=reu&page=article&op=view&path%5B%5D=2130>. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____. Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais.

Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 125, p. 23-32, mar. 2014b.

Disponível em: <https://www.academia.edu/6847502/COGO_Denise._Haitianos_no_Brasil_comunica%C3%A7%C3%A3o_e_intera%C3%A7%C3%A3o_em_redes_migrat%C3%B3rias_transnacionais._Chasqui_-_Revista_Latinoamericana_de_Comunicaci%C3%B3n_n._125_marzo_2014_p._23-32>. Acesso em: 29 jun. 2015.

COGO, D.; SOUZA, M. B. Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para comunicadores - Migrantes no Brasil. Bellaterra: Instituto Humaitas Unisinos; Instituto de la Comunicación de la UAB, 2013. 105 p. Disponível em: <<http://haitiaqui.provisorio.ws/wordpress/wp-content/uploads/2016/10/D.-Cogo-M.-Badet-Guia-das-migra%C3%A7%C3%A7%C3%B5es-transnacionais-e-diversidade-cultural-para-comunicadores-Migrantes-no-Brasil-2013.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

COSTA, G. A. Haitianos no Brasil. In: CUTTI, D. et al. (Org.). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo: EDUC, 2015, p. 59-87.

_____. **Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010 - 2014:** presença da Pastoral do Migrante. Cadernos de migração, n. 8. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2016.

DANTAS, S. S. De refém a protagonista: o desenvolvimento de identidades políticas e projetos de vida tornando o consumo um viabilizador de identidades emancipadas. 2013. 205f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17041>>. Acesso em: 14 out. 2015.

DANTAS, S. Subjetividade e migração: uma abordagem intercultural profunda a partir da migrações brasileiras. In: GUANAES-LORENZI, C. et al. (Orgs.). **Psicologia Social e saúde:** da dimensão cultural à político-institucional. Florianópolis: Abrapso Editora - Edições do Bosque, 2015, p. 72-91.

DE PAULA, F; BARALDI, C. Imigrantes: cidadãos paulistanos. **El País**, Brasil, Opinião, 14 jul. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/14/opinion/1468449119_620917.html>. Acesso em: 15 dez. 2016.

DORNELAS, S. M. Redes sociais na migração: questionamentos a partir da Pastoral. **Travessia: revista do migrante – Redes**, São Paulo, ano XIV, n. 40, p. 5-10, maio/ago. 2001.

DUTRA, C. F.; GAYER, S. M. A inclusão social dos imigrantes haitianos, senegaleses e ganezes no Brasil. In: Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, XII, 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13067>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF HAITI. *Haiti at a glance*. 2013. Disponível em: <<http://www.haiti.org/index.php/economic-xm-affairs-xm/26-the-embassy/content/121-haiti-at-a-glance>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

- FERNANDES, D. O Brasil e a migração internacional no século XXI – notas introdutórias. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015, p. 19-40. Disponível em: <[https://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/2744ae77-4584-4d92-b91d-185adc09ba87](https://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/2744ae77-4584-4d92-b91d-185adc09ba87/Livro_Migracoes_e_Trabalho_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=2744ae77-4584-4d92-b91d-185adc09ba87)>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- FERNANDES, D.; FARIA, A. V. A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 95-111.
- FERREIRA, P. C. **História e projeto de vida da mulher nordestina em São Paulo**: uma análise do sentido emancipatório baseada no sintagma identidade-metamorfose-emancipação. 2015. 157f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17118>>. Acesso em: 07 fev. 2017.
- FERREIRA, R. M. **Individuação e socialização em Jürgen Habermas**: um estudo sobre a formação discursiva da vontade. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 2000.
- FIORAVANTI, C. As raízes da resistência. **Pesquisa Fapesp**, p. 16-23 , out. 2015.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Vinda de haitianos é maior onda imigratória ao país em cem anos**. São Paulo, 12 jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1033447-vinda-de-haitianos-e-maior-onda-imigratoria-ao-pais-em-cem-anos.shtml>>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- FURLAN, V.; LIMA, A. F.; SANTOS, B. O. A permanência no tempo e a aparência de não-metamorfose: contribuições de Ricoeur e Ciampa para uma crítica da identidade. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 29-39, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/psicologiaufc/article/view/2579>>. Acesso em: 03 fev. 2017.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GERMANI, G. **Sociologia da Modernização**: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina. Tradução Eurico de Lima Figueiredo. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- GLOBO. **Polícia enfrenta manifestantes contrários à ONU no Haiti**. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/09/policia-enfrenta-manifestantes-contrarios-onu-no-haiti.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.
- _____. **Soldados paquistaneses da ONU são condenados por abuso no Haiti**. 2012a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/03/soldados-paquistaneses-da-onu-sao-condenados-por-abuso-no-haiti-1.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.
- _____. **Tempestade tropical Isaac deixa 19 mortos e 6 desaparecidos no Haiti**. 2012b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/08/dezenove-mortos-e-6>>.

desaparecidos-apos-passagem-da-tempestade-isaac-pelo-haiti.html>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. **ONU quer US\$ 40 milhões para ajudar vítimas de furacão Sandy no Haiti.** 2012c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/11/onu-quer-us-40-milhoes-para-ajudar-vitimas-de-furacao-sandy-no-haiti.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. **Três anos após terremoto, 360 mil haitianos ainda vivem em barracas.** 2012d. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/tres-anos-apos-terremoto-360-mil-haitianos-ainda-vivem-em-barracas.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. **ONU reduz força no Haiti após polêmica sobre cólera.** 2013a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/onu-reduz-forca-no-haiti-em-meio-a-polemica-sobre-colera.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. **Milhares de pessoas protestam contra governo haitiano.** 2013b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/milhares-de-pessoas-protestam-contra-governo-haitiano.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. **Violência e boicote preocupam comandante brasileiro da ONU no Haiti às vésperas de eleição.** 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/violencia-e-boicote-preocupam-comandante-brasileiro-da-onu-no-haiti-as-vesperas-de-eleicao.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. **Eleições são suspensas no Haiti por questões de segurança.** 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/eleicoes-sao-suspensas-no-haiti-por-questoes-seguranca.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. **Jovenel Moise toma posse como novo presidente do Haiti.** 2017a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/jovenel-moise-toma-posse-como-novo-presidente-do-haiti.ghhtml>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Ato anti-imigração na Paulista foi contra a lei, dizem especialistas.** 2017b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/ato-anti-imigracao-na-paulista-foi-contra-a-lei-dizem-especialistas.ghhtml>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

GODOY, G. G. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (Orgs.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro.** São Paulo: Editora CLA Cultural, 2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/60_anos_de_ACNUR_-_Perspectivas_de_futuro.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, M. O. B. **Migrações e Desenvolvimento.** Porto: Fronteira do Caos, 2009. Disponível em: <<http://www.cepespublicacoes.pt/portal/pt/obras/migracoes-e-desenvolvimento>>. Acesso em: 07 set. 2015.

GOTTARDI, A. P. P. **De porto a porto:** o eldorado brasileiro na percepção dos imigrantes

haitianos em Porto Velho-RO. 2015. 114f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br:80/dspace/handle/10923/7229>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

GRIEBELER, D. Sujeitos emblemáticos à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação: produções acadêmicas do NEPIM. 2015. 88f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17110>>. Acesso em: 14 out. 2015.

GRONDIN, M. Haiti: cultura, poder e desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 104 p.

HABERMAS, J. Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. **Pensamento Pós-Metafísico:** Estudos Filosóficos. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HAESBAERT, R. Migração e Desterritorialização. In: NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares:** um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 35-46.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Edições Vértice e Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, unemployment and development: a two sector analysis. **The American Economic Review**, v. 60, n. 1, p. 126-142, march 1970. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/aer/top20/60.1.126-142.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUAYHUA, G. L. Adolescentes peruanos em São Paulo: a construção da identidade e as estratégias de adaptação no processo de aculturação. In: DEBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. (Orgs.). **Psicologia, E/Imigração e Cultura.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 249-273.

IANDOLI, R. Qual o avanço da nova Lei de Migração aprovada na Câmara. **Nexo Jornal**, Expresso, 08 dez. 2016. Disponível em:<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/12/08/Qual-o-avanço-da-nova-Lei-de-Migração-aprovada-na-Câmara>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). World Migration Report 2000. 2000. Disponível em: <http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_2000_edited.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Executive Summary:** World Migration Report 2010 - The Future of Migration: Building Capacities for Change. 2010. Disponível em: <http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR2010_summary.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **World Migration Report 2015** - Migrants and Cities: New Partnerships to Manage Mobility. 2015. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/wmr2015_en.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Censo demográfico 2010** – Resultados gerais da amostra. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>> . Acesso em: 28 jul. 2017.

_____. **Banco de dados Países.** 2016. Disponível em: <<http://paises.ibge.gov.br/#/pt/pais/haiti/info/indicadores-sociais>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

IOTTI, L. H. A política imigratória brasileira e sua legislação - 1822-1914. In: Encontro Estadual de História, X, 2010, Santa Maria. **Anais eletrônicos**. Santa Maria: UFSM, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

JUSTIFICANDO. Liminar da Justiça Federal agiliza regularização para mais de 40 mil haitianos. **Carta Capital**. São Paulo, 26 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2016/07/26/liminar-da-justica-federal-agiliza-regularizacao-para-mais-de-40-mil-haitianos/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

KERBAUY, M. T. M.; TRUZZI, O. Globalização, migrações internacionais e novos desafios à cidadania. **Perspectivas**, São Paulo, v. 31, p. 123-135, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/523/0>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

KOIFMAN, F. **Imigrante ideal:** o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LEÃO, R. Z. R. CONARE: Balanço de seus 14 anos de existência. In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (Orgs.). **60 anos de ACNUR:** Perspectivas de futuro. São Paulo: Editora CLA Cultural, 2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documents/portugues/Publicacoes/2011/60_anos_de_ACNUR_-_Perspectivas_de_futuro.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2016.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde Pública**, v. 8 (supl.), p. 49–90, 1974. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v8s0/03.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2016.

LIMA, A. F. História oral e narrativas de história de vida: a vida dos outros como material de pesquisa. In: LIMA, A. F.; LARA JÚNIOR, N. (Orgs.). **Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 13-34.

_____. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso:** a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.

_____. Para uma reconstrução dos conceitos de massa e identidade. **Revista Psicologia Política** v. 7, n. 14, p. 1-23, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200003>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. **A teoria crítica de Jürgen Habermas**: cinco ensaios sobre linguagem, identidade e Psicologia Social. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica: Paralaxes do Contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 11-29.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C.; ALMEIDA, J. A. M. Psicologia Social como Psicologia Política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane. **Revista Psicologia Política** [online], v. 9, n. 18, p. 223-236, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n18/v9n18a04.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina**: Perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 355f. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322136>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

MAMED, L.; LIMA, E. O. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes no Acre. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 113-171.

MENEZES, M. A. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Cultura acadêmica editora, 2012, p. 21-40.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009. **Dicionário Online**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 19 set. 2015.

MIRANDA, S. F. **Negros, profissionais e acadêmicos**: sentidos identitários e os efeitos do discurso ideológico do mérito. 2013. 287f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17034>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

MOMO, G. A. C. **Estrangeiros qualificados**: a nova face da imigração no Brasil. 2014. 143f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3574>>. Acesso em: 05 set. 2015.

MORAES, I. A.; ANDRADE, C. A. A.; MATTOS, B. R. B. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, p. 95-114, Porto Alegre, out./nov. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/35798>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

NETO, H. P. A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 297-309.

NOBRE, M. Apresentação – Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In: HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

OLIVEIRA, L. L. **O Brasil dos imigrantes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONUBR. Lei brasileira precisa ser atualizada para proteger direitos dos migrantes, destacam especialistas. Direitos Humanos, 05 abr. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/lei-brasileira-precisa-ser-atualizada-para-proteger-direitos-dos-migrantes-destacam-especialistas/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. **Conselho de Segurança aprova fim da missão da ONU no Haiti**. Direitos Humanos, Paz e Segurança, 13 abr. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-aprova-fim-da-missao-da-onu-no-haiti/>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

PACÍFICO, A. M. C. P. **O capital social dos refugiados**: bagagem cultural versus políticas públicas. 2008. 490f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3969>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

PARISE, P. A Missão Paz e a acolhida a imigrantes haitianos e haitianas em São Paulo. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 409-425.

PATARRA, N. L. Migrações Internacionais: Teorias, Políticas e Movimentos Sociais. **Revista Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, v.20, n.57, p.7-24, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200002&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 05 set. 2015.

PATARRA, N. L. et al. Políticas Públicas e Migração Internacional no Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios (CEM), 2011. In: Chiarello, L. M. (Coord.). **Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil en América Latina: los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México**. New York: Scalabrin International Migration Network, 2011, p. 151-275. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/LasPoliticasPublicasSobreMigraciones.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

PINTO, S. R. **A Migração de Haitianos para o Brasil e Os Usos da Razão Humanitária**. 2014. 103f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/10343782/A_Migração_de_Haitianos_para_o_Brasil_e_Os_Usos_da_Razão_Humanitária_-_Dissertação_de_Mestrado>. Acesso em: 23 abr. 2015.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <[http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos Mest 2014/Andre Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf](http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2017.

PORTUGUEIS, D. **Quem somos nós, descendentes?** Da história à socialização na constituição de identidades teuto-brasileiras. 2013. 245f . Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17040>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

PORTUGUEIS, D.; CARDOSO, C. M. S. L. Anamorfose e o sujeito imigrante: usos do conceito na compreensão das (de)formações identitárias. **Revista direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, v. 2, n. 2, p. 152-170, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://revista91.hospedagemdesites.ws/index.php/rdtps/article/view/34>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 2016** - Human Development for Everyone. 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL (PEPG-PS). **Apontamentos para uma história do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 1972-2002**. São Paulo: Gráfica da PUC-SP, 2002.

PUSSETTI, C. Identidades em crise: Imigrantes, emoções e saúde mental em Portugal. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 94-113, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n1/08.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. M. V. (Org.). **Experimentos com história de vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-43.

RAMOS, A. C. Asilo e Refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (Orgs.). **60 anos de ACNUR**: Perspectivas de futuro. São Paulo: Editora CLA Cultural, 2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documents/portugues/Publicacoes/2011/60_anos_de_ACNUR_-_Perspectivas_de_futuro.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

ROCHA-TRINDADE, M. B. Recriação de identidades em contextos de migração. In: LUCENA, C. T.; GUSMÃO, N. M. M. (Orgs.). **Discutindo identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006, p. 75–90.

ROMERO, F. L. Migração humana e a diversidade dos fenômenos migratórios. In: CARVALHO, A. P. C. et al. (Orgs.). **Globalização, cultura e identidade**. Curitiba: Intersaber, 2013, p. 63-82.

SALAINI, C. J. Cultura, identidade e globalização. In: CARVALHO, A. P. C. et al. (Orgs.).

Globalização, Cultura e Identidade. Curitiba: Intersaber, 2013, p. 13-27.

SANTOS, M. A. et al. **Migração:** uma revisão sobre algumas das principais teorias. 2010. 18f. Texto para discussão n. 398 (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

SANTOS, M. O. A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 18, n. 34, p. 27-43, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/207>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. O. Teorias das Migrações Internacionais. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13, 2000, Caxambu. **Anais eletrônicos – Migração**. Campinas: Unicamp, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.

SASS, O. **Crítica da razão solitária:** a psicologia social de George Herbert Mead. 1992. 269f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1992.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Tradução Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCARAMAL, E. S. T. **Haiti:** fenomenologia de uma barbárie. Goiânia: Canône Editorial, 2006.

SEITENFUS, R. **Haiti:** dilemas e fracassos internacionais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

SEYFERTH, G. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos**, v. 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400007&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2016.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, p. 117-149, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 26, 2008, Porto Seguro. **Anais eletrônicos**. Porto Seguro, Centro Cultural de Eventos do Descobrimento, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANALIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR_12/giralda_seyferth.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.

_____. O problema da imigração no Brasil: continuidades e mudanças. In: Congresso Português de Sociologia, VIII, 2014, Évora. **Anais eletrônicos**. Portugal: Universidade de Évora, 2014. Disponível em: <http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0038.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.

SILVA, C. R.; MAGALHÃES, L. F. A.; ASSIS, G. O. A imigração haitiana nas páginas dos jornais: análise de reportagens da Folha de S. Paulo entre 2010 e 2015. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 639-652.

SILVA, J. C. J. Impactos políticos, jurídicos e sociais da migração haitiana para o Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 399-407.

SILVA, M. A. M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: HEIDEMANN, H. D.; SILVA, S. A. (Orgs.). **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Humanitas, 2007, p. 57-68.

SILVA, P. K. M. O visto humanitário como política migratória: o caso da imigração haitiana com destino ao Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 317-350.

SILVA, S. A. A imigração haitiana e os paradoxos do visto humanitário. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 207-228.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 11. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SOUZA, R. F. **George Herbert Mead**: Contribuições para a Psicologia Social. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/%0Atde_busca/arquivo.php?codArquivo=3980%0A>. Acesso em: 07 fev. 2017.

TRAD, L. A. B. Processo migratório e saúde mental: rupturas e continuidade na vida cotidiana. **PHYSIS**: Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 139-156, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v13n1/a07v13n1.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

THIMM, D. **Missão Paz acolhe refugiados e imigrantes no centro de São Paulo**. Observatório do 3º setor, Destaques, 18 ago. 2017. Disponível em: <<http://observatorio3setor.org.br/carrossel/missao-paz-refugiados-e-imigrantes/>>. Acesso em: 01 set. 2017.

ZAMBERLAM, J. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Pallotti, 2004. Disponível em: <http://www.cibaimigracoes.com.br/arquivos/o_processo_migratorio_no_brasil.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Suélen Cristina de Miranda, mestrandona Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), portadora do CPF 361.112.248-32 e do RG 30.356.968-2, estabelecida profissionalmente na Rua Ministro de Godói, 696, Bloco A, sala 4E-10, CEP 05015-901, São Paulo, cujo telefone de contato é (011) 98356-2249 e e-mail suca_miranda@hotmail.com, estou realizando uma pesquisa com a orientação do professor Antonio da Costa Ciampa intitulada “Histórias e projetos de vidas de imigrantes haitianos que vivem no Brasil: um estudo a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação”.

Gostaria de convidá-lo(a) a participar dessa pesquisa. O objetivo é compreender o processo de formação da identidade de haitianos que vivem no Brasil, analisando se o processo migratório e as envolvidas situações de reconhecimento e desrespeito possibilitaram o desenvolvimento de fragmentos de emancipação. Pretendo fazer essa análise a partir de entrevistas que terão como foco sua história de vida, ou seja, a reconstrução e a narração dos acontecimentos que considera significativos para te conhecer.

A sua participação é voluntária e a escolha do local da entrevista ficará a seu critério. Com a sua autorização, a entrevista será gravada para posterior transcrição literal e análise dos dados. Informo a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, a qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas ou repositionamentos quanto a sua narrativa. Além disso, poderá ter acesso aos resultados parciais da pesquisa e sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa ou apresentar reclamações ou sugestões por meio dos contatos descritos acima.

O estudo não envolve riscos, mas caso sinta algum desconforto, poderá interromper a entrevista ou desistir de participar a qualquer momento, sem nenhum dano ou prejuízo. Esta pesquisa respeita a Lei de Ética 466/2012, para as pesquisas que envolvem seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde, que são regras para te proteger. Assim, fica garantido seu anonimato, ou seja, as informações obtidas serão analisadas sem qualquer identificação do participante.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética de pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A Sede Campus Monte Alegre localiza-se no andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 – Perdizes – São Paulo – SP – CEP: 05015-001. O telefone é (11) 3670-8466 e o e-mail: cometica@pucsp.br.

Não haverá despesas ou compensações pessoais pela participação, que deve ser livre e voluntária e nenhum tratamento específico será oferecido neste estudo. Você receberá uma cópia desse documento e uma cópia ficará comigo. Abaixo está o consentimento livre e esclarecido para ser assinado caso não tenha ficado qualquer dúvida.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito do estudo intitulado “Histórias e projetos de vidas de imigrantes haitianos que vivem no Brasil: um estudo a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação”. Ficaram claros quais são os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, as garantias de sigilo e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas ou compensações financeiras e que poderei retirar o meu consentimento em qualquer etapa do estudo, sem penalidades ou prejuízos. Concordo voluntariamente em participar dessa pesquisa.

Local/Data: _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora
